



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS

ELAINE ANDRADE PERES FERNANDES

CORPOREIDADES DE MULHERES SURDAS NO CINEMA
CONTEMPORÂNEO: UMA CARTOGRAFIA DELEUZE-GUATTARIANA

São Carlos

2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS

ELAINE ANDRADE PERES FERNANDES

CORPOREIDADES DE MULHERES SURDAS NO CINEMA CONTEMPORÂNEO:
UMA CARTOGRAFIA DELEUZE-GUATTARIANA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação Especial, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Vanessa Regina de Oliveira Martins, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

São Carlos

2026

Fernandes, Elaine Andrade Peres

Corporeidades de mulheres surdas no cinema contemporâneo: uma cartografia deleuze-guattariana / Elaine Andrade Peres Fernandes -- 2026. 192f.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Vanessa Regina de Oliveira Martins

Banca Examinadora: Vanessa Regina de Oliveira

Martins, Viviane Melo de Mendonça, Nadia Der-

Ohannesian, Lilian Cristine Ribeiro Nascimento,

Christian Fernando Ribeiro Guimarães Vinci

Bibliografia

1. Educação especial. 2. Mulheres surdas . 3. Cinema. I. Fernandes, Elaine Andrade Peres. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180

Folha de Aprovação

Defesa de Tese Doutorado da candidata Elaine Andrade Peres Fernandes, realizada em 25/03/2026.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Vanessa Regina de Oliveira Martins (UFSCar)

Profa. Dra. Viviane Melo de Mendonça (UFSCar)

Profa. Dra. Nadia Der-Ohannesian (UNC)

Profa. Dra. Lilian Cristine Ribeiro Nascimento (UNICAMP)

Prof. Dr. Christian Fernando Ribeiro Guimarães Vinci (UNICAMP)

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese à memória da minha avó Alice de Andrade.

AGRADECIMENTOS

Escrever os agradecimentos de uma tese cujo motor foram os afectos é um grande desafio, mas prometo fazer o meu melhor. Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer à minha avó Alice de Andrade, que partiu no segundo ano desse longo processo de doutorado. Sou a primeira doutora da sua linhagem. Logo ela, que não pôde estudar, não frequentou os bancos escolares, nunca conheceu as letras, nunca escreveu ou leu nada além do seu próprio nome, que carregarei para sempre tatuado em meu corpo... À minha avó Aparecida, que segue conosco, ainda que o Alzheimer não permita que ela me reconheça em muitos momentos, mas seu amor e afeto seguem comigo. É graças a ela e a tantas outras mulheres da minha vida que eu cheguei até aqui, rompendo ciclos, criando fissuras, buscando modos outros de existir.

Neste ínterim, quero agradecer também à minha orientadora, Dra. Vanessa Regina de Oliveira Martins, pela condução e paciência durante essa trajetória, além de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial – PPGEs e à UFSCar.

Aos membros da banca, que tanto contribuíram para esse trabalho: Dra. Nadia Der-Ohannesian, Dr. Christian Fernando Ribeiro Guimaraes Vinci, Dra. Lilian Cristine Ribeiro Nascimento, Dra. Viviane Melo de Mendonça e Dra. Cristina Broglia Feitosa de Lacerda. Como membros suplentes, participaram Dra. Márcia Lise Lunardi-Lazzarin e Dr. Guilherme Nichol.

Gostaria também de agradecer ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, minha instituição de trabalho, que me concedeu o afastamento remunerado para qualificação, o que permitiu o pleno desenvolvimento dessa pesquisa.

À Associação de Universidades Grupo Montevideu (PEEPG/AUGM), que me permitiu a mobilidade para a Argentina, em dois momentos distintos, mas deliberadamente destaco o Programa Escala de Estudantes de Pós-Graduação, para o qual fui selecionada por meio do Edital nº 19/2024/SRInter-UFSCar. As atividades foram desenvolvidas na Universidade Nacional de Córdoba (Argentina), no âmbito de um projeto internacional de cooperação acadêmica, o que trouxe novos aportes teóricos e metodológicos à investigação. Ainda nessa experiência, não poderia deixar de mencionar o acolhimento recebido na instituição pela professora supervisora Nadia e na casa da querida Elena Gómez, o que tornou essa experiência única e especial.

Às minhas colegas do Programa, pelos tantos momentos partilhados e pelos grupos de pesquisa que me acolheram nesta etapa primordial: Grupo de Pesquisa em Educação de Surdos, Subjetividades e Diferenças (GPESDi/UFSCar), Rede de Investigação em Inclusão, Aprendizagem e Tecnologias em Educação (RIIATE) e o projeto *La tecnología de género como categoría intermedia para el análisis del discurso ficcional*, desenvolvido no CIFAL/UNC.

Aos meus pais, Mauro e Orides, meu porto seguro maior, e à minha irmã Bruna. À minha tia Darla, à minha prima Lidiane e a todos os membros da minha família; infelizmente não seria possível citar todos nominalmente.

Às minhas amigas e amigos queridos, dentre eles, não poderia deixar de mencionar Beatriz, Camila, Naligi, Daniela, Luís Fernando, Lessandra Marcelly, Lídice, Emília e César, por todo acolhimento prestado em tantos momentos nesse processo.

Ao meu namorado André Kazuo, pela presença, carinho e auxílios prestados.

Aos meus professores, que marcaram a minha vida e a minha trajetória.

Às mulheres surdas que me fizeram desejar pesquisar essa temática, atravessando a minha existência.

Gratidão a todos! E perdão aos que, por espaço e tempo, não foi possível mencionar.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo cartografar, a partir de imagens e narrativas do cinema contemporâneo, os territórios nos quais emerge a presença de mulheres surdas. Acompanha-se, na composição das cenas e nos afectos que as atravessam, as formas pelas quais suas corporeidades são construídas e tensionadas entre normas e invenções, evidenciando discursos e dispositivos que operam nesses processos. A investigação adota a cartografia de Deleuze e Guattari, articulando-a aos Estudos Surdos, aos Estudos Feministas e à Filosofia da Diferença. Com base em oito filmes produzidos entre 1986 e 2020, compuseram-se e examinaram-se cenas, como ferramenta de investigação, mobilizadas pelos afectos da pesquisadora. Os resultados estruturam-se em três eixos analíticos: 1) patologização da surdez e gênero; 2) o desejo como campo de disputa na produção da corporeidade surda feminina; e 3) corpos surdos femininos em zonas-limite da violência de gênero. Esses eixos demonstram que a corporeidade surda feminina é atravessada por linhas de controle e de invenção, constituindo-se como território em disputa. O cinema evidencia como essas corporeidades se formam entre normas e forças de criação, operando simultaneamente como tecnologia de gênero e como território rizomático. Dessa maneira, o cinema atua como campo intensivo de produção de subjetividades, no qual as diferenças se entrelaçam, produzindo agenciamentos e capturas normativas, ao mesmo tempo em que fazem emergir outras formas de ser e estar no mundo. Ressalta-se, por fim, que a cartografia aqui apresentada é situada e inacabada, uma vez que, na perspectiva rizomática, a produção de conhecimento se dá de forma fluida e contínua.

Palavras-Chaves: Surdez. Cinema. Mulheres Surdas. Cartografia. Deleuze e Guattari.

ABSTRACT

This study aims to map, through images and narratives from contemporary cinema, the territories in which the presence of deaf women emerges. The forms through which these corporealities are constructed and tensioned between norms and inventions are traced, in the composition of scenes and in the affects that traverse them, thereby revealing the discourses and dispositifs that operate in these processes. The investigation adopts the cartographic approach of Deleuze and Guattari, articulating it with Deaf Studies, Feminist Studies, and the Philosophy of Difference. Based on eight films produced between 1986 and 2020, scenes were composed and analyzed as a research tool, mobilized by the researcher's affects. The findings are structured around three analytical axes: (1) the pathologization of deafness and gender; (2) desire as a field of dispute in the production of deaf feminine corporeality; and (3) deaf female bodies in *threshold spaces* of gender-based violence. These axes demonstrate that deaf feminine corporeality is traversed by lines of control and invention, constituting a territory under dispute. Cinema makes evident how these corporealities are formed between norms and creative forces, operating simultaneously as a technology of gender and as a rhizomatic territory. In this way, cinema functions as an intensive field of the production of subjectivities, in which differences intertwine, generating assemblages and normative captures while also allowing other ways of being and existing in the world to emerge. Finally, it is emphasized that the cartography presented here is situated and unfinished, since, from a rhizomatic perspective, the production of knowledge unfolds in a fluid and continuous manner.

Keywords: Deafness. Cinema. Deaf Women. Cartography. Deleuze and Guattari.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Distribuição por Área/Categoria das Teses e Dissertações	42
Figura 2	Distribuição Regional das Instituições	43
Figura 3	Distribuição Temporal Teses/Dissertações e Artigos	46
Figura 4	Rizoma Deleuze e Guattari	71
Figura 5	Tetralência do agenciamento	75
Figura 6	Carbono	76
Figura 7	Imagens de Nayara durante apresentação da poesia visual “boneca invisível”	119
Figura 8	Cartografia da Corporeidade das Mulheres Surdas	128
Figura 9	Sarah Norman interpretada pela atriz surda Marlee Matlin	138
Figura 10	Kai sinalizando do lado de fora da escola de Lara que estava em sala de aula	139
Figura 11	Chieko no restaurante	140
Figura 12	Foto de Yana Novikova	140
Figura 13	Ana	143
Figura 14	Sarah no reencontro final com Leeds	146
Figura 15	Sarah falando de Marian a Leeds	147
Figura 16	Lara sendo questionada pela professora por não cumprir seus deveres	149
Figura 17	Lara interpretando um filme para Kai	150
Figura 18	Heather ao lado de sua mãe Nita	153
Figura 19	O Grito	154
Figura 20	Chieko na lanchonete	155
Figura 21	Chieko	158
Figura 22	Sandrine	161
Figura 23	Nita em dialogo com Mari	163
Figura 24	Documentário Seremos Ouvidas(2020)	165
Figura 25	Dois enunciados do documentário <i>Seremos Ouvidas</i> (2020)	166
Figura 26	Klícia	168
Figura 27	Filhos do Silêncio (1986)	169

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Elementos e descrição da Pesquisa	26
Quadro 2	Objetivos Específicos X Esquete correspondente	27
Quadro 3	Resultados da busca bibliográfica em fevereiro de 2024	37
Quadro 4	Atualização da busca bibliográfica em agosto de 2025	37
Quadro 5	Apresentação e classificação das teses e dissertações relacionadas à temática mulheres surdas	40
Quadro 6	Artigos	44
Quadro 7	Produções acadêmicas selecionadas	48
Quadro 8	Triagem inicial de produções fílmicas com mulheres surdas (continuação)	51
Quadro 9	Filmes selecionados e personagens surdas femininas	55
Quadro 10	Número de alunas surdas matriculadas no Instituto	109

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
 ESQUETE 01 - MAPAS EM MOVIMENTO: OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA-CARTOGRÁFICA	29
1.1 O cartógrafo em ação: cartografia como método em movimento	31
1.2 A produção acadêmica como território discursivo	36
1.3 O cinema e a cena como intercessores da pesquisa-cartografia	49
1.3.1 Filhos do Silêncio (1986)	55
1.3.2 A Música e o Silêncio (1996)	56
1.3.3 Som e Fúria	56
1.3.4 Ana (2004)	57
1.3.5 Babel (2006)	57
1.3.6 Sou Surda e Não Sabia (2009)	58
1.3.7 A Gangue (2014)	58
1.3.8 Seremos Ouvidas (2020)	59
1.4 Entre fronteiras: a mobilidade internacional como gesto cartográfico e os afectos da pesquisa na Argentina	61
 ESQUETE 2 - TECELAGENS FILOSÓFICAS: DIFERENÇA, FEMINISMOS E FILOSOFIAS SITUADAS	65
2.1 Entre máquinas desejantes e rizomas	67
2.1.1 Linhas, agenciamentos, territorialização e desterritorialização	72
2.1.2 Matriz de experiência e regimes de verdade	77
2.1.3 Corporeidade, afectos e potência	81
2.2 Estudos Feministas: gênero como produção e disputa de corpos	82
2.2.1 Gênero como tecnologia	84
2.2.2 Performatividade e agência (Butler)	88
2.2.3 Interseccionalidade e produção da diferença	92

 ESQUETE 03 - CINEMA COMO DISPOSITIVO-AGENCIAMENTO NA PRODUÇÃO DA CORPOREIDADE SURDA FEMININA	94
3.1 Cinema como máquina de pensamento e poder: dispositivo e agenciamento	96
3.2 O cinema como tecnologia de gênero	98
3.3 A produção discursiva da surdez no cinema	101
3.4 Corpo surdo feminino: capturas, apagamentos e disputas de existência	104
 ESQUETE 4 - ENTRE PLANOS E TERRITÓRIOS: A CORPOREIDADE DAS MULHERES SURDAS NA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA	107
4.1 Apresentação e análise das produções científicas	108
4.2 Cartografia da produção acadêmica brasileira	128
 ESQUETE 5 - ENTRE CAPTURAS E INVENÇÕES: CARTOGRAFIAS DA CORPOREIDADE SURDA FEMININA NO CINEMA CONTEMPORÂNEO¹²⁷	136
5.1 Eixo 1- Patologização e gênero na experiência surda feminina	137
5.2 Eixo 2 - Desejo como campo de disputa na produção da corporeidade surda feminina	154
5.3 Eixo 3 - Corpos surdos femininos em zonas-limite da violência de gênero	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
REFERÊNCIAS	177
ANEXO	

INTRODUÇÃO

A presente tese investiga a corporeidade das mulheres surdas¹ no cinema contemporâneo, compreendendo-a como um campo de forças no qual se entrecruzam discursos biomédicos, culturais e de gênero. Aqui, a corporeidade não se reduz a um dado biológico nem se fixa como identidade, mas se produz como modo de existir em relação a um corpo afectado por normas, línguas, tecnologias e afectos que o constituem em sua materialidade e em seus possíveis. Neste contexto, inspirada em Deleuze e Guattari (1995a, 1995b, 1996, 1997, 2010, 2011, 2012) e Foucault (2014, 2017), esta pesquisa entende o corpo como superfície de inscrição de poder e lugar de emergência de diferentes forças, sempre em processo de subjetivação e resistência. No caso das mulheres surdas, essa corporeidade é duplamente normatizada pela medicalização da surdez e pelas expectativas de feminilidade que moldam seus modos de aparecer, se comunicar e habitar o mundo, produzindo, no cinema contemporâneo, narrativas, enquadramentos e regimes de visibilidade² que engendram sentidos sobre esses corpos.

Importa destacar, portanto, o que significa afirmar que esse corpo é “afectado”. Inspirada em Espinosa (Deleuze, 2002) e nas formulações contemporâneas de Luque et al. (2024), esta pesquisa compreende o afecto como força relacional, capaz de afectar e ser afectada nos encontros entre corpos, discursos, normas e imagens. Longe de se restringir à dimensão subjetiva, o afecto opera como tecnologia de gênero e instrumento do biopoder, modulando o que se torna (in)desejável e (in)aceitável. Mesmo atravessados por códigos normativos, os afectos carregam uma potência desterritorializante, o suficiente para romper regimes de verdade e instaurar devires.

Nessa perspectiva, a própria pesquisadora-cartógrafa é parte constitutiva do processo, uma vez que sua escrita nasce também dos afectos que a atravessam nos encontros com as imagens, com os discursos e com os deslocamentos da pesquisa. A cartografia, assim, envolve acompanhar corpos, inclusive o da pesquisadora, em seus movimentos de implicação, variação

¹ Nesta investigação, o termo “mulheres surdas” refere-se especificamente a mulheres cisgênero, recorte adotado para fins analíticos neste trabalho. Tal delimitação não desconsidera a diversidade das experiências trans e não binárias, mas responde às escolhas teóricas e aos objetivos desta pesquisa.

² Embora Michel Foucault (2014) não conceitue diretamente o termo regime de visibilidade, suas análises sobre o olhar, o dispositivo e a articulação saber-poder permitem compreender a visibilidade como um operador político. Na esteira dessa reflexão, autores como Gilles Deleuze (2005) entendem os regimes de visibilidade como os modos históricos e discursivos pelos quais corpos, práticas e sujeitos se tornam visíveis, reconhecíveis ou invisibilizados. É nesse sentido que o termo é empregado neste trabalho.

e resistência, reconhecendo que o conhecimento não é produzido de fora, mas se constrói no entre das relações que afectam e são afectadas.

O cinema, ao narrar e visibilizar esses corpos, configura-se como um território privilegiado para analisar e problematizar como as normas se reproduzem, se deslocam e se reconfiguram. Nas imagens audiovisuais condensam-se discursos que constroem e regulam a surdez feminina e, também, as fissuras por onde emergem gestos de resistência e invenções de si. Dessa forma, compreende-se o cinema contemporâneo como tecnologia de gênero (De Lauretis, 1994) que produz discursos que normalizam a corporeidade surda feminina, mas também como território rizomático (Deleuze; Guattari, 1995, 2011), no qual se entrelaçam linhas molares, moleculares e de fuga que desestabilizam essas mesmas normas, abrindo espaço para outros modos de existência. Nesse movimento entre captura e criação, o cinema atua como dispositivo político e sensível, que revela como o poder e o desejo se articulam na constituição das corporeidades surdas femininas e nos modos pelos quais aparecem, desaparecem ou se reinventam no campo audiovisual.

Nesse sentido, ao abordar a corporeidade das mulheres surdas em produções audiovisuais, esta tese propõe uma cartografia que mobilize os encontros visuais, sonoros e gestuais que atravessam esses corpos – movimentos que podem tanto ampliar quanto restringir suas potências de existir. Essa abordagem evidencia como as corporeidades surdas femininas são continuamente compostas por dinâmicas que as excedem, tensionam ou limitam, colocando em foco as variações que emergem nas imagens e nos modos de aparecer. Esses atravessamentos, por sua vez, incidem igualmente sobre o próprio processo investigativo, que se desenvolve em diálogo constante com tais variações e se transforma à medida que acompanha seus deslocamentos. Trata-se, assim, de produzir um mapa em movimento, sempre inacabado, das tensões que conformam seus modos de aparecer e existir no campo cinematográfico.

Ao articular referenciais dos Estudos Surdos³, dos Estudos Feministas⁴ e da Filosofia da Diferença⁵, esta tese elabora uma análise sensível às multiplicidades que atravessam esses corpos, reconhecendo a surdez e o feminino como dimensões que se entrelaçam de maneira singular na constituição de corporeidades complexas, potentes e sempre provisórias.

Os Estudos Surdos compõem um território de pesquisas em educação e de proposições políticas que compreendem a surdez e as pessoas surdas a partir de uma perspectiva antropológica e sociocultural, em oposição à concepção médica, tradicionalmente centrada no déficit orgânico. Em outras palavras, esse campo propõe inverter a lógica das representações hegemônicas que sustentaram historicamente a invenção dos chamados normais e anormais (Skliar, 2010; Rangel, 2012; Lopes, 2017; Fernandes, 2019). Como destaca Skliar (2010, p.5):

Os Estudos Surdos se constituem enquanto um programa de pesquisa em educação, onde as identidades, as línguas, os projetos educacionais, a história, a arte, as comunidades e as culturas surdas são focalizadas e entendidas a partir da diferença, a partir de seu reconhecimento político. Falar da diferença provoca, ao mesmo tempo, uma problematização sobre a oposição entre normalidade e anormalidade e, inclusive, a problematização da própria normalidade, do cotidiano (Skliar, 2010, p.5).

Se os Estudos Surdos problematizam a normalização e a diferença, os Estudos Feministas contribuem para essa discussão ao enfatizar categorias analíticas instáveis e em constante transformação (Louro, 2003) considerando que

[...] não há possibilidade – nem pretensão – do estabelecimento de um conjunto de conceitos teórico-metodológicos assentados, estáveis, mais ou menos indiscutíveis e aceitos por todas/os. A proposição é operar com categorias analíticas instáveis, é movimentar-se em meio a um campo teórico que está em contínua construção, que acolhe a crítica como parte de sua construção (Louro, 2003, p.145).

³ Os Estudos Surdos constituem um campo de conhecimento que reúne reflexões sobre a surdez e os sujeitos surdos em uma perspectiva antropológica e sociocultural (Skliar, 2010; Rangel, 2012; Lopes, 2017; Fernandes, 2019). No Brasil, esse campo emergiu na área da educação a partir dos estudos desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS), sob coordenação do professor Dr. Carlos Skliar, ganhando notoriedade a partir da década de 1990 (Lopes, 2017).

⁴ No âmbito dos Estudos Feministas, esta pesquisa mobiliza referenciais que concebem o gênero como processo histórico, político e relacional – sempre em disputa – e que permitem analisar como corpos femininos são produzidos, regulados e, ao mesmo tempo, capazes de inventar outras formas de existência. A compreensão do gênero como categoria instável e continuamente reelaborada (Louro, 2003) articula-se aqui às perspectivas interseccionais (Collins, 2019; Akotirene, 2019) e aos feminismos plurais (Ribeiro, 2020), que enfatizam as diferenças situadas e os modos como marcadores como gênero, raça, classe, deficiência e língua configuram regimes de poder. Nesse percurso teórico, destacam-se as contribuições de De Lauretis (1994) e de Luque et al. (2024), que concebem o gênero como tecnologia, isto é, como conjunto de práticas, discursos e dispositivos que fabricam subjetividades e orientam modos de viver.

⁵ Esta pesquisa se apoia nos estudos da diferença desenvolvidos a partir de Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari.

Nesse horizonte, as formulações De Lauretis (1994) possibilitam compreender o gênero como tecnologia, isto é, como conjunto de práticas que fabrica sujeitos e orienta modos de viver, enquanto Butler (2018, 2019) reforça a dimensão performativa e reiterativa dessas práticas na constituição do gênero. A noção de interseccionalidade, tal como discutida por Collins (2019) e Akotirene (2019), também orienta esta pesquisa, ao reconhecer sistemas de opressão entrelaçados que atravessam gênero, raça, deficiência e outros marcadores sociais. Destaca-se, ainda, a contribuição de Luque et al. (2024) que também problematizam os afectos como tecnologias de gênero e ferramentas do biopoder, fundamentais para refletir sobre processos de subjetivação e normatização. Assim, os Estudos Feministas oferecem subsídios para tensionar a naturalização do feminino, reconhecendo tanto as opressões quanto as potências e linhas de fuga que atravessam esses corpos.

Ao adotar a perspectiva da filosofia da diferença⁶, coloca-se um desafio importante: como pensar o corpo feminino surdo sem recair em uma lógica essencialista de identidade? Esse dilema se intensifica no âmbito dos Estudos Filosóficos da Diferença, sobretudo ao investigar a corporeidade dessas mulheres e suas formas de vida. A tensão entre essa abordagem e a noção de identidade pode suscitar questionamentos, já que os autores dessa tradição teórica mantêm uma postura crítica em relação às categorias identitárias. Sem a pretensão de oferecer uma resposta definitiva a esse debate, apresento, a seguir, algumas reflexões que fundamentam minha escolha teórica.

Seguindo a perspectiva de Rodrigues (2019), a filosofia da diferença rejeita os fundamentos das discriminações, ao mesmo tempo em que recusa a noção de igualdade abstrata que apaga as singularidades; antes, sustenta a afirmação da diferença como constitutiva dos sujeitos e das relações sociais. Essa discussão dialoga com a análise de Luque et al. (2024), que argumentam que a categoria identidade possui um caráter epistemologicamente problemático e politicamente ultrapassado – questão debatida desde o final do século XX, em razão de seu enraizamento essencialista, que a postula como integral, racional e unificada. Segundo esses autores, tal configuração é insuficiente para abarcar as multiplicidades contemporâneas, atravessadas por interseccionalidades de classe, raça e gênero, entre outros marcadores sociais.

No entanto, apesar da inegável variedade inerente à natureza humana, variedade que não pode ser reduzida, o mundo continua sendo organizado, repartido e distribuído com base

⁶ A filosofia da diferença é um campo do pensamento filosófico que se distancia das abordagens tradicionais centradas na semelhança e na identidade, enfatizando a singularidade e a multiplicidade. Esse campo inclui diversas correntes, com pensadores como Deleuze, Guattari e Foucault.

em regimes de verdade (Foucault, 2014), os quais estabelecem normas e orientam condutas sobre corpos individuais e coletivos. Em outras palavras, ainda que a lógica identitária esteja sendo deslegitimada, políticas públicas e práticas sociais permanecem, em grande medida, influenciadas por essas normas, sobretudo no que diz respeito aos corpos pertencentes a grupos minoritários e/ou minorizados⁷. Todavia, a minha abordagem cartográfica desloca essa discussão, compreendendo o corpo feminino surdo como território de devires múltiplos, e não apenas como suporte de práticas normativas.

Nesse contexto, argumenta-se que a filosofia deleuze-guattariana “não só permite como exige que seus conceitos sejam moldados segundo o caso em que se aplicam” (Rodrigues, 2019, p.84). Tal proposição pode ser mobilizada no estudo dos corpos de mulheres surdas, pois a filosofia da diferença não se limita a classificar os sujeitos apenas como diferentes (em relação a um padrão) ou indiferentes (sem distinções), mas propõe compreender a diferença como um processo contínuo de construção. Isso significa que tais processos de diferenciação não são estáticos, pré-definidos ou conclusivos, mas estão sempre em movimento, produzindo novos modos de existir, sentir e se relacionar. Assim, essa abordagem teórica pode ser acionada para pensar as multiplicidades e devires da surdez, recusando concepções essencialistas e possibilitando a subversão dessas categorias. Em outras palavras, em vez de categorizar ou cristalizar a experiência da surdez, a perspectiva proposta propicia uma compreensão mais fluida e dinâmica da corporeidade de mulheres surdas, concebendo-a como território onde múltiplos devires podem emergir e se transformar continuamente.

Na mesma direção crítica às identidades fixas, a teoria da performatividade de gênero proposta por Butler (2018, 2019) oferece subsídios para compreender como os corpos de mulheres surdas são construídos no interior de discursos normativos que articulam gênero e surdez. Ao questionar a noção de naturalidade, a performatividade evidencia que tais corpos não são dados, mas constituídos por atos reiterados que produzem e reproduzem normas. Essa

⁷ É importante destacar que, ao utilizar o conceito de minoria, não me refiro a uma questão quantitativa, mas a um aspecto qualitativo. Nas palavras de Deleuze (2010): “[...] minoria tem dois sentidos, sem dúvida ligados, mas muito diferentes. Minoria designa, primeiro, um estado de fato, isto é, a situação de um grupo que, seja qual for o seu número, está excluído da maioria, ou está incluído, mas como uma fração subordinada em relação a um padrão de medida que estabelece a lei e fixa a maioria. Pode-se dizer, neste sentido, que as mulheres, as crianças, o Sul, o terceiro mundo etc. são ainda minorias, por mais numerosos que sejam. Esse é um primeiro sentido do termo. Mas há, imediatamente, um segundo sentido: minoria não designa mais um estado de fato, mas um devir no qual a pessoa se engaja” (Deleuze, 2010, p. 63 - grifos do original). Nesse contexto, quando uso o termo minoritário, refiro-me a esse primeiro sentido, que implica a exclusão da maioria. Já minorizado diz respeito à potência desse mesmo grupo minoritário na criação de novas formas de expressão, novas maneiras de ser e de estar no mundo. Portanto, minorizado também se relaciona aos aspectos de potência e de resistência desses grupos sociais frente aos estigmas sociais impostos pelo grupo maior.

compreensão se articula à abordagem cartográfica ao permitir o mapeamento dos modos como tais atos performativos moldam subjetividades, apontando, simultaneamente, para fissuras e possibilidades de reinvenção. Embora essas repetições possam consolidar estereótipos a exemplo da objetificação e da submissão para as mulheres, ou limitação das potencialidades dos surdos, elas também contêm a potência de deslocamento, operando como linhas de fuga que tensionam as normas vigentes.

Compreender a experiência da surdez e do gênero como uma construção histórica de subjetividades, atravessada por práticas de normalização e resistência, fundamenta a escolha metodológica desta pesquisa. Inspirada na filosofia da diferença, alinhada à perspectiva de Deleuze e Guattari (1995, 2011, 2012) e complementada por princípios foucaultianos sobre as relações de poder, a pesquisa adota a cartografia filosófica como ferramenta de análise sensível às multiplicidades, aos devires e às linhas de fuga que compõem as corporeidades surdas femininas. Essa abordagem diverge de perspectivas fixas e essencialistas, priorizando processos, variações e agenciamentos que se produzem em contextos concretos. Diferentemente da cartografia geográfica, a cartografia aqui proposta acompanha processos em produção, mapeando acontecimentos e relações de poder que permeiam as formas de subjetivação. Como ressaltam Prado Filho e Teti (2013, p.51):

Um objeto politicamente relevante para análises cartográficas seriam, portanto, práticas de normalização em domínios diversos tais como: loucura, sexualidade, criminalidade, saúde, educação, entre outros. Nesse caso, como em outros tantos, a cartografia serve como método e instrumento ligados à problematização de uma história do presente, na medida em que possibilita uma crítica do nosso tempo, permitindo também enfrentar enunciações, modos de sujeição e resistir a jogos de objetivação e subjetivação que fazem de nós aquilo que somos (Prado Filho; Teti, 2013, p.51)

A cartografia pertence à natureza do rizoma⁸, conceito deleuze-guattariano inspirado na botânica. O rizoma se constitui como um emaranhado de linhas, sem ponto central, começo ou fim, funcionando como uma teia complexa que possibilita reflexões acerca de questões contemporâneas. Considerando a multiplicidade, a não binariedade, as incertezas e rupturas que o atravessam (Barreto; Carrieri; Romagnoli, 2020), o rizoma oferece uma abordagem peculiar para a análise e mapeamento de fenômenos sociais.

Em outras palavras, Deleuze e Guattari (1995a) propõem uma análise cartográfica baseada na imagem do rizoma, delineando não apenas linhas duras, as quais configuram

⁸ Na Esquete 2 os conceitos de rizoma e cartografia são retomados e apresentados com maior profundidade.

processos de subjetivação moldados por saberes hegemônicos e normativos, mas também linhas flexíveis e linhas de fuga, que ao transgredirem as estruturas estabelecidas, viabilizam a resistência a essas mesmas formas normativas de subjetivação.

Neste contexto, considerando o desenvolvimento da temática desta investigação, sobre a corporeidade de mulheres surdas e os modos de vida que emergem no interior das discursividades cinematográficas; é relevante destacar que, historicamente no Brasil, a liderança nas lutas por uma educação de qualidade para pessoas surdas tem sido marcada pela presença de mulheres. Klein e Formozo (2008, n.p.) já destacavam o caráter central dessa questão ao afirmarem que “É hora de os estudos feministas deterem-se nessas mulheres, por tanto tempo silenciadas, exploradas e violentadas. Elas têm muito a contribuir nas discussões dos cruzamentos das diferenças”, assim, a ampliação de pesquisas voltadas às experiências de mulheres surdas responde não apenas a uma lacuna na produção acadêmica, mas também a uma necessidade científica e social de reconhecer seus protagonismos, tensões e modos de existência.

Nesse território, as linhas molares, moleculares e de fuga constituem-se nos processos de subjetivação dessas mulheres. A partir delas, compreendemos os saberes que emergem e as referências sociais que os conformam. Tais saberes alimentam perspectivas socialmente produzidas, das quais decorrem as próprias construções subjetivas das mulheres surdas; essa experiência com a diferença reverbera em nossas vidas e na formulação de políticas públicas.

No âmbito dessa atividade, a cartografia sempre se realiza a partir da perspectiva do pesquisador, que se envolve ativamente na busca das tramas e assume o papel de cartógrafo. Esse processo implica deixar-se afectar pelos encontros e experiências vivenciadas durante a pesquisa. É importante ressaltar que, se outra pessoa realizasse a mesma cartografia, seria ativada por diferentes conexões e processos, resultando em um mapeamento também distinto.

Em suma, o exercício do cartógrafo consiste em mapear as tramas do rizoma, considerando os agenciamentos, os territórios e as linhas que o compõem. Não se trata de representar objetos, mas de mobilizar processos, recorrendo a distintas ferramentas metodológicas. Diante disso, a relevância social desta pesquisa está justamente no propósito de mapear as linhas que compõem, atualmente, o lugar social e histórico da corporeidade de mulheres surdas, identificando as potências contidas nessas existências.

Essa cartografia, contudo, não parte de um olhar externo e neutro, mas se inscreve também na minha própria trajetória profissional que influenciou diretamente essa investigação. Atuando com alunos surdos, como professora da educação básica de 2004 a 2017, testemunhei

como as dinâmicas institucionais reforçam desigualdades de gênero dentro da própria comunidade surda. Quando a escola opera como um molde rígido, onde todos os alunos devem se ajustar a um formato preestabelecido, os espaços reservados às meninas e adolescentes surdas tendem a ser ainda mais restritos do que os dos meninos. Dito de outro modo, ao longo da minha trajetória como docente, pude observar que, quando a escola é de vidro⁹ e todos os alunos devem se moldar a um pote, os potes destinados às meninas e adolescentes surdas são menores do que os dos meninos surdos.

Recordo-me, com grande pesar, de uma reunião com os pais de uma aluna surda, na qual o padrasto da criança, também surdo, ao ser orientado sobre o desenvolvimento da estudante, afirmou que o aprendizado do Português não seria necessário, pois Sônia¹⁰, futuramente, permaneceria em casa, desempenhando funções domésticas e cuidando dos filhos com o auxílio do governo. A mãe, que estava presente na reunião, desempenhava o papel de cuidadora do lar e não questionou as observações feitas em relação à filha.

Posteriormente, já atuando como professora no curso de Licenciatura em Pedagogia, acompanhei o ingresso de uma aluna surda de 33 anos, mãe de duas crianças. Em diálogo com ela, a estudante relatou dificuldades significativas na Língua Portuguesa, tanto na modalidade oral quanto na escrita, além de mencionar que seu marido, ouvinte, não dominava a Língua Brasileira de Sinais (Libras), o que restringia de maneira considerável a comunicação entre ambos.

Ao ser reprovada, por faltas e participação insuficiente, em duas disciplinas sob minha responsabilidade, a aluna apresentou a justificativa de que era impossível conciliar os estudos com as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos, por considerar que essas funções, em razão de seu gênero, eram de sua exclusividade.

Esses relatos, somados a muitos outros que vivenciei ao longo da minha trajetória docente, demonstram que a condição de ser mulher atravessa profundamente a experiência da surdez, delimitando lugares e papéis ainda mais restritos para meninas e mulheres surdas, em

⁹ Alusão ao texto de Ruth Rocha (1986): Quando a escola é de vidro?

¹⁰ Sônia é um nome fictício atribuído por mim, enquanto pesquisadora-cartógrafa, como uma escolha política. No caso, refere-se a uma estudante de apenas 10 anos, matriculada no quinto ano do ensino fundamental, que, como consequência de anos frequentando classes regulares sem qualquer suporte – nem mesmo de um intérprete de Libras –, apresentava um atraso significativo na aprendizagem dos conteúdos escolares. O nome Sônia não foi escolhido ao acaso: Sônia Maria de Jesus é o nome de uma mulher surda que, conforme noticiado pelo Correio Braziliense, “trabalhou por 40 anos em regime análogo à escravidão na casa do desembargador Jorge Luiz de Borba, em Florianópolis” (Oliveira, 2025, online).

comparação a seus pares masculinos. Os meninos surdos, assim como os homens surdos em geral, não costumam ser submetidos às mesmas expectativas de restrição ao espaço doméstico ou de abnegação em relação ao estudo e ao trabalho.

Essa assimetria de gênero, presente também na comunidade surda, constitui um elemento decisivo na produção das corporeidades femininas surdas, ao reforçar normas de gênero que se articulam a barreiras sociais, comunicacionais e educacionais historicamente construídas em torno da surdez. O cenário apresentado evidencia a necessidade de pesquisas que abordem, de forma integrada, as desigualdades que afetam as pessoas surdas e que, ao mesmo tempo, dialoguem com os estudos sobre mulheres. Essa integração justifica-se pelo fato de que essas duas vertentes – os Estudos Surdos e os Estudos de Gênero – ainda pouco se articulam. Nesse sentido, as abordagens interseccionais mostram-se fundamentais no campo acadêmico, sobretudo porque as construções sociais sobre o feminino e sobre a surdez impactam diretamente as políticas públicas, precisando, portanto, ser estudadas e compreendidas em sua complexidade, conforme afirmam Perlin e Vilhalva (2016, p.151):

Muitos homens e mulheres recebem uma educação que tende a inferiorização de tudo que se relaciona ao feminino, e os direitos das mulheres não são efetivamente reconhecidos permanecendo ainda mentalidade sexista e preconceituosa. Daí que a mulher surda é igualmente atingida e sofre esse problema social. A mulher surda é comparada à mulher deficiente. Muitas vezes a sociedade continua com a educação colonialista sobre a mulher surda sem noção de sua diferença. No momento em que somos chamadas de deficientes, somos comparadas às mulheres ouvintes. Essa é uma representação que assume aspectos de discriminação, de nossa língua e cultura, pelo completo desconhecimento do valor linguístico que a língua de sinais possui e também pelo completo desconhecimento da significação do ser mulher surda, ou seja, ser uma pessoa que entende o mundo pelos olhos e necessita de informação em sua língua visual (Perlin; Vilhalva, 2016, 151).

Além disso, os estudos dessas autoras apontam que o processo de reconhecimento e empoderamento da mulher surda passa, necessariamente, pela garantia de uma educação bilíngue (Libras/Português), o que exige a implementação de políticas linguísticas inclusivas tanto na escola quanto na sociedade como um todo. Essas duas instâncias se configuram como instrumentos para o desenvolvimento da mulher surda, por meio de sua língua visual, possibilitando o acesso a direitos fundamentais da existência humana e permitindo que ela realize suas próprias escolhas.

Entretanto, no campo educacional, observa-se um embate entre os defensores da inclusão escolar, por meio exclusivo de classes ou escolas regulares, e as comunidades surdas organizadas, que reivindicam a oferta de classes ou escolas bilíngues (Libras/Português) na educação de surdos sinalizadores. Nesse contexto, tornam-se evidentes políticas educacionais

frágeis e inconsistentes direcionadas a essa população, o que resulta, muitas vezes, no abandono do processo de ensino e aprendizagem por parte de alunos surdos (Fernandes, 2019).

As pesquisadoras e ativistas do movimento surdo brasileiro denunciam que a educação da mulher surda torna-se ainda mais comprometida:

A mulher surda esteve e está correndo o risco de ser cada vez mais afetada pela não alfabetização e conseqüentemente estão engrossando os cursos de EJA que atendem pessoas que se escolarizam mais tarde. Permanece a triste incidência do quadro da mulher surda que não recebeu educação [...]. Essas mulheres são tidas como incapazes de decidir sobre si mesmas (Perlin; Vilhalva, 2016, p.152).

Diante do fracasso escolar de inúmeras mulheres surdas, o estigma em torno da sua incapacidade ganha mais força no tecido social, como declaram Perlin e Vilhalva (2016):

A visão de incapacidade, atribuída à mulher surda pela sociedade, prevalece inconstante e está mais viva que nunca. Somos tidas como incapazes de cuidar de nossos filhos, dirigir nossas vidas, decidir os destinos dela, de nosso corpo, nossos objetivos, nos locomovermos etc (Perlin; Vilhalva, 2016, p.152).

A concepção de incapacidade retratada pelas autoras remete à visão da surdez como déficit orgânico e à perspectiva discursiva patologizante dessa condição humana, ainda frequentemente compreendida como deficiência ou anormalidade. Entretanto, ao enfatizarem a necessidade de políticas educativas e linguísticas voltadas às mulheres surdas, as autoras deixam claro o posicionamento político das ativistas surdas em favor do reconhecimento da diferença: “Não somos a mulher deficiente, e sim a mulher que usa outra língua, que tem suas tradições culturais com suas experiências visuais e que precisa conservá-las para poder viver de forma condizente” (Perlin; Vilhalva, 2016, p.153).

Essa disputa discursiva em torno da surdez e das mulheres surdas pode ser analisada a partir de referenciais que problematizam a normatividade, os regimes de poder e as possibilidades de resistência.

Em suma, no contexto desta pesquisa, a cartografia se justifica por estar alinhada ao objetivo geral do trabalho, que consiste em cartografar, a partir das imagens e narrativas do cinema contemporâneo, os territórios onde emergem as aparições de mulheres surdas. O processo interroga as formas pelas quais suas corporeidades são construídas e tensionadas entre normas e invenções – pela composição de cenas e pelos afectos que as atravessam –, evidenciando discursos e dispositivos que operam nesses processos.

Desse modo, optou-se pelo uso do termo *Esquete* em lugar de capítulo, como escolha metodológica alinhada à cartografia inspirada em Deleuze e Guattari (1995a, 1995b, 1996, 1997, 2010, 2011, 2012). No campo audiovisual, a esquete remete a uma pequena cena ou

unidade narrativa que, mesmo breve, condensa sentidos e afectos e se conecta a outras, compondo o filme em sua multiplicidade.

Aproximando essa noção ao campo da escrita acadêmica, cada esquete desta tese funciona como uma cena cartográfica: um bloco de sentido que não se fecha em si mesmo, mas se articula com os demais por linhas de força, desvios e intensidades. Ao contrário do capítulo, que tende à clausura e à teleologia, isto é, ao fechamento e à ideia de caminhar para um fim predeterminado, a esquete rompe com essas amarras e se abre ao inacabado, ao rizomático e ao múltiplo. Desse modo, assim como um filme pode ser lido a partir de suas cenas, a tese se organiza em esquetes que convidam o leitor a entrar em diferentes pontos da cartografia, ativando processos em movimento e reconhecendo que o conhecimento aqui produzido não é fixo, mas provisório, transitório e aberto a novas conexões.

Dessa forma, adotar o termo esquete é afirmar uma escrita que se aproxima da lógica do cinema e da cartografia: articular processos em produção, reconhecer a incompletude e sustentar a fluidez do conhecimento, tal como propõe a filosofia da diferença.

Neste contexto, o objetivo geral desta tese consiste em cartografar os territórios onde emergem as aparições de mulheres surdas a partir das imagens e narrativas do cinema contemporâneo. Acompanha-se, pela composição de cenas e pelos afectos que as atravessam, as formas pelas quais suas corporeidades são construídas e tensionadas entre normas e invenções, evidenciando os discursos e dispositivos que operam nesses processos.

Para alcançar essa meta, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

(i) explicitar os princípios teóricos e ético-metodológicos da cartografia deleuze-guattariana, situando o percurso investigativo e as implicações do pesquisar com o corpo em movimento, em diálogo com a produção do conhecimento;

(ii) apresentar as bases conceituais da Filosofia da Diferença e dos Estudos Feministas, articulando diferença, gênero, corpo e poder como operadores analíticos para pensar a corporeidade surda feminina;

(iii) discutir o cinema como dispositivo que participa da produção da corporeidade surda feminina, evidenciando seu duplo funcionamento: como tecnologia de gênero (De Lauretis, 1994), que captura e normaliza corpos; e como território rizomático (Deleuze; Guattari, 1995, 2011), onde emergem afectos, resistências e linhas de fuga produtoras de subjetividades e outros modos de existência;

(iv) cartografar a produção acadêmica brasileira sobre mulheres surdas, analisando como esse corpus tensiona as categorias de corpo, gênero e diferença em perspectiva

interseccional, e como dialoga com os Estudos Surdos e outras matrizes teóricas na construção discursiva da corporeidade surda feminina;

(v) analisar, com base nos dados emergentes da cartografia, os modos de ser e estar das mulheres surdas no cinema contemporâneo, organizando eixos analíticos produzidos a partir da composição de cenas e debatendo as marcas discursivas que atravessam essas corporeidades, à luz dos conceitos das Filosofias da Diferença, em diálogo com os Estudos Feministas e os Estudos Surdos.

A Esquete 1, *“Mapas em Movimento: os caminhos metodológicos da pesquisa-cartografia”*, apresenta o percurso metodológico que orienta este trabalho. O capítulo discute a cartografia em ação, a mobilidade internacional como gesto cartográfico, os afectos produzidos nos deslocamentos e os procedimentos adotados na construção do percurso investigativo.

A Esquete 2, *“Tecelagens Filosóficas: diferença, feminismos e filosofias situadas”*, desenvolve as bases conceituais que sustentam a análise, articulando a Filosofia da Diferença, os Estudos Feministas e debates sobre corpo, gênero, subjetivação, afectos e regimes de verdade. São abordados conceitos como máquinas desejantes, rizoma, linhas e agenciamentos, performatividade, tecnologias de gênero, interseccionalidade e discursividade das identidades sociais.

A Esquete 3, *“Cinema como dispositivo-agenciamento na produção da corporeidade surda feminina”*, discute o cinema como máquina de pensamento e poder, mobilizando conceitos como dispositivo, tecnologia de gênero e intercessor.

A Esquete 4, *“Entre planos e territórios: a corporeidade das mulheres surdas na produção acadêmica brasileira”*, mapeia estudos científicos nacionais sobre mulheres surdas, analisando como essa produção tensiona categorias de corpo, gênero e diferença em uma perspectiva interseccional e delimitando a territorialidade discursiva dessas corporeidades no campo acadêmico.

A Esquete 5, *“Entre capturas e invenções: cartografias da corporeidade surda feminina no cinema contemporâneo”*, desenvolve a análise final da pesquisa. A partir da composição cartográfica de cenas, o capítulo organiza três eixos analíticos: 1) patologização e gênero; 2) desejo como campo de disputa na produção da corporeidade surda feminina; 3) corpos surdos femininos em zonas-limite da violência de gênero – que acompanham modos de ser e estar das mulheres surdas no cinema e evidenciam capturas, afectos, linhas de força e invenções que atravessam suas corporeidades nas produções audiovisuais.

Na sequência o Quadro 1 apresenta uma síntese dos principais elementos da pesquisa, servindo como guia visual para o leitor.

Quadro 1 – Elementos e descrição da Pesquisa

Elemento	Descrição
Problema de pesquisa	De que modos o cinema contemporâneo produz e faz circular as corporeidades de mulheres surdas, e que forças de captura e invenção atravessam essas narrativas?
Tese	O cinema evidencia como as corporeidades surdas femininas se formam entre normas e forças de criação, operando simultaneamente como tecnologia de gênero e como território rizomático.
Hipótese	A análise cartográfica de cenas cinematográficas com mulheres surdas evidenciará, de um lado, os mecanismos de captura e normalização que regulam seus corpos e, de outro, as brechas e deslocamentos que possibilitam a emergência de novos modos de subjetivação, visibilidade e modos de existência.
Objetivo geral	Cartografar, a partir das imagens e narrativas do cinema contemporâneo, os territórios onde emergem as aparições de mulheres surdas, acompanhando- pela composição de cenas e pelos afectos que as atravessam – as formas pelas quais suas corporeidades são construídas e tensionadas entre normas e invenções, evidenciando discursos e dispositivos que operam nesses processos.

Quadro 2 – Objetivos específicos

Objetivos Específicos:	Esquete correspondente
Explicitar os princípios teóricos e ético-metodológicos da cartografia deleuze-guattariana, situando o percurso da pesquisa e as implicações do pesquisar com o corpo em movimento.	Esquete 1
Apresentar as bases conceituais da Filosofia da Diferença e dos Estudos Feministas, articulando diferença, gênero, corpo e poder como operadores analíticos para pensar a corporeidade surda feminina.	Esquete 2
Discutir o cinema como dispositivo que participa da produção da corporeidade surda feminina, analisando seu duplo funcionamento: de um lado, como tecnologia de gênero que captura e normaliza corpos; de outro, como território rizomático onde emergem afectos, resistências e linhas de fuga que produzem subjetividades e outros modos de existência.	Esquete 3
Cartografar a produção acadêmica brasileira sobre mulheres surdas, analisando como parte desse corpus se constitui em diálogo com os Estudos Surdos e outras matrizes teóricas, tensionando as categorias corpo, gênero e diferença em perspectiva interseccional, na construção discursiva da corporeidade surda feminina.	Esquete 4
Analisar, com base nos dados emergentes da cartografia, os modos de ser e estar das mulheres surdas no cinema contemporâneo, organizando eixos analíticos produzidos a partir da composição de cenas e debatendo as marcas discursivas que atravessam essas corporeidades, à luz dos conceitos das Filosofias da Diferença, em diálogo com os Estudos Feministas e os Estudos Surdos.	Esquete 5

Estabelecida essa síntese, os capítulos subsequentes aprofundam a discussão proposta por meio da articulação entre os dados coletados e o referencial teórico apresentado.

 ESQUETE 1**MAPAS EM MOVIMENTO: OS CAMINHOS METODOLÓGICOS
DA PESQUISA-CARTOGRÁFICA**

Ao refletir sobre os caminhos que me levaram a esta investigação, reconheço que a temática da corporeidade das mulheres surdas não emergiu ao acaso. Desde o início da minha trajetória como professora de alunos surdos, essa inquietação se fez presente e, ao longo dos anos, intensificou-se, até transformar-se na pergunta que me atravessa e que os primeiros movimentos desta pesquisa: que territórios sociais e históricos delineiam a corporeidade dessas mulheres?

Essa indagação, ao ser posta em movimento, deslocou-se e redesenhou-se, abrindo espaço para o mapeamento de discursos que atravessam o corpo feminino surdo em diferentes planos, especialmente no cinema contemporâneo, onde essas corporeidades são narradas, tensionadas e, por vezes, reinventadas.

Importa ressaltar que o modo como compreendo a corporeidade neste trabalho resulta da confluência entre diferentes campos teóricos. Na presente análise articulo a noção foucaultiana de matriz de experiência (Foucault, 2010), o que permite pensar o corpo como superfície histórica atravessada por práticas discursivas e relações de saber-poder, ao mesmo tempo que assume uma perspectiva inspirada na filosofia da diferença, particularmente em Deleuze e Guattari (1995a, 1995b, 1996, 1997, 2010, 2011, 2012). Para esses autores, o corpo não é uma entidade fixa, mas um agenciamento rizomático em constante composição com forças, afectos, normas e devires. A aproximação entre esses referenciais não busca conciliá-los, mas fazê-los coexistir em tensão criativa, como planos que se entrecruzam e oferecem ferramentas para cartografar os modos de existência que emergem da experiência de ser mulher e surda na contemporaneidade.

É nesse entrecruzamento, entre teoria e vivência que se delineia o olhar da cartógrafa. Como mulher, também sou atravessada por discursividades que compõem o gênero feminino e pelas normas sociais que insistem em modelar os corpos e organizar os papéis de gênero, ainda que neles se expressem possibilidades outras, devires e linhas de fuga. Por isso, essa escrita se dá também como um gesto implicado, tecido por escutas encarnadas, de afectos, que tensionam a análise e nutrem a composição desta cartografia

Esse gesto de escuta e implicação conduziu-me à busca por ferramentas teóricas que orientassem a compreensão das relações entre corporeidade, diferença e subjetivação. Nesse

percurso, explorei a filosofia da diferença, tendo trabalhado no mestrado com conceitos foucaultianos como norma, biopoder, biopolítica e racismo de Estado para problematizar a questão da anormalidade.

Já no doutorado, sob a condução atenta de minha orientadora, iniciei a leitura de Deleuze e Guattari (1995a, 1995b, 1996, 1997, 2010, 2011, 2012). Esse movimento levou-me a compreender a realidade sob uma perspectiva rizomática, na qual a subjetivação deixa de ser entendida apenas como inscrição discursiva e passa a ser percebida como agenciamento de forças, uma composição sempre provisória entre linhas normativas (molares), variações parciais nas formas instituídas (moleculares) e linhas de fuga, que abrem alternativas para outros modos de existir. Essa virada conceitual ofereceu-me novas lentes para perceber a multiplicidade, instalando um modo de pesquisar, escrever e narrar, no qual a diferença se torna o elemento fundante. Ao transformar minha forma de pensar e pesquisar, os princípios do rizoma consolidam esse novo fazer investigativo como base para o pensamento e a escuta (Cunha, 2019).

Com uma formação inicialmente marcada por perspectivas estruturalistas, o caminho do desapego das verdades fixas e representações totalizantes foi longo e, ainda hoje, permanece inacabado. Esse processo de desconstrução revelou-se fundamental para sustentar um percurso de incertezas, abrindo-me a outros modos de ver, pensar e sentir os fenômenos psicossociais, e permitindo-me afectar e ser afectada através dos encontros que compõem esta pesquisa.

Foi nesse movimento de abertura à diferença que a cartografia se apresentou como um caminho metodológico potente. Para Rolnik (2007, p.23), a cartografia não representa algo fixo ou estático, mas “[...] um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem”. Essa formulação evidencia a natureza flexível, movente e inventiva da cartografia enquanto prática de pesquisa, apropriada para acompanhar a multiplicidade das paisagens sociais e psicossociais.

A partir desse entendimento, adotei a cartografia como proposta metodológica para mapear as transformações e os agenciamentos que atravessam os corpos das mulheres surdas em produções cinematográficas contemporâneas. A seleção dos filmes e, posteriormente, a composição de cenas, que emergiram dos afectos da pesquisadora, permitem compreender as discursividades e analisar suas inter-relações, compondo movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização que orientam este trabalho.

A escrita desta tese, portanto, é sustentada pelo encontro com Deleuze e Guattari (1995, 1996, 1997, 2010, 2012) e por sua proposta de pensamento rizomático, que se contrapõe a uma

visão linear e hierárquica da realidade. Essa abordagem possibilita novos olhares para a multiplicidade, a heterogeneidade e os fluxos de subjetivação, permitindo cartografar linhas (molares, moleculares e de fuga) que atravessam o corpo surdo feminino no cinema. O mapa que se desenha aqui é sempre inacabado, flexível e sujeito a transformações.

Diante dessas primeiras aproximações, torna-se necessário explicitar quem é esse cartógrafo que se implica nos movimentos do campo e como se configuram os gestos que orientam sua prática. É a partir desse lugar implicado, atento e em constante deslocamento que se abre o próximo passo desta Esquete: compreender o cartógrafo em ação e a cartografia como método em movimento.

1.1 O cartógrafo em ação: cartografia como método em movimento

Diferente do sentido tradicional de cartografia, ligado a Geografia, onde sua função é traçar mapas, referentes às regiões, fronteiras, territórios, distribuição da população em um espaço, entre outros, aqui interessa a chamada cartografia que remete às pesquisas nos campos das Ciências Humanas e Sociais. Com efeito, para Prado Filho e Teti (2013) trata-se de uma cartografia social que

[...] liga-se aos campos de conhecimento das ciências sociais e humanas e, mais que mapeamento físico, trata de movimentos, relações, jogos de poder, enfrentamentos entre forças, lutas, jogos de verdade, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade. Não se refere a método como proposição de regras, procedimentos ou protocolos de pesquisa, mas, sim, como estratégia de análise crítica e ação política, olhar crítico que acompanha e descreve relações, trajetórias, formações rizomáticas, a composição de dispositivos, apontando linhas de fuga, ruptura e resistência (Prado Filho; Teti, 2013, p.47)

Neste contexto, cartografar significa delinear territórios existenciais, modos de vida. A cartografia não visa uma delimitação objetiva, mas explorar as possibilidades de produção de subjetividades que podem emergir a partir do mapeamento desses territórios. Trata-se de uma geofilosofia impulsionada pelas coordenadas geográficas dentro de um território, permitindo a reflexão sobre o próprio pensamento. Assim sendo, a cartografia é sempre um ponto de vista, a serviço de pensar o território e as suas forças, vale ressaltar que a cartografia não pretende ser “[...] uma ferramenta para representar o real, mas sim uma proposta de acompanhar processos de produção de realidades, inclusive os processos que o próprio investigador coloca em movimento quando se propõe a *observar* e a *intervir*” (Simonini, 2019, p.7, grifos do original).

Na esteira dessa reflexão, Kastrup (2007) argumenta que a definição de conhecimento adotada por um cartógrafo não condiz com a representação de um mundo pré-existente, de uma

realidade dada, mas sobretudo como uma prática, um processo. São ações cognitivas que vão responder pela invenção de si e do mundo. Conhecer é, portanto, inventar, criar. O sujeito e o objeto não são prévios ao conhecimento e tampouco, o conhecimento é o produto da relação destes dois pólos pregressos (Kastrup, 2007). Dessas acepções, podemos ressaltar que o exercício do cartógrafo parte da premissa de que o conhecer implica um fazer inventivo, sempre de criação. “A criação torna-se, mesmo, a gênese do método cartográfico” (Oliveira; Paraíso, 2012, p.165).

Segundo Kastrup (2007), o cartógrafo adota uma posição que compreende que o conhecimento passa pelo plano dos afectos e do corpo como um todo. Afinal, o nosso corpo é cognitivo, e a cognição não está apenas dentro da nossa cabeça; conhecemos com o corpo todo (Kastrup, 2007). Surge então a indagação: “o que pode um corpo?” (Deleuze, 2002, p.87). Em uma perspectiva espinosiana, um corpo tem o poder de afectar e ser afectado, de realizar um exercício de composição, compor com as sensações, compor com os encontros.

Nesse exercício de composição, para traçar o mapa de nosso fazer cartográfico, nos conectamos a linhas carregadas de memórias, desejos, lágrimas, lutas, sonhos, abraços, sorrisos, despedidas, recomeços, corações humanos, esperanças, revoltas, paixões. Linhas que se movem com pés delicados, embora carreguem consigo a ‘bruta flor’ do querer, a fatalidade de uma vida, o ritmo frenético de um corpo que transborda. Compor! Compor com! Compor com as sensações! A sensação remete a um devir, pois implica um abrir-se e um tornar-se, um enlaçar-se energético. Quando duas sensações ressoam uma na outra, ocorre o enlace ou o corpo a corpo. Trata-se de uma ressonância que implica um corpo a corpo puramente ‘energético’, por isso a sensação se passa entre os corpos e tem muito de imprevisibilidade (Deleuze; Guattari, 2010). De repente, um gesto silencioso comunica o imprevisível (Silva e Paraíso, 2023, p.7, destaque dos autores).

A partir dessas concepções, compreende-se que os encontros constituem a condição *sine qua non* de uma cartografia desenhada para pesquisar mulheres surdas, sendo uma das ferramentas fundamentais do cartógrafo. “Encontrar é abrir-se às conexões, às misturas e aos agenciamentos que o próprio fazer metodológico possibilita. Trata-se de uma abertura ativa, que se faz na artesanaria das relações, sempre buscando o que se passa no ‘meio’ dos corpos, das coisas e do pensamento” (Silva; Paraíso, 2023, p.4).

Vale ressaltar que nos encontramos não somente com pessoas, mas com conceitos, ideias, acontecimentos e movimentos distintos que podem surgir (Silva; Paraíso, 2023). Encontrar-se com filmes, narrativas audiovisuais, artigos científicos, dissertações, teses e demais documentos de aparição de mulheres surdas que geram sensações e compõe o olhar no fazer cartográfico que essa investigação se propõe, já que “[...] para cartografar é importante ficar à espreita, aguçar os sentidos, deixar-se atravessar pelas forças e intensidades que circulam

em um território” (Silva; Paraíso, 2023, p.5). Além disso, é essencial, também “[...] abrir-se a encontros com toda sorte de signos e linguagens, na luta para que algo nos toque amorosamente e nos ajude a encontrar um caminho para a invenção” (Paraíso, 2014, p.42).

Neste ínterim, a presente pesquisa, ao operar por meio da cartografia, não busca encontrar uma verdade, mas produz o rizoma ao criar conexões, intervindo nos processos de territorialização e desterritorialização, mapeando, traçando e compondo as linhas e tramas que se constituem nos encontros. Nesse movimento, a análise cartografa e problematiza quais produções – e seus consequentes regimes de verdade – se ativam e se engendram nas conexões, nas relações e nas alianças produzidas, construindo com elas outras possibilidades de leitura e existência. Parte-se do pressuposto de que a realidade se produz maquínica, sempre circunstancial e provisória, operando em determinados arranjos para, posteriormente, se desfazer ou se reconfigurar. Nas palavras de Silva e Paraíso (2023):

A cartografia é um modo de investigar um processo em produção, de acompanhar um traçado incerto, um certo tempo que dura. Inspirada nos trabalhos de Gilles Deleuze e Félix Guattari, ela se ocupa em estudar processos subjetivos, acompanhando os agenciamentos que possibilitam um acontecimento. A cartografia é, também, uma arte dos encontros. Isso porque tudo nela é conexão, mistura, composição, bricolagem, cruzamento, combinação. Por isso, ela exige do(a) pesquisador(a) a habitação em diferentes territórios, na perspectiva de se transformar para conhecer (Silva; Paraíso, 2023, p.2).

Portanto, na esteira de Silva e Paraíso (2023), pode-se afirmar que cartografar espaços e registros da aparição de mulheres surdas é mapear as linhas que as atravessam, que compõem a sua corporeidade num determinado tempo e espaço. É estudar processos subjetivos, habitar concomitantemente os territórios da surdez e do ser mulher. É o ato de dedicar a atenção do pesquisador para as linhas que se formam nos processos de subjetivação desses corpos e também dos processos que atuam na nossa própria compreensão, construindo nossas referências. Cartografamos os saberes que se constroem a partir dessas linhas, o que promove um modo de olhar para as mulheres surdas e para a maneira como se percebem; afinal, grupos ou indivíduos, “somos todos atravessados por linhas, são linhas que nos compõe” (Deleuze e Guattari, 1996, p.76).

Não há um único meio de fazer cartografia, pois quando se adota essa perspectiva de investigação, mais importante que a ferramenta é o uso e a leitura conectiva que o pesquisador faz a partir desta. Na cartografia não há uma receita pronta, um passo a passo, um manual ou um protocolo normativo, pois “[...] depende muito mais da postura com a qual o cartógrafo permite experimentar seu próprio pensamento” (Oliveira; Paraíso, 2012, p.167).

Em suma, a cartografia enquanto procedimento analítico permite traçar e acompanhar linhas territoriais subjetivas. Cartografar, portanto, é investigar processos em produção, o que envolve movimentos e deslocamentos, “acompanhar um traçado incerto, um certo tempo que dura” (Silva; Paraíso, 2023, p.2). Desse modo, a perspectiva cartográfica não se preocupa com começos e fins, mas sobretudo com o “entre”, com o “meio” dos processos que permeiam os territórios. “É entre as linhas de um território que se passam os acontecimentos, as pequenas resistências, as invenções moleculares, os desvios de rota, as demolições e mortes, os devires e a fuga” (Silva; Paraíso, 2023, p.2). Nessa dinâmica, compreendemos que as linhas que compõem um território são sempre incertas, a depender dos encontros, dos acontecimentos e das experimentações.

Retomando o conceito de território, reiterando a sua importância ao plano de imanência dos agenciamentos, compreende-se que território é um contínuo de processos em construção e desconstrução, é movimento. Nas palavras dos autores, território é:

[...] Como explicita Haesbaert (2006), o conceito de território é um constante fazer-se e desfazer-se, um conjunto de conexões, uma rede de relações que se autoproduz por agenciamentos. Romagnoli (2014a) aponta que nos territórios coexistem forças de natureza inventiva e formas estratificadas e endurecidas. Essas forças e formas, em constante relação, mantêm padrões cristalizados por repetição, mas abrem espaço também para novas dimensões (Barreto; Carrieri; Romagnoli, 2020, p.52). .

É importante destacar que a noção de movimento, que percorre o território, vincula-se diretamente aos incessantes agenciamentos que o compõem, promovendo estados de mudança ou permanência (Barreto; Carrieri; Romagnoli, 2020).

A partir dessas acepções, buscando entrelaçar a minha tese com os conceitos fundamentais apresentados por Deleuze e Guattari, apresento alguns dos questionamentos levantados por Barreto, Carrieri e Romagnoli (2020), adaptando-os ao tema desta investigação:

- Que território pretende-se investigar?
- Quais limites – ainda que transitórios – demarcam esse território?
- Quais elementos – humanos e inumanos/materiais e imateriais – compõem o território em questão?
- Quais agenciamentos são preponderantes nesse território?
- Quais são as linhas de segmentaridade dura?
- Quais são as linhas flexíveis? Onde estão mais presentes?
- Quais linhas de fuga podem ser identificadas?

Uma das questões que orientam a construção desta cartografia é o entendimento de que a corporeidade das mulheres surdas é atravessada por diferentes territórios discursivos, que operam simultaneamente na produção de sentidos sobre esses corpos. As perguntas inspiradas em Barreto, Carrieri e Romagnoli (2020), sobre qual território se investiga, quais são seus limites, seus elementos, seus agenciamentos e suas linhas de tensão e fuga evidenciam que esses territórios não se restringem ao cinema, mas incluem os campos que fabricam discursos sobre as mulheres surdas.

Considerando o recorte desta investigação, elegi aprofundar um desses territórios que atravessam o cinema: as discursividades presentes nas produções científicas brasileiras. Essa escolha decorre do entendimento de que tais textos não funcionam apenas como referência teórica, mas como elementos que compõem as discursividades circulantes socialmente sobre a mulher surda, influenciando práticas, percepções e modos de narrar essas corporeidades. Por isso, realizei um levantamento e selecionei produções específicas, conforme critérios apresentados a seguir, compreendendo que a síntese desses textos acadêmicos oferece um instrumento analítico potente para tensionar e enriquecer meu olhar sobre o território cinematográfico, a partir do qual a cartografia produz a leitura tanto das capturas quanto das invenções que emergem entre esses campos.

Diferentemente de uma pesquisa de estado da arte, orientada prioritariamente pela sistematização e exaustividade documental, o movimento cartográfico aqui proposto não buscou representar de forma estável um campo previamente dado. O interesse desta investigação concentrou-se na composição de conexões e problematizações que emergiram nos encontros com os materiais analisados, evidenciando forças, recorrências, tensões e deslocamentos envolvidos nos processos de constituição das corporeidades surdas femininas. Assim, as produções acadêmicas e cinematográficas foram compreendidas como territórios discursivos em movimento, atravessados por regimes de verdade, processos de subjetivação e disputas de visibilidade acerca desses corpos.

É nesse contexto que apresento um traçado do movimento cartográfico construído a partir dos rastros discursivos sobre a corporeidade das mulheres surdas na produção acadêmica brasileira. Trata-se de um gesto inicial de escuta, composição e problematização, em que os contornos dessas territorialidades começam a emergir e compor um mapa provisório que, mais adiante, permitirá colocar cinema e ciência em relação, observando como certos discursos se reforçam, se deslocam ou se friccionam.

1.2 A produção acadêmica como território discursivo

Esta investigação toma a produção acadêmica brasileira como um desses territórios que compõem e influenciam as visibilidades do corpo feminino surdo no cinema, visto que a corporeidade das mulheres surdas é atravessada por múltiplos territórios discursivos. Dessa forma iniciei um levantamento das pesquisas nacionais que tratam da surdez, do gênero e das formas de vida dessas mulheres, com o intuito de compreender como esses corpos vêm sendo situados e significados no campo científico.

Ao reunir esses textos, foi possível identificar vizinhanças discursivas: produções que se aproximam do tema por diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, abordando questões como diferença, normatividade, linguagem, gênero e corporeidade. Ainda que diversas em escopo, essas pesquisas formam um território de ressonâncias, no qual certos modos de enunciar, problematizar ou tensionar o corpo surdo feminino se tornam perceptíveis. É nesse campo que se inscreve esta cartografia preliminar, cujos critérios de seleção serão detalhados na sequência.

Nesse contexto, o contato com essas produções tornou-se fundamental para a construção das análises apresentadas na *Esquete 5: Entre capturas e invenções – cartografias da corporeidade surda feminina no cinema contemporâneo*. Importa destacar que esta primeira cartografia foi deliberadamente delimitada à produção científica brasileira. Tal escolha situa-se no lugar de onde esta tese emerge: o corpo de uma pesquisadora brasileira, atravessada por experiências e compromissos construídos ao longo de mais de vinte anos de atuação no campo da educação de surdos, da educação infantil ao ensino superior. Soma-se a isso o fato de que esta investigação se desenvolve no único programa de pós-graduação em Educação Especial atualmente em funcionamento no país – um território que persiste como polo de resistência política, teórica e institucional.

Mapear o que se tem dito, e o que permanece não dito, sobre a corporeidade das mulheres surdas no campo acadêmico nacional é, portanto, mais do que um exercício técnico; é um gesto político. Trata-se de tensionar os saberes legitimados, escutar os modos como esses corpos são tematizados, regulados, deslocados ou apagados. Essa delimitação traça contornos em solo brasileiro, como quem finca os pés em um território de enunciação para, então, estabelecer diálogos com outras narrativas; especialmente as cinematográficas, que, embora em sua maioria estrangeiras, ressoam com questões comuns.

Portanto, como desdobramento desse gesto de escuta e aproximação que orienta a cartografia, realizei, em fevereiro de 2024, uma primeira busca sistemática na Biblioteca Digital

Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Portal de Periódicos da CAPES. O acesso ocorreu via Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), por meio de login institucional vinculado à Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Tal procedimento permitiu consultar, de forma integrada o repositório Scielo e outras bases de relevância, consolidando essas fontes como os principais canais de circulação da produção científica nacional. Na composição desse primeiro conjunto de materiais, utilizei duas combinações de descritores – “mulheres surdas na história” e “mulheres and surdas”, com o operador booleano *and* como estratégia de refinamento. Essa escolha permitiu acompanhar enunciados que articulam gênero e surdez em contextos históricos e sociais específicos, compondo uma amostra inicial de produções que delineiam a paisagem discursiva em análise. Os resultados dessa triagem estão apresentados no Quadro 3.

Quadro 3 – Resultados da busca bibliográfica em fevereiro de 2024

Descritores	Periódicos Capes- CAFe	BDTD	Seleção por títulos e resumos	Seleção por títulos e resumos
			Periódicos Capes- CAFe	BDTD
Mulheres surdas na história	5	14	2	1
"mulheres" <i>and</i> "surdas"	31	53	8	2

Fonte: Elaborado pela autora

Ao longo do desenvolvimento da tese, intensificou-se a circulação de novos textos e o surgimento de produções recentes, evidenciando a vitalidade e a expansão contínua desse campo de estudos. Em resposta a esse movimento, em agosto de 2025, refiz o levantamento bibliográfico utilizando os mesmos descritores e critérios metodológicos, com o objetivo de atualizar o conjunto de produções da pesquisa e incorporar trabalhos que emergiram nesse intervalo. Os resultados dessa atualização compõem o Quadro 4, constituindo um espelhamento que reforça o caráter rizomático e processual da cartografia aqui empreendida.

Quadro 4 – Atualização da busca bibliográfica em agosto de 2025

Descritores	Periódicos Capes- CAFe	BDTD	Seleção por títulos e resumos Periódicos Capes- CAFe	Seleção por títulos e resumos BDTD
Mulheres surdas na história	1	37	1	2
"mulheres" <i>and</i> "surdas"	35	86	22	11

Fonte: Elaborado pela autora

A composição deste material foi guiada por uma leitura atenta dos títulos e resumos das produções encontradas, orientada por dois critérios principais: a afinidade com os objetivos desta investigação, especialmente no que tange à corporeidade de mulheres surdas na contemporaneidade, e a seleção de textos redigidos em língua portuguesa, incluindo artigos, dissertações e teses.

Para ampliar o alcance das buscas, optei por assinalar, tanto na BDTD quanto no CAFe, a opção de pesquisa em todos os campos, permitindo que os descritores fossem localizados em qualquer parte dos textos indexados. Essa estratégia, embora potencializadora, também resultou na recuperação de materiais sem relação direta com a temática. Por isso, a leitura criteriosa de títulos e resumos foi fundamental para delimitar os trabalhos que, de fato, assumiriam centralidade nesta tese.

No entanto, no plano cartográfico, não há lugar para neutralidade, o pesquisador não observa de fora, ele se implica. A seleção aqui operada é atravessada por muito mais do que filtros temáticos ou formais; ela responde também às afecções que produziram reverberações no corpo que investiga. Assim, a presença de certos textos no corpus não se explica apenas pela aderência a descritores ou objetivos previamente definidos, mas pela força dos encontros, às vezes tênues, às vezes abruptos, que desestabilizaram, moveram e abriram trilhas.

Produções duplicadas ou que não estabeleciam relação direta com esse plano foram deixadas de lado, respeitando o movimento seletivo próprio da cartografia, que mais do que excluir, desenha contornos.

A esse conjunto de cinquenta somaram-se três produções que chegaram por indicação de colegas do campo, no fluxo de circulação acadêmica que atravessa a pesquisa e que, no plano cartográfico, também compõem o corpo de encontros. Assim, os textos acadêmicos mapeados

totalizam cinquenta e três produções, todas submetidas à mesma triagem por títulos e resumos, conforme os critérios descritos a seguir.

O mapeamento revela um território acadêmico atravessado por diferentes formas, intensidades e temporalidades. Neste tópico, observa-se o conjunto das produções em linhas mais amplas, considerando aspectos como os tipos de publicação, ritmos de aparecimento, áreas de conhecimento e distribuição geográfica das instituições. Trata-se de um recorte inicial que oferece uma visão de conjunto do território acadêmico brasileiro em torno da temática das mulheres surdas.

Para organizar as teses, dissertações e artigos levantados, adotei a distinção entre produções nucleares e complementares. As produções nucleares são aquelas que, por sua densidade analítica e pela natureza das questões que mobilizam, apresentam maior ressonância com os temas que emergem desta investigação, especialmente no que se refere às relações entre gênero, corpo, afectos, estética e modos de subjetivação. Essas dimensões que também atravessam as discursividades cinematográficas analisadas justificam a posição central desses trabalhos no corpus, razão pelo qual são apresentados individualmente.

As produções classificadas como complementares, embora relevantes para a compreensão do campo mais amplo das pesquisas sobre mulheres surdas no Brasil, não incidem diretamente sobre os problemas específicos que orientam esta tese. Sua inclusão, portanto, tem caráter informativo, permitindo registrar a diversidade do campo sem integrá-las ao núcleo analítico desta cartografia.

Neste contexto, o Quadro 5, com teses e dissertações (ano de defesa, título, autoria, instituição, nível de formação e classificação), oferece uma visão geral do campo. Já os artigos científicos são apresentados em momento posterior, em tabela própria, a fim de destacar suas especificidades e conexões com o conjunto.

Quadro 5 – Apresentação e classificação das teses e dissertações relacionadas à temática mulheres surdas

Ano	Título	Autor(a)	Universidade	Categoria
2015	Relações entre surdez, raça e gênero no processo de escolarização de alunos surdos no Paraná	Vedoato, Sandra Cristina Malzinoti	Universidade Estadual de Londrina	Dissertação (Mestrado em Educação)
2019	Produção acadêmica (online) de pesquisadoras pós-doutoras surdas no Brasil: temas em debate	Silva, Mirian Lourdes Ferreira dos Santos	Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP	Dissertação (Mestrado em Educação)
2021	Cartografias existenciais de mulheres com deficiência auditiva e surdas trabalhadoras na cidade de Goiânia (GO)	Borba, Leticia	Universidade Estadual de Goiás (UEG)	Dissertação (Mestrado em Geografia)
2021	O pensamento higienista e eugênico na educação das surdas-mudas nas décadas de 20 e 30 do século XX	Rossi, Helena Alves	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Dissertação (Mestrado em História)
2022	A objetivação da mulher surda na ordem do digital: discursos e sentidos sobre o sujeito-corpo (de) Natália	Mendes, Ana Paula Saffe	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens)
2022	Vulnerabilidades de mulheres surdas no âmbito de sua saúde sexual e reprodutiva	Shubert, Carla Oliveira	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Tese (Doutorado em Enfermagem)
2022	Protocolo Interseccional Para Projetar Soluções Como Meio Para O Fim Da Violência Contra a Mulher: Design E Avaliação De Um Serviço Digital De Registro De Denúncia De Violência Doméstica Para Mulheres Surdas E Mulheres Com Deficiência Auditiva.	Paim, Polianna dos Santos	Universidade Federal do Paraná	Dissertação (Mestrado em Informática)
2022	Trajetória de professoras surdas no universo docente do ensino superior	Oliveira, Luiza Cátie da Rosa	Universidade Federal de Santa Maria	Dissertação (Mestrado em Educação)
2023	A (in)visibilidade das mulheres surdas: protagonismo na sociedade contemporânea	Guerretta, Clarissa Luna Borges Fonseca	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Dissertação (Mestrado em Ciência da Literatura – Literatura Comparada)

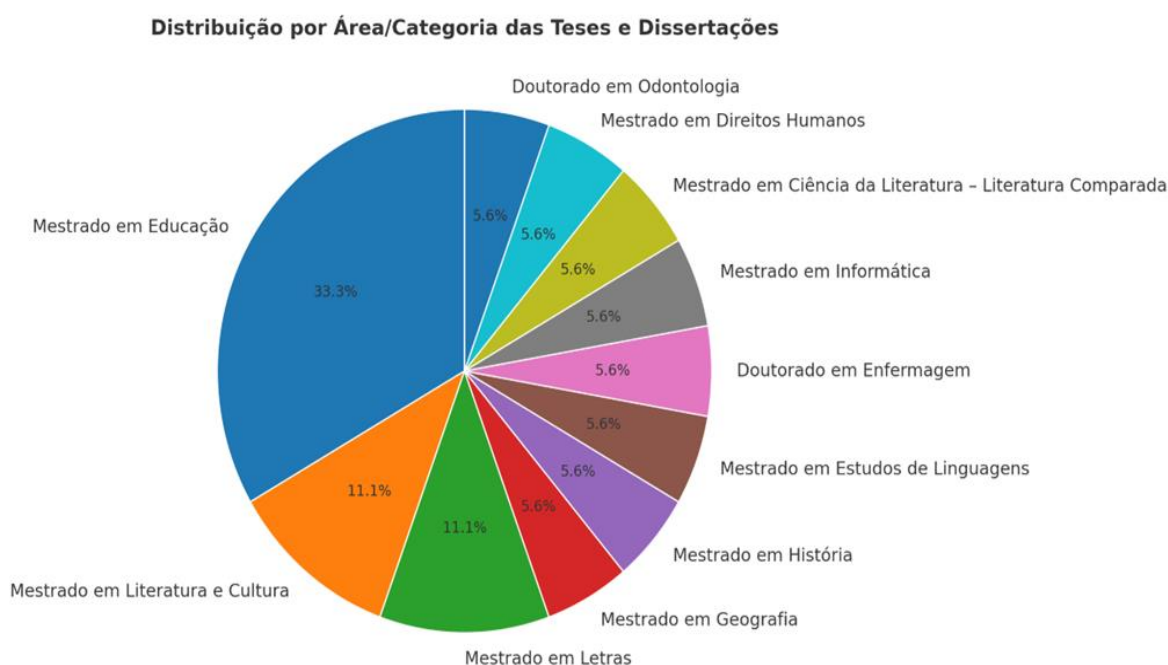
2023	A identidade surda universitária: a construção do ethos de estudantes surdas...	Lira, Karine Danielle da Costa	Universidade Federal de Pernambuco	Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos)
2023	Escrevivência sinalizadas trajetórias escolares e não escolares de mulheres negras surdas e as contribuições da Lei 10.639/2003	Santos, Marina Evaristo dos	Universidade Federal de Minas Gerais	Dissertação (Mestrado Profissional em Educação)
2023	Literatura Surda: A construção poética sinalizada de Yanna Porcino	Rodrigues, Rosecleide Ferreira Borges	Universidade Federal da Bahia	Dissertação (Mestrado em Literatura e Cultura)
2024	A estética literária na poesia de mulheres surdas nordestinas	Ramalho, Hosana Gouveia	Universidade Federal da Paraíba	Dissertação (Mestrado em Letras)
2024	"Ensinando a transgredir" : um estudo do feminismo surdo e suas contribuições para a educação de pessoas surdas	Oliveira, Giovana Maria de	Universidade Federal do Paraná	Dissertação (Mestrado em Educação)
2024	Desafios e experiências de mães surdas de filhos ouvintes.	Santos, Raquel Fabiane Nogueira de Jesus dos	Universidade Federal de Minas Gerais	Tese (Doutorado em Odontologia)
2024	A Literatura Surda Pode Ser Escrita: O que nos diz a vida da poeta surda Laura Searing...	Coutinho, Gislene Rodrigues da Silva	Universidade Federal do Espírito Santo	Mestrado em Educação
2024	Arte Feminina Surda como Política de Surdidade e Movimento de Resistência	Souza, Mauricio Damasceno	Universidade Federal da Bahia	Dissertação (Mestrado em Literatura e Cultura)
2024	O discurso sobre o abuso sexual na comunidade surda de Manaus...	Rosa, Cristiane Alves	Universidade Federal do Amazonas	Doutorado em Letras

Fonte: Elaborado pela autora

Vale destacar que não foram definidos recortes temporais nas buscas. Ainda assim, o Quadro 5 evidencia a concentração da produção nos anos mais recentes, sobretudo entre 2022 e 2024, período em que se intensificam as defesas de dissertações e teses relacionadas às mulheres surdas. Na distribuição por áreas, a Educação responde por mais de um terço das produções (33,3%), seguida pela Literatura (11,1%) e por inserções pontuais em Linguagens, Enfermagem, Geografia, História, Informática, Direitos Humanos, Odontologia e Letras.

Embora menos numerosas, essas contribuições introduzem variações significativas e ampliam as conexões no território acadêmico. As áreas foram classificadas de acordo com a titulação original dos programas de pós-graduação, sem reagrupamentos por grandes áreas, preservando a pluralidade institucional – conforme demonstra a Figura 1.

Figura 1

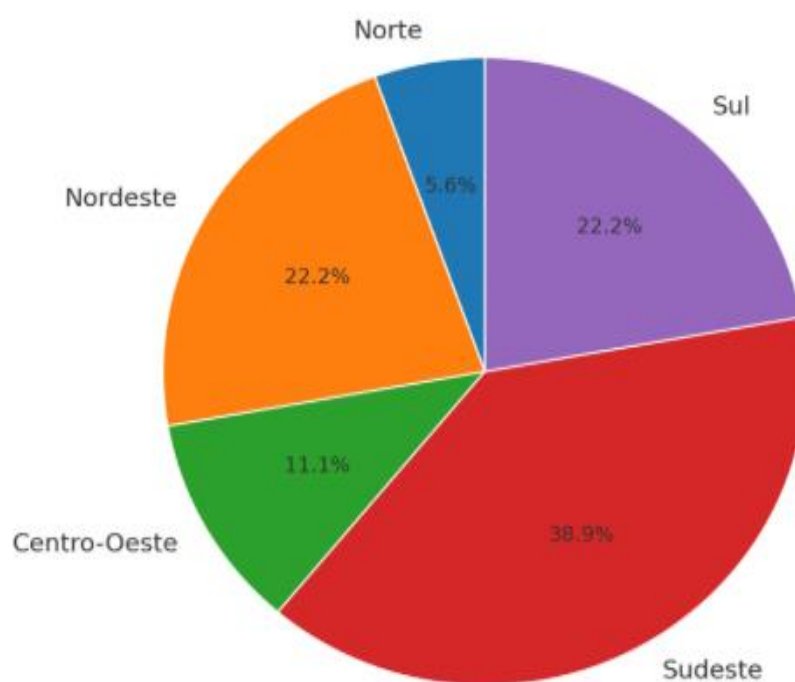


Fonte: Elaborado pela autora

No que tange à distribuição institucional, a Figura 2 evidencia a presença de universidades em diferentes regiões do país, configurando polos de intensidade que, à maneira de linhas de força em um campo rizomático (Deleuze; Guattari, 1995), sinalizam um interesse nacional crescente pela temática. Esses pólos não se definem apenas pelo volume de produções, mas pelo papel que desempenham na articulação e na circulação de saberes, criando conexões que atravessam regiões e campos disciplinares.

No recorte regional, o Sudeste concentra 38,9% das teses e dissertações, seguido pelo Nordeste e pelo Sul, cada um com 22,2% – este último reconhecido como o berço dos Estudos Surdos no Brasil. Em seguida aparecem o Centro-Oeste (11,1%) e o Norte (5,6%), evidenciando que, embora existam núcleos consolidados, novas intensidades emergem para além dos centros tradicionais, expandindo e diversificando o território investigado.

Figura 2 – Distribuição Regional das Instituições



Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação ao conjunto de artigos científicos, que compõem o panorama da produção acadêmica, o Quadro 6 apresenta a ordenação cronológica dos 35 trabalhos, revelando um crescimento expressivo do interesse acadêmico pela temática no cenário brasileiro.

Quadro 6 – Artigos

Nº	Ano	Título	Autores
1	2005	O despertar das mulheres surdas no Brasil	Vilhalva
2	2008	Gênero e surdez	Klein e Formozo
3	2010	A mulher surda e suas relações de gênero e sexualidade	Moreira
4	2016	Mulher surda: elementos ao empoderamento na política afirmativa	Perlin e Vilhalva.
5	2017	Mulheres Surdas e o acesso às informações acerca da Saúde	Thayane Fraga de Paula et al.
6	2017	A internet como ferramenta de aprendizagem e difusão cultural e linguística das mulheres surdas	Gediel, Dias e Fraga
7	2017	As mulheres surdas e o sistema público de saúde: caminhos para o acesso aos direitos sexuais reprodutivos	Gediel
8	2018	Acolher e escutar o silêncio: o cuidado de enfermagem sob a ótica da mulher surda durante a gestação, parto e puerpério	Amanda de Andrade Costa et al.
9	2019	Construção da identidade interseccional: uma análise crítica do discurso sobre mudanças sociais e discursivas de/para mulheres surdas	Cleide Emilia Faye Pedrosa
10	2019	Letramento, bilinguismo e empoderamento feminino surdo: uma análise crítica	Guedes, Silva e Dias
11	2020	Eu sou surda, tenho a minha voz	Patrocínio
12	2020	Revisão (a)sistemática sobre a atenção da psicologia às gestantes surdas	Alexsandra Machado Maffei, Rute F. Meneses
13	2020	A sombra da discriminação e as barreiras de gênero no cotidiano de mulheres com deficiência na universidade	Silva
14	2021	Representações sociais de Mulheres Surdas mirienses sobre si: da invisibilidade ao protagonismo	Aline Corrêa de Barros da Costa et al.
15	2021	Comunicação de enfermeiros na assistência ao parto: a visão de mulheres surdas	Denise Elen Costa Reis et al.
16	2021	Dupla invisibilidade: a educação de meninas surdas do século XIX no Brasil	Sofiato e Menezes
17	2021	A educação sexual da comunidade surda: perspectiva da enfermagem	Hector Lourinho da Silva et al.
18	2021	Que corpo é esse? Literatura negra surda, interseccionalidades e violências	Brito, Medeiros, Bento e Rodrigues
19	2021	Revisão de literatura: surdez e identidades interseccionais	Denari e Colombo
20	2022	Uma análise de narrativas de mulheres surdas e negras sobre suas (re)existências.	Charliane Oliveira Ferreira et al.

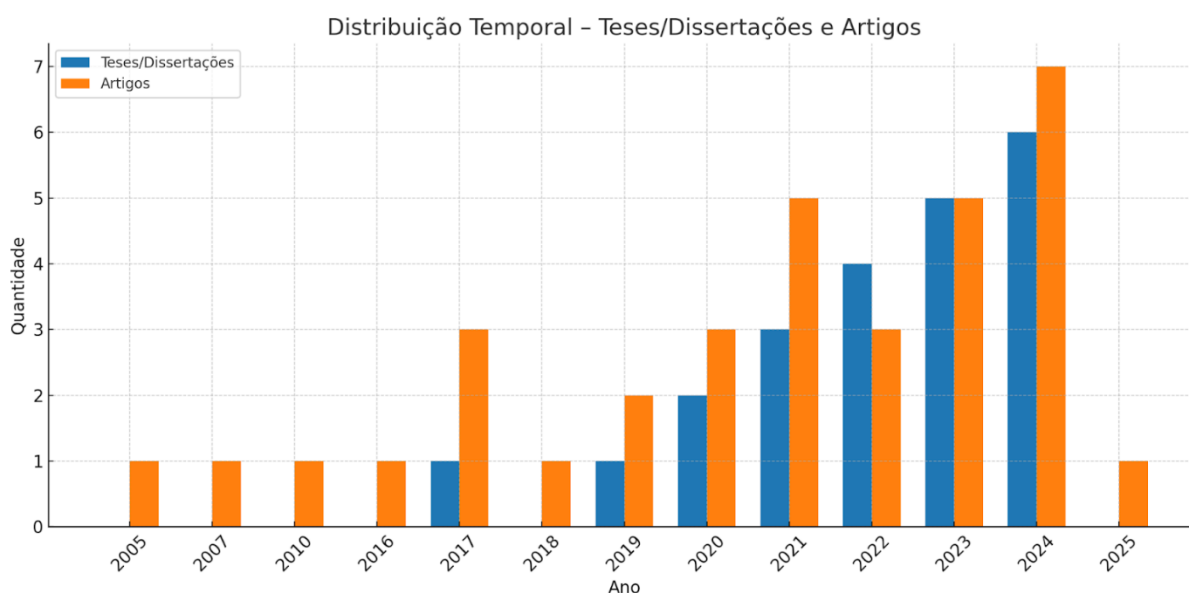
21	2022	Ideologias sobre educação bilíngue em narrativas de mulheres surdas e possíveis aproximações com a abordagem translíngue	Mairla Pereira Pires Costa et al.
22	2022	Percepções da mulher surda acerca do cuidado no sistema de saúde da gestação ao puerpério	Rodrigues, Freitas, Mororó, Júnior, Moreira e Franco
23	2023	Assistência de enfermagem e as principais barreiras enfrentadas por mulheres surdas no período gravídico-puerperal	Railane Dos Santos Ferreira et al.
24	2023	Vítima surda-muda e analfabeta	Valdeny Costa de Aragão et al.
25	2023	Construção e validação de vídeo sobre o câncer de mama para surdas	Júlia Diana Pereira Gomes et al.
26	2023	Violência contra a mulher surda: análise da conduta do enfermeiro frente aos desafios de comunicação.	Estefani Alves Melo et al.
27	2023	Ser mulher e surda em um curso de nível superior: Audismo e gênero em debate	Carlos Roberto de Lima
28	2024	Percepções e sentimentos de mulheres surdas sobre o atendimento dos serviços de saúde na gestação, parto e puerpério	Maria Fernanda Pereira Gomes et al.
29	2024	Sobre violência contra mulheres surdas: diferença de gênero e vulnerabilidade linguística	Angela Corrêa Ferreira Baalbaki, Luciane Cruz Silveira
30	2024	A estética literária na poesia de mulheres surdas nordestinas	Hosana Gouveia Ramalho, Janaína Aguiar Peixoto
31	2024	Análise da tradução da Lei Maria da Penha para Libras: percepção de mulheres surdas roraimenses.	Felipe Aleixo, Jorgiane Viriato de Andrade
32	2024	Performances literárias-poéticas de mulheres surdas: um estudo documental sobre temáticas e representações de violência contra a mulher surda	Neiva de Aquino Albres
33	2024	Política de prevenção à violência contra a mulher surda no âmbito da violência doméstica e familiar	Gildete da S. Amorim Mendes Francisco, Marilha Boldt
34	2024	Desafios da assistência de enfermagem ao período gravídico-puerperal de mulheres com surdez: revisão integrativa	Geovanna dos Santos Lalier et al.
35	2025	A compreensão do vivido da mulher surda sobre o atendimento na consulta ginecológica	Grace Kelly Silva de Freitas et al.

Fonte: Elaborado pela autora

Na Figura 3, observa-se que a distribuição temporal acompanha a tendência verificada nas teses e dissertações, com uma intensificação constante da temática sobre mulheres surdas a partir de 2021 e alcançando sua maior concentração em 2024. Esse movimento reflete não apenas o amadurecimento dos Estudos Surdos, mas também a ampliação do diálogo com os Estudos Feministas, os Estudos Decoloniais e a perspectiva interseccional, que vem ganhando centralidade no campo acadêmico brasileiro.

A partir de 2021, multiplicaram-se pesquisas que interrogam a articulação de diferentes sistemas de opressão na vida das mulheres surdas em sintonia com debates sociais mais amplos sobre gênero, raça, classe e sexualidade, deslocando leituras restritas ao déficit auditivo e situando a surdez como experiência atravessada por múltiplos marcadores sociais da diferença. Esse adensamento torna-se ainda mais evidente em 2024, quando o volume das produções atinge seu ponto mais alto, demonstrando que a interseccionalidade passou a operar como chave teórico-metodológica indispensável para compreender as corporeidades surdas femininas em suas dimensões políticas, culturais e afetivas.

Figura 3



Fonte: Elaborado pela autora

A leitura conjunta das distribuições temporal, temática e geográfica permite compreender que a produção acadêmica sobre mulheres surdas no Brasil se configura como um campo em expansão, marcado por polos de intensidade que conectam diferentes regiões, áreas de conhecimento e perspectivas teóricas. Observa-se que todos os estudos mapeados são

posteriores à Lei nº 10.436/2002 e ao Decreto nº 5.626/2005, que reconhecem e regulamentam a língua de sinais e estabelecem diretrizes para a educação de surdos na perspectiva bilíngue. Esse dado constitui um indicativo do impacto positivo dessa legislação na ampliação das produções acadêmicas.

O levantamento também evidencia a predominância feminina na autoria das pesquisas. Entre teses e dissertações, foram identificadas 17 autoras e 1 autor (18 no total), enquanto nos artigos se registram 89 autoras e 27 autores (116 no total). No conjunto, o corpus reúne 106 autoras e 28 autores, indicando que mulheres respondem por mais de três quartos das produções no campo. Destaca-se ainda a presença de pesquisadoras surdas: duas entre as teses e dissertações e cinco entre os artigos, o que reforça a relevância de sua participação direta na construção do conhecimento sobre a temática.

É a partir desse território heterogêneo e em movimento que se delineiam as produções nucleares desta pesquisa, compostas por teses, dissertações e artigos que, por sua densidade analítica, oferecem um território discursivo fundamental à análise da corporeidade de mulheres surdas no cinema contemporâneo. Essas produções serão apresentadas e tensionadas na Esquete 4, em relação direta com as discursividades cinematográficas cartografadas. Para fins de visualização, apresento a seguir o Quadro 7 com os trabalhos selecionados.

Quadro 7 – Produções acadêmicas selecionadas

Ano	Tipo de Produção	Título	Autor(a)
2005	Artigo	O despertar das mulheres surdas no Brasil	Vilhalva
2008	Artigo	Gênero e surdez	Klein e Formozo
2010	Artigo	A mulher surda e suas relações de gênero e sexualidade	Moreira
2015	Dissertação (Mestrado em Educação)	Relações entre surdez, raça e gênero no processo de escolarização de alunos surdos no Paraná	Vedoato, Sandra Cristina Malzinoti
2016	Artigo	Mulher surda: elementos ao empoderamento na política afirmativa	Perlin e Vilhalva
2017	Artigo	A internet como ferramenta de aprendizagem e difusão cultural e linguística das mulheres surdas	Gediel, Dias e Fraga
2017	Artigo	As mulheres surdas e o sistema público de saúde: caminhos para o acesso aos direitos sexuais reprodutivos	Gediel
2020	Artigo	Eu sou surda, tenho a minha voz	Patrocínio
2020	Artigo	A sombra da discriminação e as barreiras de gênero no cotidiano de mulheres com deficiência na universidade	Silva
2021	Dissertação (Mestrado em Geografia)	Cartografias existenciais de mulheres com deficiência auditiva e surdas trabalhadoras na cidade de Goiânia (GO)	Borba, Letícia
2021	Artigo	Representações sociais de mulheres surdas mirienses sobre si: da invisibilidade ao protagonismo	Costa, Oliveira e Klein
2021	Artigo	Dupla invisibilidade: a educação de meninas surdas do século XIX no Brasil	Sofiato e Menezes
2021	Artigo	Que corpo é esse? Literatura negra surda, interseccionalidades e violências	Brito, Medeiros, Bento e Rodrigues
2021	Artigo	Revisão de literatura: surdez e identidades interseccionais	Denari e Colombo
2022	Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens)	A objetivação da mulher surda na ordem do digital: discursos e sentidos sobre o sujeito-corpo (de) Natália	Mendes, Ana Paula Saffe

2022	Tese (Doutorado em Enfermagem)	Vulnerabilidades de mulheres surdas no âmbito de sua saúde sexual e reprodutiva	Shubert, Carla Oliveira
2022	Artigo	Percepções da mulher surda acerca do cuidado no sistema de saúde da gestação ao puerpério	Rodrigues et al.
2023	Dissertação (Mestrado em Ciência da Literatura – Literatura Comparada)	A (in)visibilidade das mulheres surdas: protagonismo na sociedade contemporânea	Gueretta, Clarissa Luna Borges Fonseca
2024	Dissertação (Mestrado em Educação)	"Ensinando a transgredir": um estudo do feminismo surdo e suas contribuições para a educação de pessoas surdas	Oliveira, Giovana Maria de
2024	Artigo	Sobre violência contra mulheres surdas: diferença de gênero e vulnerabilidade linguística	Baalbaki e Silveira

Fonte: elaborada pela autora

A próxima seção descreve os caminhos e as aproximações desta investigação com o território do cinema, bem como sua relação com a corporeidade das mulheres surdas.

1.3 O cinema e a cena como intercessores da pesquisa-cartografia

A escolha do cinema como fonte de pesquisa nesta investigação se justifica pela potência das imagens audiovisuais na produção de sentidos e na constituição dos sujeitos. As imagens compõem nosso cotidiano em livros, mídias digitais, jornais e redes sociais e, no caso do cinema, oferecem um território privilegiado para observar os atravessamentos entre corpo, linguagem e poder.

O interesse em investigar a corporeidade das mulheres surdas a partir da produção cinematográfica decorre da compreensão de que os filmes não apenas narram histórias, mas também produzem e fazem circular saberes, estigmas, debates públicos e formas de subjetivação. Sob essa ótica, o cinema é compreendido como um dispositivo – um conjunto de práticas, discursos e tecnologias que fabricam modos de ver e de viver – e, concomitantemente, como um território rizomático onde se articulam linhas molares, moleculares e de fuga, possibilitando tanto normalizações quanto resistências. Nessa tessitura, ele também opera como uma tecnologia de gênero, intervindo na produção de feminilidades e na regulação das aparições corporais. Cabe ressaltar que esse repertório conceitual sobre o cinema, aqui apenas delineado, será desenvolvido de forma aprofundada na Esquete 3.

Nesse horizonte em que o cinema atua como intercessor metodológico (Deleuze, 1992; Vasconcellos, 2008), tornou-se necessário definir um recorte que possibilitasse acompanhar os modos de aparecimento das mulheres surdas no audiovisual. Portanto, após o levantamento do estado da arte sobre mulheres surdas e gênero na literatura científica, realizou-se uma busca aprofundada de filmes com personagens surdos, entre novembro e dezembro de 2023, utilizando o Google como ferramenta principal. Esse procedimento conduziu a páginas especializadas no universo da surdez – como *Libras Gerais* (2023), *Librasol* (2023) e *Cultura Surda* (2023), as quais disponibilizavam listas relevantes de produções audiovisuais. A partir da leitura das sinopses, foram identificadas as personagens femininas, o que orientou a seleção dos filmes e, posteriormente, das cenas mais significativas para a análise.

A triagem resultou em 51 filmes com personagens femininas surdas, produzidos entre 1944 e 2021 e distribuídos em diferentes gêneros, como drama, suspense, musical, romance, ação e documentário. Observou-se uma predominância do drama, sugerindo que a surdez é frequentemente associada à dramaticidade nas narrativas cinematográficas.

Em termos geográficos, os Estados Unidos concentram a maior parte das produções, seguidos por França, Reino Unido, Alemanha e Japão. Também foram incluídas obras de países como Espanha, Rússia, Coreia do Sul, Canadá e Brasil, compondo um recorte diversificado.

A análise temporal revelou um aumento na presença de personagens surdas nas últimas décadas, com destaque para os anos 1990 e 2000, além de uma intensificação a partir de 2010, sinalizando maior interesse do cinema contemporâneo em abordar o tema. O Quadro 8 a seguir apresenta a lista completa dos filmes levantados.

Quadro 8: Triagem inicial de produções filmicas com mulheres surdas
(continuação)

Título em Português (Brasil)	Título Original	Ano	País	Gênero
E Agora, Para Sempre	<i>And Now Tomorrow</i>	1944	EUA	Drama
Johnny Belinda	<i>Johnny Belinda</i>	1948	EUA	Drama
O Martírio do Silêncio	<i>Mandy</i>	1952	Reino Unido	Drama
Busca Alucinada	<i>Psych-Out</i>	1968	EUA	Drama/ Musical/ Suspense
Além do Silêncio	<i>Voices</i>	1979	EUA	Drama
O Casamento de Blanca	<i>Las Bodas de Blanca</i>	1975	Espanha	Drama
Amy: uma vida pelas crianças	<i>Amy</i>	1981	EUA	Drama
Filhos do Silêncio	<i>Children of a Lesser God</i>	1986	EUA	Drama
Adada	<i>Adada</i>	1987	Coreia do Sul	Drama
Lágrimas do Silêncio	<i>Bridge to Silence</i>	1989	EUA	Drama
Meus Filhos	<i>Aisuru</i>	1991	Japão	Drama
O país dos surdos	<i>Le pays des sourds</i>	1992	França	Documentário
Tortura Silenciosa	<i>Hear no evil</i>	1993	EUA	Suspense
A Vida Silenciosa de Marianna Ucria	<i>La vie silencieuse de Marianna Ucria</i>	1997	França	Drama
A Música e o Silêncio	<i>Jenseits der Stille</i>	1996	Alemanha	Drama musical
Correio Desinteressante	<i>Postmannens Valt</i>	1997	Noruega	Comédia/Drama
-	<i>Dobermann</i>	1997	França	Ação/Thriller
Marcas do Passado	<i>Santa Fe</i>	1997	EUA	Comédia/Drama

Na Companhia de Homens	<i>In the Company of Men</i>	1997	EUA	Drama
Assassinato perfeito	<i>In her defense</i>	1998	EUA	Suspense
-	<i>Strana Glukhikh</i>	1998	Rússia	Drama
A Morte em Seus Olhos	<i>Der Tod in deinen Augen</i>	1999	Alemanha	Drama/Suspense
Compensação	<i>Compensation</i>	1999	EUA	Drama
Dois Tons de Azul	<i>Two Shades of Blue</i>	1999	EUA	Thriller
Lua Azul	<i>Blue Moon</i>	1999	EUA	Drama
Quando a Justiça Falha	<i>When Justice Fails</i>	1999	EUA	Drama/Thriller
Eu Te Amo	<i>I Love You</i>	2000	Japão	Drama/Romance
Som e fúria	<i>Sound and Fury</i>	2000	EUA	Documentário
-	<i>Aisuru</i>	2001	EUA	1991
Sobre Meus Lábios	<i>Sur Mes Lèvres</i>	2001	França	Drama
Amor Secreto	<i>Stille Liebe</i>	2001	Suíça	Drama
A Filha do Soldado	<i>Askari</i>	2002	EUA	Drama
11 de setembro: o Dia Que Não Acabou	<i>11'9"01 September 11</i>	2002	Vários países	Drama/ Documentário
Paciente 14	<i>Patient 14</i>	2004	EUA	Ficção Científica Suspense
A Vida Secreta das Palavras	<i>La vida secreta de las palabras</i>	2005	Espanha	Drama
-	<i>Dot</i>	2005	EUA	Animação/Drama
Babel	Babel	2006	EUA/ México	Drama/ Suspense
	Sweet nothing in my ear	2008	EUA	Drama
Sou surda e não sabia	<i>Sourds et Malentendus</i>	2009	França	Documentário
Em silêncio	<i>Dokani</i>	2011	Coreia do Sul	Drama

-	<i>Signing On: Stories of Deaf Breast Cancer Survivors</i>	2012	EUA	Documentário
Resident Evil 5: Retribuição	<i>Resident Evil: Retribution</i>	2012	EUA	Ação / Ficção Científica / Terror
Tempestade Silenciosa	<i>The silent storm</i>	2014	Reino Unido	Drama/Romance
Ana (2014)	Ana	2014	Brasil	Curta-metragem
A Família Bélier	<i>La Famille Béllie</i>	2014	França	Comédia/Drama
A Gangue	<i>Plemya</i>	2014	Ucrânia	Drama
Imagens do Depois	<i>Powidoki</i>	2016	Polônia	Drama
Hush: A Morte Ouve	Hush	2016	EUA	Suspense
A Voz do Silêncio	<i>La Voix du Silence</i>	2016	França	Drama
A Criança Silenciosa	<i>The Silent Child</i>	2017	Reino Unido	Drama/Curta-metragem
Um Lugar Silencioso	<i>A quiet place</i>	2018	EUA	Terror/Suspense
No Ritmo do Coração	CODA	2021	EUA	Drama/Musical
Mulheres Surdas me Contaram (2021)	<i>Femmes sourdes, dites moi...</i>	2021	Canadá	Documentário

Fonte: Elaborado pela autora

A seleção de filmes considerou múltiplos critérios, entre eles, a temporalidade, garantindo a inclusão de pelo menos uma cena representativa de cada década a partir dos anos 1980. Esse recorte temporal não foi arbitrário, mas fundamentado em marcos históricos decisivos para a comunidade surda. Entre eles, destacam-se as contribuições de William Stokoe, que, desde os anos 1960, demonstrou a estrutura linguística própria das línguas de sinais. Na década seguinte, em colaboração com pesquisadores surdos, impulsionou os Estudos Surdos, consolidando conceitos como “cultura surda”, “identidade surda” e “surdidade”.

Outro marco fundamental ocorreu em 1984, com o reconhecimento do Gallaudet College como universidade, primeira instituição de ensino superior a oferecer cursos em língua de sinais. Esse contexto favoreceu o surgimento de novas discursividades no cinema, nas quais

a diferença linguística e identitária das pessoas surdas passou a ocupar um lugar central. Um ponto de inflexão foi o filme *Filhos do Silêncio* (1986), que trouxe, pela primeira vez, uma atriz surda premiada com o Oscar. Segundo Thoma (2002), a obra colocou sob suspeita os olhares tradicionais sobre a surdez, desafiando concepções ouvintistas e reafirmando que pessoas surdas devem ser reconhecidas por sua própria forma de ser, e não moldadas às expectativas dos ouvintes. A repercussão desse filme ampliou debates sobre cultura e identidade surda no campo cinematográfico.

No Brasil, esse período também foi atravessado por transformações sociopolíticas, com a redemocratização após o regime militar (1964-1985). Como destaca Brito (2016), o movimento surdo brasileiro emergiu nesse contexto, articulando-se às lutas das pessoas com deficiência em nível internacional na busca por igualdade de oportunidades e pleno exercício da cidadania. Nos anos 1990, essas reivindicações se intensificaram, especialmente quanto ao reconhecimento oficial da língua de sinais e à definição dos surdos como minoria linguística e cultural. Esse reconhecimento se consolidou nos anos 2000, com a promulgação da Lei nº 10.436/2002 e do Decreto nº 5.626/2005, que oficializaram a língua de sinais como sistema linguístico das comunidades surdas brasileiras (Brasil, 2002). Esses marcos legais visaram assegurar direitos linguísticos e fortaleceram o reconhecimento do indivíduo surdo como sujeito político e cultural, ainda que sua efetivação dependa de práticas sociais e políticas públicas que, até hoje, permanecem em disputa.

Ainda que esses critérios históricos e temporais tenham orientado a seleção, o processo não se reduziu a escolhas técnicas. Houve também uma dimensão de afecto entre pesquisadora e corpus: as obras foram escolhidas não apenas por sua relevância documental, mas também pela intensidade dos encontros que produziram, pelos modos como interpelaram o olhar e mobilizaram sensações, memórias e reflexões. A cartografia, nesse sentido, não ignora a implicação do pesquisador, mas a assume como parte do método.

O Quadro 9 sintetiza os filmes selecionados a priori e as personagens surdas femininas presentes em cada um deles.

Quadro 9 – Filmes selecionados e personagens surdas femininas

	Filme (ano)	País	Gênero	Personagem surda feminina
1	Filhos do Silêncio (1986)	EUA	Drama	Sarah
2	A Música e o Silêncio (1996)	Alemanha	Drama	Kai
3	Som e Fúria (2000)	EUA	Documentário	Heather / Nita
4	Ana (2004)	Brasil	Curtametragem	Ana
5	Babel (2006)	México / EUA / Marrocos / Japão	Drama	Chieko
6	Sou Surda e Não Sabia (2009)	França	Documentário	Sandrine
7	A Gangue (2014)	Ucrânia	Drama	Anna/Svetka
8	Seremos Ouvidas (2020)	Brasil	Curtametragem/ Documentário	Gabriela e e Klicia

Fonte: Elaborado pela autora

Nos tópicos seguintes, apresento uma síntese de cada filme, contextualizando sua produção e destacando o papel das personagens femininas surdas na trama.

1.3.1 *Filhos do Silêncio* (1986)

Filhos do Silêncio (*Children of a Lesser God*), dirigido por Randa Haines e lançado em 1986 nos Estados Unidos, é um drama que acompanha a relação entre James Leeds (William Hurt), professor em uma escola para surdos, e Sarah Norman (Marlee Matlin), funcionária surda da instituição que resiste à oralização. O enredo coloca em cena o conflito entre a perspectiva ouvinte e a experiência surda, tensionando métodos educacionais e formas de comunicação.

Inserido no circuito do cinema comercial, *Filhos do Silêncio* (1986) marca um deslocamento significativo nas discursividades em torno da surdez, ao deslocar o foco exclusivo

da deficiência para a surdez como experiência visual e linguística. Ao mesmo tempo, o filme dialoga com a tradição melodramática de Hollywood. Dirigido por Randa Haines, uma mulher à frente de uma produção de grande circulação, o filme alcançou reconhecimento internacional e tornou visível um debate que, naquele momento, ganhava força em frentes acadêmicas e culturais, tensionando o paradigma médico-patológico então dominante.

Nesse contexto, a performance de Sarah, interpretada por Marlee Matlin, primeira pessoa surda a receber um Oscar, representa uma contribuição decisiva para a discussão sobre a corporeidade da mulher surda. Como observa Thoma (2002), o filme marca um momento crucial, pois

[...] pela primeira vez, os olhares sobre a surdez e a comunidade surda são colocados sob suspeita nas telas do cinema. Mas a reivindicação da alteridade surda é marcada por Sarah ao longo de todo o filme, inúmeras vezes expressando “isto sou eu, e não sou como você” em resposta às tentativas de fazê-la falar propostas por Leeds (Thoma, 2002, p.114).

1.3.2 *A Música e o Silêncio* (1996)

Jenseits der Stille (Além do Silêncio¹¹), dirigido por Caroline Link e lançado na Alemanha em 1996, é um drama musical com 109 minutos de duração. O filme acompanha a infância de Lara (Tatjana Trieb), que atua como intérprete dos pais surdos, Martin (Howie Seago) e Kai (Emmanuelle Laborit), mediando a comunicação da família com o mundo ouvinte. O enredo se intensifica quando Lara descobre sua paixão pela música, desejo que a aproxima da tia Clarissa e a distancia do pai, gerando conflitos familiares.

Na trama, a personagem surda Kai, interpretada por Emmanuelle Laborit, embora desempenhe papel coadjuvante, tem presença fundamental na dinâmica narrativa: aparece como mãe compreensiva, que busca equilibrar as tensões entre o marido, a filha e a cunhada.

O filme foi incluído no corpus pela relevância de Kai como figura materna surda inserida em um contexto de disputas familiares e culturais, o que mobilizou afectos que atravessam a construção da pesquisa e que serão retomados na análise das cenas.

1.3.3 *Som e Fúria* (2000)

Som e Fúria (*Sound and Fury*), dirigido por Josh Aronson e lançado nos EUA em 2000, é um documentário de 80 minutos que acompanha a família Artinian, formada por pessoas surdas e ouvintes, em torno do debate sobre o implante coclear. A narrativa se organiza a partir

¹¹ O título *Além do silêncio* corresponde à tradução do título francês do filme *Jenseits der Stille* (1996). No Brasil, a obra foi distribuída com o título *A Música e o Silêncio*.

de Heather, filha de Peter e Nita Artinian, que, aos cinco anos, manifesta interesse pelo procedimento. Enquanto avós e tios ouvintes (Chris e Mari) defendem o implante como via de inclusão no mundo sonoro, os pais, ambos surdos, temem o enfraquecimento dos vínculos com a cultura surda.

A inclusão do filme no corpus se justifica pelo cruzamento entre tecnologias de normalização, papéis de gênero (maternidade e cuidados) e os modos de expressão do desejo de uma criança surda do gênero feminino.

1.3.4 *Ana* (2004)

Ana é um curta-metragem dirigido por Mariana Magnavita em 2004, resultado de uma coprodução entre Brasil e Reino Unido, realizado como projeto de conclusão de curso na *London College of Communication* (Cultura Surda, 2015). A narrativa acompanha Ana, adolescente surda que vive em um casebre no semiárido nordestino com a mãe e o irmão, no momento em que começa a explorar o mundo além das fronteiras do lar ao participar dos festejos de sua comunidade local.

O curta foi indicado na categoria de Melhor Curta no *Birds Eye View Film Festival*, evento londrino dedicado a produções dirigidas por mulheres, o que reforça sua relevância internacional. A obra integra à pesquisa tanto pela centralidade de uma protagonista surda feminina inserida no contexto cultural brasileiro quanto pela intensidade de sua presença em cena, que mobiliza reflexões sobre corporeidade, desejo e pertencimento social.

1.3.5 *Babel* (2006)

Babel é um drama de coprodução entre México e Estados Unidos, dirigido por Alejandro González Iñárritu e lançado em 2006, com duração de 135 minutos. A obra acompanha as repercussões de um disparo acidental no Marrocos, que atinge uma turista norte-americana e conecta, a partir desse evento, narrativas situadas em diferentes países: Estados Unidos, México, Marrocos e Japão (AdoroCinema, s.d.).

Entre essas narrativas, destaca-se a de Chieko (Rinko Kikuchi), adolescente surda de classe alta que vive em Tóquio com o pai, Yasujiro. Marcada pela perda da mãe, que cometeu suicídio, Chieko enfrenta questões relacionadas ao contato com pessoas ouvintes, ao mesmo tempo em que vivencia o despertar da sexualidade e a busca por aceitação.

Cabe destacar que a atriz que interpreta Chieko é ouvinte. O filme foi incluído no corpus da pesquisa pela repercussão e relevância da obra no cenário internacional, bem como pelos

deslocamentos que suscita em relação à corporeidade surda feminina no cinema. Esses elementos sustentam sua relevância metodológica para o estudo.

1.3.6 *Sou Surda e Não Sabia* (2009)

Sou Surda e Não Sabia (*Sourds et Malentendus*), documentário francês dirigido por Igor Ochrowicz em 2009, apresenta a trajetória de Sandrine, mulher surda que cresceu em uma família ouvinte e que, além de protagonista, também atua como produtora da obra. O filme alterna depoimentos da própria Sandrine, reencenações de sua infância e falas de profissionais da saúde e da educação, compondo uma perspectiva crítica da surdez (Skliar, 2010; Andrade, 2022).

Além da narrativa de Sandrine, o documentário inclui a participação de Emmanuelle Laborit, renomada atriz surda francesa que interpretou Kai em *A Música e o Silêncio* (1996). A inclusão do filme no corpus se justifica pelas ressonâncias produzidas por sua construção narrativa, que articula questões de língua, identidade e atuação profissional a partir da experiência de duas mulheres surdas.

1.3.7 *A Gangue* (2014)

Plemya (*The Tribe*), conhecido no Brasil como *A Gangue*, é uma produção ucraniana dirigida por Myroslav Slaboshpytskiy e lançada em 2014. O filme diferencia-se por ser realizado inteiramente em língua de sinais ucraniana, sem legendas ou tradução, e por contar com um elenco composto exclusivamente por atores surdos.

A narrativa acompanha Sergey (Grigoriy Fesenko), estudante recém-chegado a uma escola para surdos, que rapidamente se vê envolvido em uma gangue que atua na instituição. Após participar de roubos e atos de violência, Sergey ascende na hierarquia do grupo, mas seu percurso se transforma quando inicia uma relação com Anna (Yana Novikova), jovem envolvida em práticas de prostituição no contexto da organização (AdoroCinema, s.d.).

Nesse contexto, as figuras de Anna e Svetka assumem relevância metodológica por acionarem a análise da corporeidade feminina surda em produções cinematográficas não convencionais, oferecendo elementos centrais para a cartografia das discursividades que articulam gênero e surdez no cinema contemporâneo.

1.3.8 *Seremos Ouvidas* (2020)

O curta-metragem documental *Seremos Ouvidas* foi lançado em 2020, com direção de Larissa Nepomuceno e produção da Beija-Flor Filmes, realizado no âmbito do curso de cinema do Centro Europeu. Produzido com recursos próprios, estreou mundialmente na 23ª Mostra de Cinema de Tiradentes, um dos festivais mais importantes do Brasil. Com 13 minutos de duração e classificação indicativa livre, está disponível no YouTube (*Seremos Ouvidas*, 2020).

A obra se organiza em torno das narrativas de três mulheres, das quais duas são surdas (Gabriela Grigolom e Klícia Campos), que compartilham suas trajetórias marcadas por violência de gênero, vulnerabilidade linguística e resistência política. Celma (ouvinte), psicóloga, relata sua experiência no apoio a mulheres surdas em relacionamentos abusivos; Gabriela, atriz e poeta, expõe a violência sofrida no casamento e sua libertação por meio do feminismo; Klícia, professora, cordelista e doutoranda, destaca a importância da acessibilidade jurídica e da reconstrução das masculinidades surdas a partir do enfrentamento do machismo.

A inserção desse documentário no corpus se deu especialmente pela centralidade da temática da violência contra a mulher no contexto brasileiro contemporâneo, em articulação com as experiências de mulheres surdas e com as condições de vulnerabilidade linguística que atravessam o acesso à justiça, à proteção e aos direitos. Os aspectos de vulnerabilidades e resistências, materializada no documentário, delimitam o olhar sobre o *corpus*.

Dessa maneira, após essa apresentação das obras que compõem o corpus de análise, faz-se necessário destacar que se optou por não trabalhar com a análise integral de cada filme, mas sim com cenas compostas a partir de fragmentos fílmicos e percepções da pesquisa. Essa opção metodológica não se pauta pela exaustividade, mas pela intensidade dos encontros. Nesse contexto, consideraram-se tanto a relevância histórica e cultural das obras quanto os afectos produzidos na relação entre a pesquisadora e o objeto de estudo. Cada cena, portanto, nasce desse encontro entre corpo-pesquisador, olhar e imagem, carregando forças e intensidades próprias que interpelam o pensamento e mobilizam reflexões sobre a corporeidade das mulheres surdas no cinema contemporâneo.

Na esteira dessas ponderações, o gesto cartográfico que orienta esta pesquisa é, por natureza, híbrido: parte de materiais concretos – neste caso os filmes –, mas o que se escreve não se configura como uma análise fílmica tradicional. As cenas configuram composições analítico-afectivas, resultado dos agenciamentos que emergem no contato. Assim, cada cena torna-se uma porta de entrada para cartografar os modos pelos quais os corpos das mulheres surdas vêm sendo narrados, regulados e tensionados no cinema. Dito de outro modo, desloca-se o olhar do

filme enquanto obra fechada para a cena como ferramenta narrativo-analítica (Luz, 2013), que permite mapear linhas de força e multiplicidades que atravessam a constituição dessas corporeidades.

A partir desta compreensão, inspirada em Luz (2013), a cena nesta tese é concebida como narrativa breve e condensada, capaz de reunir aparições, emoções e forças sociais. Longe de constituir apenas um fragmento de filme ou um recorte descritivo, cada cena configura-se como uma escrita analítica, construída pela pesquisadora a partir dos cruzamentos entre saber, poder e ética, de modo a observar como os corpos das mulheres surdas emergem, são tensionados e se reinventam no cinema contemporâneo.

Segundo o pesquisador, a cena enquanto ferramenta analítica deriva de diferentes fontes: da trajetória do autor, dos conceitos de aparição e narrativa, e da articulação entre linguagem cinematográfica, literária e científica. Trata-se de uma escrita breve, imagética e analítica, composta por acontecimentos singulares em situação, personagens, um autor e interlocutores. Seu objetivo é produzir aparições, analisar situações pontuais e politizar a esfera pública. É nesse sentido que Luz (2013) a define como não ficcional, e neste estudo ainda que possa ter como ponto de partida alguns filmes de ficção, ressalta-se que a cena analítica é construída como uma ferramenta metodológica que transforma encontros com o material pesquisado em territórios de análise.

Dois conceitos sustentam a proposta de Luz (2013). O primeiro é o de aparição, entendido como o reconhecimento sensível de sujeitos em condições históricas, culturais e linguísticas específicas. No caso dos surdos, por exemplo, a Língua de Sinais ocupa lugar central nesse processo, pois garante visibilidade social e política como sujeitos de direitos. A aparição, portanto, é sempre relacional e atravessada por três dimensões: a ética, ligada ao reconhecimento do outro; a subjetiva, relacionada à constituição de si; e a situacional, vinculada ao contexto histórico e social que define condições de visibilidade. O segundo conceito é o de narrativa, definida por Luz (2013, p.62) como “tudo aquilo que alguém conta de algo ou alguém”. Mais do que relato de fatos, a narrativa organiza e atribui sentido às experiências, articulando ética, subjetividade e situação.

Dessa forma, no âmbito deste trabalho, a cena resulta da articulação entre aparição e narrativa, operando como um dispositivo que condensa afectos e forças em movimento. Ao transformar passagens fílmicas em matéria de análise, a cena permite evidenciar tensões, normatividades e possibilidades de reinvenção que atravessam a corporeidade das mulheres surdas no cinema.

Importa, assim, distinguir a cena de uma simples descrição de trechos filmicos. Enquanto a descrição se limita a relatar o que se apresenta na tela, a cena constitui uma construção metodológica elaborada pela pesquisadora: uma narrativa breve e analítica que articula aparições, afectos e linhas de força. Passagens descritivas são mobilizadas apenas de modo pontual, com a função de situar o leitor. Essa distinção sustenta a coerência entre a cartografia filosófica adotada e o uso da cena como ferramenta analítico-metodológica.

A partir dessas cenas, na Esquete 5, *Entre capturas e invenções: cartografias da corporeidade surda feminina no cinema contemporâneo*, desenvolveu-se a análise final da pesquisa, organizada em três eixos analíticos: 1) patologização e gênero; 2) o desejo como campo de disputa na produção da corporeidade surda feminina; e 3) corpos surdos femininos em zonas-limite da violência de gênero. Por meio desses eixos, foram mapeados os modos de ser e estar das mulheres surdas no cinema contemporâneo.

1.4 Entre fronteiras: a mobilidade internacional como gesto cartográfico e os afectos da pesquisa na Argentina

*“E eu, menos estrangeiro no lugar que no momento,
sigo mais sozinho caminhando contra o vento.
E entendo o centro do que estão dizendo: o rei está nu...”*
(Caetano Veloso, *O Estrangeiro*, 1989)

Durante a escrita desta tese, um incômodo crescia: as leituras, ainda que fundamentais, já não eram suficientes para sustentar a vitalidade da cartografia que eu desejava compor. A escrita parecia resvalar em descrições conceituais excessivas, pouco atravessadas pela pulsação dos afectos e pela força política dos estudos de gênero. Eu sentia que algo faltava: outros diálogos, outros lugares, outras experiências que me permitissem deslocar o olhar e expandir o horizonte da pesquisa. Foi desse vazio que emergiu a necessidade de buscar uma mobilidade acadêmica, abertura a encontros capazes de tensionar e enriquecer minha investigação.

A oportunidade surgiu com a seleção promovida pelo Edital nº 19/2024 da Secretaria Geral de Relações Internacionais (SRInter/UFSCar), referente à mobilidade acadêmica internacional presencial no ano de 2025, no âmbito do Programa ESCALA de Estudantes de Pós-Graduação da Associação de Universidades Grupo Montevideu (AUGM)- PEEPg/AUGM. Esse processo me levou à Universidade Nacional de Córdoba, onde pude integrar-me ao projeto *"La tecnología de género como categoría intermedia para el análisis del discurso ficcional"*, dirigido pela Dra. Cecilia Inés Luque e codirigido pela Dra. Nadia Der-Ohannesian.

Nesse trânsito, a estranheiridade deixou de ser circunstância para tornar-se método: afecção e gesto cartográfico. À maneira de O Estrangeiro, o “fora de lugar”, entre o belo e o amaro, entre a familiaridade e o estranhamento, abriu fissuras no olhar, impulsionando o mapeamento de linhas de força (capturas) e linhas de fuga (desestabilizações). Não se tratou de perda, mas de abertura: escrever desde o desajuste, enfrentar os desafios de interagir em outro idioma, tomar a vulnerabilidade como operador analítico e fazer da mobilidade a própria prática de cartografar.

Tal movimento, desencadeado pela mobilidade acadêmica internacional levou à integração de novos aportes aos Estudos Feministas, que se estendem desde a pesquisadora italiana Teresa de Lauretis (1994) até autoras latino-americanas como Luque et al. (2024) e Lozano (2016), incorporando contribuições teóricas e metodológicas, bem como as afecções delas derivadas. O que se apresenta, portanto, não é um inventário de etapas, mas o produto de encontros e deslocamentos que reconfiguram problemas: ao aproximar instituições, grupos e pesquisadores, a cartógrafa se deixa atravessar por novos afectos e linhas conceituais; ao acolher essas ressonâncias, a escrita reconhece a estranheiridade como operador de análise e assume que a mobilidade se faz método, prática e narrativa.

Para situar a proposta desenvolvida no Centro de Investigaciones de la Facultad de Lenguas (CIFAL/UNC) e explicitar algumas das ressonâncias que dela emergem, apresento, a seguir, o enunciado oficial do referido projeto.

Desde que Teresa de Lauretis definió "tecnologías de género" en 1989, esta categoría viene siendo usada asiduamente en las Ciencias Sociales y las Humanidades, pero también indiscriminadamente. La propia Lauretis la aplicó en su seminal trabajo a objetos de análisis de los más diversos niveles: a las representaciones de mujeres en las películas, pero también a las propias películas e incluso a la industria cinematográfica en su conjunto. Por otra parte, el término "tecnología de género" aparece de manera ubicua en artículos académicos para aludir a un horizonte común, para darle fundamento teórico al análisis; sin embargo, en la mayoría de los casos no se propone una instrumentalización concreta del concepto que le dé especificidad hermenéutica. Por ejemplo, los trabajos de Moreno Esparza (2011), Caldeira y Paraíso (2016), Vivaldi y Stutzin (2017), Yáñez-Urbina (2021), Dappello (2022), Neira-Cruz y Castillo-Olarte (2020); Gomes, York, y Colling (2022). Inclusive, en algunos casos, se usa indistintamente "tecnología de género" y "dispositivo" (según Michel Foucault) como si fueran sinónimos (Pereira, 2009). Asimismo, se usa esta categoría en general para hablar de los procesos hegemónicos de subjetivación, pero no para dar cuenta de la producción de subjetividades excéntricas o disidentes. El presente proyecto de investigación propone revisar críticamente la noción de "tecnología de género" e instrumentalizar para el análisis del discurso ficcional. Además, nos interesa articular esta revisión con la elaboración teórica lograda en el proyecto de investigación anterior, según la cual los afectos, en tanto atributos sociohistóricamente asignados a la femineidad o la masculinidad, funcionan como tecnologías de género que producen subjetividades generizadas. En ese sentido, queremos identificar prácticas retóricas concretas usadas como tecnologías de género por los discursos ficcionales, ya sea para representar determinados afectos

como la "verdad" sobre la diferencia sexual, ya sea para interpelar a los individuos para que incardinan los efectos de esa "verdad" en sus cuerpos, sus comportamientos y sus relaciones sociales (Documento UNC, n.d, n.p.).

Dessa maneira, no marco do projeto supracitado, pude vivenciar as discussões e reconhecer a potência da articulação entre tecnologias de gênero para tensionar a corporeidade das mulheres surdas no cinema. A partir dessa inserção, estabeleci um vínculo que se prolonga até o presente, atualizado nas reuniões quinzenais do grupo. Nesses encontros, em que circulam leituras, resultados e estratégias analíticas, encontrei não apenas interlocução acadêmica, mas também um espaço de afetos e de deslocamentos epistemológicos: torções que exigem reconfigurar pressupostos, rever direcionamentos e abrir a pesquisa a outras linhas de problematização. Ao mesmo tempo em que colocam em suspensão certas evidências, esses movimentos produzem outras possibilidades de pensar e escrever, ampliando o campo de forças que sustenta a cartografia aqui proposta. Mais do que expandir meu repertório teórico, essa integração passou a compor o próprio movimento cartográfico que se desenha nesta tese.

Neste contexto, o que chamo de exercício de estrangeiridade configura-se como um regime de atenção que opera por deslocamentos contínuos – não apenas geográficos, mas também conceituais e afetivos. Em vez de buscar conforto epistemológico, trata-se de habitar o desencaixe para cartografar as modulações de saber-poder que atravessam os encontros. Nessa chave, a mobilidade não figura como desvio biográfico, mas como operador metodológico: convoca uma leitura situada, intensifica a escuta dos afectos e faz emergir tanto linhas de força que capturam quanto linhas de fuga que inventam caminhos. O exercício de estrangeiridade assume, assim, o descentramento como gesto analítico, deslocando percepções, redesenhando problemas e experimentando conexões, de modo a permitir que a diferença atue como vetor de análise.

Mais do que um efeito colateral da mobilidade, essa postura compõe método: habitar a condição de estrangeira não para buscar integração plena, mas para sustentar um desconforto fecundo que faz a pesquisa pulsar em outros ritmos. É nesse estranhamento produtivo que se inscrevem os movimentos vividos na UNC: cada diálogo, leitura partilhada e afecto em circulação colocou em suspensão evidências e convocou novas linhas de problematização. Dessa operação resulta uma escrita mais porosa às forças normativas e aos gestos de invenção, convertendo a experiência institucional em prática metodológica e tornando visível a dimensão política do gênero no próprio processo de escrita.

No que se refere aos procedimentos de elaboração e revisão textual desta tese, cabe ainda explicitar os recursos técnicos mobilizados ao longo do processo de escrita, em

consonância com os princípios de integridade acadêmica e transparência na pesquisa. Nesse contexto, declara-se o uso de inteligência artificial generativa (ChatGPT, OpenAI) exclusivamente como ferramenta de apoio à revisão linguística e textual do trabalho, especialmente no que se refere a sugestões de clareza, coesão, organização discursiva e correção gramatical.

A ferramenta não foi utilizada para produção de conteúdo original, análise de dados, elaboração metodológica ou formulação de argumentos teóricos. Todas as interpretações, análises e articulações conceituais apresentadas ao longo da tese são de autoria da pesquisadora, que se responsabiliza integralmente pelo conteúdo final do trabalho.

O texto também passou por revisão textual e de formatação realizada pela profissional Rosemary Passos, responsável pelo acompanhamento técnico da adequação linguística, gramatical e normativa da tese.

À luz dessas reflexões, os caminhos metodológicos aqui delineados sustentam o percurso teórico que se desdobra na Esquete seguinte, dedicada às tecelagens conceituais entre diferença, feminismos e filosofia.

ESQUETE 2

TECELAGENS FILOSÓFICAS: DIFERENÇA, FEMINISMOS E FILOSOFIAS SITUADAS

Escrevemos o Anti-Édipo a dois. Como cada um de nós era vários, já era muita gente. Utilizamos tudo o que nos aproximava, o mais próximo e o mais distante. Distribuímos hábeis pseudônimos para dissimular. Por que preservamos nossos nomes? Por hábito, exclusivamente por hábito. Para passarmos despercebidos. Para tornar imperceptível, não a nós mesmos, mas o que nos faz agir, experimentar ou pensar. E, finalmente, porque é agradável falar como todo mundo e dizer o sol nasce, quando todo mundo sabe que essa é apenas uma maneira de falar. Não chegar ao ponto em que não se diz mais EU, mas ao ponto em que já não tem qualquer importância dizer ou não dizer EU. Não somos mais nós mesmos. Cada um reconhecerá os seus. Fomos ajudados, aspirados, multiplicados (Deleuze e Guattari, 1995a, p.2)

Nesta pesquisa, a cartografia, enquanto operador metodológico, inspira-se nas perspectivas de análise de Michel Foucault: arqueologia do saber, genealogia do poder e genealogia da ética (Prado Filho; Teti, 2013; Monti, 2023). Além disso, essa abordagem de investigação emerge de um encontro peculiar entre dois franceses, Gilles Deleuze e Pierre-Félix Guattari, nos anos finais da década de 1960, período em que Deleuze já era um filósofo renomado com vários livros publicados sobre Bergson, Nietzsche, Hume, Espinosa e Kant (Gallo, 2003; Simonini, 2019), e contava em sua trajetória acadêmica com orientações de nomes como Jean Hippolyte, George Canguilhem, Maurice de Gandillac e Ferdinand Alquié (Gallo, 2003). Por outro lado, Guattari não possuía formação universitária e tampouco era reconhecido como intelectual no seu país, apesar da atuação como psicanalista e de sua proximidade com Jacques Lacan (Simonini, 2019). Juntos, Deleuze e Guattari desenvolvem “um *estilo* de produzir filosofia” (Gallo, 2003, *italico do original*).

É importante ressaltar que Deleuze conheceu Michel Foucault em 1962, sendo indicado por ele, em 1969, para o cargo de professor na Universidade de Paris VIII - Vincennes, onde permaneceu até a sua aposentadoria no ano de 1987 (Gallo, 2003). Desse encontro, entre pesquisadores com interesse em Nietzsche, resultou uma amizade e um intenso diálogo filosófico, expresso em uma série de artigos nos quais Deleuze fala sobre Foucault e vice-versa¹². Tal afinidade se dá também, inicialmente, no campo político e no ativismo de esquerda. No entanto, foram justamente as divergências políticas que os separaram anos mais tarde. Todavia, Foucault chegou a declarar que um dia o século seria deleuziano (Gallo, 2003).

¹² A título de exemplo Foucault comenta os livros de Deleuze “Diferença e Repetição” e “Lógica do sentido” no artigo *Theatrum Philosophicum*, publicado em 1970 (Gallo, 2003).

Deleuze e Guattari são os responsáveis por alguns dos conceitos fundamentais desta investigação, tais como rizoma, cartografia, agenciamento, território, desterritorialização, linhas molares, linhas moleculares e linhas de fuga. Além do exposto, os autores apresentam um debate sobre a própria noção de conceito, ao compreenderem sua produção como o papel da filosofia: “[...] a filosofia é a arte de formar, de inventar, de fabricar conceitos” (Deleuze e Guattari, 1992, p.10).

A partir da fundamentação teórica dos autores, é possível pensar um conceito como um agenciamento ou um dispositivo, utilizando um termo foucaultiano. Ele produz algo. Nesse sentido, “[...] o conceito não indica, não aponta uma suposta verdade, o que paralisa o pensamento; ao contrário, o conceito é justamente aquilo que nos põe a pensar” (Gallo, 2003, p.50-51). Dessa forma, os conceitos são, ao mesmo tempo, produtos e produtores; eles compõem novos pensamentos, novas perspectivas e, principalmente, novos conhecimentos (Gallo, 2003). Neste contexto, apresentam-se como tentativas de entender as circunstâncias, eventos e acontecimentos, ao invés de buscar definir a essência das coisas (Barreto; Carrieri; Romagnoli, 2020). De acordo com Deleuze e Guattari (1992):

[...] O conceito é evidentemente conhecimento, mas conhecimento de si, e o que ele conhece é o puro acontecimento, que não se confunde com o estado de coisas no qual se encarna. Destacar sempre um acontecimento das coisas e dos seres é a tarefa da filosofia quando cria conceitos, entidades. Erigir o novo evento das coisas e dos seres, dar-lhes sempre um novo acontecimento: o espaço, o tempo, a matéria, o pensamento, o possível como acontecimentos [...] (Deleuze e Guattari, 1992, p.46)

Barreto, Carrieri e Romagnoli (2020) destacam que outro elemento crucial na escrita de Deleuze e Guattari é a constante interlocução com várias áreas do conhecimento, como o cinema, a música, a literatura, a biologia, a química, a engenharia e outras. Essa integração de diversos conhecimentos, embora possa ser vista como arriscada por muitos, é, para os autores, uma forma sistemática e criativa de refletir sobre o mundo e toda a sua complexidade, valorizando as heterogeneidades e diferenças.

Sendo assim, esta Esquete apresenta uma explanação dos conceitos fundantes que possibilitaram o desenvolvimento dessa trama-pesquisa, fazendo emergir, a partir dela, novos conhecimentos.

2.1 Entre máquinas desejantes e rizomas

Deleuze e Guattari publicaram em 1972 a obra “O Anti-Édipo”, que apresenta em linhas gerais uma crítica à psicanálise, especialmente a Sigmund Freud e seu modelo de inconsciente pautado no princípio do mito edipiano. Para Freud, o complexo de Édipo se localizava na base da personalidade humana e o seu caráter triangular manifestava-se nas mais distintas culturas, “como se a humanidade encenasse, desde os seus primórdios, o mito de Édipo na construção não apenas das relações familiares, mas também na constituição do psiquismo e da cultura” (Simonini, 2019, p.74-75). Por consequência, Freud aspirava explicar o desenvolvimento emocional do indivíduo e da sociedade a partir do teatro edipiano (Simonini, 2019). Questionando, em vista disso, a universalidade proposta por Freud a partir da estrutura edipiana, como fundante da humanidade, Deleuze e Guattari (2010) apresentaram uma outra forma de entendimento do psiquismo, através de processos maquínicos. Com efeito, nas palavras dos autores:

Há tão somente máquinas em toda parte, e sem qualquer metáfora: máquinas de máquinas, com seus acoplamentos, suas conexões. Uma máquina-órgão é conectada a uma máquina-fonte: esta emite um fluxo que a outra corta. O seio é uma máquina que produz leite, e a boca, uma máquina acoplada a ela. A boca do anorético hesita entre uma máquina de comer, uma máquina anal, uma máquina de falar, uma máquina de respirar (crise de asma). É assim que todos somos “*bricoleurs*”; cada um com as suas pequenas máquinas. Uma máquina-órgão para uma máquina-energia, sempre fluxos e cortes (Deleuze e Guattari, 2010, p.11).

Dessa forma, Deleuze e Guattari (2010) propõem uma outra maneira de compreender os processos de realidade, denominando-os de processos maquínicos. Maquínicos no sentido de que existe uma relação de produção, de conexão, de criação contínua, destacando o conceito de *inconsciente-maquínico*, no qual os filósofos defendem que o todo é composto por uma série de máquinas que se conectam umas com as outras – como, por exemplo, a máquina seio que se conecta com a máquina boca do bebê que suga a máquina leite e assim por diante (Deleuze e Guattari, 2010).

Nessa primeira obra, os autores postulam uma leitura maquínica da realidade, que se fabrica por conexões e movimentos, desviando-se de uma leitura cartesiana ou representacional (Andoka, 2012 *apud* Barreto, Carrieri e Romagnoli, 2020). Em vista disso, compreende-se que na perspectiva deleuze-guattariana, a realidade recusa uma estrutura universal e aposta em processos de contínua conexão e produção entre os elementos, que envolvem agenciamentos, conexões, arranjos, os chamados “desejantes” (Deleuze e Guattari, 2010). Seguindo essa linha de raciocínio, Simonini (2019) salienta que Deleuze e Guattari compreendem

[...] a realidade enquanto produção maquínica, não se sustentava em nenhuma essência, em nenhuma verdade inaugural, em nenhum fundamento centralizador e em nenhuma consciência transcendente a dar um destino unificado ao universo. Ao contrário disso, propuseram que a realidade não é necessariamente um lugar, mas um processo de composições plurais a tramarem mundos (Simonini, 2019, p.76).

Dito de outra forma, sustenta-se que a realidade não é algo externo, esperando para ser decifrado, mas sim um processo de produção maquínico e múltiplo. Não há, portanto, uma verdade natural e acabada a ser desvendada; o que existe são realidades criadas a partir das relações, dos encontros. Neste contexto, o que compreendemos como natureza humana não é algo dado, posto, mas sim uma realidade que a todo o momento produz a si mesma, e as partes que a compõem também participam e não param de ser produzidas e modificadas. Vale destacar que as relações estabilizam-se, constroem padrões e configuram estruturas. Porém, essas estruturas não são universais e são mutáveis (Deleuze e Guattari, 2010).

Trazendo para o campo educacional, podemos nos apoiar nas reflexões de Tomaz Tadeu da Silva (2002), que ao problematizar as teorias do currículo discute a abordagem representacional na concepção de teoria:

Em geral, está implícita na noção de teoria a suposição de que a teoria ‘descobre’ o ‘real’, de que há uma correspondência entre a ‘teoria’ e a ‘realidade’. De uma forma ou de outra, a noção envolvida é sempre representacional, especular, mimética: a teoria representa, reflete, espelha a realidade. A teoria é uma representação, uma imagem, um reflexo, um signo de uma realidade que cronologicamente, ontologicamente a precede (Silva, 2002, p.11, destaques do autor).

Portanto, a perspectiva representacional compreende que existe algo “lá fora”, esperando para ser descoberto, descrito e explicado. Pressupõe-se um objeto que precede a teoria e a esta caberia o papel de descobri-lo, descrevê-lo, explicá-lo (Silva, 2002). Já na perspectiva deleuze-guattariana seria correto afirmar que “[...] a ‘teoria’ não se limitaria, pois, a descobrir, descrever, a explicar a realidade: a teoria estaria irremediavelmente implicada na sua produção. Ao descrever um ‘objeto’, a teoria, de certo modo, inventa-o” (Silva, 2002, p.11, aspas do original).

Desse modo, pode-se afirmar que o ser humano e a realidade estão constantemente em um processo ininterrupto de criação, de modificação e construção conjunta, dentro de tempos e movimentos que atravessam a nossa existência.

Em 1976, Deleuze e Guattari, publicam a obra *Rizoma*¹³, apresentando o conceito de rizoma, termo “roubado” da biologia, que perpassa linhas formadas nas conexões entre essas

¹³ Vale lembrar que no Brasil, a obra *Rizoma* também foi incorporada ao livro *Mil Platôs - Volume I*, como um platô denominado “Introdução: Rizoma” (Deleuze e Guattari, 1995a).

máquinas. Dessa forma, a noção de rizoma deflagra outros modos de pensar, a partir de formas conectadas, descentralizadas e de livre associação dos conceitos, ideias e pensamentos.

Deleuze e Guattari (1995a)¹⁴, contrapõem a ideia de rizoma à figura da raiz, sendo esta composta por uma rede de conexões que sempre retorna à sua origem: a raiz central, consequentemente a raiz é uma figura centralizadora “A árvore já é a imagem do mundo, ou a raiz é a imagem da árvore-mundo” (Deleuze e Guattari, 1995a, p.3).

Os estados são raízes enquanto os povos nômades são rizomas. O regime arborescente, a noção de raiz, tem dominado a maioria do pensamento ocidental, é um regime de signos que se desenvolveu linearmente. Eles têm começos e fins, são hierárquicos, possuem centros e periferias. São regimes de significados que tentam dominar outros regimes de significados. Ainda de acordo com os filósofos:

A lógica binária é a realidade espiritual da árvore-raiz. Até uma disciplina "avançada" como a Linguística retém como imagem de base esta árvore-raiz, que a liga à reflexão clássica (assim Chomsky e a árvore sintagmática, começando num ponto S para proceder por dicotomia). Isto quer dizer que este pensamento nunca compreendeu a multiplicidade: ele necessita de uma forte unidade principal, unidade que é suposta para chegar a duas, segundo um método espiritual (Deleuze e Guattari, 1995a, p.3, aspas dos autores).

Em contrapartida à noção de árvore-raiz, o rizoma não tem uma fonte principal ou um centro, não é hierárquico, mas sim composto por multiplicidades, agenciamentos, conexões e produções de realidades construídas. “Diferentemente da árvore, a imagem do rizoma não se presta a uma hierarquização nem a ser tomada como um paradigma, pois não há *um* rizoma, mas rizomas” (Gallo, 2003, p.93, grifo do original)¹⁵.

Nessa perspectiva, o rizoma na égide da multiplicidade inaugura um olhar sobre o mundo sob o viés da mudança constante, em oposição à noção de paradigma que paralisa e fecha o pensamento, “o rizoma, sempre aberto, faz proliferar pensamentos” (Gallo, 2003, p.93). Logo, o rizoma pode ser pensado como uma metáfora para a epistemologia e também para as estruturas de relações sociais e políticas. Uma organização política pode funcionar como um gigantesco rizoma. De acordo com Deleuze e Guattari (1995a), o rizoma segue seis princípios:

1º e 2º - conexão e heterogeneidade: “qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo. É muito diferente da árvore ou da raiz que fixam um ponto, uma

¹⁴ Obra que dá sequência às teses de O anti-édipo, composta por quinze platôs. Na tradução brasileira, Mil Platôs está dividida em cinco volumes, sendo que o primeiro volume traz, dentre outros, o texto “Introdução: Rizoma”.

¹⁵ Livro Deleuze e a Educação.

ordem” (Deleuze e Guattari, 1995a, p.4). Nesse contexto, forma-se uma rede heterogênea, aberta, variável e que não possui centro. O princípio da heterogeneidade remete à concepção de uma realidade complexa, caracterizada pela coexistência de elementos de natureza diferente (biológicos, sociais, políticos, culturais e etc.), espaços em que “coexistem movimentos, formando conexões diversas e múltiplas” (Barreto, Carrieri e Romagnoli, 2020, p.51).

3° - multiplicidade: contradizendo o enunciado de unidade, o rizoma não é objeto nem sujeito, é múltiplo, “é somente quando o múltiplo é efetivamente tratado como substantivo, multiplicidade, que ele não tem mais nenhuma relação com o uno como sujeito ou como objeto, como realidade natural ou espiritual, como imagem e mundo” (Deleuze e Guattari, 1995a, p.5)

4° - ruptura e significante: indica que o rizoma pode ser rompido em qualquer parte e não se desintegra, pois não possui um centro, uma fonte principal:

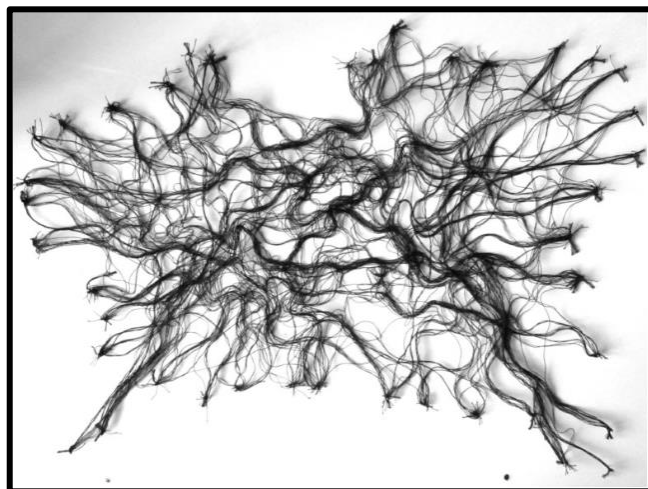
Um rizoma pode ser rompido, quebrado em um lugar qualquer, e também retoma segundo uma ou outra de suas linhas e segundo outras linhas[...]. Todo rizoma compreende linhas de segmentaridade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc.; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar. Há ruptura no rizoma cada vez que linhas segmentares explodem numa linha de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma. Estas linhas não param de se remeter umas às outras. É por isto que não se pode contar com um dualismo ou uma dicotomia, nem mesmo sob a forma rudimentar do bom e do mau. Faz-se uma ruptura, traça-se uma linha de fuga, mas corre-se sempre o risco de reencontrar nela organizações que re-estratificam o conjunto, formações que dão novamente o poder a um significante, atribuições que reconstituem um sujeito (Deleuze e Guattari, 1995a, p.6)

5° e 6° - cartografia e decalcomania – os rizomas são linhas, tramas, redes e processos que se conectam, conseqüentemente eles podem ser mapeados, dando origem a um mapa das conexões. Em vista disso, cada arranjo, cada encontro, produz um mapa singular que pode ser acessado a partir de pontos distintos:

[...] Diferente é o rizoma, mapa e não decalque. Fazer o mapa, não o decalque. [...] Se o mapa se opõe ao decalque é por estar inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real. O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói. Ele contribui para a conexão dos campos, para o desbloqueio dos corpos sem órgãos, para sua abertura máxima sobre um plano de consistência. Ele faz parte do rizoma. O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente (Deleuze e Guattari, 1995a, p.8).

A partir do quinto princípio, sem abandonar os demais, é possível afirmar que realizamos um mapeamento das conexões de um rizoma através de uma cartografia. Agora, para facilitar a compreensão, o conceito de rizoma pode ser visualizado na Figura 4:

Figura 4- Rizoma Deleuze e Guattari



Fonte: E-Consulta, 2022, n.p. ¹⁶

Tal como na Figura 1, o conceito de rizoma pode ser sintetizado como “um emaranhado de linhas em constante interação (fluxos), sem início e nem fim definidos. Essas linhas ora se estratificam em formas, ora permanecem fluidas como potência” (Barreto; Carrieri; Romagnoli, 2020, p.52).

As linhas, por sua vez, possuem diferentes características: podem ser rígidas, maleáveis ou de fuga. Essas, através de agenciamentos (conexões e interações), dão origem a novos territórios, nos quais o rizoma se manifesta. Apesar da fluidez e das mudanças constantes dos territórios, ainda é possível mapeá-los, considerando os deslocamentos e as forças que os atravessam (Barreto; Carrieri; Romagnoli, 2020).

A proposta deste estudo é compreender de que modos o cinema contemporâneo produz e faz circular as corporeidades de mulheres surdas, e quais forças de captura e invenção atravessam essas narrativas. Considera-se que a produção de conhecimento sobre esses corpos opera de maneira rizomática e, portanto, não de forma arbórea, centralizada e/ou hierarquizada. Em outras palavras, para mapear os territórios produzidos pelas mulheres surdas, nos quais o rizoma se manifesta, é necessário adotar a perspectiva da multiplicidade, das conexões, da heterogeneidade, das rupturas, dos escapes, além dos processos de produção e criação.

Nesse íterim, no subtópico a seguir discorre-se sobre o conceito de território, os três tipos de linhas que o abarcam e a noção de agenciamento.

¹⁶E-CONSULTA. Rizoma Deleuze e Guattari. Disponível em: <https://blogs.e-consulta.com/blogs/nuevoconsultario/nota/ubu/rizoma-deleuze-y-guattari> . Publicado em: 17 jun. 2022. Acesso em: 15 mar. 2024.

2.1.1 Linhas, agenciamentos, territorialização e desterritorialização

O entendimento do conceito de território perpassa, obrigatoriamente, pela compreensão das distintas linhas que o abarcam, sendo elas de três tipos: as linhas molares, moleculares e de fuga. Essas linhas configuram os modos como o território se relaciona com o que está fora dele, com o caos. São, portanto, três modos coexistentes que compõem a sua relação com o exterior.

As linhas molares são definidas pela segmentaridade dura e operam pela conservação do território. Como apontam Barreto, Carrieri e Romagnoli (2020, p.51), “Pode-se dizer que as linhas duras remetem ao nível de realidade que se apresenta como dado, naturalizado. Seu caráter permanente tende a afastar o questionamento e a crítica”. Ou seja, as linhas molares são aquelas que atuam para manter o ritmo territorial (ritornelo), através de um padrão de repetição que opera no sentido de expulsar os afectos caóticos do território. Assim, elas estruturam “um sistema arborescente, binário, circular, segmentário” (Deleuze; Guattari, 2012, p.234)

Já as linhas de fuga atuam como nômades, tudo o que existe no território pode ser quebrado através delas. São as responsáveis pelo processo de desterritorialização, permitindo os escapes de fluxo e as resistências ao instituído. Portanto, são opostas as linhas molares, que são sedentárias. Nas palavras de Oliveira e Paraíso “[...] às linhas de fuga ou de ruptura são linhas de desterritorialização pelas quais um pensamento foge sem parar [...]” (Oliveira; Paraíso, 2012, p.167). Neste sentido, é possível afirmar que as linhas de ruptura ou de fuga possuem cinco características fundamentais: desterritorializante, traidora, asignificante, assegmentada e acentrada (Cavalacante, 2020).

As linhas moleculares, por sua vez, apresentam uma porosidade e flexibilidade, são por natureza mais maleáveis e “se modificam, ainda que em pequenas proporções, permitindo-nos captar outras forças e agenciar” (Barreto, Carrieri e Romagnoli, 2020, 51-52). A linha molecular está sempre entre, “passa *entre* as coisas, *entre* os pontos” (Deleuze; Guattari, 2012, p.234, grifos do original). Neste contexto, a linha molecular é *intermezzo*:

A terceira linha é a molecular. Diferente da linha molar que é sedentária, e da linha de fuga que é nômade, a linha molecular é migrante. É migrante porque é a linha do devir da produção de uma língua estrangeira na própria língua. A dimensão molecular não tem o ritmo estriado do molar, mas antes segue um ritornelo que segue o andamento do próprio encontro. Por outro lado, sua desterritorialização é relativa: diferente da linha de fuga que é absoluta (Cavalacante, 2020, p.96).

Segundo os pressupostos deleuze-guattarianos, a cartografia, envolve as relações complexas entre as linhas supracitadas, variam de acordo com os tipos de agenciamentos e

máquinas abstratas implicadas. Oliveira e Paraíso (2012) destacam ainda que essas linhas se misturam, interagem constantemente e interatuam e não são fáceis de decifrar.

Para os autores a arte de fazer cartografia consiste em construir um mapa sempre inacabado, aberto e composto por diferentes linhas, sendo “conectável, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente” (Deleuze; Guattari, 1996, p. 21 – aspas dos autores). Oliveira e Paraíso (2012, p.167) complementam essa ideia ao afirmarem que “A vida da cartografia vem do seu trabalho sobre linhas”.

Outro aspecto fundamental do fazer cartográfico é a análise dos deslocamentos e movimentos das experimentações ocasionadas pelos encontros, cabendo ao pesquisador acompanhar os agenciamentos potencializadores de um acontecimento, “de modo a mapear o que se agencia nos entrelugares desses diferentes territórios” (Silva; Paraíso, 2003, p.20), o que provoca mudanças de paradigmas, rupturas e outras invenções.

O conceito de agenciamento¹⁷ configura-se como “tão importante quanto o de rizoma, correspondendo a alianças e passagens entre o que está estabelecido e estratificado e os fluxos entre segmentos e forças” (Barreto, Carrieri e Romagnoli, 2020, p.51).

Para Deleuze e Guattari (1995b),

[...] um agenciamento remete à um estado preciso de mistura de corpos em uma sociedade, compreendendo todas as atrações e repulsões, as simpatias e as antipatias, as alterações, as alianças, as penetrações e expansões que afetam os corpos de todos os tipos, uns em relação aos outros (Deleuze e Guattari, 1995b, p.33)

Neste contexto, Cavalacante (2020) destaca que o agenciamento¹⁸ é sempre coletivo, constituído no bojo do encontro. Consequentemente, agenciar denota o estabelecimento de conexões-conjunções. Sendo estas possíveis a partir de uma “conveniência” ou “simpatia” entre os termos: “aranha, teia e mosca em um agenciamento de captura; homem, cavalo e estribo, em um agenciamento de cavalaria” (Cavalacante, 2020, p.86).

¹⁷ Em termos foucaultianos o agenciamento também pode ser nomeado como dispositivo. Na esteira de Deleuze, Hur (2012) afirma que “[...] O dispositivo agencia três tipos de linhas: de saber, poder e subjetivação. Portanto, nele ocorrem processos de produção, reprodução e consumo ligados a relações de saber, poder e processos de subjetivação (Deleuze, 1989), ou seja, é uma máquina de produção de subjetivação, atravessada por linhas de saber e poder. O dispositivo pode ser entendido como uma máquina de produção de discursos e de ações-relações, em que se faz “falar” e se faz “ver”, produzindo enunciações, visibilidades distintas, acontecimentos e modos de ser” (Hur, 2012, p. 21)

¹⁸ Embora os termos *agenciamento* (Deleuze; Guattari, 1995, 1996, 1997, 2012, 2011), *agency* (Butler, 2019) e *agência* (Luque et al., 2024) compartilhem raízes etimológicas, constituem conceitos distintos em suas formulações teóricas. Neste trabalho, o termo *agenciamento* é empregado na perspectiva deleuze-guattariana, enquanto *agency* e *agência* são mobilizados pontualmente, em articulação com as discussões sobre gênero, afeto e ação situada.

Dessa maneira, ainda em consonância com Cavalcante (2020), o agenciamento possui como características fundantes: a heterogeneidade e a multidisciplinidade. Como consequência da coletividade imbricada no agenciamento, a heterogeneidade traz em si a coexistência de elementos de naturezas distintas (culturais, sociais, políticas, biológicas, entre outros); portanto, o agenciamento diz respeito ao que se passa entre esses elementos diferentes de maneira a mantê-los conectados ou não (Cavalcante, 2020). Esse fluxo envolve a coexistência de diferentes velocidades e ritmos, “uma dinâmica em que um arrasta o outro, produzindo um movimento coletivo. Seria o “co-funcionamento dos termos heterogêneos, os contágios, bem como o que permanece desconexo” (Cavalcante, 2020, p.86). Já a multiplicidade, pode ser definida como a relação entre as linhas molar, molecular e de fuga; linhas estas que atravessam o agenciamento, é fundamental ressaltar que o agenciamento atua no território (Cavalcante, 2020).

De acordo com Deleuze e Guattari o território é feito de fragmentos decodificados de todo tipo, extraídos dos meios, mas que adquirem a partir desse momento um valor de ‘propriedade’: mesmo os ritmos ganham aqui um novo sentido (ritornelos). O território cria o agenciamento” (Deleuze; Guattari, 2012, p.232 – aspas dos autores).

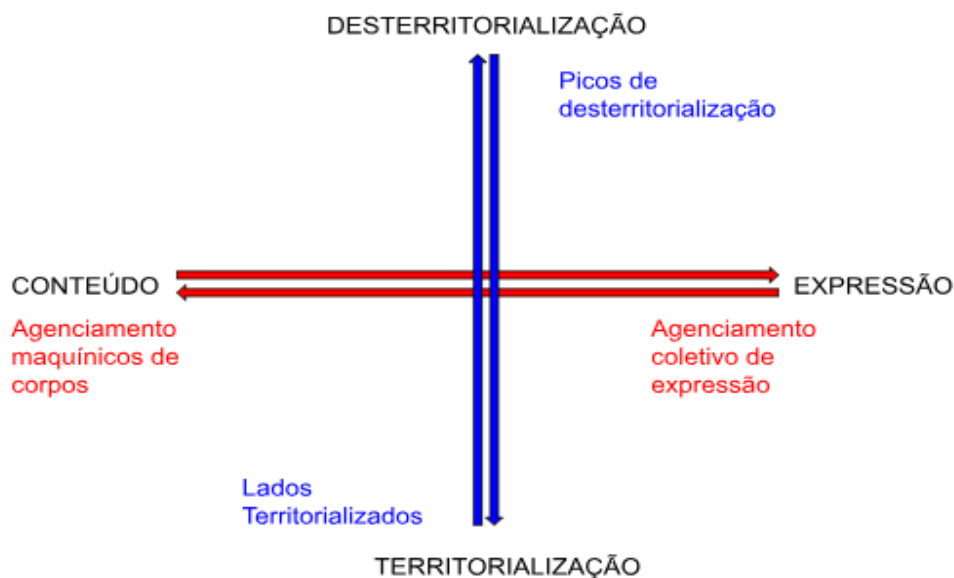
Consequentemente, o território é formado por meios decodificados, como uma espécie de colagem realizadas a partir dos meios nos quais se constitui um “ethos”, “posturas, modos de andar, de usar, de se misturar com outros meios ‘roubados’” (Cavalcante, 2020, p.87, grifos do original). Em função disso, todo agenciamento é em primeira instância territorial (Deleuze; Guattari, 2012)¹⁹ e a noção de território se dá no bojo de um conjunto de conexões e uma trama de relações que se “autoproduz por meio de agenciamentos” (Monti, 2003, p.32).

Neste ínterim, o agenciamento configura-se como um dispositivo e uma máquina de produção de encontros, ações, relações e discursos (Hur, 2012), produzindo acontecimentos e modos de ser nos diferentes territórios. Em linhas gerais, de acordo com Deleuze e Guattari (1995a) pode-se dizer que o agenciamento é tetravalente, pois possui quatro valências ou partes, organizadas em dois eixos: horizontal e vertical. O eixo horizontal compreende as formas de expressão (agenciamentos coletivos de enunciação) e as formas de conteúdo ou formações não discursivas (agenciamento maquínico de desejo). Já o eixo vertical abrange os movimentos de territorialização e desterritorialização (Deleuze; Guattari, 2012, p.232).

¹⁹ A primeira edição de Mil Platôs - volume 5, foi publicada no Brasil em 2007, contudo, faz-se uso da segunda edição de 2012.

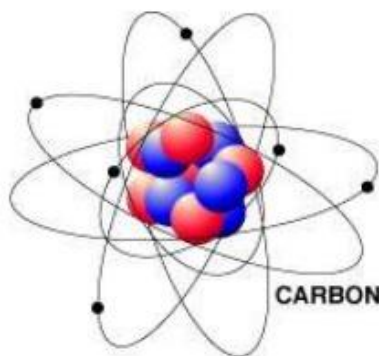
De acordo com Tibola e Alvarenga (2018), esse esquema conceitual já foi expresso diversas vezes, conforme ilustrado na Figura 5:

Figura 5 – Tetravalência do agenciamento



Fonte: Adaptado de TIBOLA, Talita; ALVARENGA, Gabriel de C. A. Guattari: agenciamento, território e transversalização. Como olhar a crise. Lugar comum - Estudos de mídia, cultura e democracia, nº 53, 2018, p.8.

Todavia, é importante destacar que a tetravalência, assim como molecular e molar são palavras do campo da química. Tetravalência é uma característica própria do carbono e diz respeito à “[...] sua capacidade de formar quatro ligações covalentes, disponibilizando, ou melhor, compartilhando, quatro elétrons ligantes” (Tibola; Alvarenga, 2018, p.9). Portanto, nessas quatro ligações covalentes, não se recebe nem se doa, compartilha-se elétrons. Essa tetravalência, faz com que o carbono seja bastante flexível, combinando-se, partilhando com distintos átomos e formando distintas moléculas (Tibola; Alvarenga, 2018). Neste contexto, uma imagem possível que traduzisse mais adequadamente o que Deleuze e Guattari compreendem por agenciamento seria a do próprio carbono, como indica a Figura 6:

Figura 6 – Carbono

Fonte: Extraído de Tibola; Alvarenga, 2018, p.10

Observe que nessa configuração, não temos exatamente eixo vertical e horizontal, mas sobretudo temos órbitas circulares à volta do núcleo mais permanente, todavia esse núcleo também sofrerá mutações “a partir dos movimentos, ligações, conexões dessas órbitas, formando materialidades, corpos e suas formas mais ou menos estáveis e, a depender de suas relações, mais ou menos abertos a conexões” (Tibola; Alvarenga, 2018, p.10).

Ainda na esteira de Tibola; Alvarenga (2018), compreendemos que na perspectiva deleuze-guattariana, os agenciamentos coletivos de expressão e agenciamentos maquínicos de corpos constituem um núcleo amalgamado e que se modifica a partir dos movimentos de territorialização e desterritorialização.

As noções de territorialização e desterritorialização podem ser compreendidas, de maneira genérica, como os movimentos instituintes e instituídos (Tibola; Alvarenga, 2018). Dessa maneira, uma das valências do agenciamento, corresponde ao lado territorial, ou seja, que territorializa, que fixa, que estabiliza e na outra valência, picos de desterritorialização que arrebatam, desterritorializa. Conforme Hur (2012, p.21) “Num pólo há a predominância de processos de consolidação e fixação, enquanto no outro de processos de transmutação e de criação”.

Em consonância com esta reflexão, Barreto, Carrieri e Romagnoli (2020) destacam que os agenciamentos constituem um mapa que representa essas múltiplas conexões e encontros. Neste ínterim, questionam: “Quais agenciamentos possíveis observamos em determinado território?” (Barreto; Carrieri, Romagnoli, 2020, p.52).

No que diz respeito às mulheres surdas, o conceito de agenciamento nos ajuda a refletir sobre como os encontros, relações, ações e discursos mobilizam esses corpos para produzir diferentes territórios, acontecimentos e formas de ser e estar no mundo. Ou seja, permite-nos,

ao constituir um mapa, identificar e nomear as múltiplas conexões e encontros que constroem saberes e poderes sobre esses corpos.

Para aprofundar essa discussão sobre as condições históricas que tornam tais saberes e poderes possíveis, recorreremos, a seguir, aos conceitos de matriz de experiência e regimes de verdade.

2.1.2 Matriz de experiência e regimes de verdade

Witchs e Lopes (2015) apresentam a compreensão da surdez a partir do conceito de matriz de experiência, oferecendo sob esse prisma, uma contribuição valiosa para analisar como ela se inscreve nas trajetórias históricas e sociais, compondo as vivências dos sujeitos surdos.

A partir do momento em que a surdez passou a ser compreendida como parte de um conjunto de características que constituem a pessoa, traçou-se uma linha invisível que delimitou “as fronteiras de posição que, historicamente, seriam ocupadas por aqueles que passaram a ser chamados de surdos” (Witchs; Lopes, 2015, p.33). Essa linha, embora historicamente construída, muitas vezes é naturalizada e percebida como inevitável na constituição de um certo tipo de sujeito.

A mesma lógica pode ser aplicada à questão de gênero, considerando-a igualmente uma característica determinante na composição dos sujeitos. Segundo Witchs e Lopes (2015), torna-se possível compreender a mulher surda a partir de um foco ou matriz de experiência que englobe, de forma indissociável, as dimensões da surdez e do feminino. Importa destacar que o conceito de foco ou matriz de experiência remonta originalmente a Michel Foucault (2010), que afirma:

[...] queria dizer uma análise do que se poderia chamar de focos de experiência, nos quais se articulam uns sobre os outros: primeiro, as formas de um saber possível; segundo, as matrizes normativas de comportamento para os indivíduos; e enfim os modos de existência virtuais para sujeitos possíveis. Esses três elementos – formas de um saber possível, matrizes normativas de comportamento, modos de existência virtuais para sujeitos possíveis –, são essas três coisas, ou antes, é a articulação dessas três coisas que podemos chamar, creio, de “foco de experiência” (Foucault, 2010, p.4-5)

Com base nessa formulação, compreende-se que três eixos estruturam uma matriz de experiência: a formação de saberes (saber), a normatividade dos comportamentos (poder) e a constituição dos modos de ser (ética). Em *O governo de si e dos outros* (2010), Foucault amplia essa noção ao exemplificar a experiência da loucura, mostrando como se articulam esses três eixos. O primeiro, referente à formação de saberes, descreve a loucura como uma experiência

construída historicamente no interior de uma cultura, a partir de conhecimentos desenvolvidos pela medicina, pela psiquiatria, pela sociologia, pela psicologia e por outros campos.

Do mesmo modo que se constroem saberes sobre a loucura, elaboram-se normas que a categorizam como um desvio dentro de determinada sociedade. Essas normas, por sua vez, organizam padrões de comportamento (poder) em relação à loucura e aos chamados “loucos”, atribuindo condutas tanto aos sujeitos comuns quanto aos médicos e grupos psiquiátricos que interagem com eles. Finalmente, quanto à constituição dos modos de ser, a noção de experiência da loucura define também a posição do sujeito considerado normal em relação ao indivíduo louco, articulando elementos éticos. Nas palavras do filósofo: “Foram esses três aspectos, essas três dimensões da experiência da loucura – forma de saber, matriz de comportamentos, constituição de modos de ser do sujeito – que procurei, com maior ou menor sucesso e eficácia, reunir” (Foucault, 2010, p.5). Essa perspectiva converge com o pensamento de Foucault, para quem a experiência é uma forma histórica de subjetivação. Tomando como base o exemplo da loucura, compreende-se que a surdez e o feminino também se constituem como marcas históricas de exclusão. Ambos se inscrevem em processos que combinam dimensões históricas, sociais e trajetórias individuais (Wieviorka, 2002; Witches; Lopes, 2015). Como afirmam os autores:

Quanto à noção de experiência, é preciso entender que ela adquire uma elaboração propriamente foucaultiana quando passa a ser entendida como uma forma histórica de subjetivação. Pensar a surdez, desde essa perspectiva, significa assumir que, a partir dela, é possível fazer e dizer coisas sobre determinados indivíduos que a ela são relacionados. A subjetivação, nesse sentido, é pensada como “o processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, mais precisamente de uma subjetividade, que [...] não passa de uma das possibilidades dadas de organização de uma consciência de si” (Foucault, 2004, p.262). Assumida como uma experiência, a surdez pode ser entendida como uma forma de constituir sujeitos surdos, subjetividades surdas, modos bem específicos de ser e de se relacionar em um mundo regulado por normas audistas (Witches; Lopes, 2015, p.35-36).

Portanto, a experiência se constrói historicamente a partir de práticas que permitem aos indivíduos observarem-se e reconhecerem-se como sujeitos. Nesse contexto, a identidade surda se apresenta como uma “categoria simbólica que oferece condições para que um indivíduo se reconheça como surdo” (Witches; Lopes, 2015, p.35-36).

Essa articulação entre poder, saber e ética permite compreender como os corpos surdos femininos são produzidos em meio a regimes discursivos que definem o que pode ser dito, visto e sentido. A tese de Bianca Salles Conceição de Andrade (2022) contribui para esse debate ao identificar, em territórios de vidas surdas, três regimes de verdade que dialogam diretamente com a proposta desta investigação sobre a corporeidade de mulheres surdas: o regime de

verdade normativo-patológico; o regime de verdade militante, e regime de verdade de consumo (Andrade, 2022).

Segundo Andrade (2022), o conceito de regime de verdade (Foucault, 2014) ganhou novas camadas de significação com a presença da língua de sinais nas mídias sociais, ampliando a circulação de discursos produzidos pelas próprias pessoas surdas. A partir disso, emergiram configurações discursivas, mediadas por dispositivos midiáticos em constante expansão; isto é, as pessoas surdas passaram a ocupar novos espaços de existência e visibilidade, criando regimes discursivos que antes lhes eram inacessíveis devido ao monopólio ouvinte sobre a produção de enunciados.

Conforme Andrade (2022), esses regimes de verdade estão diretamente vinculados às concepções identitárias que se apoiam em uma norma. A autora alerta que essa lógica impacta a constituição das subjetividades surdas no contexto neoliberal, atravessada por discursos fundamentalistas que tanto defendem a educação inclusiva e o corpo “padrão” quanto romantizam ou folclorizam a diferença surda. Em suas palavras:

Essa concepção da identidade impacta no neoliberalismo e na produção de discursos fundamentalistas tanto a favor da educação inclusiva ou do corpo padrão, como sobre a escola bilíngue; os lugares de fala; os privilégios ouvintes; a romantização e a folclorização dessa população; a visibilidade da língua de sinais, dentre diversos outros aspectos abordados ao longo das análises. No entanto, para Foucault (2004, p. 265), essas criações identitárias podem ser perigosas, afinal, “a identidade é apenas um jogo, apenas um procedimento para favorecer relações, relações sociais” – neste caso, da comunidade surda. Se nos posicionamos a favor da identidade tomamos certa concepção arbórea de construção de subjetividades com pressupostos e essências que fundamentam, produzindo o crescimento em uma única direção: de cima para baixo. Consequentemente, perdem-se os contornos e as linhas marginais possíveis (Andrade, 2022, p.153-154).

Inspirada em Foucault, Andrade (2022) propõe compreender que as identidades, embora necessárias em determinados contextos políticos, podem se tornar mecanismos de aprisionamento quando fixadas em regimes de verdade. Para escapar dessa rigidez, a autora convoca uma leitura rizomática, em que as subjetividades são produzidas por agenciamentos múltiplos – alguns de segmentação rígida (linhas molares) e outros de fuga e criação (linhas moleculares). Ela explica:

[...] no agenciamento entre o regime de verdade normativo-patológico, militante e de consumo, as linhas de fuga foram necessárias, no movimento entre uma desterritorialização e uma reterritorialização em novas construções de territórios surdos, com novas pautas e apropriação de novos discursos. No entanto, mesmo com esse deslocamento, as linhas também se endurecem e se tornam linhas molares. Esses regimes de verdade vão sendo, portanto, construídos a partir de um solo fértil de enrijecimento das linhas de força, e nesse aprisionamento (também) pelas identidades e novas linhas duras, novas normas e novas verdades (Andrade, 2022, p.155).

Em outras palavras, as pessoas surdas foram e continuam sendo submetidas a diferentes regimes de verdade. No regime normativo-patológico, o sujeito surdo é construído sob a lógica da anormalidade, a partir de um discurso médico e conservador que o define como corpo deficitário. A desterritorialização parcial desse regime deu origem a um novo olhar, no qual as pessoas surdas são reconhecidas como sujeitos linguísticos e culturais que compartilham uma língua visual e um modo singular de estar no mundo, o que Andrade (2022) denomina regime de verdade militante.

Por fim, a autora identifica o regime de verdade de consumo, caracterizado pela apropriação da língua de sinais e da identidade surda pela lógica neoliberal. Nesse regime, as vidas surdas são compreendidas como sujeitos produtivos, competitivos e consumidores (Andrade, 2022).

Esses três regimes de verdade, que operam simultaneamente, também atravessam a experiência das mulheres surdas. Ao mesmo tempo em que sofrem os efeitos do regime normativo-patológico em que a surdez se associa com a deficiência, elas são interpeladas pelo regime militante, na busca pela afirmação das identidades surdas, e pelo regime de consumo, que explora sua visibilidade em discursos midiáticos e mercadológicos. Assim, as corporalidades femininas surdas se constroem por um entrecruzamento de dispositivos que articulam gênero, língua, deficiência e mercado, configurando um campo de experiência permeado por disputas e contradições.

Essa leitura proposta por Andrade (2022) amplia a noção foucaultiana de matriz de experiência ao mostrar que, na contemporaneidade, os regimes de verdade atuam de modo difuso e híbrido, combinando processos de subjetivação, resistência e captura. Tais regimes auxiliam na compreensão das mulheres surdas como sujeitos inseridos em territórios múltiplos – espaços que promovem um tensionamento entre a normatização e a insurgência e nos quais se negociam sentidos, desejos e formas de visibilidade.

As formas pelas quais as mulheres surdas são subjetivadas, visibilizadas ou silenciadas dependem de disputas históricas que incidem diretamente sobre seus corpos. Nessa direção, a seguir apresenta-se a discussão acerca da corporeidade, compreendendo os corpos não apenas

como superfícies de inscrição dos regimes de verdade, mas também como campos de afectação, resistência e produção de modos de existência. É a partir dessa perspectiva que o próximo item mobiliza contribuições da filosofia da diferença, especialmente em diálogo com Deleuze e Espinosa, para discutir as relações entre corporeidade, afectos e potência.

2.1.3 Corporeidade, afectos e potência

A partir dessas formulações filosóficas, torna-se importante retomar um conceito fulcral para esta tese: a noção de corporeidade. Nesta pesquisa, a corporeidade não é tomada como uma dimensão natural ou fixa do sujeito, mas como uma composição produzida nos encontros, nas relações de poder e nas afecções que atravessam os corpos.

Nessa perspectiva, é fundamental destacar que o termo “corporeidades de mulheres surdas” parte do entendimento de que o corpo não constitui apenas uma superfície de inscrição das normas sociais, de gênero e da surdez, mas também um campo de criação, resistência e invenção de modos de existência.

Em diálogo com Foucault (2010), essa compreensão articula-se à noção de matriz de experiência, na medida em que os corpos são historicamente constituídos por entrelaçamentos entre saber, poder e modos de subjetivação. Contudo, ainda que sejam atravessados por processos normativos, os corpos não se reduzem à captura dos regimes de verdade que buscam estabilizá-los. Eles também engendram resistências, deslocamentos e linhas de fuga que tensionam tais regimes e instauram outras possibilidades de existência.

Neste contexto, a partir de Deleuze (1993, 2002) e das contribuições espinosistas mobilizadas nesta pesquisa, compreendem-se os afectos enquanto variações da potência dos corpos, isto é, capacidades de afectar e ser afectado nos encontros estabelecidos com outros corpos, discursos, imagens e dispositivos. Pensar a corporeidade implica, portanto, considerar os movimentos pelos quais os corpos surdos femininos são simultaneamente constituídos, tensionados e atravessados por processos que ampliam, restringem ou deslocam suas formas de existir. Essa compreensão aproxima-se da leitura deleuzeana inspirada em Espinosa, na qual os corpos são pensados a partir das relações que estabelecem e das variações de potência produzidas nos encontros. Nessa direção, Deleuze (1993) afirma:

Os corpos (e as almas) são forças. Enquanto tais, não se definem apenas por seus encontros e choques ao acaso (estado de crise). Definem-se por relações entre uma infinidade de partes que compõem cada corpo, e que já o caracterizam como uma multidão. Há então processos de composição e de decomposição dos corpos, segundo suas relações características convenham ou desconvenham. Dois ou vários corpos formarão um todo, isto é, um terceiro corpo, se compuserem suas relações respectivas em circunstâncias concretas. E isto é o mais alto exercício da imaginação, o ponto em que ela inspira o entendimento, fazer com que os corpos (e as almas) se encontrem segundo relações convenientes (Deleuze, 1993, p. 8).

A partir dessa perspectiva, os corpos surdos femininos não são compreendidos como entidades isoladas ou estáticas, mas como composições relacionais produzidas nos encontros com discursos, imagens, dispositivos e normas. Trata-se de corpos cujas possibilidades de existência são continuamente tensionadas por forças de captura e, simultaneamente, por movimentos de criação e resistência.

Ao compreender os corpos surdos femininos como composições relacionais atravessadas por normas, afectos, discursos e disputas de potência, torna-se possível avançar para o debate sobre gênero. Nesse contexto, os Estudos Feministas oferecem aportes fundamentais para analisar os processos históricos, políticos e discursivos que produzem e disputam os corpos das mulheres.

2.2 Estudos Feministas: gênero como produção e disputa de corpos

Para Lélia Gonzalez (2018), qualquer teoria feminista que não problematize o racismo é insuficiente. A autora desloca o feminismo brasileiro do conforto de um sujeito abstrato – pautado em uma concepção hegemônica de “mulher” – e o recoloca no terreno concreto das diferenças historicamente produzidas, atravessadas por hierarquias de raça, classe, sexualidade, língua e território (Gonzalez, 2018, 2019, 2020). O gesto é duplo pois expõe a violência epistêmica que silenciou por décadas as experiências de mulheres negras, indígenas e periféricas, ao mesmo tempo que reorienta a crítica para as tecnologias políticas que fabricam esse silêncio como norma. Tal perspectiva permite substituir uma compreensão essencialista do feminino para uma visão que compreende gênero como efeito de relações históricas de poder e, portanto, como prática discursiva situada. Nesse sentido, para esta pesquisa, esse deslocamento é decisivo, pois em vez de tratar o gênero como categoria abstrata ou essência identitária, o foco recai sobre suas operações concretas. Isto é, analisa-se como práticas sociais, normas e dispositivos institucionais materializam diferenças, produzindo hierarquias entre corpos e distribuindo lugares de inteligibilidade e valor social.

A crítica de Lélia Gonzalez (2018) não emerge de forma isolada, mas integra um movimento amplo de pensamento produzido por mulheres negras que confrontam a universalização do sujeito “mulher” no feminismo. Desde Sojourner Truth, cuja pergunta “eu não sou uma mulher?” desestabilizou a gramática racial do feminino no século XIX, até autoras como Angela Davis (2016) e bell hooks (2019), que expõem as alianças entre branquitude, patriarcado e capitalismo, o que se evidencia é que o apelo a um feminino neutro apaga relações históricas de dominação.

Em termos práticos, essa neutralidade opera como tecnologia de regulação ao fortalecer regimes de normalização que definem quais corpos contam como “femininos” a partir da especificidade de gestos, tonalidades de pele, sonoridades, sexualidades e competências linguísticas. O resultado é um efeito político no qual aquilo que não se conforma à gramática dominante da feminilidade é desqualificado como *déficit*, desvio ou risco social. Tal processo produz uma hierarquia entre mulheres que sustenta a hegemonia de uma feminilidade normativa. Essa crítica, longe de fixar identidades, abre um campo de análise que trata a diferença como força em disputa, afinando-se com a perspectiva cartográfica adotada nesta pesquisa.

Nessa chave, Lélia Gonzalez (2018) cunha o conceito de *Amefricanidade* como categoria político-epistêmica capaz de desconfinar o feminino dos limites eurocentrados, articulando raça, língua e corpo como dimensões indissociáveis na produção histórica das subjetividades (Gonzalez, 2018, c1983). Ao discutir a política da língua – das fraturas entre o português “culto”, as variações populares e as línguas afro-diaspóricas, inclusive pelo prisma do “pretuguês” – Gonzalez evidencia a imbricação entre hierarquias linguísticas, raciais e de gênero. A partir dessa crítica, esta pesquisa compreende a língua como um operador histórico de diferenciação e poder, que participa da produção de posições sociais e corporais.

É nessa direção que se estabelece a aproximação com o campo dos Estudos Surdos, entendida não como analogia identitária, mas como aposta metodológica: mulheres surdas situam-se como grupo minoritário, não por uma questão numérica, mas porque vivem sob um regime de normatividade que toma a audição como padrão universal do humano. São, portanto, corpos atravessados por múltiplas tecnologias de normalização, entre elas dispositivos médico-educacionais, familiares, midiáticos e religiosos, reguladores dos modos de aparecer, comunicar e existir, produzindo critérios de aceitabilidade para o que pode contar como feminino em corpos não ouvintes.

Assim, tratar o gênero fora das diferenças concretas opera como dispositivo de dominação, pois a categoria “mulher”, quando naturalizada, apaga as matrizes históricas de poder que conformam as vidas e instituem critérios sobre o que pode aparecer como corpo feminino legítimo. Nesta pesquisa, esse problema é central: interessa compreender como determinadas normas de feminilidade produzem hierarquias internas entre mulheres, tornando algumas vidas reconhecíveis e outras apagadas do campo da inteligibilidade. Em se tratando das mulheres surdas, o processo de apagamento adquire contornos ainda mais complexos, pois elas são situadas nos regimes discursivos da deficiência, que articulam gênero, língua e normalidade, delimitando quem pode aparecer, comunicar, desejar e ser reconhecida como sujeito. Interessa, aqui, interrogar as operações normativas que, no cotidiano e nos aparatos culturais, fabricam o feminino e regulam modos de existência, inclusive aqueles que silenciam o gesto, a língua, o desejo e a possibilidade de agência situada nas mulheres surdas. Ao mesmo tempo, importa evidenciar que tais capturas nunca são completas, pois nelas também emergem resistências, desvios e linhas de fuga que afirmam outros modos de viver o feminino em corpos surdos.

A partir dessa base, encaminhamos o debate da crítica ao universal feminino para a análise dos mecanismos históricos que produzem e regulam o gênero como prática social. Nesse movimento, esta pesquisa volta-se ao modo de funcionamento dessas forças e aos efeitos que exercem sobre os corpos. É nesse contexto que se insere a contribuição de Teresa de Lauretis (1994), cuja formulação sobre as tecnologias de gênero será desenvolvida no próximo subtópico. A autora propõe compreender o gênero como um conjunto de práticas e dispositivos que instituem posições de sujeito e modos de existência, articulando saber, poder e desejo. Entre essas tecnologias, destaca-se o cinema, cuja potência formadora de imaginários e de subjetividades será discutida na *Esquete 3: Cinema como dispositivo-agenciamento na produção da corporeidade surda feminina*

2.2.1 Gênero como tecnologia

No final da década de 1980, Teresa de Lauretis definiu o conceito de tecnologia de gênero, propondo um deslocamento crítico em relação às abordagens que compreendiam o gênero exclusivamente a partir do binarismo sexual. Em *La tecnología del género* (1994), a autora argumenta que grande parte do pensamento feminista, ao organizar-se segundo a lógica da oposição de sexos entre “homem” e “mulher”, acabou reiterando a própria estrutura patriarcal que pretendia contestar.

Segundo De Lauretis (1994) a noção de diferença sexual foi historicamente estruturada como uma relação binária entre feminino e masculino, na qual o sujeito feminino é definido em referência ao masculino, permanecendo subordinado a essa medida implícita. Esse enquadramento não apenas reafirmava a matriz patriarcal, como também inviabilizava o reconhecimento das diferenças internas entre as mulheres.

Em consequência, a autora propõe deslocar o foco do debate do campo das identidades substantivas para o campo da produção social de sujeitos, compreendendo o gênero como processo histórico.

A partir desse deslocamento teórico, De Lauretis (1994) redefine o gênero, compreendendo-o não mais como expressão de uma diferença sexual natural, mas como efeito de tecnologias sociais que operam na cultura. Essas tecnologias produzem posições de sujeito por meio de práticas discursivas e institucionais que estabelecem modos de significar e viver a diferença sexualizada. Assim, as marcações de “feminino” e “masculino” não preexistem às práticas culturais; ao contrário, são nelas produzidas, à medida que modelam comportamentos, regulam expectativas sociais e delimitam os campos de legibilidade dos corpos. Trata-se, portanto, de um regime de produção de subjetividade sustentado por repetições normativas culturalmente inteligíveis, que delimitam o reconhecimento do feminino ou masculino em uma determinada ordem social.

Neste contexto, a crítica ao sujeito feminino universal, já discutida anteriormente, desdobra-se em De Lauretis (1994) como análise do modo de produção cultural do gênero. A autora mostra que o feminino não é essência nem identidade prévia, mas efeito reiterado de práticas e discursos:

A partir dessa perspectiva, não haveria absolutamente qualquer diferença e todas as mulheres seriam ou diferentes personificações de alguma essência arquetípica da mulher, ou personificações mais ou menos sofisticadas de uma feminilidade metafísico-discursiva. (De Lauretis, 1994, p. 207).

Ao evidenciar que essa ficção de feminilidade é produzida e sustentada historicamente por narrativas, normas e regimes de visibilidade e discursividade, isto é, por tecnologias sociais de subjetivação, De Lauretis (1994) desloca o debate para a dimensão histórico-cultural, em que o gênero se constitui e se reinscreve como processo.

O diálogo de De Lauretis (1994) com Foucault (1999) é decisivo para compreender sua formulação, já que a autora partilha com ele a concepção de que os sujeitos são produzidos historicamente por relações de poder. A partir desse ponto comum, De Lauretis (1994) amplia a discussão ao introduzir o campo específico do gênero. Inspirada na noção foucaultiana de

tecnologia política, argumenta que o gênero, assim como a sexualidade, não é uma propriedade natural dos corpos, mas um efeito historicamente produzido nas relações sociais. Portanto, De Lauretis (1994) identifica um limite na análise de Foucault: ao tratar da tecnologia do sexo, ele não considerou a diferenciação entre posições masculinas e femininas nem os conflitos políticos implicados nessa distinção.

Como afirma:

Poderíamos dizer que, assim como a sexualidade, o gênero não é uma propriedade de corpos nem algo existente a priori nos seres humanos, mas, nas palavras de Foucault, ‘o conjunto de efeitos produzidos nos corpos, comportamentos e relações sociais’, por meio do desdobramento de “uma complexa tecnologia política”. Mas devemos dizer desde o início, e daí o título deste artigo, que, ao pensar o gênero como produto e processo de um certo número de tecnologias sociais ou aparatos biomédicos, já está indo além de Foucault, cuja compreensão crítica da tecnologia sexual não levou em consideração os apelos diferenciados de sujeitos masculinos e femininos, e cuja teoria, ao ignorar os investimentos conflitantes de homens e mulheres nos discursos e nas práticas da sexualidade, de fato exclui, embora não inviabilize, a consideração sobre o gênero (De Lauretis, 1994, p. 208-209, aspas do original).

Esse trecho é categórico ao evidenciar que o gênero é uma tecnologia aplicada aos corpos, que produz posições de sujeito e distribui lugares sociais. Ao propor a necessidade de “ir além de Foucault”, De Lauretis (1994) não rejeita sua formulação, mas a amplia, mostrando que as tecnologias políticas que atravessam os corpos não são neutras, mas produtoras de diferenças hierarquizadas entre homens e mulheres.

É nesse horizonte que esta pesquisa se inscreve, reconhecendo em De Lauretis (1994) uma contribuição decisiva para a formulação de um campo conceitual que compreende o gênero como efeito histórico, político e processual. A partir dessa base, é a própria reflexão que desenvolvo nesta tese que se amplia, ao estabelecer diálogo com Foucault (1999), especialmente na análise das relações entre saber, poder e subjetivação; com Deleuze e Guattari (2011), na compreensão da produção e do agenciamento dos corpos; e, de modo particular, com Butler (2018, 2019), cuja formulação da performatividade evidencia o caráter reiterativo e material da constituição de gênero. Aproximo-me também das contribuições recentes de Luque et al. (2024), que atualizam o debate sobre tecnologias de gênero, destacando suas dimensões biopolíticas e afetivas. Assim, o gênero é entendido aqui como um processo simultaneamente discursivo e material, no qual práticas, normas e afectos se entrelaçam na produção dos corpos e nos modos de existência possíveis.

A articulação entre De Lauretis (1994) e Foucault (1999) é fundamental para compreender o conceito de tecnologia de gênero. A autora retoma a noção foucaultiana de tecnologias do sexo e a amplia ao evidenciar que as práticas produtoras de subjetividades não

operam de forma neutra, mas se inscrevem em relações de poder marcadas por assimetrias de gênero. Ao incorporar também a contribuição de Althusser, De Lauretis (1994) concebe o gênero como um conjunto de efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos e nas relações sociais pelo funcionamento de tecnologias políticas e culturais que atuam tanto no nível discursivo quanto no não discursivo. Tais tecnologias disseminadas nas instituições, nos meios de comunicação, na família e na vida cotidiana, fabricam e reiteram subjetividades generificadas. Essa leitura, além de tensionar a perspectiva foucaultiana, oferece uma chave analítica para pensar o corpo como território histórico de inscrição de normas, afectos e regimes de visibilidade, horizonte em que se inscreve a presente pesquisa.

As formulações de Luque et al. (2024) retomam a proposta de De Lauretis (1994), mas a deslocam do âmbito dos aparatos culturais para o plano capilar da vida cotidiana. Enquanto De Lauretis (1994) explicitava que as tecnologias de gênero operam na cultura, em práticas narrativas e instituições que produzem posições de sujeito, Luque et al. (2024) ampliam essa leitura ao aproximá-la da biopolítica, mostrando que tais tecnologias atravessam também os afectos, as emoções e os modos de convivência. Essa atualização redireciona a análise para o nível das práticas reiteradas que regulam condutas, sustentam regimes de normalização e produzem subjetividades generificadas. O gênero, assim, deixa de ser pensado apenas como efeito discursivo e passa a ser compreendido como uma tecnologia de governo da vida, distribuída socialmente e operante nas repetições cotidianas, abrangendo desde os gestos e expectativas afetivas até as inscrições médicas, protocolos escolares, classificações jurídicas e políticas estatais. Como afirmam os autores:

[...] uma tecnologia de gênero consiste em um conjunto de práticas concretas, discursivas e não discursivas, próprias de um tipo específico de fazer sociocultural, que funcionam como técnicas e produzem as ficções (somato)políticas que constroem subjetividades generificadas e encarnadas. Essas ficções investem de gênero e orientam as condutas, com o objetivo de alcançar um fim biopolítico específico. Assim entendidas, as tecnologias de gênero explicam quais são as condições de inteligibilidade dos sujeitos sociais, a partir das quais estes podem ser reconhecidos socialmente como pertencentes a um determinado gênero (Luque et al., 2024, p.99, tradução minha)²⁰.

²⁰ Original em espanhol: “En suma, una tecnología de género consiste en un conjunto de prácticas concretas, discursivas y no discursivas, propias de un tipo específico de quehacer sociocultural, que funcionan como técnicas y producen las ficciones (somato) políticas que construyen subjetividades generizadas e encarnadas, las invisten de agencia y orientan sus conductas, con el objetivo de lograr un fin biopolítico específico. Así entendidas, las tecnologías de género explican cuáles son las condiciones de inteligibilidad de los sujetos sociales, a partir de las cuales estos pueden ser leídos socialmente como pertenecientes a un determinado género.” (Luque et al., 2024, p. 99).

Essa definição reforça a articulação entre produção de subjetividade e governo da vida, permitindo compreender que o gênero atua diretamente sobre os corpos e produz efeitos materiais, afetivos e políticos. É esse ponto que interessa a esta pesquisa: as tecnologias de gênero fazem existir certos corpos e inviabilizam outros, delimitando fronteiras do que pode ser visto, dito, desejado e vivido. Em outras palavras, constituem regimes de visibilidade e audibilidade que definem quem pode ou não aparecer. Nesse horizonte situam-se as corporalidades surdas femininas analisadas nesta tese, tensionando a própria inteligibilidade social a partir da intersecção entre gênero, surdez, deficiência e língua.

Para compreender o gênero como tecnologia implica analisá-lo em seu funcionamento histórico, como operador político que produz posições de sujeito e distribui reconhecimento entre corpos. Sob essa ótica a pesquisa busca compreender como as tecnologias de gênero operam na constituição das corporalidades surdas femininas, atuando tanto pela captura quanto pela criação de outras possibilidades de vida. O cinema, nesse percurso, é abordado não como espelho da realidade, mas como uma tecnologia de gênero em interação com outros operadores conceituais, como dispositivo, agenciamento e território rizomático, que participam da produção de regimes de visibilidade e sensibilidade²¹. Com essa base conceitual estabelecida, passo agora ao conceito de performatividade (Butler, 2018, 2019), fundamental para explicitar a dimensão reiterativa e relacional do gênero na produção do corpo.

2.2.2 Performatividade e agência (Butler)

Conforme discutido no subtópico anterior, a formulação de Teresa De Lauretis (1994) acerca das tecnologias de gênero fornece o alicerce para compreender o gênero como processo histórico de produção social dos corpos. Com Judith Butler (2018, 2019), esse entendimento se desloca: o foco passa dos aparatos culturais e institucionais para a repetição normativa que materializa o corpo e o torna inteligível. A aproximação entre as autoras, ainda que situada em contextos teóricos distintos, reflete a escolha desta pesquisa de articular perspectivas complementares na análise do gênero como operação de poder e processo de subjetivação.

Em consonância com Butler (2018), interessa aqui compreender como a norma atua performativamente, isto é, como repetições reguladas produzem corpos generificados (isto é, corporalidades marcadas pela categoria de gênero) e definem as fronteiras do que pode ser reconhecido como vida inteligível. Como afirma a autora: “não há identidade de gênero por trás

²¹ Essa discussão será aprofundada na *Esquete 3: Entre captura e invenção – cinema como dispositivo-agenciamento na produção da corporeidade surda feminina*.

das expressões de gênero; essa identidade é performativamente constituída pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados” (Butler, 2018, n.p. - destaque da autora).

A teoria da performatividade, portanto, não substitui a formulação De Lauretis (1994), mas a desloca: do plano das tecnologias sociais para o da repetição normativa que fabrica a materialidade dos corpos e organiza suas possibilidades de existência. Essa perspectiva permite aprofundar o conceito de performatividade de Butler (2018, 2019). A noção não descreve uma performance individual ou uma imitação voluntária de papéis sociais, mas um processo reiterado e regulado de normas que, ao longo do tempo, produz o efeito de um corpo generificado. Como afirma a autora:

[...] atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos (Butler, 2018, n.p.).

Esse trecho é decisivo para compreender seu argumento: o gênero não é expressão de uma interioridade autêntica, mas um efeito construído na superfície do corpo, através de normas historicamente reiteradas. Desse modo, a performatividade evidencia que as identidades de gênero são produzidas no interior de relações de poder que regulam o que pode ou não ser reconhecido como corpo inteligível.

Nesse sentido, Conegatti (2025) reforça que compreender o gênero como poder é fundamental na teorização de Butler. Para a autora, o gênero não precede suas formas de regulação, mas é produto delas, um efeito das próprias práticas de sujeição que o constituem. Assim, o gênero emerge como uma das formas que o poder assume, e o aparato que o regula é, ele mesmo, generificado. Esse funcionamento disciplinar do/no gênero, exemplificado por Conegatti (2025) na divisão simbólica entre cores associadas a meninos e meninas, mostra que a inteligibilidade do sujeito é sustentada por normas que delimitam as fronteiras do possível. Contudo, como observa a autora em diálogo com Butler (2000), tais práticas também podem se desprender de suas idealizações, permitindo a emergência de modos outros de fazer e viver o gênero.

Embora frequentemente interpretada de modo reducionista como uma teoria centrada apenas na linguagem, a proposta de Butler compreende que a performatividade atua também na materialização dos corpos. A autora não afirma que o corpo seja uma ilusão discursiva ou algo puramente simbólico; ao contrário, sustenta que os corpos adquirem forma no interior de processos históricos e políticos que regulam seus modos de existência.

A performatividade, portanto, é também material: a materialidade não é um ponto de partida natural, mas o efeito sedimentado das reiterações normativas que definem os contornos do que pode ser reconhecido como corpo.

Nesse sentido, Conegatti (2025) destaca que Butler rompe com a oposição entre materialidade e linguagem presente em certas correntes feministas e de gênero, ao afirmar a permeabilidade entre ambas. Segundo a autora:

[...] a inevitável relação de permeabilidade entre matéria e linguagem, entendendo que a primeira está destinada a relacionar-se com a segunda para ser matéria, e a linguagem não permanece no nível do discurso, pois é, em si, materialidade, na medida em que constitui aquilo que referencia (Conegatti, 2005, p.396).

Essa leitura ressalta que, em Butler, linguagem e materialidade se implicam mutuamente: a materialidade do corpo não antecede o discurso, mas é continuamente produzida por ele. Assim, o corpo é compreendido como um campo de inscrição e atualização das normas, no qual linguagem e poder se entrelaçam na fabricação de formas de vida socialmente reconhecíveis.

No interior desse processo de materialização normativa, Butler (2018) introduz o conceito de matriz de inteligibilidade para designar o regime que regula quais configurações corporais e identidades podem adquirir legibilidade social. Essa matriz organiza-se historicamente segundo a lógica da heterossexualidade compulsória, que impõe correspondências obrigatórias entre sexo, gênero e desejo.

Tal regime produz coerência como ficção normativa: para que um corpo seja reconhecido como legítimo, espera-se que apresente alinhamento entre sexo atribuído, identidade de gênero e práticas desejantes. Tudo o que escapa a essa gramática – corpos intersexuais, trans, dissidentes ou marcados pela deficiência – é lançado à zona de não reconhecimento, tornando-se alvo de processos de controle e exclusão.

A matriz de inteligibilidade, portanto, funciona como uma tecnologia de normalização que define os limites do humano, produzindo as fronteiras entre o que pode ser visível, audível e inteligível na vida social.

Em continuidade a essa discussão, Butler (2018) aprofunda o diálogo com Foucault (1999) ao evidenciar que o poder não se limita à repressão, mas atua produtivamente na constituição dos sujeitos. Nessa perspectiva, não existe identidade anterior às normas: os corpos adquirem inteligibilidade à medida que são atravessados por relações de poder que regulam gestos, afectos e modos de vida. Retomando a noção foucaultiana de sujeição, Butler demonstra

que os mesmos mecanismos que subordinam também constituem os sujeitos, instaurando campos de força nos quais as existências se produzem.

A partir dessa concepção de poder produtivo, Butler (2018) demonstra que a repetição normativa é também o lugar onde se abrem brechas para a invenção. Não há reprodução perfeita da norma: cada reiteração carrega variações, fissuras e pequenas torções capazes de engendrar novos sentidos. A subversão, portanto, não decorre de uma escolha individual ou de um gesto voluntário, mas emerge das falhas da norma – dos momentos em que o corpo não se ajusta completamente às expectativas impostas. O campo da performatividade é, assim, simultaneamente o espaço da sujeição e da criação, onde se tornam possíveis práticas de desobediência, deslocamentos de sentido e invenções de modos de vida não previstos pela matriz de inteligibilidade dominante.

Em síntese, a leitura butleriana do gênero como prática reiterativa de poder e resistência oferece um campo fértil para pensar as corporalidades surdas femininas. As normas que definem o que é um corpo “feminino” ou “comunicativo” operam, no caso das mulheres surdas, como mecanismos de controle que cruzam discursos biomédicos, linguísticos e de gênero, produzindo uma matriz de inteligibilidade audista e patriarcal. Assim, a surdez é produzida como diferença sensorial e normativa por discursos que a atravessam, constituindo um campo de regulação que delimita quais corpos podem ser reconhecidos como desejáveis, expressivos ou autônomos. A performatividade permite evidenciar que esses corpos são continuamente produzidos por repetições reguladas – médicas, familiares, escolares e midiáticas; que os posicionam entre a visibilidade e o controle. Contudo, ao mesmo tempo em que essas normas os constroem, também abrem brechas para outras formas de aparecer e agir, nas quais gestos, línguas visuais e afetos criam linhas de fuga que tensionam as fronteiras do feminino e da surdez.

Em suma, em diálogo com Teresa de Lauretis (1994), a leitura butleriana do gênero complementa o campo de análise dessa investigação ao deslocar o foco das tecnologias culturais de subjetivação para as práticas reiterativas que constituem o corpo e a linguagem. Enquanto De Lauretis (1994) compreende o gênero como uma tecnologia social que fabrica posições de sujeito e propõe a possibilidade de reconfiguração das normas no interior das práticas culturais, Butler (2019) enfatiza o caráter performativo das normas, mostrando que é na repetição – nunca idêntica a si mesma – que se abrem as brechas para o desvio e a subversão. As duas autoras, embora partam de horizontes distintos, convergem na crítica à naturalização da diferença sexual e na compreensão do gênero como campo de poder e de invenção. No contexto desta pesquisa,

essas abordagens se entrelaçam para sustentar a leitura das corporalidades surdas femininas como efeitos de tecnologias e de repetições normativas, mas também como potências de resistência e criação que reinscrevem o corpo e a linguagem em novos modos de existência.

Ao evidenciar o caráter reiterativo e normativo do gênero, a teoria da performatividade de Butler abre caminho para compreender como a feminilidade é produzida e regulada em intersecção com outras tecnologias sociais, como a deficiência, a raça e a sexualidade.

2.2.3 Interseccionalidade e produção da diferença

Se consideramos que a produção de uma corporeidade surda feminina ocorre no entrecruzamento entre gênero e surdez, é fundamental trazer para o debate desta seção a noção de interseccionalidade. Desenvolvida pelo feminismo negro norte-americano, e representada especialmente por Kimberlé Crenshaw (1989) e Patricia Hill Collins (2019)²², essa perspectiva atua como ferramenta teórico-analítica para compreender como diferentes sistemas de opressão se articulam e se reforçam mutuamente. Mais do que a soma de categorias sociais, a interseccionalidade propõe pensar a co-constituição das diferenças na produção das experiências e das hierarquias sociais de gênero, raça, classe, sexualidade, deficiência, território, entre outras. Ao deslocar o olhar de um sujeito universal para sujeitos historicamente situados, Collins (2019) mostra que o poder opera em rede, criando zonas de privilégio e exclusão que se entrelaçam em múltiplas escalas da vida social.

No contexto latino-americano, Akotirene (2019) propõe um desdobramento dessa perspectiva ao afirmar que a interseccionalidade é uma ferramenta política e epistêmica voltada à descolonização do pensamento feminista. Ao enfatizar o caráter histórico e situado nas desigualdades, a autora destaca que o gênero é inseparável dos processos de racialização e da colonialidade, que sustentam a lógica de subalternização dos corpos. Assim, pensar as mulheres surdas sob uma ótica interseccional, tal como mobilizada neste trabalho, implica reconhecer que concepções de gênero, surdez, deficiência e língua não operam como marcadores isolados, mas como dimensões co-constitutivas de uma matriz de poder que regula a visibilidade, o desejo e as possibilidades de existência desses corpos. Essa abordagem desloca a análise das

²² É fundamental ressaltar que, embora o termo “interseccionalidade” tenha sido formulado posteriormente por autoras norte-americanas, Lélia Gonzalez (2018, 2020) já desenvolvia, no Brasil, desde a década de 1980, análises que articulavam gênero, raça, classe, sexualidade, língua e território na produção histórica das desigualdades. Seu conceito de Amefricanidade (Gonzalez, 2018, 2020) antecipava, em perspectiva descolonial, debates que mais tarde seriam nomeados como interseccionais.

diferenças de uma posição descritiva para uma posição política, que denuncia mecanismos de exclusão e, ao mesmo tempo, evidencia gestos de resistência e invenção.

Nessa mesma direção, o pensamento de Betty Ruth Lozano (2016) amplia a discussão ao compreender a experiência das mulheres negras como um campo de forças interdependentes. Ao propor escrever “mulheresnegras” (tudo junto), a autora evidencia a impossibilidade de separar a experiência de ser mulher da experiência de ser negra. Como afirma:

No hay una experiencia de subordinación como mujer que se suma a la de la opresión racial [...] Se trata precisamente de ver cómo en determinados contextos, atravesados por procesos históricos coloniales pero particulares, diversas opresiones se fusionan, funden o entrelazan haciendo que un individuo o colectivo viva una experiencia única.(Lozano, 2016, p.37-38)²³

Essa formulação oferece um ponto de inflexão interessante para esta pesquisa: assim como Lozano (2016) demonstra que gênero e raça são dimensões indissociáveis, é possível afirmar que, no caso das mulheres surdas, gênero e surdez também se constituem de modo inseparável. A partir dessa perspectiva, torna-se pertinente pensar a escrita conjunta *mulheressurdas* – para marcar essa indissociabilidade na constituição das corporeidades, situadas em uma matriz de experiência (Foucault, 2010), a partir da qual é possível compreender como condições históricas de saber, poder e ética produzem formas específicas de subjetivação e reconhecimento.

Desse modo, o percurso teórico construído até aqui delineia um campo analítico rizomático, no qual gênero, surdez e corpo são compreendidos como produções históricas simultaneamente atravessadas por tecnologias, afectos e regimes de verdade. A articulação entre os referenciais apresentados – de Deleuze e Guattari (1995a, 1995b, 1996, 1997, 2010, 2011, 2012) a Foucault (1999, 2010), passando por De Lauretis (1994), Butler (2018, 2019), Luque et al. (2024) e outras autoras – compõe o solo conceitual que oferece subsídios às análises. As perspectivas mobilizadas permitem compreender e mapear a constituição das corporalidades surdas femininas como resultado de práticas discursivas e não discursivas, tensionadas por normas, capturas e movimentos de criação. A seguir, o cinema entra como foco de reflexão.

²³ Tradução livre para o português: “Não há uma experiência de subordinação como mulher que se some à opressão racial. [...] Trata-se, precisamente, de compreender como, em determinados contextos atravessados por processos históricos coloniais, mas particulares, diversas opressões se fundem, se entrelaçam ou se amalgamam, fazendo com que um indivíduo ou coletivo viva uma experiência única.”

ESQUETE 3

CINEMA COMO DISPOSITIVO-AGENCIAMENTO NA PRODUÇÃO DA CORPOREIDADE SURDA FEMININA

O cinema, para além de expressão artística e cultural, é compreendido nesta pesquisa como um dispositivo e uma tecnologia de gênero que produz modos de ver e de existir. É sob esse enquadramento que se examinam seus mecanismos. Mais do que narrar histórias, o cinema fabrica realidades: mobiliza afectos, organiza percepções, institui valores e participa da produção de subjetividades. Enquanto linguagem que atravessa o social, ele não apenas expõe corpos, mas age sobre eles, compondo regimes de visibilidade que definem aquilo o que pode ser visto, dito e sentido sobre determinados grupos.

Dessa maneira, interessa compreender como o cinema participa da produção da corporeidade surda feminina, partindo da hipótese de que opera um duplo funcionamento: como tecnologia de normalização – que captura, regula e hierarquiza corpos; e, simultaneamente, como campo de invenção, no qual emergem fissuras, variações e outras possibilidades de existência.

Neste contexto, vale destacar que, ao longo de sua obra, Deleuze (1992) recorre ao cinema não como objeto de análise estética, mas como intercessor do pensamento. Em *Cinema 1: A imagem-movimento* (1983) e *Cinema 2: A imagem-tempo* (1985), o cinema aparece como força que interrompe o pensamento habitual e convoca a criação. O intercessor, para Deleuze, não representa o mundo nem transporta significados: ele produz pensamento, pois cria blocos de sensações, afectos e perceptos que expandem a experiência e abrem linhas de variação. Assim, o cinema não está “a serviço” de uma teoria: ele faz teoria ao modo deleuzeano – isto é, faz pensar. É nessa direção que o cinema é mobilizado nesta tese: não como objeto meramente ilustrativo, mas como operador metodológico²⁴ e dispositivo de pensamento²⁵ na análise da corporeidade surda feminina.

²⁴ Em uma perspectiva cartográfica inspirada em Deleuze e Guattari (2011), operadores metodológicos são elementos que fazem o pensamento trabalhar, colocando a pesquisa em movimento. Nesse sentido, o cinema é tomado como operador porque interfere no processo investigativo, produzindo deslocamentos analíticos, afectos e problemas.

²⁵ O termo dispositivo de pensamento aproxima a concepção de intercessor (Deleuze, 1992) da noção de dispositivo enquanto rede produtiva e estratégica (Foucault, 2017), sublinhando o cinema como prática que produz realidade e subjetivação, e não apenas as apresenta ou estabiliza.

Se, como afirma o filósofo, “o intercessor é aquilo que nos força a pensar” (Deleuze, 1992, p.156), pode-se dizer que o cinema, quando tomado como dispositivo, faz pensar porque é atravessado por forças que excedem a narrativa e rompem com a reconhecimento do pensamento habitual. As imagens cinematográficas abrem brechas, deslocam percepções, criam inquietações e compõem afectos que não pertencem ao domínio psicológico individual, mas ao plano do encontro, onde se produzem variações de sensibilidade e modos de existência. Nesta pesquisa cartográfica, o cinema é acionado como espaço de experiência no qual se cruzam discursos, forças, regimes de verdade e agenciamentos de subjetivação. Ele permite interrogar como certos corpos tornam-se inteligíveis, enquanto outros são silenciados, tutelados ou normatizados no campo audiovisual.

Ao mesmo tempo, o cinema opera como tecnologia de gênero, na acepção de De Lauretis (1994), ao fabricar feminilidades inteligíveis e regular a presença das mulheres na cultura. Nas palavras da autora, “não há quase dúvida, de qualquer modo, de que o cinema – o aparelho cinematográfico – é uma tecnologia de gênero, como argumentei em *Alice doesn't*” (De Lauretis, 1994, p.221). É nesse cruzamento entre poder e produção que se inscreve esta investigação: compreender o cinema-dispositivo em seu duplo funcionamento – máquina de captura, que governa corpos, e campo de invenção, em que emergem linhas rizomáticas de resistência na produção da corporeidade surda feminina.

Nessa direção, ao cartografar filmes em que aparecem corporalidades surdas femininas, torna-se possível acompanhar as linhas de força que atravessam essas narrativas cinematográficas. De um lado, atuam as linhas molares que buscam estabilizar sentidos e fixar a surdez como déficit, produzindo corpos governáveis por meio de regimes médicos, morais e pedagógicos. De outro, emergem linhas moleculares e linhas de fuga, que, como afirmam Deleuze e Guattari (2011), operam no plano do micropolítico, produzindo desvios, deslocamentos e variações de existência. Nessas frestas, afectos, gestos, alianças e invenções de si escapam, ainda que temporariamente, às formas de captura e controle. É nesse território tensionado que esta pesquisa se move, tomando o cinema como campo analítico para seguir os agenciamentos que produzem, disputam e atualizam modos de existência de mulheres surdas no audiovisual.

Em síntese, a partir da compreensão do cinema como dispositivo atravessado por disputas de poder e pela produção de subjetividades, esta pesquisa o assume como campo de pensamento e prática de investigação, capaz de gerar problemas e orientar deslocamentos analíticos. Em vez de ser tomado como mera ilustração empírica, o cinema opera como plano

de experimentação, no qual diferentes forças se tornam visíveis e se atualizam em novas formas de pensar e sentir. Essa escolha teórico-metodológica articula contribuições de Deleuze e Guattari (2011), Foucault (2017) e De Lauretis (1994), entre outros/as, e sustenta as análises cartográficas que serão desenvolvidas na Esquete 5.

3.1 Cinema como máquina de pensamento e poder: dispositivo e agenciamento

Compreender o cinema como dispositivo significa analisá-lo em seu funcionamento estratégico na produção de mundos, modos de vida e formas de visibilidade. Conforme formula Foucault (2017), um dispositivo constitui-se como uma rede heterogênea de práticas discursivas e não discursivas que opera na produção da verdade e no governo das condutas. O aparato audiovisual integra-se a essa lógica ao organizar o olhar; nessa perspectiva, não se trata de pensá-lo apenas pelo que mostra, mas pelo que faz funcionar, pelas operações políticas que coloca em curso ao gerir quem pode aparecer, com que voz, com que corpo e sob quais condições de reconhecimento.

Com Deleuze (1990), essa linguagem pode ser compreendida como força de pensamento, um campo de experimentação capaz de afetar a percepção e instaurar novas possibilidades de existência. Para o autor, “tudo se passa como se o cinema nos dissesse: comigo, com a imagem-movimento, vocês não podem escapar do choque que desperta o pensador em vocês” (Deleuze, 1990, p.190). Ou seja, esse campo faz pensar ao produzir uma ruptura no automatismo perceptivo, deslocando o pensamento do que é meramente reconhecido em direção ao que ainda não possui forma. Nesse choque do sensível, a experiência cinematográfica introduz variação no real, criando aberturas para outros modos de sentir e compreender.

Nessa direção, o cinema interessa a esta tese como força que intervém na produção do vivido. Ao ocupar um lugar central na fabricação dos modos de ser e estar no mundo, ele distribui posições de existência. Como todo dispositivo, não opera de modo neutro: atua politicamente sobre os corpos, ao modular percepções, afectos e expectativas sociais. Cada enquadramento, cada silêncio, cada legenda e cada ausência participa de um regime de ver e sentir que organiza a vida comum. É nesse ponto que se torna um campo estratégico para esta pesquisa, pois nele se produzem discursos sociais e disputas sobre quem pode aparecer e de que maneira, o que se revela uma questão fundamental para a compreensão da corporeidade surda feminina.

O cinema, nesse sentido, estabelece conexões, relaciona-se com outros agenciamentos e, faz emergir fissuras, potencialidades e novas formas de subjetivação. Ele promove desterritorializações e engendra territórios outros, sustentado-se nos princípios rizomáticos de conexão, heterogeneidade, multiplicidade, ruptura a-significante, cartografia e decalcomania (Deleuze; Guattari, 1995a/2011). Como afirmam Freitas, Perri e Ferreira (2022, p.59441),

[...] agenciar é tornar-se agente e a própria atividade de produzir agenciamentos posteriormente, ou seja, permitir que processos portadores de temáticas e objetos heterogêneos se encontrem entre si, mediante uma lógica da pura diferença vital, sem recorrer à identidade ou à semelhança. Isso significa na prática que um agenciamento sempre se move no sentido de dividir, se ramificar e mudar à sua natureza enquanto isso ocorre, oportunizando um encontro entre outros tantos processos que também estão em movimento (Freitas; Perri; Ferreira, 2022, p.59441).

Assim, compreender o cinema como dispositivo-agenciamento é reconhecê-lo como um campo de forças em permanente disputa, no qual captura e criação coexistem, compondo um território onde o visível se faz, se desfaz e se reinventa.

Nesse movimento, essa linguagem audiovisual mobiliza-se como intercessor, no sentido atribuído por Deleuze (1992). Um intercessor não é um mediador neutro, ou um simples recurso metodológico; é aquilo que força o pensamento a sair de sua zona de reconhecimento e cria condições para que algo novo possa ser pensado. Como afirma o autor, “o essencial são os intercessores. A criação são os intercessores. Sem eles não há obra” (Deleuze, 1992, p.156). Aqui, esse campo expressivo assume exatamente essa função: não apenas um objeto de análise, mas um operador de produção de pensamento, capaz de engendrar encontros, mobilizar afectos e instituir problemas.

Ao trazer para a cena corpos surdos femininos, essa linguagem audiovisual evidencia disputas que atravessam a produção da diferença. Nessas narrativas, a surdez não se restringe a um dado biológico ou identitário, mas emerge como território atravessado por discursos que regulam e hierarquizam modos de viver. Inscrito no regime audiovisual, o corpo surdo feminino muitas vezes é convocado a caber em formas de inteligibilidade já definidas, operando como alvo de pedagogias sociais e práticas de normalização.

Ainda assim, essas imagens deixam aparecer gestos, variações e modos de existir que escapam às formas de captura, abrindo outras possibilidades de presença e relação com o mundo. É nesse entre, marcado pela tensão entre governo e criação, que se inscreve esta investigação sobre a corporeidade surda feminina.

A análise do cinema nesta investigação se estrutura em quatro camadas conceituais que se articulam:

- 1 - Dispositivo foucaultiano: produtor de regimes de verdade e implicado no governo dos corpos nas interseções entre surdez e gênero (Foucault, 2017);
- 2 - Agenciamento deleuze-guattariano: plano de conexões e variações que fabrica devires e modos de existência (Deleuze; Guattari, 1995/2011);
- 3 - Intercessor metodológico: elemento que força o pensamento, produz problemas e participa da própria pesquisa (Deleuze, 1992);
- 4 - Campo de disputa, território em que forças normativas e linhas de invenção atuam simultaneamente.

Em suma, analisar o cinema significa acompanhar essas operações de poder e criação, observando como elas participam da produção da corporeidade surda feminina, que oscila entre a normalização médica e a emergência de fabulações, afectos e gestos que escapam à captura. A partir desse enquadramento, o foco se desloca para a intervenção do cinema enquanto instância produtora de gênero.

3.2 O cinema como tecnologia de gênero

Posso então reescrever minha terceira proposição: a construção do gênero ocorre hoje através das várias tecnologias do gênero (p.ex., o cinema) e discursos institucionais (p.ex., a teoria) com poder de controlar o campo do significado social e assim produzir, promover e *'implantar'* representações de gênero. Mas os termos para uma construção diferente do gênero também existem, nas margens dos discursos hegemônicos. Propostos de fora do contrato social heterossexual, e inscritos em práticas micropolíticas, tais termos podem também contribuir para a construção do gênero e seus efeitos ocorrem ao nível *'local'* de resistências, na subjetividade e na auto-representação (De Lauretis, 1994, p.228, aspas e grifos do original).

Com base nessa formulação, compreende-se que, para De Lauretis (1994), o gênero não é produzido apenas pelas instituições, mas também pelas tecnologias sociais que fabricam posições de sujeito, entre as quais o cinema ocupa um lugar central²⁶. As tecnologias de gênero compõem um conjunto de práticas que produzem as relações imaginárias chamadas “homem” e “mulher” entre indivíduos e suas condições de existência.

Nesse sentido, conforme explica Sainz Pezonaga (2017), De Lauretis (1994) formula o conceito em diálogo crítico com a noção althusseriana de aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Ao fazê-lo, a autora desloca o alcance dessa noção uma vez que a ideologia não se limita às instituições formais, mas circula por discursos institucionalizados, epistemologias, práticas

²⁶ Vale explicitar que na Esquete 2 apresentei o conceito de gênero como tecnologia em sua formulação geral, neste subtópico examino especificamente como tal tecnologia opera no domínio cinematográfico, onde práticas visuais e narrativas produzem posições de sujeito e regimes de visibilidade.

críticas e experiências cotidianas. Daí a afirmação de que “não há um AIE do gênero” (Sainz Pezonaga, 2017, p.2), a construção de gênero é transversal e difusa, operando nos processos que moldam corpos, subjetividades e desejos.

Portanto, para a autora, a articulação entre tecnologia e ideologia não é problemática porque sua reflexão se inscreve na tradição da teoria do aparelho cinematográfico, formulada nas décadas de 1960 e 1970²⁷. Inspirada em Althusser e Lacan, essa teoria concebe o cinema como um dispositivo que produz subjetividade por meio da interpelação espectral ou *spectatorship*, isto é, pelos modos como o filme se dirige ao espectador e estrutura sua identificação. Ou seja, a narrativa cinematográfica convoca o espectador a identificar-se com posições de sujeito estruturadas por códigos de gênero – frequentemente traduzidas em arquétipos como a mocinha, a heroína ou o antagonista – que acabam por informar modelos sociais amplamente disseminados.

Em termos althusserianos, o *spectatorship* pode ser compreendido como uma interpelação cinematográfica, pela qual o sujeito é constituído como espectador ou espectadora, livre para deleitar-se de uma fantasia segura, marcada pela plenitude mercantilizada e ideologicamente naturalizada (De Lauretis, 1994; Sainz Pezonaga, 2017).

Importa observar que essa interpelação espectral é, invariavelmente, uma interpelação de gênero. Em outros termos, o cinema narrativo organiza construções imaginárias entre indivíduos e suas condições de existência, configurando formas masculinas e femininas de sexualidade. Esse processo faz com que o cinema frequentemente demarque quais formas de feminilidade e masculinidade são legítimas. Sob essa perspectiva, o homem é definido pelo desejo da mulher, enquanto a mulher é definida pelo desejo do homem²⁸. Como sintetiza Sainz Pezonaga (2017) “o destino do homem é a mulher; o destino da mulher é ser o destino do

²⁷ Nas palavras de Sainz Pezonaga (2017): “*En la teoría del aparato cinematográfico se encuentran las apuestas que entre los años sesenta y setenta lanzaron revistas como Cahiers du cinéma, Cinéthique y Communications en Francia y Screen en Inglaterra. Y sus referencias claves son trabajos como el conjunto de seis artículos que, bajo el título ‘Técnica e ideología’, Jean-Louis Comolli publicó en los años 1971 y 1972, ‘El significante imaginario’ (1975) de Christian Metz, ‘Placer visual y cine narrativo’ (1975) de Laura Mulvey o el menos conocido, pero no menos importante para De Lauretis, ‘Narrative Space’ (1976) de Stephen Heath.*” (Sainz Pezonaga, 2017, p. 2-3, *itálicos meus*). Em tradução livre: “Na teoria do aparelho cinematográfico encontram-se as apostas lançadas entre as décadas de 1960 e 1970 por revistas como *Cahiers du Cinéma*, *Cinéthique* e *Communications* na França, e *Screen* na Inglaterra. Suas principais referências são trabalhos como o conjunto de seis artigos que, sob o título ‘Técnica e ideologia’, Jean-Louis Comolli publicou entre 1971 e 1972; *O significante imaginário* (1975), de Christian Metz; *Prazer visual e cinema narrativo* (1975), de Laura Mulvey; e o menos conhecido, porém não menos importante para De Lauretis, *Narrative Space* (1976), de Stephen Heath.” (Sainz Pezonaga, 2017, p. 2-3, *itálicos meus*).

²⁸ A formulação mobilizada pelo autor evidencia a centralidade da heterossexualidade na organização do cinema narrativo hegemônico, não implicando a universalização dessas posições de gênero e desejo.

homem”. Com efeito, essa fórmula expressa a centralidade da heterossexualidade na produção imagética do gênero:

Dito de uma maneira que nos permite compreender melhor o que significa aqui esse conceito de desejo, ao mesmo tempo carência e finalidade: o destino do homem é a mulher; o destino da mulher é ser o destino do homem. A relação imaginária que a ideologia de gênero constrói é uma relação de destino entre o indivíduo e suas condições de existência. O imaginário consiste em assumir nossas condições de existência como destino natural e, ao mesmo tempo, livremente escolhido), em vez de compreendê-las como causas estruturais (Sainz Pezonaga, 2017, p. 3)²⁹.

Dito de outro modo, para Sainz Pezonaga (2017), essa relação de desejo opera como uma relação de destino: o imaginário de gênero leva o sujeito a assumir suas condições de existência como naturais e livremente escolhidas, quando, na verdade, resultam de estruturas sociais e ideológicas. Esse mecanismo ideológico mostra como a narrativa fílmica regula o desejo e produz identificações a partir de um imaginário de gênero. É justamente nesse ponto que Teresa de Lauretis (1994) propõe um deslocamento teórico: Embora mantenha o vocabulário da representação, sua reflexão busca superar o modelo de espelhamento entre sujeito e imagem, aproximando-se de uma concepção foucaultiana de poder e produção de subjetividade.

Nesse movimento, De Lauretis (1994) passa a compreender a representação como processo ativo de produção de sentido e subjetividade, definido como um campo de práticas discursivas que fabrica corpos e condutas. Ao incorporar a virada foucaultiana, a autora concebe o poder como produtivo, e não repressivo, e o gênero como tecnologia social que materializa aquilo que parece natural. Assim, o cinema torna-se um operador privilegiado dessa fabricação, funcionando como uma máquina que forma o olhar e constrói o imaginário social. Ao reiterar papéis, afectos e padrões corporais, ele produz o feminino enquanto posição de sujeito e reafirma regimes de visibilidade.

Contudo, como argumenta De Lauretis (1994), o mesmo conjunto de tecnologias que produz o gênero também pode ser atravessado por contratecnologias, isto é, práticas e imagens que desestabilizam as normas pelas quais o feminino é fabricado. No cinema, essas brechas permitem que outras posições de sujeito se inscrevam no campo do visível. É nesse ponto que, neste trabalho, o corpo surdo feminino interessa, ao fazer emergir modos de existência que

²⁹ Original: *O dicho de una manera que nos permite entender mejor qué significa ahí ese concepto de deseo, al mismo tiempo carencia y finalidad: el destino del hombre es la mujer; el destino de la mujer es ser el destino del hombre. La relación imaginaria que construye la ideología de género es una relación de destino entre el individuo y sus condiciones de existencia. Lo imaginario es asumir nuestras condiciones de existencia como destino (natural y, a la vez, libremente elegido), en lugar de entendernos con ellas como causas estructurales* (Sainz Pezonaga, 2017, p. 3).

tensionam a inteligibilidade hegemônica do gênero, abrindo espaço para processos de subjetivação que não se deixam capturar integralmente pelas formas normativas.

Para finalizar, é importante destacar que embora situadas em tradições teóricas distintas, as formulações de Teresa de Lauretis (1994) dialogam, em algum nível, com a perspectiva deleuze-guattariana mobilizada nesta tese. Quando a autora identifica a existência de contratecnologias de gênero, entendidas como práticas micropolíticas que produzem deslocamentos no interior das formas hegemônicas de subjetivação, ela reconhece que a captura nunca é total e que há sempre possibilidade de resistência. Esse movimento, ainda que formulado em outros termos, aproxima-se da noção deleuze-guattariana de variação e de emergência de modos de existência que escapam às formas instituídas. Assim, ambas as abordagens permitem pensar o cinema não apenas como máquina de normatização, mas também como espaço onde se insinuam brechas, gestos e afectos que desestabilizam as tecnologias de gênero.

3.3 A produção discursiva da surdez no cinema

Após a reflexão sobre a sétima arte como tecnologia de gênero, é importante mencionar um encontro, ou mais precisamente um reencontro, fundamental para pensar a produção discursiva da surdez no cinema, trata-se do contato com o trabalho de Adriana da Silva Thoma, especificamente em sua tese de doutorado “*O cinema e a flutuação das representações surdas: que drama se desenrola neste filme? Depende da perspectiva...*” (Thoma, 2002)³⁰. Passadas duas décadas após o primeiro contato com essa obra, tendo o cinema como intercessor, nota-se que a pesquisa mantém sua atualidade. No estudo mencionado, a autora analisa um conjunto de obras cinematográficas que tratam a surdez como tema central, articulando essa análise às interpretações de um grupo de estudantes surdos participantes da investigação. Conforme observa a pesquisadora:

³⁰ Embora a autora utilize o termo “representações”, nesta tese interessa olhar para a produção discursiva acerca da surdez.

Este estudo aborda o jogo da flutuação das representações e dos discursos em textos cinematográficos e em textos surdos: num primeiro momento, investigo como a alteridade surda é narrada/produzida/inventada/incluída e excluída em filmes que focalizam a surdez e os/as surdos/as e, num segundo, analiso como ocorrem as interpelações dos filmes em um grupo de sujeitos surdos universitários. [...] O resultado das análises dos textos cinematográficos é apresentado através de um conjunto de lições, as quais foram organizadas pela recorrência das representações e dos discursos que compõem os filmes. Não se trata de verificar o que está "por trás" do que é dito, nem tampouco proceder a uma análise "comparativa", supondo-se que poderiam existir melhores ou piores formas de se narrar a surdez e os/as surdos/as. Interessa, isto sim, entender como a surdez e os/as surdos/as são narrados/descritos/controlados/normalizados/excluídos ou incluídos pelas narrativas ouvintes sobre a alteridade surda, bem como colocar sob suspeita os saberes que aprisionam os sujeitos surdos em posições, territórios e significados que justificam o controle, regulação e governo de seus corpos (Thoma, 2002, p. 6).

Em seu estudo, foram analisados oito filmes, com o objetivo de identificar as recorrências narrativas que sustentam determinadas formas de compreender a surdez: *Amy: uma vida pelas crianças* (1981), *Tin Man: vozes do silêncio* (s/d), *Filhos do Silêncio* (1986), *Lágrimas do Silêncio* (1988), *Gestos de Amor* (1993), *Mr. Holland: Adorável Professor* (1995), *A Música e o Silêncio* (1999) e *Som e Fúria* (2001). Thoma (2002) organiza esses elementos em um conjunto de “lições”, entre as quais destacam-se *a metáfora do silêncio*, *a surdez como falta*, *a exclusão da alteridade surda nas relações familiares* e *a escola como espaço de correção*.

Um primeiro aspecto relevante refere-se à metáfora do silêncio: quatro dos oito filmes apresentam essa noção diretamente no título, reforçando a associação entre surdez e ausência, isolamento e banimento. Tal metáfora articula-se aos discursos clínico-patológicos que compreendem a surdez como déficit orgânico, frequentemente traduzido como “mundo sem som”. Em todas as obras analisadas, observa-se a presença dessa narrativa biomédica, que enuncia a surdez como falta. Como destaca Thoma (2002):

Ser surdo não só limita a comunicação, dificulta o cumprimento das funções maternas ou paternas, exclui do mercado de trabalho..., como pode levar à morte. E essas são as representações espetacularizadas e chocantes que os filmes mostram. Diante delas, o que aprender senão que a surdez é, de fato, uma falha na natureza humana, uma aberração, uma monstruosidade, uma falta grave? (Thoma, 2002, p.138).

Todavia, com o lançamento de *Filhos do Silêncio* (1986), observam-se indícios de outro modo de conceber as pessoas surdas, a partir de sua diferença, sob o viés da identidade. Contando com a presença de uma atriz surda, Marlee Matlin, o filme alcançou grande repercussão e relevância, passando a compor o corpus desta investigação. Esse processo de mudança na discursividade fílmica emerge como uma desterritorialização parcial de um regime

de verdade clínico-patológico (Andrade, 2022), já que, apesar da emergência de novas discursividades, não se rompe completamente com as anteriores.

No cinema, também são recorrentes as menções às formas de exclusão da pessoa surda no âmbito familiar. As relações de parentesco são amplamente exploradas nas obras analisadas, emergindo, muitas vezes, de discursos médicos e religiosos, nos quais a surdez é narrada como doença, patologia ou castigo. Nesse cenário, adjetivos como “normal” e “anormal” aparecem com frequência, para pautar expectativas familiares. Além disso, o abandono e a internação de pessoas surdas em instituições especializadas são temas igualmente presentes, demonstrando que a prática de reclusão iniciada no século XVIII persistiu ao longo dos séculos XIX e XX (Thoma, 2002).

De acordo com Thoma (2002), evidencia-se nos filmes a temática da negação, da inconformidade, e da frustração das famílias frente à surdez. Cenas de agressividade e hostilidade por parte da pessoa surda são habituais, sendo retratadas como resultado das tensões produzidas por tais relações no ambiente familiar. O cinema, contudo, também apresenta outras perspectivas, como a satisfação de pais surdos ao terem filhos surdos, caso de *Som e Fúria* (2001), introduzindo o debate sobre a inversão da normalidade³¹.

Os filmes igualmente trazem a representação da escola como espaço destinado a “corrigir o incorrigível” (Thoma, 2002). Nesse sentido, as obras inicialmente apresentam a escola como o lugar onde o sujeito surdo deve ser oralizado³² e, portanto, aproximado do padrão ouvinte. A marca do oralismo está presente na maioria das obras, embora *Mr. Holland: adorável professor* (1995) tenha apresentado indicações da corrente educacional conhecida como Comunicação Total, e *Som e Fúria* (2001) do bilinguismo.

Em síntese, o trabalho de Thoma (2002) revela que, nos discursos sobre a surdez e corpos surdos, o saber médico assume uma magnitude incomensurável em relação aos discursos socioantropológicos e da diferença. Todavia, como afirma Foucault (2017), onde há poder, há resistência. Nesse sentido alguns filmes apresentam resistências surdas e a luta pela perpetuação

³¹ É importante destacar que, no Brasil, a emergência dos Estudos Surdos na década de 1990 trouxe à tona a discussão sobre a inversão da normalidade proposta pelas comunidades surdas. Esse enfoque passou a ganhar relevância nos debates sobre a surdez, desafiando as perspectivas tradicionais e normativas.

³² Vale ressaltar que a partir de 1880, com o conhecido Congresso de Milão, a vertente oralista, ou seja, a filosofia educacional que visava ensinar o surdo a falar e a ler lábios, passou a ser a corrente dominante na educação de surdos. Somente em meados dos anos 1980, após intensa reivindicação das comunidades surdas organizadas, é que outras abordagens como a Comunicação Total e o bilinguismo passaram a ganhar espaço no campo educacional.

da cultura, manifestadas seja pela recusa ao processo de oralização, seja pela organização de escolas, associações e comunidades surdas.

Mais recentemente, em 2022, foi publicado o livro *Os surdos e a sétima arte: representações, perspectivas, problematizações e outras flutuações*, organizado por Rodrigues, Olmo e Vieira-Machado. Esta obra oferece uma coletânea de ensaios de diversos autores, surdos e ouvintes, que utilizam filmes e séries como intercessores para abordar a surdez e suas questões.

3.4 Corpo surdo feminino: capturas, apagamentos e disputas de existência

Se, como afirmado anteriormente, o cinema participa da produção discursiva da surdez, é preciso reconhecer que essa produção não incide de modo neutro sobre todos os corpos surdos. As narrativas fílmicas são atravessadas por marcadores de diferença, como o gênero, que organizam hierarquias de visibilidade e valor. Assim, enquanto o corpo surdo masculino aparece com alguma recorrência nas produções cinematográficas, o corpo surdo feminino é, em grande parte, apagado ou capturado por normatividades específicas: aquelas que cruzam a norma ouvinte e a norma de gênero.

Na perspectiva foucaultiana, o corpo não constitui uma realidade natural ou anterior às relações sociais, mas é historicamente produzido por meio de dispositivos, saberes e relações de poder que organizam, disciplinam e normalizam os modos de existência (Foucault, 2017). No entanto, compreender o corpo apenas como superfície de inscrição do poder seria reduzir sua potência. Ainda que atravessado por técnicas de governo e regimes normativos, o corpo também engendra deslocamentos, resistências e possibilidades de criação. Assim, os corpos não apenas são produzidos pelas relações de poder, mas também tensionam essas relações, deslocam seus limites e inventam outros modos de existir. Quando esse referencial é articulado aos estudos de gênero, especialmente Judith Butler (2019) e Teresa de Lauretis (1994), torna-se possível compreender que a feminilidade é uma construção normativa, inscrita repetidamente nos corpos por meio de discursos e práticas que os regulam.

Apesar disso, a maior parte das análises sobre surdez no cinema não problematiza as formas pelas quais a feminilidade é produzida nas narrativas que incluem personagens surdas. Ao focalizar exclusivamente a experiência da surdez, muitas leituras desconsideram que não há corpo surdo neutro, o que existe são mulheres surdas, homens surdos e identidades dissidentes surdas, sendo que cada uma dessas existências é governada por regimes de poder distintos.

Assim, a produção discursiva da surdez no cinema é também uma produção de gênero, ainda que isso não seja explicitamente tematizado.

Portanto, neste trabalho, entende-se a corporeidade surda feminina como um campo de disputas que atravessa a produção de corpos marcados pelo gênero. Trata-se de analisar como esses sujeitos são regulados, capturados, silenciados e até mesmo erotizados no cinema; como são atravessados por expectativas normativas, como a docilidade, maternidade, heterossexualidade compulsória, dependência, fragilidade; e como são apresentados frequentemente como “menos legítimos” tanto pela norma ouvinte quanto pela norma de gênero.

Essa conformação de expectativas evidencia um duplo eixo de captura – o audismo e o patriarcado – que configura condições específicas de existência para as mulheres surdas. Assim, o corpo surdo feminino não é apenas surdo, ele é generificado e, como tal, administrado discursivamente pelo cinema. É essa articulação entre poder, discurso, corpo e gênero que orienta as análises deste trabalho.

Considerando esse entrecruzamento entre ouvintismo e patriarcado, torna-se possível problematizar os modos como o cinema institui regimes de visibilidade para os corpos surdos femininos. Tais regimes operam historicamente por meio de mecanismos de apagamento, infantilização, moralização afetiva e controle sexual e reprodutivo, atuando como efeitos de poder na constituição desses corpos. Esses processos configuram o campo de forças que atravessa a corporeidade surda feminina e orientam a análise cartográfica proposta.

Entretanto, se o cinema captura, ele também produz linhas de fuga (Deleuze; Guattari, 1995). Mesmo em meio a narrativas normativas, surgem fissuras, gestos, afectos e forças que escapam à docilidade esperada. São movimentos mínimos, afectos que desviam, desejos que resistem, e é nesse ponto que a análise cartográfica encontra uma de suas potências: acompanhar aquilo que se desvia da captura, sem perder de vista as forças que também operam na sua manutenção.

Compreender o cinema como produtor da corporeidade surda feminina, portanto, exige uma abordagem capaz de acompanhar simultaneamente os vetores de captura e as forças de fuga que os atravessam. A produção acadêmica é um dos territórios onde essas forças também se manifestam, compondo a malha discursiva social acerca das mulheres surdas. Nesse contexto, interessa-me apresentar a construção dessa discursividade para, posteriormente, articulá-la à discursividade cinematográfica, já que ambas se situam em um mesmo plano rizomático.

Dessa maneira, na Esquete seguinte, o campo do conhecimento acadêmico é cartografado em ato, a partir do mapeamento da produção brasileira, compondo uma síntese de discursos sociais que potencialmente atravessam a tela grande. O corpus selecionado reúne estudos de diferentes áreas do conhecimento, o que permite observar não apenas como os Estudos Surdos se configuram – em seus conceitos, autoras, tensões e movimentos, mas também como se articulam a outros campos teóricos e metodológicos. Entre esses estudos, destacam-se produções clássicas sobre e de mulheres surdas, como Moreira (2010), Vilhalva (2005), Klein e Formozo (2008) e Perlin e Vilhalva (2016), que consolidam o campo no Brasil. Por esse motivo, o diálogo entre os Estudos Surdos, os Estudos Feministas e a Filosofia da Diferença, se realiza na tessitura da cartografia, onde diferentes perspectivas se encontram, tensionam-se e produzem novas formas de pensar.

ESQUETE 4

ENTRE PLANOS E TERRITÓRIOS: A CORPOREIDADE DAS MULHERES SURDAS NA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA

Esta esquete acompanha os movimentos de produção de sentidos sobre o corpo surdo feminino no território da pesquisa acadêmica brasileira. À luz da cartografia, traça um percurso que segue rastros, percorre vizinhanças e identifica emergências conceituais conectadas ao plano de consistência desta investigação. Ao mapear esse território, observa-se como os enunciados que atravessam tais produções se estabilizam, desviam-se ou se reconfiguram em um campo de problematizações. Esse campo permite identificar discursividades que circulam socialmente, especificamente na linguagem cinematográfica, iluminando questões que serão retomadas na análise das cenas. Nesse movimento, tornam-se visíveis presenças e silêncios, recorrências e ausências que regulam as formas de aparição ou de apagamento dos corpos surdos femininos na produção científica contemporânea.

Neste ínterim, a produção acadêmica sobre mulheres surdas, ainda que dispersa em diferentes áreas, configura um território em expansão no qual se entrecruzam distintas perspectivas teóricas e metodológicas, cujo mapeamento contempla produções oriundas de campos como Educação, Literatura, Saúde, Linguagens e Estudos de Gênero, mas encontra nos Estudos Surdos um ponto de convergência importante. Esse campo, historicamente centrado na língua e na cultura surda, vem gradualmente incorporando discussões sobre as diferenças internas à comunidade, ao envolver questões de gênero, sexualidade, raça, classe, corporeidade e afectos, ampliando seus horizontes conceituais e políticos. Assim, o mapeamento acompanha os deslocamentos e reconfigurações que incidem sobre esse território, o qual sustenta e orienta parte das reflexões desta tese. Esse movimento faz proliferar diferenças e modos de existência que tensionam o termo genérico “surdos” e reescrevem suas fronteiras discursivas, em um processo de expansão e de diferenciação que inscreve as mulheres surdas como potência analítica e política no interior desse campo.

O conjunto analítico desta tese reúne as produções consideradas nucleares, as quais são compostas por textos que, ao tratarem diretamente da corporeidade de mulheres surdas, afetaram de modo decisivo o olhar da cartógrafa e orientaram a construção dos eixos analíticos. Ao articularem dimensões como gênero, corpo, afectos, sexualidade e agência, esses trabalhos compõem o núcleo que sustenta o movimento de leitura desenvolvido ao longo da pesquisa. Em contrapartida, as produções classificadas como complementares, embora relevantes para a

compreensão do campo mais amplo das pesquisas sobre mulheres surdas no Brasil, não incidem diretamente sobre os problemas específicos que orientam esta investigação. Por esse motivo, são apresentadas em blocos informativos, permitindo registrar a diversidade do campo sem, contudo, integrá-las ao núcleo analítico desta cartografia.

Esses trabalhos compõem um campo plural e em expansão, marcado pela presença de perspectivas oriundas dos Estudos Surdos, das pedagogias críticas, dos feminismos interseccionais e de abordagens decoloniais. Longe de diluir o foco da investigação, essa pluralidade reforça a complexidade das discursividades em circulação e evidencia a potência analítica das questões que incidem sobre o corpo surdo feminino na pesquisa acadêmica contemporânea.

Delineado esse panorama inicial, passa-se à apresentação e análise das produções científicas selecionadas.

4.1 Apresentação e análise das produções científicas

O conjunto nuclear da análise reúne sete teses ou dissertações e catorze artigos que, em diferentes momentos e perspectivas, colocam em cena a corporeidade das mulheres surdas em articulação com gênero, sexualidade, afectos, agência e interseccionalidade. Entre as produções fundacionais, destacam-se: *‘A mulher surda e suas relações de gênero e sexualidade’* (Moreira, 2010), por ser primeiro texto localizado no Brasil a tratar da temática em chave introdutória; *‘O despertar das mulheres surdas no Brasil’* (Vilhalva, 2005), que evidencia a mulher surda como sujeito político; *‘Gênero e surdez’* (Klein; Formozo, 2008); obra que consolida essa articulação no campo acadêmico; e finalmente *‘Mulher surda: elementos ao empoderamento na política afirmativa’* (Perlin; Vilhalva, 2016), que inscreve a discussão no âmbito das políticas públicas e das ações afirmativas.

Na fase de ampliação e adensamento, trabalhos como os de Vedoato (2015), Borba (2021), Silva (2020), Costa et al. (2021), Denari e Colombo (2021), Sofiato e Menezes (2021) e Brito et al. (2021) expandem o campo para intersecções entre gênero, raça, trabalho, educação e cultura. Mais recentemente, produções como as de Mendes (2022), Shubert (2022), Guerretta (2023), Lima (2023), Oliveira (2024) e Baalbaki e Silveira (2024) atualizam a pauta com temas ligados à digitalidade, saúde sexual e reprodutiva, protagonismos, audismo, violência de gênero e vulnerabilidade linguística.

Esse percurso heterogêneo, articulando diferentes temporalidades e enfoques, constitui a base sobre a qual se erguem os debates contemporâneos. Algumas dessas produções são

consideradas nucleares não apenas pela densidade de suas análises, mas também por seu papel histórico no campo dos Estudos Surdos e de gênero. Como observa Veiga-Neto (2012, p.45), “é preciso voltar aos porões”: revisitar produções inaugurais que revelam as condições de possibilidade e os primeiros movimentos discursivos em torno das mulheres surdas.

Nesse sentido, textos como *‘Dupla invisibilidade: a educação de meninas surdas do século XIX no Brasil’* de Sofiato e Menezes (2021) permitem compreender como gênero e surdez já se entrecruzavam na produção de exclusões no século XIX. Essa dimensão fundacional também evidencia cicatrizes de um início atravessado por projetos de normalização.

A fundação do Instituto Nacional de Educação de Surdos-Mudos, em 1856, com a vinda do professor surdo francês Édouard Huet, instaurou no Brasil um modelo educativo marcado pelo viés asilar e higienista, em consonância com os ideais de normalização da época (Klein; Formozo, 2008; Sofiato; Menezes, 2021). Esses traços, ainda que datados, reverberam nas práticas discursivas e nos dispositivos que continuam a moldar e conter os corpos surdos e femininos no espaço acadêmico.

Klein e Formozo (2008) registram que, a partir de 1868, as meninas deixaram de ser aceitas no Instituto Nacional de Educação de Surdos-Mudos sob a alegação de risco de promiscuidade, sendo autorizadas a retornar apenas em 1932. Em estudo mais recente, Sofiato e Menezes (2021) aprofundam essa análise com base em documentos históricos, mostrando as restrições, tensões de gênero e instabilidades institucionais que marcaram o acesso de meninas surdas ao Instituto entre 1856 e 1873. Essas evidências podem ser observadas de forma sistematizada no Quadro 10:

Quadro 10 – Número de alunas surdas matriculadas no Instituto de 1856 a 1873

Ano	Número de alunas atendidas
1856	01
1857	Não encontrado
1858	06
1859	08
1860	Não encontrado
1861	Não encontrado
1862	Não encontrado
1863	Não encontrado
1864	03
1865	03
1866	03
1867	05
1868	04
1869	03
1870	00
1871	05
1872	05
1873	00

Fonte: Adaptado de Sofiato; Menezes, 2021, p.8

O levantamento realizado por Sofiato e Menezes (2021) mostra que o acesso de meninas surdas ao Instituto Nacional de Educação de Surdos-Mudos, entre 1856 e 1873, foi bastante restrito. Como apontava Leite (1873)³³, “a ignorância e a pobreza dos pais de quase todos os alunos atendidos; e as longas distâncias entre a Corte e as províncias, acentuadas pela falta de pessoas que se encarregassem de trazer os alunos para o Instituto” explicavam a baixa adesão (Sofiato; Menezes, 2021, p.8). No entanto, as diferenças de gênero eram determinantes, enquanto os meninos recebiam instrução em agricultura, as meninas eram destinadas às chamadas “lições usuais de agulhas, como bordado” (Sofiato; Menezes, 2021, p.8).

A comparação com colégios de meninas ouvintes revela desigualdades ainda maiores. A elite feminina tinha acesso a uma formação ampla, que incluía línguas, música e artes, todavia, “as meninas surdas eram destinadas quase exclusivamente ao trabalho manual e à docilidade disciplinada” (Sofiato; Menezes, 2021, p.9).

³³ Apud Sofiato e Menezes (2021)

O episódio decisivo ocorreu em 1868, quando o diretor Tobias Rabello Leite recomendou a retirada de alunas surdas que chegavam à puberdade, alegando que sua permanência representava risco à ordem institucional. Essa lógica culminou, em 1873, no afastamento definitivo das cinco estudantes então matriculadas. Como sintetizam as autoras: “Diante das carências de diversas ordens, o fato de ser mulher e surda, também legitimava a dupla invisibilidade” (Sofiato; Menezes, 2021, p.12-13, grifo do original).

Assim, ainda que a escolarização das meninas surdas no século XIX tenha representado um passo inicial, ela esteve desde o início atravessada por dispositivos de gênero, classe e raça que as afastavam do espaço público do saber e legitimavam sua exclusão em nome da moralidade e da utilidade social.

As marcas dessas exclusões iniciais reverberaram nas décadas seguintes, reconfiguradas em novos discursos e práticas de poder. É nesse horizonte que se insere a dissertação de Rossi (2021), que analisa as décadas de 1920 e 1930 e evidencia a permanência de práticas excludentes sob novas roupagens ideológicas. Se no século XIX, como mostram Sofiato e Menezes (2021), a exclusão das meninas surdas do Instituto Nacional de Educação de Surdos-Mudos se justificava pela lógica da moralidade e da disciplina social, no início do século XX tais práticas foram reelaboradas à luz do higienismo e da eugenia. Rossi demonstra como esses discursos, alinhados ao patriarcado e ao capitalismo, incidiam de modo particular sobre os corpos femininos surdos, vistos como ameaça de degeneração e submetidos a vigilância e controle reprodutivo.

Nesse contexto, a educação funcionava como instrumento de difusão da ideologia dominante, reafirmando a docilidade e a esterilidade como expectativas sociais para as mulheres surdas. Ao recuperar documentos oficiais, periódicos e cartas de familiares, a autora também evidencia que tais mulheres não foram apenas receptoras passivas, mas sujeitas históricas que resistiram e lutaram por acesso à educação.

Assim, em conjunto, Sofiato e Menezes (2021) e Rossi (2021) revelam a continuidade de dispositivos de normalização e exclusão ao longo de diferentes temporalidades, ao mesmo tempo em que reinscrevem as mulheres surdas como agentes de suas próprias histórias. Esses trabalhos de caráter histórico permitem compreender como, desde o século XIX até as primeiras décadas do século XX, a escolarização das meninas surdas foi atravessada por discursos de moralidade, higienismo e eugenia.

De outra ordem, o trabalho de Moreira, publicado originalmente em 1997 (edição consultada de 2010), é reconhecido como a primeira pesquisa acadêmica no Brasil a tematizar

diretamente mulheres surdas, gênero e sexualidade no âmbito dos Estudos Surdos (Klein; Formozo, 2008). Ao articular três eixos, a saber, com os Estudos de Gênero e Sexualidade, em perspectiva pós-estruturalista; os Estudos Culturais, e os Estudos Surdos, a autora desloca a discussão do terreno histórico para uma problematização teórico-conceitual, questionando a crise das identidades modernas e abrindo espaço para o debate sobre multiplicidade. Como afirma:

Os deslocamentos de uma identidade para a multiplicidade de identidades desestruturam aspectos e, também, as visões de gênero e sexualidade [...] constituindo-se como uma teia, que é tecida nas relações de poder e saber (Moreira, 2010, p.94-95).

Com base em Louro (2003) e Scott (1995), Moreira compreende gênero como elemento constituinte das identidades, relacional e não determinado biologicamente: “O uso de ‘gênero’ enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade” (Moreira, 2010, p.99, grifo da autora). A sexualidade, por sua vez, é entendida em perspectiva foucaultiana, como dispositivo histórico que organiza comportamentos e papéis sociais.

No campo da surdez, a autora denuncia que os poucos estudos existentes até então estavam centrados no déficit linguístico e na normalização dos corpos, submetendo surdos a práticas médicas, fonoaudiológicas e pedagógicas. Nesse processo, as mulheres surdas foram associadas a um corpo silenciado, incapaz e assexuado. Ao tensionar esse quadro, Moreira inaugura no Brasil uma reflexão sobre formas de vida, gênero e sexualidade das mulheres surdas, lançando questões que permanecem atuais:

[...] como os homens e mulheres surdos se sustentaram e realizaram ‘manobras’, ‘técnicas’, ‘dispositivos’ que lhes permitiram ser e estar no mundo [...]? Como realizar o processo desconstrutivo que não produza uma nova polarização [...] em relação à mulher surda? E, como as identidades sociais hegemônicas podem ser contestadas e subvertidas?” (Moreira, 2010, p.99).

Se Moreira (2010) inaugura a reflexão acadêmica sobre mulheres surdas em chave conceitual e crítica, é com o artigo de Shirley Vilhalva (2005) que essa discussão assume um contorno ativista, situando a mulher surda como sujeito político. Publicado na Revista da FENEIS, *O despertar das mulheres surdas no Brasil* registra uma das primeiras mobilizações coletivas de mulheres surdas no país, vinculando a emergência dessa pauta à luta por direitos em saúde, educação e cidadania. Nesse texto, a autora destaca ações públicas pioneiras voltadas à garantia de direitos, como a criação da Coordenação de Políticas Públicas para Mulheres pelo Governo Popular do Mato Grosso do Sul, cujo objetivo era “combater as formas de discriminação e desenvolver projetos de políticas públicas que promovam o direito e a

autonomia das mulheres” (Vilhalva, 2005, p.17). Em parceria com essa Coordenação e com a Secretaria de Saúde do Estado, organizou-se, em 2004, a primeira mobilização de mulheres surdas em Campo Grande, da qual resultaram propostas para o I Encontro Latino-Americano de Mulheres Surdas Líderes, realizado em Belo Horizonte no mesmo ano.

A reunião latino-americana teve como objetivo debater as condições de vida das mulheres surdas na região, com ênfase em educação, saúde, sexualidade, combate à violência, participação política, direitos e cidadania (Vilhalva, 2005). O evento contou com representantes do Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, sob a coordenação geral de Gladis Perlin, à época a única professora doutora surda brasileira e representante da FENEIS.

No Brasil, destacaram-se na coordenação dos grupos de trabalho Shirley Vilhalva (MS), em *Saúde Integral da Mulher Surda*; Flaviane Reis (GO), em *Violência contra a Mulher Surda*; Gisele Rangel (RS), em Poder e Participação Política; Karin Strobel (PR), em *Gênero e Educação*; Carolina Hessel (RS) e Sandra Lúcia Amorim (SC), em *Direitos e Cidadania*; e, por fim, Kátia Pinheiro (CE), em *Ciência, Cultura e Comunicação*.

Segundo Vilhalva (2005), algumas conquistas decorreram desse encontro, como a criação de protocolos para garantir atendimento em Libras a gestantes surdas no Sistema Único de Saúde (SUS), assegurando orientações sobre amamentação, direitos trabalhistas e saúde da mulher e do bebê. Outras articulações também emergiram, como a criação de um novo grupo de discussão de mulheres surdas, coordenado por Salete Neves Fernandes, e a realização, em 2005, do *1º Simpósio Acessível da Saúde da Mulher Deficiente Auditiva/Surda*, em São Paulo.

Na sequência, o artigo de Klein e Formozo (2008) indica um movimento de inserção mais visível da articulação entre gênero e surdez no campo acadêmico, reunindo reflexões que até então circulavam sobretudo em espaços de militância e mobilização social. As autoras chamam atenção para a feminização do magistério e para a invisibilidade das mulheres surdas em representações institucionais, evidenciando lacunas e tensões que atravessam tanto a educação quanto os movimentos surdos. Esse processo também se observa entre os instrutores de Libras, função exercida majoritariamente por mulheres. Para as autoras, essa predominância feminina no ensino, semelhante ao que ocorre na educação em geral, está associada à concepção da docência mais como um sacerdócio do que como uma profissão.

Nesse contexto, observam ainda que, em artigos, documentos e cartazes sobre o tema do surdo trabalhador, a presença feminina é sistematicamente ausente, uma vez que se toma a categoria “surdo” como suficiente, silenciando outras diferenças (Klein; Formozo, 2008). Ainda assim, identificaram algumas mudanças sutis, como a inclusão, ainda que genérica, de

recortes de gênero e diversidade em trabalhos apresentados no *XII Congresso Mundial da Federação Mundial de Surdos*, em 1995, que contemplavam surdos negros, gays, lésbicas e mulheres surdas africanas, entre outros. Como exemplo, citam uma pesquisa realizada em Tsukuba, no Japão, sobre o treinamento universitário de arquitetos profissionais, que contou com 34 participantes surdos, dos quais apenas sete eram mulheres. Ao final, enfatizam que a questão de gênero se articula a outros marcadores, como raça e etnia.

A partir desse diagnóstico de invisibilidades e lacunas, torna-se possível compreender a relevância das iniciativas que, anos depois, buscariam ampliar a participação das mulheres surdas em espaços institucionais e de formulação de políticas públicas. Nesse percurso, destaca-se a liderança de Gládis Perlin e Shirley Vilhalva, que em 2016 participaram da *Consulta Nacional para as Mulheres Deficientes e as Mulheres Ciganas*. Essa experiência resultou no artigo *Mulher Surda: Elementos ao Empoderamento na Política Afirmativa* (Perlin; Vilhalva, 2016), no qual as autoras registram acontecimentos nacionais, lutas constantes e perspectivas de promoção da mulher surda, com ênfase no empoderamento e na política linguística.

O evento, realizado em Brasília entre 1º e 3 de março de 2016, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)³⁴, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos e o Congresso Nacional, reuniu mulheres ciganas e com deficiência. Nesse contexto, Perlin e Vilhalva foram designadas pela FENEIS para coordenar o debate sobre as mulheres surdas, refletindo sobre sua realidade, problematizando condições de vida e levantando elementos essenciais para a formulação de políticas públicas de empoderamento.

As autoras denunciaram a falta de acesso à informação, sobretudo na educação e no mercado de trabalho, como um problema que afeta todas as mulheres, mas que se intensifica no caso das surdas, usuárias de uma língua visual distinta da maioria. Destacaram ainda a forma como a sociedade as classifica como deficientes, e não como sujeitos linguísticos, apagando o valor cultural da língua de sinais. Nas palavras das autoras:

A mulher surda é comparada à mulher deficiente. Muitas vezes a sociedade continua com a educação colonialista sobre a mulher surda sem noção de sua diferença. No momento em que somos chamadas de deficientes, somos comparadas às mulheres ouvintes. Essa é uma representação que assume aspectos de discriminação, de nossa língua e cultura, pelo completo desconhecimento do valor linguístico que a língua de sinais possui e também pelo completo desconhecimento da significação do ser mulher surda, ou seja, ser uma pessoa que entende o mundo pelos olhos e necessita de informação em sua língua visual (Perlin; Vilhalva, 2016, p.151).

³⁴ Órgão diretamente vinculado à Presidência da República, criado em 2003, na gestão do então presidente Luís Inácio Lula da Silva.

A ausência da inversão epistemológica proposta pelos Estudos Surdos, que deslocaria a narrativa da falta auditiva para a condição de sujeitos usuários de uma língua visual, produz efeitos diretos sobre essas mulheres. Além disso, elas permanecem submetidas às opressões de gênero em uma sociedade patriarcal, que desvaloriza o feminino e impõe papéis sociais rigidamente hierarquizados.

No campo da educação, Perlin e Vilhalva (2016) evidenciam problemas como o desconhecimento de dados sobre meninas e adolescentes surdas, o abandono escolar diante de políticas que não contemplam suas singularidades, o aumento da presença feminina na Educação de Jovens e Adultos por ausência de instrução adequada na idade regular, a carência de alfabetização e a falta de tradução e interpretação em Libras. No que tange à saúde, denunciam que “[...] espaços da saúde são de maior conflito, uma vez que são marcados por cenas de mulheres que foram levadas a esterilização não consentida, que devem ser acompanhadas pela família durante exames ginecológicos, que são implantadas sem consentimento, sem esclarecimento” (Perlin; Vilhalva, 2016, p.151-152).

Além disso, ressaltam como experiência positiva a presença de mulheres surdas na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC³⁵, promovendo um espaço de pesquisa e formação, endossando um contingente de mulheres surdas a se profissionalizarem e assumirem postos de trabalho, muitos deles enquanto profissionais de destaque.

A partir dessas discussões, as autoras sistematizaram a entrega do documento “*Mulher Surda: Política Linguística nas Políticas Sociais*” à SPM. O texto elaborado coletivamente com mulheres surdas, está estruturado em seis eixos: (1) gênero e educação, com a defesa da educação bilíngue em todas as etapas e da inclusão de questões de gênero nos currículos; (2) saúde, prevendo a obrigatoriedade da Libras nos serviços, com a produção de materiais acessíveis e a inserção da língua de sinais nos cursos de formação na área; (3) violência, focado na implementação de medidas educativas, no atendimento em delegacias da mulher com intérpretes e o combate a práticas abusivas; (4) participação política, com a ampliação da presença de mulheres surdas em diferentes espaços de decisão; (5) direitos e cidadania, com o envolvimento ativo em debates feministas e sobre direitos humanos; e (6) ciência, cultura e

³⁵ Vale destacar que o campo dos Estudos Surdos se iniciou no Rio Grande do Sul, com a presença do professor doutor Carlos Bernardo Skliar. Dessa maneira, os primeiros pós-graduandos surdos vieram dessa região do país, destaque para nomes como Gladis Perlin, primeira surda doutora do Brasil, e Marianne Stumpf, a primeira surda brasileira a realizar pós-doutorado (Rangel, 2016). Além disso, em 2006, a UFSC, em parceria com mais oito instituições de ensino, distribuídas nas cinco regiões do país, passou a ofertar pela primeira vez o curso de Letras-Libras visando a formação de professores para o ensino da língua de sinais (Quadros; Stumpf, 2009).

comunicação, com o estímulo à crítica dos padrões hegemônicos e à criação de novas formas de pensar e agir (Perlin; Vilhalva, 2016).

Perlin e Vilhalva (2016) destacam ainda a atuação de outras mulheres surdas no campo da educação, como Patrícia Rezende, liderando políticas para a educação bilíngue na interação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação (MEC); Ana Regina Campello, na liderança da FENEIS na luta por políticas educacionais para os surdos; e Marianne Stumpf e Karin Strobel, respectivamente ex-coordenadora e coordenadora atual do curso Educação à Distância – EAD Letras/Libras da UFSC³⁶.

Após o conjunto de trabalhos fundacionais, produzem-se pesquisas que ampliam o escopo empírico e investigativo sobre mulheres surdas, sobretudo a partir de temáticas ligadas à saúde, sexualidade e identidade. Gediel, Santos Dias e Fraga de Paula (2017) realizaram um estudo etnográfico com seis mulheres surdas, com idades entre 25 e 43 anos, todas autodeclaradas brancas, voltado para compreender a saúde da mulher surda e o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como recurso de acesso a informações sobre saúde corporal, sexualidade e questões reprodutivas. Os resultados indicam que blogs, vídeos no YouTube e redes sociais funcionam como espaços de interação e de circulação de conteúdos, sobretudo sobre métodos contraceptivos e direitos sexuais. Todavia, as autoras enfatizam que “não é possível assegurar que apenas por meio das ferramentas virtuais de comunicação essas mulheres foram realmente instrumentalizadas sobre o assunto” (Gediel; Santos Dias; Fraga de Paula, 2017, s/p), de modo que as TICs devem ser compreendidas como complementares, e não substitutivas, ao atendimento direto realizado por profissionais de saúde capacitados em Libras.

Em outro estudo, Gediel (2017) aprofunda essa discussão a partir de uma investigação com mulheres surdas residentes em uma cidade da Zona da Mata Mineira, destacando o papel das TICs não apenas na difusão de informações sobre saúde em geral, mas também na abertura de espaço para abordar temas considerados “tabus”, como vivências da sexualidade e acesso a direitos reprodutivos e sexuais. Ao analisar as interações online, a pesquisadora observa que

³⁶ Essas informações correspondem a março de 2016.

[...] as questões referentes ao corpo e à sexualidade, as quais são invisibilizadas nas interações face a face por motivos transversais que vão além da surdez, pode ser acessada a partir do espaço virtual. O acesso a essa forma de comunicação torna-se, conseqüentemente, uma possibilidade de as pessoas externalizarem, além das suas formas de percepção do próprio corpo, suas experiências de gênero e sexualidade. Esse dado é relevante para refletir a respeito da saúde coletiva, no tangente ao entendimento sobre os conceitos de saúde sexual e reprodutiva das mulheres Surdas de classes populares, as quais não estão centradas nas ações diretas das Unidades Básicas de Saúde (Gediel, 2017, p.81)

Esses trabalhos, ao situar o corpo surdo feminino na interface entre saúde, sexualidade e tecnologias digitais, evidenciam um processo de adensamento da produção acadêmica voltado a práticas sociais e de cuidado, mostrando como as mulheres surdas constroem caminhos próprios de acesso à informação e à vida pública.

Em outra direção, mas ainda dentro desse movimento de aprofundamento investigativo, a pesquisa de Silva (2020) desloca o debate para o campo da educação, ao retratar a trajetória de Emma, estudante surda de Ciências da Computação em uma universidade pública. Desde a infância, a ausência de escolarização em Libras levou-a a frequentar a escola comum sem suporte adequado; já no ensino superior, persistem a falta de materiais acessíveis e de intérpretes, além de reprovações e episódios recorrentes de desestímulo por parte de docentes e colegas. A estudante relata:

A estudante destacou que já sofreu discriminação direta dos professores. Um docente falou à Emma “que aqui não é meu lugar; que era mais conveniente minha escolha por uma formação como Pedagogia, Serviço Social ou algo relacionado à deficiência” (Dados da entrevista com Emma). Ela desabafou que em meio à luta para ingressar e permanecer na universidade, “esperava que os professores fossem mais acolhedores e me motivassem a estudar. Não o contrário, como vejo aqui” Não são só os professores que desestimulam a estudante, ela afirmou que alguns de seus colegas de sala de aula falam com convicção que ela “jamais conseguirá concluir o curso” (Dados da entrevista com Emma). Esses eventos são frequentes e já fizeram a estudante pensar, diversas vezes, em desistir da carreira superior [...] (Silva, 2020. p.12 – aspas da autora).

Tais episódios, que já a fizeram pensar em desistir do curso, evidenciam como o corpo de uma mulher surda é atravessado por discursos de exclusão em espaços acadêmicos tradicionalmente masculinos, como as Ciências da Computação. A fala do docente, ao sugerir que Emma se limitasse a carreiras como Pedagogia ou Serviço Social, pelo fato de serem áreas historicamente associadas ao feminino, reforça a sobreposição de marcadores de gênero e surdez. Assim, sua experiência não pode ser equiparada à dos homens surdos, nem tampouco à das mulheres ouvintes, pois articula de forma singular as condições de mulher e surda em um campo profissional atravessado pela lógica do gênero e da deficiência.

Assim como a experiência de Emma evidencia atravessamentos singulares de gênero e surdez no espaço acadêmico, outros estudos deslocam o olhar para a intersecção entre diferentes marcadores sociais. É o caso de Denari e Colombo (2021), que revisam a literatura sobre surdez, gênero e raça e problematizam esses marcadores como simultaneamente identitários e opressivos, uma vez que o padrão hegemônico (homem branco, heterossexual, cristão e pertencente às classes dominantes) hierarquiza qualquer desvio, produzindo estigma e vulnerabilidade. As autoras argumentam que sexismo, racismo, capacitismo, etarismo, xenofobia e homofobia atuam de forma interligada, intensificando desigualdades e incidindo na constituição das pessoas surdas. Essa leitura converge com Miranda (2017), que alerta para o fato de que, se tomada como marca identitária hegemônica, a surdez tende a ser mais investigada e valorizada que gênero, raça e etnia, homogeneizando identidades e obscurecendo demandas internas.

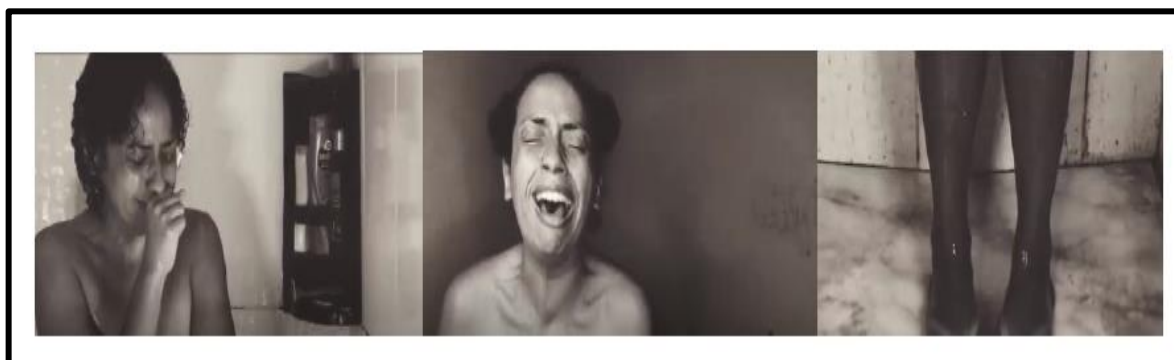
As autoras enfatizam que a identidade surda não é fixa nem reduzível à ausência de audição, trata-se de uma trama de atravessamentos (gênero, raça, classe etc.) que singularizam existências. Notam, porém, que a interseccionalidade ainda é pouco explorada nos estudos sobre comunidades surdas; por isso, defendem fortalecê-la para integrar múltiplas identidades, tensionar desigualdades e reduzir hierarquizações internas. Ao sublinhar que mulheres surdas não formam um grupo homogêneo, e enfrentam desvantagens em relação às mulheres ouvintes na saúde e na educação, o artigo recomenda que propostas dirigidas à população surda não se limitem à Libras, articulando também a promoção de igualdade de gênero e raça.

Se Denari e Colombo (2021) ressaltam a importância de aprofundar a interseccionalidade como categoria de análise, Brito et al. (2021) avançam nessa direção ao situar a mulher surda negra em um não-lugar simultâneo no movimento negro, no feminismo negro e no movimento surdo. Essa posição expõe o entrecruzamento de ouvintismo, sexismo, patriarcado e racismo, evidenciando a necessidade de análises que deem visibilidade a essas camadas de opressão. Nas palavras dos autores:

[...] Esse lugar ímpar, exclusivo, não pode ser partilhado por homens negros surdos, que embora potenciais alvo do racismo, não vivenciam o sexismo e a misoginia. Também não é possível comungar com outras mulheres surdas não negras por não terem a experiência cotidiana dos efeitos diários das práticas racistas, do mesmo modo, mulheres negras ouvintes, dificilmente, sentirão os efeitos perversos da exclusão linguística e comunicacional. Este lugar que não é solitário efetivamente (por serem diversas e muitas as mulheres surdas), apenas pode e deve ser aquinhado com aquelas que dividem a mesma encruzilhada epistêmica (Brito et. al, 2021, p.212)

Os pesquisadores ressaltam que, se as mulheres já são alvo de práticas sexistas, e as mulheres negras acumulam sexismo e racismo, as mulheres surdas negras enfrentam ainda a exclusão linguística, com impactos em educação, saúde, trabalho e segurança pública. O artigo dialoga com dados internacionais: na região metropolitana da Nigéria, 87% das meninas surdas relataram ter sofrido algum tipo de violência (34,2% psicológica; 24,7% bullying; 22,6% física; 18,5% sexual). Além disso, em estudo comparativo, observou-se que crianças surdas são mais suscetíveis ao abuso sexual que crianças ouvintes (50% vs. 25%) (Arulogun et al., 2012, apud Brito et al., 2021). No Brasil, evocam a artista Nayara Rodrigues, cuja poesia visual *Boneca Invisível* narra abusos sofridos dos 3 aos 14 anos; a ausência de Libras na infância, por orientação médica, silenciou a denúncia por anos, e hoje sua arte reinscreve a dor como gesto político-estético (ver Figura 7).

Figura 7 – Imagens de Nayara durante apresentação da poesia visual “boneca invisível”



Fonte: Brito et. al., 2021, p.224

A reflexão proposta por Brito et al. (2021), ao evidenciar o não-lugar da mulher surda negra, reforça que a interseccionalidade não é apenas um recurso teórico, mas um campo de disputas concretas que atravessa diferentes esferas da vida social. No âmbito educacional, essa perspectiva é mobilizada por Vedoato (2015), que investigou a escolarização de alunos surdos no Paraná a partir dos dados do Censo da Educação Básica de 2013. A autora analisou o cruzamento entre surdez, gênero e raça, mostrando que a surdez, longe de homogeneizar experiências, se articula a outros marcadores para produzir desigualdades específicas. Os resultados revelaram maior escolarização entre homens surdos brancos; apenas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) mulheres surdas negras e pardas superaram os homens, evidenciando trajetórias escolares marcadas por desigualdades persistentes. Como sintetiza a pesquisadora “a desvantagem social imposta às mulheres negras não é minimizada pela surdez, ao contrário, é potencializada” (Vedoato, 2015, p.62).

Se, na educação, os dados analisados por Vedoato (2015) demonstram que gênero e raça produzem clivagens internas ao grupo surdo, no mundo do trabalho essas desigualdades se tornam ainda mais evidentes. Borba (2021), ao cartografar a inserção profissional de mulheres surdas em Goiânia, mostra que, além do preconceito e da exclusão comunicacional em Libras, pesam sobre elas barreiras adicionais de gênero, raça e classe, que restringem oportunidades e intensificam a precarização.

Entre os obstáculos, a autora destaca a segmentação ocupacional “as limitações dobram por sempre sobrar mais vagas a nível operacional, onde exige mais uso de força física, sendo mais fácil alocar os homens surdos do que mulheres nestas vagas” (Borba, 2021, p.55). Soma-se a sobrecarga do cuidado, que recai de forma desproporcional sobre as mulheres: “É importante as mulheres surdas cuidar da saúde, cuidar para não terem filhos. Ter filhos é muito difícil, eu sozinha cuidar filhos, preciso trabalhar, não tem jeito de passear, namorar... sempre precisa cuidar dos meus filhos, pagar aluguel, levar escola tudo difícil” (Borba, 2021, p.70). Ainda assim, apesar das barreiras, o trabalho é percebido como espaço de dignidade, convivência, contribuição e autonomia, reafirmando seu papel como instância de reconhecimento e pertencimento social.

Enquanto Borba (2021) evidencia as barreiras enfrentadas no mundo do trabalho, Rodrigues et al. (2022) deslocam o olhar para a saúde reprodutiva, mostrando que as mesmas desigualdades se tornam ainda mais críticas durante a gestação e o puerpério. No estudo realizado com nove mulheres atendidas por uma clínica-escola de atenção primária em Fortaleza (primeiro semestre de 2021), as autoras buscaram compreender suas percepções sobre o cuidado no período gestacional e puerperal. Os resultados revelam barreiras constantes de comunicação e a ausência de intérpretes de Libras, o que levou muitas gestantes a depender de terceiros (familiares), com prejuízos à autonomia, à privacidade e à tomada de decisão. Como ilustram os depoimentos:

[...] M6: “Minha mãe sempre me acompanhava; eu não tinha esclarecimentos profundos em relação às minhas consultas, eram mais simples (...)”; [...] M8: “(...) Era bem complicado pra mim em relação a isso. Eu sempre tinha que... As vezes eu ia acompanhada com um amigo e, às vezes, sozinha... [...] Não conversava comigo diretamente” (Rodrigues et al., 2022, p.5).

A presença de terceiros, contudo, não garantia comunicação efetiva, pois frequentemente não dominavam a Libras, tornando a assistência superficial:

[...] M1: “Toda vez que eu ia pra consulta, eu ia acompanhada da minha irmã. Minha irmã tem um pouco de conhecimento sobre Libras, né” [...] M1: “Eu estava muito preocupada por causa da comunicação. Alguns termos mais difíceis [...] Aí eu fiquei

muito preocupada sim” [...] M5: “Mas eu durante a consulta não tinha nada de comunicação de Libras, eu me sentia muito triste e preocupada.”, M1: “Comunicação não tinha. Se comunicava só com minha irmã, que os dois eram ouvintes” [...] M2: “As consultas eu ficava muito na minha, eu não participava tanto. Falavam mais com a minha mãe e quando eu chegava em casa ela tentava me explicar algumas coisas. [...] Era muito difícil eu me comunicar com minha mãe. Eu não entendia muito bem, nem ela conseguia se comunicar muito bem comigo” “M5: “Eu tinha dúvida sobre o parto [...] sobre alimentação; eu também queria saber alguns detalhes sobre a fome... Afff, como eu sentia fome” [...] M6: “Eu não tinha esclarecimentos profundos em relação às minhas consultas, eram mais simples” (Rodrigues et al., 2022, p.6-7)

Considerando que o pré-natal envolve avaliação clínica e orientações nutricionais e preventivas essenciais, a exclusão comunicacional eleva o risco de complicações gestacionais, violência obstétrica, depressão pós-parto e desmame precoce. O estudo reforça a urgência de políticas públicas que assegurem cuidados dignos e acessíveis em língua de sinais, contemplando as especificidades linguísticas e corporais dessas mulheres.

As barreiras comunicacionais vividas durante a gestação e o puerpério, evidenciadas por Rodrigues et al. (2022), encontram ressonância nas análises de Shubert (2022), que amplia o foco para a saúde sexual e reprodutiva de mulheres surdas em diferentes fases da vida. O estudo envolveu 23 mulheres surdas sinalizantes, maiores de 18 anos e residentes no município do Rio de Janeiro, que compartilharam suas experiências em entrevistas individuais abertas, registradas em vídeo. Da análise emergiram dois eixos principais: (1) a discriminação social pela surdez e a invisibilidade da condição de mulher e (2) as influências da surdez na saúde sexual e reprodutiva.

No primeiro eixo, as narrativas revelam vulnerabilidades que silenciam a condição de mulher surda e comprometem sua percepção de pertencimento social. Como ilustram os relatos:

Eu nunca pude ser mãe, pois quem vai querer se relacionar com uma mulher surda? Então fica mais difícil alguém nos ver como gente, a não ser que seja surdo como eu. A gente perde o direito de ser gente, de ser humana, porque é surda (Shubert, 2022, p. 79).
A gente acha que não pode atrair. [...] Ser surda teria sido o meu problema de não ter casado. [...] Não somos atraentes no mundo de todos. Somos discriminadas por ser surda. [...] Acho que nenhuma garota se interessaria por mim que sou surda [...] (Shubert, 2022, p.87).

No segundo eixo, a autora evidencia o pouco conhecimento das participantes sobre saúde sexual e reprodutiva, bem como sobre a própria sexualidade. Essa lacuna relaciona-se à ausência de acesso educacional e informacional em formatos acessíveis, somada à reprodução de estereótipos nos serviços de saúde. Muitas vezes, o desconhecimento de Libras por profissionais obrigava as mulheres a buscar informações com familiares ou em espaços religiosos, o que reforçava vulnerabilidades e restringia a autonomia.

Nas conclusões, Shubert observa que a surdez estigmatizada afeta profundamente a vivência sexual e reprodutiva, comprometendo o direito à saúde e à autonomia corporal. A autora recomenda a inclusão da temática na formação em saúde, bem como o incentivo a novas pesquisas capazes de qualificar o atendimento às mulheres surdas em sua diversidade.

As vulnerabilidades descritas por Shubert (2022), que afetam a saúde sexual e reprodutiva das mulheres surdas, encontram eco em outros contextos sociais nos quais o corpo feminino surdo é significado de forma desigual. Mendes (2022) analisa a caracterização da mulher surda a partir dos comentários em duas reportagens do G1 sobre Natália. Em 2014, a jovem denuncia falhas na interpretação de Libras no ENEM, ou seja, “palavras soltas” fora de contexto, o que leva a uma carta-denúncia à promotoria. Em 2017, quando a redação do exame aborda a educação de surdos, Natália concede nova entrevista e interpreta o episódio como “conquista”. Texto e imagens, combinados, ativam diferentes discursos sobre sua corporeidade.

A autora destaca o papel de imagens e legendas nesse percurso: em 2014, a foto (pierçings, expressão de indignação) e a manchete “‘Não entendi nada’, afirma estudante surda que prestou a prova do Enem” sinalizam resistência; em 2017, a imagem da universitária sentada, cabelos alinhados, com a legenda “Jovem se superou e hoje cursa faculdade de administração em Santos, SP”, dociliza o corpo e o associa à adaptação normativa. O contraste denúncia (2014) *versus* conquista (2017) funciona como convite ao leitor (“veja como está a menina que não entendeu nada”), evidenciando efeitos disciplinadores do poder e a narrativa de superação individual, que desresponsabiliza instituições e naturaliza a adaptação como via única de inclusão.

Na análise dos comentários de 2014, predominam o corpo-problema/deficiente e a sexualização (apreciações sobre a beleza de Natália), evidenciando o atravessamento de gênero: se fosse um homem surdo, dificilmente a aparência seria central. Soma-se a lógica meritocrática, que transfere à pessoa surda o “fracasso” da inclusão, homogeneíza sujeitos e reafirma uma visão clínica de corpo limitado, a ser superado individualmente. Em 2017, textualidade e imagens passam a enunciar o sujeito normalizado, um corpo docilizado inscrito na lógica da “superação”, consolidando a passagem da figura da “surda-problema” para a do exemplo de adaptação (Mendes, 2022).

Se Mendes (2022) expõe os efeitos disciplinares da narrativa midiática sobre uma jovem surda, o trabalho de Guerretta (2023) desloca o olhar para a (in)visibilidade histórica e contemporânea das mulheres surdas, articulando gênero e raça em perspectiva crítica. A autora, mulher surda, docente e pesquisadora, examina essa temática à luz do debate racial (ou, como

nomeia, da diversidade biológica humana), contemplando mulheres asiáticas/amarelas, brancas, indígenas e negras/pretas. Na primeira parte, apresenta um levantamento histórico de figuras femininas surdas (brasileiras, estadunidenses, japonesas e francesas) que, em diferentes períodos, tiveram contribuições expressivas em linguística, educação, literatura, entre outras, com o objetivo de dar visibilidade e evidenciar representatividade ao longo da história.

Na segunda parte, a autora entrevista sete mulheres surdas sinalizantes, cada qual pertencente a uma raça distinta, todas com atuação reconhecida na defesa da comunidade surda, da língua de sinais e de uma identidade cultural marcada por experiências visuais. As entrevistas exploram vivências familiares, trajetórias em espaços associativos e engajamento político; a seleção considerou: (i) identificar-se como mulher; (ii) ser surda; (iii) histórico de atuação em defesa da comunidade surda; e (iv) reconhecimento ou destaque em ao menos um eixo de representação. Entre as participantes, destacam-se: Patrícia Luiza Ferreira Rezende-Curione, Priscilla Leonnor Alencar Ferreira, Lúcia Severo, Ronise Oliveira, Gladis Perlin e Shirley Vilhalva (Guerretta, 2023).

A análise organiza-se em sete eixos: descoberta da surdez; trajetórias na vida e na academia; identidades na contemporaneidade; empoderamento; Congresso de Mulheres Surdas; feminismo; e participação política. As considerações finais ressaltam a escassez de registros históricos, recuperando documentos e fotografias raros que denunciam exclusões atravessadas por gênero e raça, como a segregação escolar de meninas surdas negras nos EUA e a carta de *Blache Williams* à *Gallaudet University*.

Ao reunir narrativas e experiências, o estudo destaca redes de pertencimento (“povoado surdo”) fortalecidas pela defesa da Libras e pela militância em espaços públicos. As trajetórias evidenciam conquistas desde os anos 1980, intensificadas com a Lei de Libras e a criação do curso de Letras-Libras (2006), sublinhando que as mulheres surdas não são invisíveis cujos seus nomes e histórias compõem a resistência surda e a construção de novos lugares de enunciação.

Enquanto Guerretta (2023) enfatiza trajetórias e narrativas de mulheres surdas em chave histórica e racial, o artigo de Patrocínio (2020) volta-se para a escrita de si como dispositivo de autorrepresentação. Intitulado “*Eu sou surda, tenho a minha voz*”, o estudo analisa criticamente textos autobiográficos de mulheres surdas, destacando a diferença como potência criativa e política.

No levantamento bibliográfico, o autor identifica sete narrativas autobiográficas publicadas em português: *Surdez – silêncio em voo de borboleta* (Patrícia Rodrigues Witt); *Ser surda: história de uma vida para muitas vidas* (Sílvia Andreis-Witkoski; Rosani Suzin Santos);

Despertar do silêncio (Shirley Vilhalva); *Crônicas da surdez* e *Novas crônicas da surdez – epifanias do implante coclear* (Paula Pfeifer); *Bela do silêncio* (Brenda Costa); e *Mãos fazendo história* (organizado por Sabine Antonialli Arena Vergamini). Situados na fronteira entre literatura e experiência, esses textos mostram como a escrita de si opera como lugar de autoria, visibilidade e resistência.

A análise evidencia que tais produções tensionam as fronteiras entre literatura e experiência, afirmando a diferença como potência criativa e política, desafiando a homogeneização e abrindo espaço para novas formas de reconhecimento e visibilidade.

Enquanto Patrocínio (2020) ressalta, em chave autobiográfica, como a escrita de si funciona como espaço de autoria e resistência, o estudo de Costa, Oliveira e Klein (2021) amplia o olhar para o coletivo. As autoras investigam representações sociais elaboradas por mulheres surdas mirienses, destacando como elas produzem sentidos de identidade e feminismo a partir de suas próprias experiências. Trata-se de pesquisa qualitativa ancorada na Teoria das Representações Sociais, em diálogo com os Estudos Feministas e Estudos Surdos, que descreve como as participantes elaboram e partilham simbologias de identidade, transitando entre a invisibilidade imposta pelo preconceito e a metamorfose identitária associada ao empoderamento e à valorização da diferença. Nas conclusões, emergem duas figuras: identidade pressuposta (invisibilidade, exclusão, narrativas de preconceito) e identidade metamorfose (reconhecimento, novos lugares de fala e protagonismo). O feminismo, apropriado a partir de suas experiências, opera como chave de pertencimento e agência.

Enquanto Costa, Oliveira e Klein (2021) evidenciam identidades em metamorfose e o feminismo como chave de pertencimento, o artigo de Baalbaki e Silveira (2024) desloca o foco para as violências que atravessam as mulheres surdas. A partir da Análise de Discurso materialista, as autoras demonstram como a vulnerabilidade linguística, somada ao gênero, intensifica o risco e o silenciamento em situações de agressão. A análise do documentário *Seremos Ouvidas* (2022) ilumina como o abandono linguístico opera como dispositivo de exclusão, ao mesmo tempo em que mobiliza afectos e resistências na materialidade fílmica e nas narrativas das entrevistadas. O artigo também destaca o papel de iniciativas de tradução, redes de proteção e difusão de saberes em Libras como formas de deslocar a invisibilidade histórica das mulheres surdas, reafirmando a urgência de políticas linguísticas e sociais que assegurem modos de ser e estar no mundo menos marcados pela interdição e pelo apagamento.

Importa ressaltar que esse estudo contribui diretamente para esta pesquisa ao trazer para o debate o documentário *Seremos Ouvidas* (2020). A incorporação dessa obra amplia o corpus

cinematográfico da tese, ao colocar em evidência as vozes e corporalidades de mulheres surdas que narram experiências de violência e resistência. Desse modo, além de problematizar a vulnerabilidade linguística e o abandono institucional, o artigo oferece uma nova chave de leitura filmica que se articula com a cartografia proposta, reforçando a presença das mulheres surdas no cinema contemporâneo e tensionando os modos como suas existências são narradas.

Já Giovana Oliveira (2024), docente surda, abre outra dobra neste percurso ao afirmar o feminismo surdo como campo próprio de produção de conhecimento e de ativismo político. Com base em pesquisa qualitativa que incluiu levantamento bibliográfico e mapeamento de mulheres surdas feministas ativas nas redes sociais, a autora analisa especialmente as publicações de Gabriela Grigolom (“Negabi”), destacando a intersecção entre surdez, gênero e raça em sua trajetória. As postagens de Negabi expõem os múltiplos sistemas de opressão que atravessam a vida de mulheres negras surdas, evidenciando o impacto do ouvintismo, do racismo estrutural e do machismo na sua condição de minoria linguística. Ao mesmo tempo, apontam as redes sociais e os conteúdos em Libras como espaços de resistência, de metamorfose subjetiva e de empoderamento coletivo, nos quais circulam informações sobre direitos, estratégias de enfrentamento da violência e práticas educativas. Como enfatiza a autora:

A defesa por um feminismo surdo está relacionada com as mobilizações que o feminismo ouvinte vem realizando, mas que não tem contemplado a nós, mulheres surdas, quando em suas reuniões e produções acadêmicas não abrem espaço para a discussão do feminismo surdo e não nos garantem nossos direitos linguísticos com a falta de tradução para Libras dos textos, para as palestras e demais informações como as chamadas e os editais. A provocação da pesquisadora e feminista negra bell hooks presente no livro *Olhares negros: raça e representação* ‘devemos chamar todas as mulheres de irmã?’ (hooks, 2019, p.156) me faz refletir sobre a importância de realizarmos alianças que permitam que as pautas de mulheres surdas façam parte dos movimentos feministas globais, principalmente nos inspirando na luta e resistência das mulheres negras (Oliveira, 2024, n.p., grifos do original)

A dissertação conclui que o feminismo surdo, ao se articular com os estudos feministas e com a educação de pessoas surdas, amplia os horizontes da luta política e epistêmica dessas mulheres, tensionando os apagamentos históricos e instaurando novas formas de visibilidade.

Essa trajetória, que vai das produções fundacionais às pesquisas mais recentes, evidencia a consolidação de um campo em transformação. As mulheres surdas emergem não apenas como objeto de estudo, mas como sujeitas políticas, epistêmicas e estéticas. O deslocamento de uma abordagem centrada na deficiência para perspectivas que articulam afectos, interseccionalidade, feminismo surdo e vulnerabilidade linguística ilumina condições históricas de exclusão, ao mesmo tempo em que instaura novos modos de ser e estar no mundo, em sintonia com a cartografia aqui proposta.

Os textos apresentados como nucleares receberam aqui um tratamento mais detalhado, pois oferecem as bases conceituais, políticas e metodológicas que orientam a leitura cartográfica desta tese. Eles compõem um panorama que guia a análise e sustenta os movimentos de problematização do corpus. Já os textos complementares, ainda que relevantes, serão discutidos de forma mais breve no próximo tópico, na medida em que suas contribuições dialogam com a temática, mas não assumem o mesmo peso estruturante dentro da cartografia em construção.

Na sequência desta apresentação, inauguramos agora um olhar sobre os textos classificados como complementares. Organizados em quatro grandes eixos que dialogam diretamente com as problemáticas centrais da tese, esses estudos ampliam o campo de debate ao tratar de temas como saúde, corpo e sexualidade (Fraga de Paula et al., 2017; Costa et al., 2018; Maffei e Meneses, 2020; Reis et al., 2021; Silva et al., 2021; Ferreira et al., 2023; Gomes et al., 2023; Melo et al., 2023; Gomes et al., 2024; Lalier et al., 2024; Freitas et al., 2025), educação e empoderamento (Pedrosa, 2019; Guedes, Silva e Dias, 2019; Lima, 2023), interseccionalidades e violências (Ferreira et al., 2022; Aragão et al., 2023; Francisco e Boldt, 2024) e literatura, arte e discursividades (Ramalho e Peixoto, 2024; Aleixo e Andrade, 2024; Albres, 2024).

Embora não componham o corpus de análise, núcleo central, essas produções evidenciam vulnerabilidades, tensionam fronteiras discursivas e trazem à cena dimensões ainda pouco exploradas da experiência das mulheres surdas, seja no campo do cuidado, da educação, da militância ou da criação estética.

Grande parte dos estudos complementares concentra-se no campo da saúde, abordando desde o acesso à informação até experiências concretas no cuidado gestacional e reprodutivo. Fraga de Paula et al. (2017) destacam o papel das TICs no acesso das mulheres surdas a informações sobre saúde; Costa et al. (2018) e Reis et al. (2021) focalizam a comunicação com profissionais durante gestação e parto; Maffei e Meneses (2020) revisam a atenção da psicologia às gestantes surdas; e Silva et al. (2021) tratam da educação sexual em perspectiva de enfermagem. Já Ferreira et al. (2023), Gomes et al. (2023), Melo et al. (2023), Gomes et al. (2024), Lalier et al. (2024) e Freitas et al. (2025) reforçam o quanto a ausência de intérpretes e a falta de preparo institucional ampliam riscos e comprometem a autonomia das mulheres em momentos decisivos do cuidado. No conjunto, esses trabalhos reiteram a vulnerabilidade linguística e de gênero como barreiras persistentes, mas também evidenciam iniciativas, como

a produção de materiais em Libras e o uso de recursos digitais, que são capazes de potencializar a disseminação de informações e promover maior dignidade no atendimento.

A educação aparece como espaço de disputa em textos como o de Pedrosa (2019), que analisa discursos de identidade interseccional; Guedes, Silva e Dias (2019), que exploram relações entre letramento, bilinguismo e empoderamento; e Lima (2023), que discute os atravessamentos do audismo e do gênero no ensino superior. Embora o façam por caminhos distintos, todos apontam como as mulheres surdas enfrentam barreiras de acesso, reconhecimento e legitimidade, ao mesmo tempo em que produzem formas próprias de afirmação e resistência. A educação, assim, é recolocada como campo central de lutas por visibilidade e transformação.

As experiências de violência emergem em produções que mostram como gênero, raça, classe e ouvintismo se entrelaçam. Ferreira et al. (2022) recuperam narrativas de mulheres surdas negras sobre suas (re)existências, denunciando opressões múltiplas; Aragão et al. (2023) apresentam o caso de uma vítima surda-muda e analfabeta, expondo a precariedade das garantias jurídicas; e Francisco e Boldt (2024) discutem políticas de prevenção à violência doméstica voltadas a mulheres surdas. Esses estudos não apenas denunciam a sobreposição de vulnerabilidades, mas também apontam a urgência de ações institucionais que reconheçam a pluralidade das mulheres surdas e combatam seu silenciamento histórico diante da violência.

Por fim, alguns trabalhos situam-se no campo cultural e discursivo, como as análises de Ramalho e Peixoto (2024) sobre a poesia de mulheres surdas nordestinas, de Aleixo e Andrade (2024) sobre a tradução da Lei Maria da Penha para Libras e de Albres (2024) sobre performances literário-poéticas relacionadas à violência. Esses estudos ressaltam a potência da criação estética e da circulação discursiva como formas de reinscrição das mulheres surdas em espaços simbólicos e políticos. Ao colocar em foco literatura e arte, iluminam dimensões subjetivas e expressivas que complementam a abordagem sociopolítica presente nos textos nucleares.

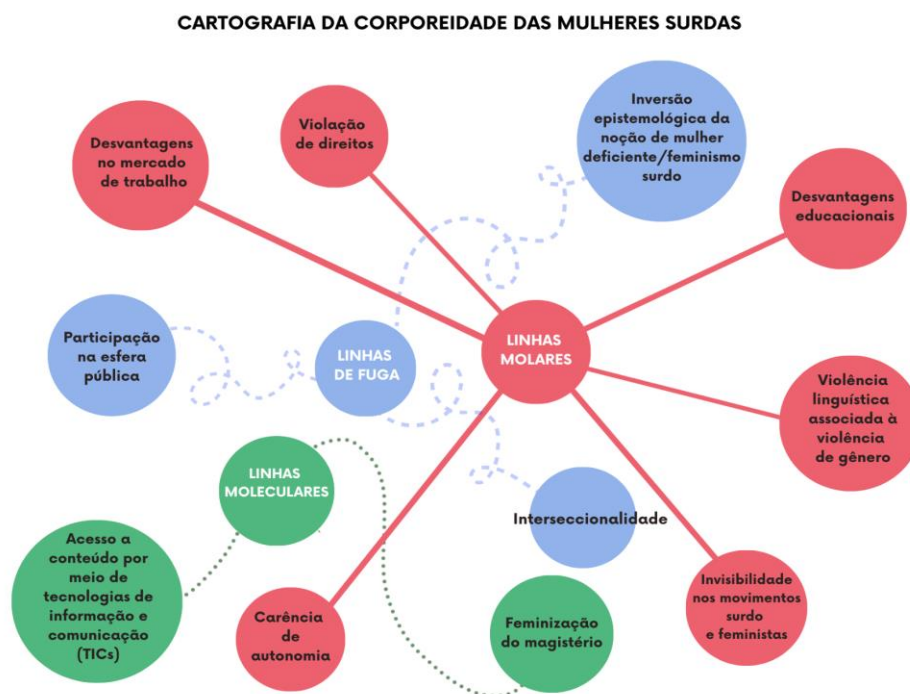
Em síntese, os textos apresentados oferecem indícios e perspectivas que reforçam e tensionam os achados provenientes das discursividades do cinema contemporâneo e, ao iluminar dimensões do cotidiano ligadas à saúde, à educação, às violências e às expressões culturais, contribuem para compor uma paisagem mais diversa e complexa das experiências das mulheres surdas. Nessa cartografia, funcionam como linhas que se entrecruzam com as do audiovisual, sustentando o exercício de visibilizar corpos e vozes historicamente silenciados e preparando o terreno para as análises subsequentes.

4.2 Cartografia da produção acadêmica brasileira

Ao sintetizar as pistas encontradas acerca da corporeidade de mulheres surdas, arrisco-me a construir um mapa que é aberto, inacabado, reversível, conectável e suscetível. Este mapa se traduz em uma imagem composta por linhas molares, moleculares e de fuga, que emergiram a partir dos encontros com os trabalhos analisados como nucleares, em diálogo com os estudos complementares que, embora não centrais, ampliam a paisagem e tensionam os sentidos instituídos.

A imagem permite visualizar as linhas de forças que compõem o território da corporeidade de mulheres surdas e suas formas de vida: seis linhas molares, duas moleculares e três linhas de fuga.

Figura 8 – Cartografia da Corporeidade das Mulheres Surdas



Fonte: Produção da autora.

Para iniciar a explanação, conforme mencionado anteriormente, no capítulo 2, as linhas molares referem-se a aspectos de segmentação dura, estratificação e territorialização. Em outras palavras, são linhas que procuram regular os afectos caóticos, mantendo o estado atual dentro de um território, aquilo que se encontra instituído (Deleuze; Guattari, 2012; Oliveira; Paraíso,

2012; Cavalcante, 2020). No contexto deste estudo, essas linhas são nomeadas da seguinte forma:

- 1) Desvantagens educacionais;
- 2) Desvantagens no mercado de trabalho;
- 3) Violência linguística associada à violência de gênero;
- 4) Carência de autonomia;
- 5) Violação de direitos;
- 6) Invisibilidade nos movimentos surdo e feministas.

No século XIX, as meninas surdas sofreram prejuízos significativos em relação aos meninos surdos e às meninas ouvintes, em razão de currículos empobrecidos, ausência de profissionais capacitadas e exclusão a partir da puberdade, sob a justificativa de preservar sua integridade física em alojamentos mistos. Embora a educação feminina tenha avançado no período, o INES interrompeu o atendimento em 1873 e só o retomou no século XX. Como destacam Sofiato e Menezes (2021), a exclusão dessas meninas foi sistemática, sustentada por discursos de moralidade e disciplina dos corpos, e, nas décadas de 1920 e 1930, assumiu novas formas ligadas ao higienismo e à eugenia, conforme aponta Rossi (2021).

Na contemporaneidade, embora persistam lacunas estatísticas que invisibilizam os dados educacionais específicos sobre mulheres surdas, uma vez que se encontram geralmente agrupados com pessoas com deficiência em geral, as pesquisas revelam a continuidade da desigualdade. Homens surdos compõem a maioria dos estudantes em quase todas as etapas da educação básica e no Atendimento Educacional Especializado, sendo superados pelas mulheres apenas na Educação de Jovens e Adultos, o que evidencia o atraso no acesso escolar (Vedoato, 2015). Mais recentemente, estudos mostram que as barreiras não se restringem ao acesso, mas também se configuram como violências discursivas que atravessam a experiência educacional. O relato de uma estudante surda em universidade pública indica que a intersecção entre audismo e gênero produz opressões que modulam sua subjetividade, projetando a audição como parâmetro de sucesso e comportamento desejável; nesse contexto, a afirmação “o que eu mais uso é a Libras” emerge como gesto de resistência e reinscrição surda frente a esse aparato coercitivo (Lima, 2023).

No que diz respeito à linha molar desigualdades no mercado de trabalho, pode-se inferir que está articulada à anterior, já que a falta de acesso à educação de qualidade repercute em dificuldades de inserção profissional e em maior vulnerabilidade econômica e social. Ademais, incide sobre essa realidade a dimensão de gênero, na qual as mulheres surdas assumem, em

grande parte, responsabilidades com os filhos, a família e as tarefas domésticas, o que limita tempo e oportunidades de formação e trabalho.

Os relatos reunidos por Borba (2021) mostram que, além das barreiras comunicacionais, as exigências físicas favorecem a contratação de homens, ao passo que, sobre as mulheres, recaia sobrecarga do cuidado não remunerado. Dessa forma, sua inserção laboral ocorre em condições mais restritas, reforçando a disparidade em relação aos homens surdos.

A linha dessa segmentaridade rígida que se fez presente na maioria dos estudos analisados foi a violência linguística associada à violência de gênero. Pesquisas indicam que a ausência de uma comunicação efetiva em língua de sinais, em diversos contextos sociais, acarreta prejuízos significativos nas áreas da saúde, educação e segurança pública. Isso torna os corpos das mulheres surdas ainda mais suscetíveis a diferentes formas de violência de gênero, como violência doméstica (física, sexual, psicológica, patrimonial), abuso sexual, esterilização não consentida, casos de interdição, perda da guarda dos filhos, trabalho análogo à escravidão, entre outras.

Vale recordar que o Brasil permanece em quinto lugar no ranking de feminicídio (Baalbaki; Silveira, 2024) e que, embora a Lei Maria da Penha represente um marco na legislação brasileira em relação à violência doméstica, a maioria das mulheres surdas a desconhece e, mesmo quando tem acesso a ela, enfrentam dificuldades para efetuar uma denúncia formal, devido às barreiras linguísticas e à ausência de atendimento em Libras em delegacias e outros postos do setor público.

Além disso, a falta de garantia da aprendizagem, do uso e da disseminação da língua de sinais, especialmente em regiões mais distantes dos grandes centros urbanos, faz com que muitas mulheres surdas sofram violações de direitos fundamentais, como o acesso a informações sobre contraceptivos, acompanhamento gravídico adequado, parto digno, assistência pós-parto e compreensão da importância da amamentação. Tais situações são evidenciadas em diversos estudos: desde a dependência de terceiros nas consultas de pré-natal (Rodrigues et al., 2022; Freitas et al., 2025) até a invisibilidade no cuidado obstétrico (Costa et al., 2018; Reis et al., 2021; Gomes et al., 2024). Essas experiências reiteram que a ausência de comunicação em Libras potencializa a exposição a violências obstétricas, à perda de autonomia decisória e ao silenciamento dos corpos femininos surdos.

De modo semelhante, a carência de autonomia aparece em estudos como os de Gediel (2017) e Fraga de Paula et al. (2017), que apontam que as TICs, embora possibilitem algum acesso a informações sobre saúde e sexualidade, não substituem o atendimento direto em

Libras, mantendo restrições quanto à tomada de decisão sobre corpo, saúde e reprodução. A violação de direitos atravessa tanto a saúde quanto a educação, abrangendo desde o desconhecimento sobre contracepção e amamentação (Rodrigues et al., 2022; Shubert, 2022) até a ausência de materiais e intérpretes no ensino superior (Silva, 2020). Essa realidade demonstra o quanto as barreiras linguísticas limitam o acesso a direitos essenciais, exacerbando desigualdades de gênero e resultando na carência de autonomia decisória. Frequentemente, mulheres surdas são impedidas de tomar decisões sobre sua saúde, sexualidade e reprodução, seja pelo desconhecimento de seus direitos como mulheres e cidadãs, pela ausência de atendimento em língua de sinais em espaços públicos ou pela superproteção familiar que restringe o acesso a temas considerados tabus, como a sexualidade. Todas essas questões impactam diretamente seus corpos, restringindo liberdade, privacidade e autonomia e prejudicando, assim, o protagonismo sobre suas próprias existências.

A sexta linha molar aborda a invisibilidade/apagamento dos corpos das mulheres surdas nos movimentos surdo e feminista (Brito et al., 2021; Oliveira, 2024), aspecto relevante discutido em diversos estudos que evidenciam as armadilhas da concepção de identidade essencializada e a necessidade de reconhecer as diferenças dentro dos grupos minoritários. Por exemplo, embora se afirme uma identidade surda³⁷, frequentemente não se consideram as distintas formas de existência e experiência no mundo. Assim, dentro das comunidades surdas, as diferenças acabam sendo invisibilizadas, e ser mulher representa uma diferença significativa nesse contexto. O mesmo ocorre em relação à identidade de gênero, ao fixar a categoria “mulher” como algo estático, também se apagam as experiências de mulheres surdas, negras, ciganas, entre outras.

Adentrando as linhas moleculares, é importante ressaltar que se caracterizam pela porosidade e natureza mais flexível, permitindo algumas mudanças, ainda que em proporções menores. Sua desterritorialização, portanto, é relativa, enquanto a linha de fuga é absoluta (Deleuze; Guattari, 2012; Barreto, Carrieri e Romagnoli, 2020; Cavalacante, 2020). No contexto desta investigação, essas linhas são denominadas da seguinte forma: 1) Feminização do magistério e 2) Acesso a conteúdo por meio de tecnologias de informação e comunicação (TICs).

³⁷ Nos Estudos Surdos, autores como Skliar (2010) e Perlin (2005) problematizam a noção de “identidade surda”, destacando seu caráter múltiplo, histórico e em constante negociação, em contraposição a concepções essencializadas ou fixas.

Os estudos revelam que o fenômeno da feminização do magistério, presente na sociedade majoritária, também se replica na comunidade surda, em que as mulheres ocupam a maioria das vagas nos cursos de Pedagogia Bilíngue e Licenciatura em Letras-Libras. Além disso, elas são pioneiras nos cursos de pós-graduação, atuando tanto como discentes quanto como docentes. Vale ressaltar que a primeira pessoa surda a obter o título de doutorado no Brasil foi uma mulher, Gládis Perlin³⁸. Se, por um lado, esse fato possibilita a ascensão intelectual, econômica e social de parte desse grupo, por outro, observa-se uma limitação na atuação profissional das mulheres surdas com formação superior, restritas principalmente ao papel de professoras de Libras e/ou de turmas compostas por pessoas surdas. Isso perpetua, no imaginário social, a ideia de que elas não podem ocupar outros cargos profissionais, como engenheiras, médicas, cientistas ou advogadas. Tal dinâmica pode ser compreendida a partir do funcionamento dos regimes de visibilidade, que estabelecem quais corpos e funções são reconhecidos socialmente como possíveis ou legítimos, reforçando, nesse caso, a naturalização da docência como único espaço ocupável por mulheres surdas.

A facilitação do acesso a conteúdos por meio das tecnologias de informação e comunicação (TICs) também é tema recorrente em diversas publicações analisadas. Observa-se que o uso dessas tecnologias tem contribuído significativamente para a maior circulação de informações em língua de sinais dentro da comunidade surda. Isso beneficia, sobretudo, as mulheres surdas ao facilitar a obtenção de informações fundamentais sobre saúde, sexualidade, reprodução, maternidade, educação, segurança, entre outros. Contudo, é importante ressaltar que as TICs são complementares e não substituem o atendimento humano em Libras, indispensável para garantir o pleno acesso aos direitos das mulheres surdas, como já alertam Gediél (2017) e Fraga de Paula et al. (2017). Além disso, nas redes sociais já circulam conceitos como lugar de fala, decolonialidade e interseccionalidade, popularizando termos como feminismo surdo em proporção consideravelmente maior que no âmbito acadêmico, no qual ainda são escassas as investigações sobre a temática (Oliveira, 2024). Esse contraste pode ser compreendido a partir do funcionamento dos regimes de visibilidade, que operam de modo desigual nos diferentes espaços, enquanto as redes sociais ampliam a difusão e a circulação de novos conceitos e narrativas, o campo acadêmico restringe sua exposição, reproduzindo silenciamentos e retardando o reconhecimento dessas perspectivas.

³⁸ Gládis Perlin defendeu em 2003 a tese *Identidades surdas*, na Universidade Federal de Santa Catarina, tornando-se a primeira pessoa surda a obter o título de doutorado no Brasil (Perlin, 2003). Posteriormente, o trabalho foi publicado em formato de livro (Perlin, 2005).

As linhas moleculares contrapõem-se à força das linhas molares, provocando rachaduras no instituído e possibilitando uma desterritorialização, ainda que parcial. Esse movimento abre espaço para novos agenciamentos e modos de existência no mundo. É o que ocorre quando as mulheres surdas acessam o ensino superior ou ampliam seus conhecimentos sobre saúde e sexualidade por meio das TICs. Embora esse acesso seja mais limitado em comparação ao de mulheres ouvintes, representa uma ruptura com o regime de verdade que historicamente estigmatizou esses corpos como doentes e incapazes, ao mesmo tempo em que tensiona os regimes de visibilidade que, por muito tempo, relegaram as mulheres surdas à invisibilidade social e acadêmica.

As linhas de fuga correspondem aos movimentos de desterritorialização e ruptura (Deleuze; Guattari, 1996; 2012), sendo que, no estudo, foram nomeadas três dessas linhas: a interseccionalidade; a participação na esfera pública e a inversão epistemológica da noção de mulher deficiente/feminismo surdo.

A noção de interseccionalidade, discutida anteriormente neste capítulo, desafia as concepções de identidades estáveis ao enfatizar as diferenças existentes no bojo dos grupos sociais, promovendo visibilidade, por exemplo, para a discussão sobre a corporeidade das mulheres surdas. Esse debate tem adquirido maior centralidade em publicações que abordam grupos minoritários, desconstruindo discursos cristalizados e fomentando novos conhecimentos. Em termos deleuze-guattarianos, pode-se afirmar que a interseccionalidade promove novos agenciamentos que culminam em processos de desterritorialização e reterritorialização. Esse marcador aparece como chave central em Denari e Colombo (2021), Brito *et al.* (2021), Ferreira *et al.* (2022), Guerretta (2023), Oliveira (2024), dentre outros, que mostram como gênero, raça, classe e surdez se cruzam, revelando camadas adicionais de vulnerabilidade e resistência. Nesse sentido, a interseccionalidade não apenas desestabiliza identidades homogêneas, mas também cria novas possibilidades de articulação política.

Paralelamente, observa-se uma crescente organização e participação das mulheres surdas na esfera pública, expondo suas demandas em simpósios, encontros, debates, congressos e associações. Essas iniciativas repercutem na produção de documentos, publicações científicas e na ocupação de cargos em diferentes esferas do poder público, ampliando a incidência política das mulheres surdas nos processos de tomada de decisão. A participação na esfera pública é registrada em trabalhos como os de Vilhalva (2005), Perlin e Vilhalva (2016) e Guerretta (2023), que documentam mobilizações pioneiras de mulheres surdas, e também no de Oliveira (2024), que evidencia o feminismo surdo como campo epistêmico e político. Tais iniciativas

revelam mulheres surdas criando e ocupando espaços de militância, redes sociais, associações e políticas públicas, instaurando novas formas de visibilidade e afirmando seus corpos como sujeitos coletivos. Além de reivindicarem o reconhecimento da Libras e seus direitos linguísticos, essas mulheres tensionam as fronteiras entre os movimentos surdos e feministas, inscrevendo suas experiências em agendas mais amplas de direitos humanos, de inclusão e de justiça social.

Por fim, a inversão epistemológica da noção de mulher deficiente desloca o olhar da deficiência para a diferença, como apontam Andrade (2022) e Baalbaki e Silveira (2024). Ao problematizar a vulnerabilidade linguística e a condição de gênero como efeitos de políticas institucionais excludentes, esses trabalhos rompem com a visão biomédica e instauram novas formas de enunciação, nas quais as mulheres surdas não são concebidas como carência, mas como potência. Nesse contexto, ganha relevo a reivindicação pela inversão epistemológica, que encontra no feminismo surdo uma de suas expressões mais consistentes. Esse movimento tensiona simultaneamente as agendas surda e feminista ao denunciar os silenciamentos produzidos em ambas, propõe uma epistemologia própria, forjada a partir das experiências das mulheres surdas, e reivindica novos lugares de enunciação e reconhecimento social.

Ao articular experiências de opressão e resistência, o feminismo surdo pode ser compreendido pela noção de matriz de experiência (Foucault, 2010), já apresentada na introdução deste trabalho, em que saber, poder e ética se entrelaçam na constituição de novos modos de subjetivação. No eixo do saber, produz outras formas de conhecimento sobre o corpo surdo feminino, rompendo com paradigmas médicos e educacionais. No eixo do poder, cria espaços de resistência frente ao regime normativo-patológico, reposicionando as mulheres surdas como sujeitas políticas. No eixo da ética, afirma práticas de si e modos de existência que ampliam a autonomia e o reconhecimento de suas diferenças.

Assim, o feminismo surdo opera como linha de fuga ao abrir fissuras nos regimes de verdade que estigmatizam os corpos surdos como deficientes e nos regimes de visibilidade que os relegam à invisibilidade. Nesse contexto, possibilita processos de desterritorialização e reterritorialização, instaurando novos territórios discursivos nos quais a experiência surda feminina é afirmada em sua heterogeneidade.

Portanto, ao articular estudos acadêmicos, esta cartografia evidencia um campo em constante movimento, no qual as mulheres surdas emergem como sujeitas políticas, epistêmicas e estéticas. Transitando das linhas molares às linhas de fuga, observa-se o deslocamento de uma abordagem centrada na deficiência para perspectivas que articulam afectos, interseccionalidade,

feminismo surdo e vulnerabilidade linguística. Os trabalhos analisados iluminam condições históricas de exclusão, mas também instauram novos modos de ser e estar no mundo, nos quais a diferença deixa de ser interpretada como carência para afirmar-se como potência. Em diálogo com o corpus cinematográfico, tais achados oferecem pistas para tensionar narrativas hegemônicas e abrir espaço a corporalidades múltiplas e insurgentes, que escapam às normas estabelecidas e produzem novas formas de visibilidade e de verdade.

Esse deslocamento do campo acadêmico ao campo cinematográfico não se dá por oposição, mas por contágio, ambos compartilham regimes de saber e visibilidade que, ao mesmo tempo que produzem, também interrogam a surdez e o feminino. O cinema, nesse sentido, prolonga e reconfigura os movimentos detectados na produção científica, fazendo vibrar as mesmas tensões entre norma e invenção que atravessam o pensamento contemporâneo.

Dos discursos acadêmicos às imagens cinematográficas, o movimento da pesquisa acompanha os modos como a corporeidade surda feminina se torna visível e dizível em diferentes regimes de saber e territórios rizomáticos. A partir deste ponto, a cartografia se desloca para o campo cinematográfico, onde o cinema é compreendido como dispositivo de visibilidade e agenciamento de subjetividades, campo em que se tornam perceptíveis as forças de captura e as potências de invenção que atravessam a constituição das corporeidades surdas femininas.

ESQUETE 5

ENTRE CAPTURAS E INVENÇÕES: CARTOGRAFIAS DA CORPOREIDADE SURDA FEMININA NO CINEMA CONTEMPORÂNEO

A partir de De Lauretis (1994), compreendo o cinema como tecnologia de gênero capaz de produzir posições de sujeito, fabricar regimes de visibilidade e modular formas de reconhecimento. Em diálogo com Butler (2018, 2019), tais posições não são dadas, mas se atualizam por meio de repetições normativas que constituem o corpo e definem os limites do que pode ser vivido, sentido e enunciado.

Deleuze (1992), por sua vez, compreende o cinema como um intercessor do pensamento. Portanto, é no encontro entre diferentes perspectivas que cartografo a produção das corporalidades surdas femininas no cinema entre capturas e invenções: simultaneamente como efeitos das tecnologias que regulam gênero e surdez e como potências de criação capazes de desestabilizar a matriz de inteligibilidade (Butler, 2018) patriarcal e audista.

As capturas no corpus fílmico operam como linhas molares, que, segundo Deleuze e Guattari (1996, 2011), consistem em segmentações duras que organizam sujeitos, normalizam corpos e atualizam regimes de verdade. As invenções, por sua vez, se configuram como linhas moleculares e de fuga, que atravessam essas segmentações e instauram variações, desvios e gestos de resistência.

É nesse campo de forças, entre normas e desvios, disciplinamentos e afectos, que organizo os três eixos desta cartografia: 1) patologização e gênero; 2) desejo como campo de disputa na produção da corporeidade surda feminina; 3) corpos surdos femininos em zonas-limite da violência de gênero

É importante ressaltar que os afectos incidiram sobre a cartógrafa ao longo desse percurso e não operam como um eixo isolado, mas como uma camada transversal que atravessa e compõe a totalidade das cenas e o olhar inventivo da pesquisadora, na produção dos modos de inscrição do corpo surdo feminino no cinema contemporâneo.

Dessa forma, a noção de cena, inspirada em Luz (2013), assume centralidade na pesquisa por permitir a criação de zonas de visibilidade e de experiências sensíveis, mapeando como os discursos cinematográficos se entrelaçam aos processos de subjetivação e às tecnologias que produzem o corpo surdo feminino.

A passagem do recorte empírico à construção da cena expressa um movimento característico da pesquisa cartográfica. Isso porque mais do que descrever fragmentos filmicos, compõem-se planos de leitura nos quais a análise se constrói por meio de encontros, intensidades e deslocamentos. Nesse sentido, a cena atua como ferramenta metodológica e analítica (Luz, 2013), operando nos modos pelos quais o pensamento se faz no contato entre imagens, conceitos e afectos.

Nesse campo de forças, a patologização do corpo surdo feminino se apresenta como uma das linhas molares mais persistentes no cinema contemporâneo. Ao articular discursos biomédicos, normativos e de gênero, essas narrativas produzem regimes de verdade que organizam a experiência surda feminina, delimitando formas legítimas de existência, cuidado e reconhecimento. É a partir dessa engrenagem que se organiza o primeiro eixo analítico desta cartografia.

5.1 Eixo 1 - Patologização e gênero na experiência surda feminina

As aparições de mulheres surdas no cinema ficcional de longa-metragem constituem modos distintos de inscrever esses corpos nas narrativas, frequentemente marcados por expectativas de gênero, posições sociais e regimes de visibilidade³⁹ específicos. As quatro entradas a seguir situam, de forma inicial, alguns desses modos, compondo um campo no qual a surdez feminina atua ora como força de inquietação, ora como cuidado, vulnerabilidade ou risco.

³⁹ O termo regimes de visibilidade, já apresentado na Introdução, é mobilizado novamente aqui em articulação analítica com Michel Foucault (2008a, 2014), a partir de suas análises sobre o olhar e as formações discursivas; com Gilles Deleuze (2005); e com Teresa de Lauretis (1994), cuja formulação de tecnologias de gênero evidencia como o cinema produz posições de sujeito por meio de imagens que regulam formas de aparecer e de reconhecer o feminino.

Cena 1 – Aparições: quatro entradas situadas para o corpo surdo feminino nas ficções de longa-metragem

Em *Filhos do Silêncio* (1986), a personagem Sarah, é construída como uma jovem mulher surda, marcada por uma beleza juvenil e uma postura rebelde. Sua presença em cena articula intensidade, inquietação e certa resistência às tentativas de enquadramento. Ex-aluna da escola para surdos onde agora trabalha como faxineira, Sarah, ao entrar em cena, desloca as expectativas de docilidade frequentemente atribuídas ao feminino.

Figura 9 - Sarah Norman interpretada atriz surda pela Marlee Matlin



Fonte: Print da autora a partir *Filhos do Silêncio* (1986)

No filme alemão *A Música e o Silêncio* (1996), Kai se constitui como mãe dedicada e figura coadjuvante, cuja vida se organiza em torno do espaço doméstico e das rotinas de cuidado. Sua aparição inscreve um corpo envolvido em gestos cotidianos, enquanto a narrativa centraliza a trajetória musical de Lara, sua filha ouvinte.

Figura 10 - Kai sinalizando do lado de fora da escola de Lara que estava em sala de aula



Fonte: Print da autora a partir de *A música e o Silêncio* (1996)

No drama estadunidense *Babel* (2006), a narrativa se passa em Tóquio, onde Chieko, uma adolescente surda de classe alta que vive com o pai, tem sua trajetória atravessada pela ausência da mãe, cujo suicídio atravessa silenciosamente sua história, compondo uma atmosfera marcada por desejo, dor e demandas por reconhecimento. A aparição de Chieko se inscreve em um campo de afectos intensos que tensionam sua experiência no mundo.

Figura 11 - Chieko no restaurante



Fonte: Cinematologia (2018).

O filme *A Gangue* (2014) apresenta uma narrativa marcada por violência extrema, na qual as personagens Anna e Svetka se configuram como jovens em um internato para surdos, onde seus corpos são explorados por uma rede de prostituição.

Figura 12 - Foto de Yana Novikova



Print da autora, a partir de Novikova, 2014

Dessa maneira, a Cena 1 reúne quatro entradas situadas do corpo surdo feminino no cinema contemporâneo, traçando modos recorrentes de inscrição dessas personagens nas narrativas. Vale ressaltar que as cenas compostas não pretendem apresentar ou descrever integralmente os filmes, mas abrir um campo inicial de afectos no qual certas regularidades se delineiam no modo como juventude, aparência e feminilidade são articuladas visualmente. A partir desse disparador, torna-se possível avançar para a análise das formas pelas quais esses corpos são produzidos e reconhecidos no interior das obras.

Os quatro longas-metragens ficcionais compõem a corporalidade surda feminina a partir de um regime estético que privilegia juventude, magreza e brancura, produzindo um tipo de beleza legível que inscreve as mulheres surdas de um ideal hegemônico de feminilidade bastante frequente e consolidado no cinema. Sarah, em *Filhos do Silêncio* (1986), Chieko, em *Babel* (2006), e Anna e Svetka, de *A Gangue* (2014), têm seus corpos destacados por enquadramentos que operam na construção de uma legibilidade normativa. Mesmo em *A Música e o Silêncio* (1996), onde Kai ocupa um papel maternal e secundário, sua aparição ainda segue o mesmo padrão estético (mulher jovem, magra e branca), evidenciando a recorrência dessa conformidade visual em diferentes narrativas. É importante ressaltar que esses filmes foram retratados em países distintos (Estados Unidos, Japão, Ucrânia e Alemanha) e em décadas diferentes.

Neste contexto, a erotização e o desnudamento do corpo surdo feminino se configuram como reiterados nas narrativas. Tanto em Sarah e Chieko quanto em Anna e Svetka, a linguagem visual enfatiza os atributos físicos de cada uma. No caso de Sarah há uma sequência emblemática na qual ela nada nua, à noite, na piscina da escola em que trabalha, sendo acompanhada pela câmera de forma prolongada. Por sua vez, a adolescente Chieko, embora seja a única personagem não branca entre as analisadas, tem seu corpo exposto por cenas de nudez parcial e total, além de sucessivas aparições com uniforme escolar de saia curta. De modo semelhante, Anna e Svetka são apresentadas de forma recorrente usando pouca ou nenhuma roupa, muitas vezes em trajes sensuais.

Diante disso, embora o filme *A Gangue* (2014) se desenvolva exclusivamente em língua de sinais, isto é, sem legendas e sem diálogos orais, deslocando o espectador para um regime de percepção guiado pela presença física dos corpos, pela comunicação em língua de sinais ucraniana e pelos sons ambientais do internato, tais elementos não anulam a centralidade da nudez como um dos eixos estruturantes das aparições femininas. Em outras palavras, embora a obra opere como uma ruptura paradigmática no cinema contemporâneo (Cruz, 2017), seja por

contar com um elenco inteiramente surdo, cuja língua matriz é a língua de sinais, seja por incorporar diversos elementos da cultura surda, como o sinal escolar luminoso, em vez do sonoro, a narrativa, no que diz respeito à corporeidade surda feminina, ainda mobiliza elementos como padrão em narrativas tradicionais, como corpos padronizados, nudez e erotização.

A partir dessa reflexão, compreende-se que essas composições de personagens não são apenas escolhas estéticas, mas funcionam como tecnologias de gênero (De Lauretis, 1994; Luque et al., 2024), produzindo modos específicos de olhar para mulheres surdas. Ao erotizar ou padronizar essas corporeidades em uma beleza normativa, o cinema reinscreve esses corpos em regimes de visibilidade que domesticam diferenças e estabilizam expectativas sobre o que significa ser mulher, e mulher surda, no imaginário audiovisual e social.

A fragmentação dos enquadramentos e a oscilação entre vulnerabilidade e sedução intensificam essa construção, reforçando a produção de um corpo feminino aceitável e coerente com padrões de beleza hegemônicos. Em termos deleuze-guattarianos (1996), trata-se de uma linha molar, caracterizada pela captura estética da norma de feminilidade, na qual a surdez tende a ser absorvida pela feminilidade normativa, operando menos como singularidade e mais como diferença acomodada a um modelo já legitimado. Portanto, esses elementos discursivos reiteram a inscrição dessas personagens em um regime visual que naturaliza determinados atributos como desejáveis.

Nesse sentido, trata-se do mesmo vetor de captura estética, que atua como camada da patologização, ou seja, corpos que não se ajustam plenamente à matriz audista são reinscritos pela narrativa mediante a valorização de uma beleza hegemônica, que neutraliza a diferença e reinsere essas personagens em parâmetros de feminilidade reconhecíveis. Embora brechas e resistências emergem ao longo das obras, sendo que algumas delas serão analisadas mais adiante neste eixo, a construção estética predominante reafirma um modelo de corpo surdo feminino marcado por disciplina visual, sensualidade controlada e disponibilidade afetiva, compondo uma camada consistente de normalização que atravessa diversas narrativas do corpus.

No traçado da construção estética das personagens nos discursos ficcionais, o filme *Ana* (2004) apresenta um registro distinto dos longas-metragens anteriormente discutidos. Trata-se de um curta-metragem brasileiro, de circulação mais restrita, cuja linguagem e narrativa divergem significativamente das obras de maior alcance mobilizadas na Cena 1. Contudo, sua inclusão neste eixo é fundamental, pois sua composição estética tensiona, por outra via, os

modos de captura e de exotização que incidem sobre o corpo surdo feminino fora do circuito americano-europeu.

No cenário em que a narrativa transcorre, Ana vive em uma casa simples no semiárido nordestino, ao lado da mãe e do irmão. Sua rotina se desdobra nos gestos familiares da lida diária: ordenhar cabras, estender roupas ao sol, banhar-se no rio. Movimentos repetidos que criam um mapa de pertencimento, mas também de limites. O mundo que se configura diante dela é marcado por fronteiras: a terra árida, a comunicação restrita aos poucos que compartilham sua língua, o horizonte que ressoa em outras frequências. É no irmão que Ana encontra afeto e tradução. Ele habita uma zona de passagem, espaço poroso entre o mundo das palavras faladas e o seu universo de sinais.

Figura 13 – Ana



Fonte: Print da autora a partir de Ana (2004)

A descrição estética da personagem, marcada por sua pele negra, pelos cabelos soltos, pelos pés descalços e o vestido branco, remete intensamente à figura de Gabriela, personagem do romance *Gabriela, Cravo e Canela*, de Jorge Amado (1958), especialmente na maneira como seu corpo ocupa o espaço com liberdade e presença. Assim como Gabriela, Ana também é atravessada por olhares masculinos, por uma erotização que a inscreve em um regime de exotização que opera como regime de verdade⁴⁰ (Foucault, 2005) sobre a mulher nordestina. Portanto, sua condição de mulher surda em contexto latino-americano intensifica essa

⁴⁰ Os regimes de visibilidade produzem a erotização e a exotização do corpo de Ana, enquanto os regimes de verdade naturalizam essas leituras como evidentes e legítimas.

alteridade, na medida em que sua corporalidade se inscreve como diferença que mobiliza curiosidade e estranhamento e, ao mesmo tempo, se constrói como feminilidade sedutora.

Ainda que seja capturada por esses regimes, Ana não se reduz a eles. Embora remeta esteticamente à figura feminina sensualizada associada a Jorge Amado, a personagem não se limita a esse enquadramento. O que emerge ali é um traçado singular, situado entre o sertão, a escassez da palavra oral e os gestos, acentuado por uma corporalidade que se produz na dobra entre o visível e o legível, entre o pertencimento e o estranhamento.

Essa singularidade faz com que Ana funcione como uma variação importante no mapeamento das capturas estéticas. Sua presença confirma que erotização, exotização e enquadramentos normativos são forças que atravessam diferentes contextos culturais e sociais; contudo, evidencia que essas forças não se repetem da mesma forma. Do ponto de vista da interseccionalidade (Crenshaw, 1989; Collins, 2019), o corpo surdo feminino aparece aqui atravessado por raça, classe, gênero, surdez e localização geográfica de modo bastante distinto das demais personagens supracitadas. Além disso, a própria modalidade da obra (um curta-metragem nacional) confere a ela um alcance de público infinitamente menor que os longas-metragens americanos e europeus. Ainda assim, sua presença se justifica por revelar uma fissura, ainda que parcial e limitada, na produção audiovisual contemporânea, dessa maneira compõe uma linha molecular.

Em diálogo com as discussões presentes na produção acadêmica sobre a construção pública da mulher surda, Mendes (2022) evidencia como essa configuração discursiva é atravessada por operações estéticas e narrativas. Ao analisar a forma como a jovem Natália foi apresentada em duas reportagens do G1, a autora mostra como escolhas visuais, textuais, fotografias, enquadramentos, legendas e tonalidades afetivas reorganizam a percepção social do corpo surdo feminino. Nos comentários referentes à primeira imagem de Natália, em que aparece jovem, indignada e também sexualizada, ainda que denunciasse a ausência de uma tradução adequada em língua de sinais durante o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), percebe-se como a aparência da mulher surda é rapidamente capturada por discursos de erotização e julgamento moral, indicando que o gênero constitui um eixo central na produção de sua legibilidade pública. Em contraste, a segunda imagem, ao inscrevê-la com roupas mais recatadas e um semblante amadurecido, associa Natália a uma narrativa de superação, alinhada à lógica da adaptação individual.

O movimento apontado por Mendes (2022) dialoga com elementos que se configuram na estética das obras supracitadas neste eixo. Embora jornalismo e cinema operem em esferas

distintas, ambos mobilizam, em certos momentos, repertórios que enquadram o corpo surdo feminino como problema, como objeto de desejo ou como exemplo de adaptação. Assim, algumas aparições fílmicas ressoam marcas de um regime de visibilidade mais amplo, que interpela esses corpos a partir de categorias como vulnerabilidade, instabilidade, sedução ou “superação”. Essa aproximação permite situar as imagens cinematográficas em continuidade com dinâmicas sociais mais amplas que moldam modos de percepção e existência.

Tendo delineado esse primeiro campo de forças que atravessa tanto a produção acadêmica quanto a narrativa fílmica ficcional, especialmente no que diz respeito à estética dos corpos de mulheres surdas em produções imagéticas, sigo para outros pontos recorrentes que compõem este eixo, aprofundando as operações de normalização e as pequenas invenções que incidem sobre o corpo surdo feminino no cinema. Como o leitor não necessariamente assistiu aos filmes mencionados, opto por destacar fragmentos específicos (gestos, enquadramentos, interações e deslocamentos) que afectaram a cartógrafa e funcionam como disparadores desta análise cartográfica. Não se trata de reconstruir o enredo ou de esgotar as obras, mas mapear os pontos em que gênero, surdez e normatividade se entrelaçam na produção dessas corporalidades, orientando as tensões que emergem em cada narrativa.

Destaco um recorte afectivo situado de *Filhos do Silêncio* (1986), no qual a relação entre Sarah e James Leeds explicita como dispositivos de normalização heterossexuais atravessam a experiência surda feminina. Sarah encontra Leeds, o professor ouvinte e protagonista da trama, inaugurando uma dinâmica marcada por contrastes. Ele é o galã que presume poder resgatá-la de seu “castelo de silêncio” por meio da fala e do amor romântico; ela, a mulher que insiste em permanecer fiel à sua identidade surda, à sua língua de sinais, a si mesma, o que leva o entorno a rotulá-la como difícil, raivosa, arredia.

A insistência de Leeds na oralidade não se constitui apenas como disputa linguística, mas como disciplinamento afetivo e corporal dirigido a uma mulher surda que deveria ajustar-se ao ideal romântico e conjugal do professor ouvinte. A defesa de Sarah de sua língua e de seus projetos pessoais confronta um imaginário que associa o feminino à conciliação, ao cuidado, à docilidade e que, diante da recusa, tende a patologizá-la, interpretando sua firmeza como falha pessoal, descontrole e incapacidade de adaptação.

No entanto, apesar da resistência de Sarah, o final da narrativa reconduz a protagonista ao percurso clássico do romance heterossexual. Após as marcas de tensão e violência⁴¹ vividas

⁴¹ A temática da violência sobre a corporeidade surda feminina será retomada e aprofundada no Eixo 03.

ao longo do filme, ela retorna ao reencontro: veste-se de branco, evocando a figura da noiva idealizada, e dirige-se à festa da escola, onde caminha em direção a Leeds. O enquadramento suave e a atmosfera luminosa compõem uma cena de pacificação, como se seu corpo finalmente se ajustasse ao ideal feminino esperado. Sarah pede desculpas, sinaliza “eu te amo” e “unidos”, e sela a reconciliação. O brilho do *happy end* encerra a trama, ainda que permaneça a inscrição de um corpo que, mesmo capturado pela narrativa romântica, não se deixa apagar por inteiro.

Figura 14 – Sarah no reencontro final com Leeds



Fonte: Print da autora a partir de *Filhos do Silêncio* (1986)

Essa dinâmica visual e narrativa pode ser compreendida mais profundamente à luz de De Lauretis (1994): o cinema funciona como uma tecnologia de gênero que fabrica posições de sujeito, articulando regimes de visibilidade e afectos que configuram a mulher surda como corpo a ser corrigido, desejado e reconciliado. Essa operação se evidencia não apenas em Sarah, mas na erotização recorrente das personagens surdas femininas ao longo do corpus. Esse padrão as reconduz ao amor heterossexual como horizonte de redenção, frequentemente apresentado sob a lógica da “superação”. Como formula De Lauretis, “o cinema define a mulher como imagem: como espetáculo para ser olhada e objeto para ser desejado, investigado, perseguido, controlado e, em último termo, possuído por um sujeito que é masculino, isto é, simbolicamente varão” (De Lauretis, 1994, p.99, tradução minha).

Nesse sentido, Sarah é emblemática: as imagens operam como dispositivos que reiteram normas de gênero e mecanismos de correção da diferença surda, produzindo uma visibilidade em que a corporalidade feminina surda é simultaneamente objeto de fascínio e de normalização. Nessa engrenagem normativa, a figura masculina desempenha papel central na manutenção da

matriz médico-patológica. Em outras palavras, a oralização proposta como técnica de normalização clínica converte-se também em um ato generificado: exige das mulheres surdas não apenas o ajustamento da fala, mas a adesão a comportamentos de abnegação e conformidade emocional, alinhados ao ideal conservador da boa esposa e amante.

É nesse ponto que o cinema, como dispositivo, produz o corpo surdo feminino como duplamente deficitário: por não ouvir e por não corresponder ao ideal de mulher oralizada e dócil. No caso específico de Sarah, o desfecho da trama encaminha uma reintegração da personagem à norma, reafirmando a operação generificada de correção.

Contudo, ainda nessa obra da década de oitenta temos uma fissura importante durante a narrativa: Sarah não está só. Marian, uma mulher surda não oralizada e reconhecida no mundo acadêmico – com dois doutorados, economista em Washington, gênio da matemática e figura bastante renomada na comunidade surda – faz emergir em Sarah o desejo de estudar em Gallaudet e de conquistar um espaço próprio por meio de uma trajetória profissional.

Figura 15 – Imagem de Sarah falando de Marian a Leeds



Fonte: Print da autora a partir de *Filhos do Silêncio* (1986)

A presença de Marian opera como linha de fuga no interior da narrativa. Ao admirar essa mulher surda não oralizada e academicamente bem-sucedida, Sarah vislumbra um futuro

em que a surdez não se inscreve como déficit, mas como pertença cultural; um horizonte no qual a corporalidade surda feminina se afirma como sujeito de agência e de saber, afirmando-se como possibilidade de invenção e de criação de outras formas de estar no mundo. Esse ponto merece atenção especial: a inspiração de Sarah advém de outra mulher surda, e não de um homem. Tal deslocamento é significativo, pois conduz à reflexão sobre a importância da influência, do reconhecimento e da identificação entre pares femininos surdos.

Em contraste, Leeds condensa a expressão mais incisiva das capturas normativas: de um lado, a medicalização da surdez, expressa na exigência da fala como correção; de outro, a captura de gênero, marcada pela erotização e pela dominação do corpo feminino sob a lógica do homem salvador. Entre essas forças, o filme encena o próprio campo de disputa em que o corpo surdo feminino é produzido: se, por um lado, a obra reforça normas por meio da erotização e da reconciliação romântica, por outro, escapam linhas de fuga que abrem possibilidades mais afirmativas e inventivas de existência, a exemplo da presença de Marian, cuja trajetória desloca a associação entre surdez, déficit e patologização.

Essa abertura permite transitar para outro ponto recorrente na produção de capturas sobre a experiência surda feminina: a maternidade. A literatura acadêmica evidencia que, na imaginação social, a surdez é muitas vezes associada à incapacidade de maternar (Perlin; Vilhalva, 2016), deslocando o debate para a esfera pública e para os direitos reprodutivos dessas mulheres. No cinema, essa problemática também aparece de modo insistente, ainda que em registros distintos, compondo um campo de tensões no qual o corpo materno surdo é continuamente avaliado, vigiado e colocado à prova.

Em *Lágrimas do Silêncio* (1988), analisado por Thoma (2002), esse campo de forças se delineia com particular nitidez. Após a morte do marido, a personagem Peg tem sua capacidade materna contestada pela mãe ouvinte, Marge, que reivindica a guarda da neta com o argumento de que a filha “não seria capaz” de criar a criança. O trecho citado por Thoma é exemplar: “[...] Mãe sozinha, surda, instável, atriz. A senhora vencerá” (Thoma, 2002, p.137). A justificativa jurídica mobilizada repousa em uma narrativa de exclusão que combina condição de mulher surda, autonomia afetiva e desempenho social da maternidade, reafirmando um ideal normativo que desautoriza modos outros de maternar.

Com a entrada de Kai, em *A Música e o Silêncio* (1996), esse debate se reconfigura. Em uma das passagens mais marcantes, Kai surge do lado de fora da escola, colada à janela da sala onde Lara está. Com gestos ansiosos, pede que a filha apresse a saída, pois precisam ir ao banco. A câmera a enquadra através do vidro, enquanto os colegas riem e denunciam sua presença à

professora, que observa tratar-se de um fato frequente e que Lara precisa melhorar na leitura. A imagem da mãe à vidraça concentra o afeto e a dependência: não há outro meio, para a mãe surda, senão a própria filha ouvinte atuar como intérprete para que possa atravessar a barreira da comunicação.

Figura 16 – Lara sendo questionada pela professora por não cumprir seus deveres



Fonte: Print da autora a partir de *A música e o silêncio* (1996)

Outro momento emblemático revela a intimidade doméstica. Sentada diante da televisão, Kai observa atenta enquanto Lara, ainda criança, se coloca de costas para a tela e traduz o filme em tempo real. Os gestos rápidos da menina tornam visíveis responsabilidades que não lhe caberiam, enquanto o olhar da mãe mistura carinho e resignação.

Figura 17 – Lara interpretando um filme para Kai



Fonte: Print da autora a partir de – *A música e o Silêncio* (1996)

O gesto de Kai junto à janela e o momento em que Lara, ainda criança, atua como intérprete de um filme materializam uma dependência comunicacional que, se converte em metáfora de insuficiência materna; ao mesmo tempo, reabrem perguntas sobre como se constroem vínculos entre mães surdas e filhas ouvintes. Nesse movimento, evidencia-se um deslocamento de funções: a filha ouvinte atravessa a narrativa como mediadora da família, assumindo encargos adultos e responsabilidades afetivas precoces. Tal inversão não apenas organiza a circulação de falas e decisões, mas também normatiza o corpo materno surdo pelo prisma da tutoria.

Ainda assim, esse conjunto de gestos não se esgota na captura. Ao contornar o vidro, superfície que separa, mas também reflete, irrompem indícios de presença e de desejo que transcendem ao diagnóstico de incapacidade, como o incentivo de Kai à música de Lara ou o investimento em experiências compartilhadas, a exemplo de assistirem juntas a um concerto. Esses movimentos, que em outros momentos da narrativa se desdobram em atos de cuidado e aposta, compõem a ambivalência entre tutela e agência, entre clausura e invenção.

Embora não integrem o corpus de análise deste trabalho, é importante destacar que o mesmo padrão discursivo se reitera em outras produções cinematográficas contemporâneas, sugerindo a persistência de uma matriz narrativa que atravessa três décadas e distintos contextos culturais do cinema de grande circulação.

A fórmula discursiva que instaura a lógica da “mãe surda / filha salvadora” reitera-se e difunde-se globalmente em três obras de ampla repercussão e premiadas internacionalmente: *A*

Música e o Silêncio (Alemanha, 1996), *A Família Bélíer* (França, 2014) e *No Ritmo do Coração* (CODA, Estados Unidos, 2021), em que a experiência é deslocada da mulher surda para a filha ouvinte. Ainda que situadas em países, línguas e períodos distintos, todas reforçam o mesmo regime de inteligibilidade, no qual o feminino surdo é construído como sujeito da carência - mãe que precisa ser guiada, traduzida, completada; enquanto à filha cabe o papel de mediação e de racionalidade afetiva.

A atuação das filhas ouvintes, ora mediando reuniões, ora negociando com professores, ora funcionando como intérpretes da família, configura-se como ato de amor e responsabilidade; sob ele, porém, opera uma pedagogia que naturaliza o trabalho afetivo feminino. Essa pedagogia, que se reitera em gestos e práticas cotidianas, pode ser compreendida como uma repetição performativa (Butler, 2019), constitui o que nesta tese denomino pedagogia do cuidado⁴². Essas narrativas, ao mesmo tempo que celebram a empatia, inscrevem o cuidado como destino das meninas ouvintes e a dependência como traço constitutivo das mães surdas. Ao reiterar essa matriz de inversão: mãe tutelada, filha mediadora; o cinema reinstala a norma do corpo “legítimo” através do vínculo materno, reforçando a equivalência simbólica entre surdez e incapacidade, feminilidade e docilidade, e reativando um regime de verdade sobre o que se considera uma mãe “normal”.

A própria fala de Lara “toda mãe normal sabe andar de bicicleta” reafirma esse regime de verdade sobre a maternidade, inscrevendo-o em um horizonte de patologização. Neste cenário, o enunciado opera como tecnologia de gênero e de audição, reforçando a equivalência entre competência funcional, normatividade ouvinte e legitimidade materna. Kai, então, decide aprender, no esforço de corresponder ao imaginário de uma mãe “como as outras”. Todavia, tal gesto converte-se em tragédia: mais tarde, ela sofre um acidente fatal justamente durante um passeio de bicicleta, como se a tentativa de adequação à norma fosse punida pela própria narrativa.

A partir dessas formulações, a pedagogia do cuidado se revela nas tramas que organizam as narrativas: práticas sociais e discursivas que regulam condutas e afectos, fazendo do cuidado um exercício de poder que atravessa corpos e vínculos. Essa pedagogia articula-se à maternidade surda, e produz, de um lado, a tutela e a dependência como marcas da experiência materna e, de outro, expectativas de docilidade e de responsabilidade emocional associadas ao

⁴² Nesta tese, o termo *pedagogia do cuidado* é utilizado como conceito analítico próprio, inspirado na analítica dispositiva de Foucault (1999) e na performatividade de Butler (2019), articulando poder, afecto e subjetivação.

feminino. O que está em jogo não é um dever natural, mas arranjos políticos de afetos e reconhecimento que delimitam quem pode cuidar e sob quais formas.

Além disso, é importante ressaltar que, no campo dos Estudos Surdos, autores como Skliar (2010) e Thoma (2002) destacam que a surdez é frequentemente enquadrada em lógicas de tutela e proteção, reforçando o elo entre surdez e incapacidade, elo que, em relação à corporeidade das mulheres surdas, se entrelaça às normas de gênero. Assim, mais do que um dispositivo disciplinar, a pedagogia do cuidado opera como tecnologia interseccional, na qual gênero e surdez se sobrepõem como formas de sujeição e docilização, ainda que se abram brechas, mesmo que mínimas, para gestos de reinvenção e reinscrição afetiva.

Quando essas fissuras atravessam a narrativa cinematográfica, revelam o que escapa ao governo dos corpos: momentos de alegria e cumplicidade entre mães surdas e filhas ouvintes, gestos de acolhimento das filhas por parte das mães, indicando que o afeto não é apenas instrumento da norma, mas também sua possibilidade de desvio. É nesse terreno instável que a figura da mãe surda se inscreve: ora domesticada pelos dispositivos de audição e de gênero, ora abre frestas para outros modos de maternar e de existir.

Saindo do terreno ficcional e entrando no documentário, a maternidade surda ganha outras camadas. Em *Som e Fúria* (2000), o foco deixa de ser a filha intérprete e passa a ser o de uma mãe surda que resiste à correção, via implante coclear, do corpo de sua filha Heather. É aqui que conhecemos Nita: sua entrada desloca novamente o diagrama das capturas, e torna visível como a técnica, o saber médico e o ideal de “boa mãe” se articulam para regular o corpo surdo feminino, não apenas como sujeito, mas como agente responsável pelo destino de outro corpo surdo, o infantil. Desde as primeiras cenas, delineia-se a força desse enquadramento: a insistência da avó de que “há som em toda parte” opera como tecnologia audista, que naturaliza a surdez como falta e posiciona Nita como mãe potencialmente insuficiente diante do modelo ouvinte de normalidade.

Figura 18 – Heather ao lado de sua mãe Nita



Fonte: Print da autora, a partir de *Som e Fúria* (2000).

Nesse contexto, Nita e seu esposo Martin, também surdo, são pressionados pelos familiares ouvintes a realizar o implante coclear em sua filha Heather, de cinco anos, como forma de integrá-la ao mundo dos que ouvem. No entanto, as vivências de ambos em relação à comunidade surda os levam a questionar se essa seria a melhor decisão, colocando em jogo o debate entre o normal e o patológico em diferentes contextos. As decisões sobre o futuro da filha e sobre o implante coclear tornam-se, assim, ponto de reflexão acerca de sua identidade e de sua pertença cultural. O conflito atinge seu ápice quando a avó questiona Nita: “e você, consegue ler uma receita sozinha?”; enunciado que sintetiza a operação disciplinadora que associa competência materna, autonomia e corpo ouvinte, transformando o julgamento moral da maternidade surda em estratégia de legitimação do modelo normalizador.

Dessa maneira, é importante destacar que a ausência de autonomia atribuída às mulheres surdas, que perpassa por questões associadas à surdez e ao gênero, constitui uma das linhas molares identificadas na análise da produção acadêmica brasileira e que, como vimos, atravessa também o discurso cinematográfico. Essa narrativa se faz presente desde Sarah, em *Filhos do Silêncio* (1986), passa Kai, em *A Música e o Silêncio* (1996), e chegando a Nita, em *Som e Fúria* (2000).

A seguir, avanço para o próximo eixo. É necessário considerar que, em uma perspectiva rizomática e, portanto, não arbórea, os eixos funcionam como dispositivos de organização das análises. Ainda assim, eles se entrelaçam como um grande emaranhado de linhas que compõem a tessitura da corporeidade surda feminina. Assim, embora neste eixo tenham sido enfatizadas

questões de ordem estética, de erotização e de maternidade, a patologização e o gênero continuam a atravessar as reflexões desenvolvidas nos demais eixos.

5.2 Eixo 2 - Desejo como campo de disputa na produção da corporeidade surda feminina

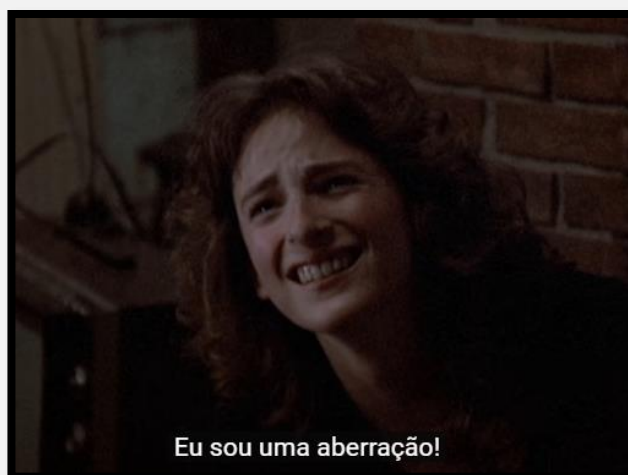
Cena 2 – Monstro ou aberração?

Em *Filhos do Silêncio* (1986), após um jantar entre surdos e ouvintes, Sarah e Leeds retornam à casa do professor, onde se inicia uma discussão intensa. A atmosfera se adensa com a postura agressiva de Leeds, que se recusa a reconhecer a afirmação de Sarah sobre seus anseios e sobre o desejo de seguir sendo ela mesma. Frustrada por ser constantemente definida pelos outros, ela se rebela contra a ausência de uma voz própria. Em um momento de fúria, Leeds, fisicamente mais forte, a encurrala contra a parede e grita, exigindo que fale:

Leeds para Sarah: [...] Acho que você está mentindo. Eu não acredito que você ache ser surda seja tão maravilhoso. Acho que você tem medo de tentar. Acho que é apenas o seu orgulho idiota que a impede de falar direito! Você quer se virar sozinha. Não quer pena de ninguém. Então aprenda a ler os meus lábios e use essa boquinha para algo além de mostrar que é melhor que as outras na cama. Leia os meus lábios. Você quer falar comigo, então aprenda a minha língua. (*Filhos do silêncio*, 1986, n.p).

A violência não se limita às palavras. A postura corporal de Leeds, o modo como imobiliza Sarah, escancara a disparidade de forças. A iluminação mergulha a cena em sombras, e o enquadramento fechado enfatiza as expressões tensas dos dois. No auge da revolta, Sarah se desvencilha com um empurrão e explode em desespero: “Ouça a minha voz! Eu sou uma aberração!”. O grito ecoa como ferida e libertação ao mesmo tempo, trata-se do clímax da obra.

Figura 19 - O grito



Fonte: Print da autora a partir de *Filhos do Silêncio* (1986)

A cena do filme *Babel* (2006) acontece em um espaço de lazer, uma lanchonete com jogos eletrônicos disponíveis, Chieko chega e é atendida por uma funcionária que tenta se comunicar oralmente. Em resposta, ela apenas aponta em direção à mesa onde estão suas amigas surdas. Sentadas juntas, conversam e se divertem descontraidamente. Em uma mesa próxima, um rapaz passa a observá-la com interesse; Chieko retribui o olhar, iniciando uma paquera.

Mais tarde, enquanto joga fliperama com uma amiga, o rapaz se aproxima e tenta iniciar uma conversa, falando em língua oral. Ao perceber que Chieko é surda, pede desculpas e se afasta, visivelmente constrangido. Ao retornar aos amigos, torna-se alvo de risadas e comentários debochados.

Na sequência seguinte, Chieko e a amiga estão no banheiro. O rosto da adolescente revela frustração. Ela afirma à companheira que são vistas e tratadas como monstros e, em seguida, dirige-se à cabine privada, onde retira a calcinha. Anuncia então que mostrará a eles “um monstro”.

Chieko retorna ao salão; a câmera a acompanha quando ela se senta e, num gesto repentino, abre as pernas, exibindo a genitália diante do grupo de rapazes que está à mesa ao lado. O enquadramento frontal não desvia do gesto, sustentando sua dimensão provocativa.

Figura 20 - Chieko na lanchonete



Fonte: *Babel* (Iñárritu, 2006). Frame extraído de Hayali (2020).

Nessa composição de cena, o encontro entre Sarah e Chieko evidencia uma mesma discursividade voltada à construção de outros modos de existência das corporeidades femininas surdas no mundo. Trata-se de corpos que, historicamente, foram classificados como monstruosos, aberrantes ou anormais. Nesse contexto, ambas as personagens resistem, na medida em que não se submetem a esse discurso e produzem outras formas de invenção de si. Para além da violência exercida por Leeds, que será aprofundada no Eixo 03, Sarah manifesta o desejo de ser ela mesma, de tomar suas próprias decisões, de se comunicar em sua língua matriz, de estudar em uma universidade tradicionalmente voltada para alunos surdos e de se qualificar profissionalmente.

O ápice da expressão de Sarah: o grito desesperado “eu sou uma aberração!” (Filhos do Silêncio, 1986, n.p.), condensa a interiorização da violência simbólica e a irrupção de uma fissura. Trata-se de um ato generificado e político, que emerge do corpo de uma mulher surda interpelada por mecanismos de normalização médica e pelo ideal de docilidade feminina, tensionando os papéis que lhe são impostos.

À luz de Butler (2019), esse gesto pode ser lido como uma atualização performativa da norma que se desvia do esperado. Ao “usar a voz”, Sarah repete o comando da oralidade, mas o faz de modo excessivo, descontrolado e desobediente. O grito, portanto, revela a artificialidade da norma e expõe o corpo como superfície de poder, interrompendo a cena melodramática para reinscreve-la como gesto de ruptura. Ainda que a narrativa tenda a reabsorver o desvio pela reconciliação final do casal, o corpo de Sarah carrega a marca desse excesso; nele, a performatividade opera tanto a força normativa das repetições quanto a possibilidade de sua subversão.

Na leitura deleuze-guattariana, esse tensionamento entre os desejos da personagem e o regime normativo-patológico (Andrade, 2022) pode ser pensado como o choque entre linhas duras de segmentação e linhas mais maleáveis. Estas linhas permitem fissuras no instituído: de um lado, a imposição da fala como técnica de normalização clínica e a feminilidade dócil como roteiro prescrito; de outro, trajetos de ruptura que se esboçam nos desejos de Sarah e em seu grito de recusa à submissão esperada. Assim, o corpo surdo feminino não se configura apenas como sujeito pacificado, mas como território de agenciamentos múltiplos. Neles operam dispositivos biomédicos de correção, mas também movimentos de resistência e invenção; estes se expressam no desejo de Sarah de não abandonar o trabalho nem de se restringir à existência no âmbito do amor romântico com Leeds, sustentando projetos e sonhos para si, independentemente da relação.

Chieko, por sua vez, enquanto adolescente, inicia seu interesse pelo universo da sexualidade, em busca de aceitação. Nesse cenário, a personagem manifesta desejos atravessados por tensão, frustração e incomunicabilidade com os que ouvem. O desejo da jovem emerge como uma força que rompe a contenção dos corpos femininos e desafia as fronteiras impostas à mulher e especialmente à mulher surda. Diante do olhar que a rejeita, Chieko devolve o incômodo, reinscrevendo-se em um novo campo de visibilidade por meio de um ato que mistura provocação, dor e reivindicação. Seu gesto encena o anseio e a disputa por existir fora das gramáticas normativas do audível e da feminilidade hegemônica. Nesse contexto, as movimentações de Chieko que se revelam inquietas, hesitantes e, por vezes, excessivas, configuram-se como respostas à negativa de ser reconhecida.

Apesar de Chieko estar inserida em uma sociedade que valoriza a contenção das emoções e a regulação dos gestos como princípio de convivência, suas ações adquirem uma potência específica. Ali, mostrar-se é romper expondo o que deveria permanecer oculto. Quando, no espaço público, ela devolve o olhar dos rapazes e exhibe seu corpo, tal ação pode ser compreendida para além da erotização: torna-se uma fissura na ordem visual que sustenta a repressão feminina e a noção de deficiência.

Na esteira dessa reflexão, se o cinema clássico organiza-se em torno do olhar masculino, que estrutura a mulher como imagem, como objeto de desejo e controle (De Lauretis, 1993), com Chieko, essa lógica é parcialmente revertida: ao “mostrar o monstro”, também obriga o olhar e o espectador a confrontar a própria percepção. Neste contexto, o corpo feminino surdo, ainda que erotizado, passa a ocupar também um lugar ativo e não apenas pacificado.

Figura 21 – Chieko

Fonte: Refractions (2012).

Nesse contexto, corrobora-se a proposição de Teresa de Lauretis (1993), para quem o cinema opera como um dispositivo que organiza as relações entre gênero, sexualidade e linguagem. Se, por um lado, produz a mulher como “ausente como sujeito teórico, prisioneira como sujeito histórico” (De Lauretis, 1993, p.98), por outro, produz brechas para outras discursividades, compondo, em termos deleuze-guattarianos, um território rizomático.

No caso de Chieko, essa ausência converte-se em excesso: o corpo que deveria permanecer silencioso passa a ocupar um lugar de ações deliberadas, extravagantes e exageradas, na tentativa de ser notado, de existir fora dos padrões normativos. Esse movimento reaparece em outros momentos emblemáticos do filme. Em uma dessas cenas, Chieko está no consultório do dentista e, durante a consulta, tenta beijá-lo por duas vezes. Diante da recusa, insiste, toma a mão do profissional e a conduz até sua genitália. O dentista, visivelmente desconcertado, encerra o atendimento e a expulsa do local.

Em uma sequência posterior, um policial vai até o apartamento onde Chieko mora para comunicar um incidente envolvendo o rifle de seu pai em outro país. Ao encontrá-la sozinha, tenta explicar a situação e os dois iniciam um breve diálogo por meio de bilhetes. Quando o policial se prepara para ir embora, Chieko pede que ele espere. Ela se afasta por alguns instantes e retorna completamente nua. Surpreso, ele pergunta o que ela está fazendo, mas Chieko continua a se aproximar e conduz a mão dele até seu seio. O policial, em evidente constrangimento, pede que ela pare, dizendo que ela é apenas uma menina, e interrompe a ação. Nesse momento, Chieko cruza os braços sobre o peito e começa a chorar copiosamente.

É importante ressaltar, contudo, que os avanços da adolescente operam em uma zona de ambiguidade importante, trata-se do encontro entre uma adolescente e adultos em posição profissional e, portanto, qualquer aproximação de natureza sexual seria inadequada. No entanto, o que a sequência expõe pode também ser lido, do ponto de vista da jovem, como o abismo entre desejo e legitimidade, a distância entre o impulso de ser vista e o sistema que define quais corpos podem desejar e ser desejados.

Portanto, nesses trechos, além do momento de exibição na lanchonete, a personagem surda provoca um significativo desconforto no fluxo narrativo. Os gestos de Chieko, desafiam as normas e evidenciam o modo como os dispositivos de sexualidade operam não apenas reprimindo o desejo, mas também produzindo-o e distribuindo-o segundo hierarquias de gênero, corpo e percepções de deficiência. As ações da personagem, portanto, não apenas representam o desejo: elas o fabricam, fazem dele acontecimento.

Dessa perspectiva, as ações extremadas de Chieko podem ser compreendidas não como meras tentativas de transgressão moral, mas como expressões de um desejo que frequentemente não encontra lugar de enunciação. Nesse sentido, simbolicamente, Chieko não encena apenas atitudes vistas socialmente como inadequadas, mas expõe uma impossibilidade histórica associada à sua corporeidade surda feminina: a de existir fora das normas que regulam o que é aceitável no que tange à sexualidade.

Seguindo a esteira de Lauretis (1994) e a noção de cinema enquanto tecnologia de gênero, a personagem Chieko reinscreve a fabricação de uma corporeidade surda feminina ao situá-la no limite entre o desejo e a impropriedade, entre a sexualidade feminina e a anomalia. Nesse contexto, o corpo surdo feminino é produzido sob vigilância, ao mesmo tempo em que é constituído como desejante. Em termos butlerianos, os anseios de Chieko não são algo exterior à norma, mas seu próprio efeito, e é nesse ponto de fissura que se anuncia também sua potência. O desejo, longe de ser falta, constitui-se como força que escapa à codificação biomédica e patriarcal que tenta normatizá-lo.

A partir desse cenário, tendo a Cena 2 do encontro de Sarah e Chieko como disparadora, a cartografia agora se aventura por outros encontros, outras narrativas e contextos que reconfiguram o desejo das mulheres surdas. Nesse ínterim, segue-se a análise de *Ana* (2004); ambientada no sertão brasileiro, a obra explicita a composição de um corpo desejante inscrito na tessitura histórica e social da América Latina. Diferentemente de outras produções em que personagens surdas femininas são coadjuvantes, Ana emerge como protagonista. Seus gestos

cotidianos e o vínculo com o irmão delineiam um território de afetos e restrições, em que a linguagem corporal se torna forma de resistência e invenção.

Um dos momentos mais significativos ocorre quando Ana, acompanhada do irmão, participa dos festejos locais em uma vila do sertão nordestino. Vestida com um característico vestido branco de algodão, ela adentra um novo espaço, repleto de códigos sonoros e visuais próprios da localidade: o forró, as luzes, os corpos em movimento. Ana se entrega ao movimento da dança e, sim, ela dança. Seus gestos são atravessados pelo desejo de se movimentar, sentir e se expressar por outra via que não passa pela audição, mas pelo corpo como um todo. Essa busca toca uma sensibilidade, uma existência e uma corporalidade que também desejam expressão.

A festa, que à primeira vista parece um momento de entretenimento e distração, revela nuances: olhares de estranhamento, perguntas inaudíveis, a barreira da oralidade. Seu corpo, ali, torna-se uma ruptura, uma presença que não se ajusta completamente ao roteiro do lugar, mas que também não se apaga. Ao contrário, sua dança abre uma fissura e, por um instante, o espaço se desterritorializa. É nessa brecha que algo acontece: Ana se move, dança, sente e sorri; reinventa-se em um cenário marcado pela escassez de recursos econômicos. Nesse ínterim, o desejo de Ana manifesta-se de forma situada, em um território interseccional atravessado por gênero, surdez, classe, raça e localidade.

É nesse entrelaçamento entre marcadores sociais distintos que as contribuições de Perlin e Vilhalva (2016), ativistas do movimento surdo brasileiro, tornam-se fundamentais. Suas análises ajudam a evidenciar como as mulheres surdas, especialmente aquelas inseridas em comunidades rurais e afastadas, são atravessadas por linhas molares que articulam colonialidade, apagamento linguístico e exclusão social. A ausência de acesso à informação, à educação e ao trabalho é agravada pela condição de usuárias de uma língua visual minoritária, historicamente interpretada sob a ótica da deficiência. Como afirmam:

[...] Muitas vezes a sociedade continua com a educação colonialista sobre a mulher surda sem noção de sua diferença. No momento em que somos chamadas de deficientes, somos comparadas às mulheres ouvintes. Essa é uma representação que assume aspectos de discriminação, de nossa língua e cultura, pelo completo desconhecimento do valor linguístico que a língua de sinais possui e também pelo completo desconhecimento da significação do ser mulher surda, ou seja, ser uma pessoa que entende o mundo pelos olhos e necessita de informação em sua língua visual (Perlin; Vilhalva, 2016, p.151).

Essa leitura ganha continuidade na trajetória de Ana, cuja vida é atravessada por fronteiras geográficas, linguísticas e afetivas. Em um espaço rural onde o acesso à Libras é

quase inexistente, ela é lançada em uma condição de invisibilidade social. A colonialidade do saber e do corpo (Lugones, 2008) estrutura seu entorno, produzindo uma subjetividade marcada também por ausências. Ainda assim, a sua dança revela a potência de seu corpo em deslocamento, gerando uma linha que escapa, tensiona, fura a normatividade e afirma a diferença e o desejo como força de criação.

Já o documentário *Sou Surda e Não Sabia* (2009) traz uma outra protagonista: Sandrine, francesa, produtora do filme e apresentadora de televisão, que afirma, em suas palavras:

Pessoa que ouve mal, deficiente auditiva, surda... Cada um tem um jeito de me ver e me definir. Mas deixe que eu me apresente. Eu me chamo Sandrine e minha língua é a dos sinais. Desde que era criança sempre foi a mesma coisa. Todos têm pena porque não ouço, porque não falo. E isso causa piedade. Meus ouvidos estão aqui para enfeitar. Não para ouvir. Quero lhes mostrar quem eu sou (Sou surda e não sabia, 2009, n.p.).

Sandrine se apresenta como uma corporeidade surda feminina de sucesso, cuja língua é a língua de sinais, e, ao rejeitar os rótulos aos quais é reiteradamente associada desde a infância, reivindica a sua diferença. Desejando se apresentar ao mundo sob sua própria ótica, ela recusa os enquadramentos patologizantes para afirmar o corpo surdo feminino como espaço de desejo e de produção de novas subjetividades.

Figura 22 – Sandrine.



Fonte: Extraído de *Letras de Oficina* (2016).

Ainda na mesma obra, a declaração da atriz francesa Emmanuelle Laborit endossa o debate, ao destacar o desejo por reconhecimento do seu trabalho para além da excepcionalidade

da surdez: “Quando recebi o Molière realmente eu esperava que tivessem me avaliado como profissional. E não a performance incrível de uma surda. ‘Não é possível. Ela consegue fazer teatro, mas é surda’. Isso eu não aceito. Quero ser considerada como uma profissional.” (Sou Surda e Não Sabia, 2009, n.p.). Dessa maneira, Sandrine e Laborit recusam os limites que lhes são impostos e reivindicam a visibilidade de seus corpos como potências expressivas, desejantes e politicamente implicadas no mundo.

É importante mencionar que, ainda que a obra documental *Sou Surda e Não Sabia* (2009) não aborde de maneira literal a discussão de gênero, focando-se em aspectos relativos à disputa entre o regime normativo-patológico e o regime militante em torno da surdez (Andrade, 2022), o que emerge na tela são os corpos de duas mulheres, expondo suas histórias pessoais, suas trajetórias profissionais e seus desejos por reconhecimento enquanto sujeitos. Essas aparições, portanto, são bastante significativas para a composição da corporeidade surda feminina no cinema contemporâneo e, portanto, na tessitura social.

Continuando o percurso dessa cartografia, surge a figura de Nita, de *Som e Fúria* (2000), que igualmente manifesta o desejo pelo reconhecimento. Ela expressa sua inquietação em relação à preservação da cultura e da identidade surda, bem como à valorização da língua de sinais. Deseja existir e maternar, tendo sua diferença respeitada, trata-se de um corpo de mulher que anseia por outros modos de existência, como demonstra o diálogo a seguir entre Nita e sua cunhada Mari:

Nita: Foi um erro meu conhecê-los. Senti como se me sufocassem e me achassem estúpida. Mas só quero o melhor para minha família. Talvez a família de Shelby se envergonhe da surdez dela. Shelby vai crescer achando que é ruim ser surda.

Mari: Nita, ela é feliz no mundo dos que ouvem. Deixe-a em paz. Por que precisa de uma identidade surda?

Nita: Porque ela nem sabe o que é sua surdez. Não tem idéia, pois os pais não lhe disseram que é surda. Ela perguntou o que é a língua dos sinais. O que é isso Mary? Eu me senti péssima. Fiquei muito magoada. Ela não sabe nada dos sinais, nem uma palavra sequer! Age como se tivesse audição.

Mari: Por que é tão importante ser surdo? Os surdos têm uma linguagem linda, mas perdem outras coisas lindas do mundo, como a música.

Nita: Não ligo para música, não posso ouvi-la.

Mari: É ouvir o choro de um bebê pela primeira vez ou ir lá fora e ouvir a linda chuva. Pode ouvir a chuva caindo no solo.

Nita: Mary, você não entende. Espere aí. Você ouve. Eu nunca ouvi. Para mim, é normal. Posso ver a linda chuva. Posso sentir a chuva nos lábios. Não me importa ouvi-la. Para mim, não faz sentido. **Mari:** Você nunca experimentou ouvir. Eu sei o que você está perdendo.⁴³ (Som e Fúria, 2000, n.p.)

⁴³ Transcrição realizada pela autora, a partir das legendas da obra.

Figura 23 – Nita em diálogo com Mari



Fonte: Print da autora a partir do documentário *Som e Fúria* (2000)

Anna, em *A Gangue* (2014), por sua vez, confronta diversas situações de violação de seu corpo. Ao buscar na Itália uma possibilidade de recomeço, tira um passaporte e ensaia uma saída do circuito de violência que atravessa sua existência. Trata-se de um gesto que pode ser lido como tentativa de reinscrever seu corpo em outro horizonte de vida possível.

Em linhas gerais, as manifestações de desejo abordadas neste eixo não ocorrem em um vazio social, mas se produzem de forma situada. Ao observar a diversidade de corporeidades, como Sarah, Ana, Chieko, Sandrine e Emmanuelle Laborit, entre outras, é possível perceber que o desejo não se descola de marcadores como classe, raça, território e cultura. As possibilidades de visibilidade, expressão e agência implicam-se diretamente nas condições materiais e simbólicas que atravessam essas corporalidades.

A personagem Sarah, nos Estados Unidos, luta por autonomia social e profissional; Chieko, em Tóquio, habita uma solidão atravessada por expectativas relacionadas ao desenvolvimento da sexualidade e das relações afetivas; Ana, no sertão brasileiro, corporifica o desejo de expressão na dança em meio a poucos recursos econômicos; Sandrine e Laborit, ambas francesas, em seus depoimentos autobiográficos, acionam discursos públicos de reconhecimento e reivindicação que só se tornam possíveis em determinados contextos

históricos e geopolíticos. Tais diferenças indicam que o desejo não é apenas interdito ou afirmado, mas se constrói, se distribui de forma desigual e é tensionado por regimes que combinam normativas biomédicas da surdez, patriarcado, racismo, colonialidade, classe social, entre outros fatores.

Reconhecer essas intersecções permite ampliar a compreensão do desejo como um campo de disputas atravessado por forças históricas e relações de poder, no qual o corpo surdo feminino não se esgota nessas relações, mas também afirma-se como potência criadora.

5.3 Eixo 3– Corpos surdos femininos em zonas-limite da violência de gênero

Cena 3 – Corpos Em Confronto: Marcas E Violências De Gênero

A narrativa de *A Gangue* (*The Tribe*, 2014) se passa em um internato para jovens surdos. Nesse contexto, todos os personagens e atores são surdos, comunicando-se em língua de sinais ucraniana. É nesse espaço que se organiza uma rede de prostituição envolvendo duas estudantes, Anna e Svetka, que são conduzidas por rapazes até um pátio de caminhoneiros adjacente à escola. Ali, sob luz precária e entre veículos pesados, acontece a negociação de seus corpos: as meninas sobem na carroceria dos caminhões e são inseridas em um circuito de exploração que opera à margem da escola, inscrevendo a corporalidade feminina em uma sequência de violência associada à sexualidade.

Assim, o filme, intenso e extremamente violento, não poupa o espectador, exibindo cenas de sexo explícito, aborto e estupro. Nesse cenário, destacam-se dois trechos particularmente importantes. No primeiro, Anna, grávida, busca sozinha um local clandestino para realizar um aborto. Ela caminha por conta própria até um ambiente improvisado e vulnerável, marcado por uma bancada simples, objetos convertidos em instrumentos “cirúrgicos” e pela ausência de condições sanitárias adequadas. O enquadramento não suaviza a materialidade do procedimento, revelando tensão, dor, grito, esforço e ausência de cuidado.

Em outro momento, ao recusar manter relações sexuais com seu par romântico, Sergey, Anna é estuprada por ele em seu quarto no internato. Essas sequências não se limitam ao registro da violência em seu estado mais brutal, mas mobilizam dispositivos que inscrevem a corporalidade surda feminina em dinâmicas sistemáticas de exploração sexual e de disciplinamento de gênero.

No curta-metragem brasileiro *Seremos Ouvidas* (2020), são apresentadas as histórias de duas mulheres surdas, Gabriela Grigolom e Klícia Campos. Gabriela, de 28 anos, declara-se feminista e destaca a trajetória de violência doméstica vivenciada durante seu casamento com um homem também surdo, bem como o processo de tomada de consciência que a levou a compreender a complexidade dessa problemática, envolvendo machismo e tentativas de feminicídio. A figura 24 apresenta algumas de suas falas:

Figura 24 - Documentário Seremos Ouvidas(2020)



Fonte: Print da autora a partir de *Seremos Ouvidas* (2020)

Klícia, por sua vez, narra que nasceu no Nordeste e herdou da família o interesse pelo cordel. Atuando como professora de literatura surda na Universidade Federal do Paraná, é também cordelista e escreve poesias. Ela relata os abusos que sofreu e destaca a importância da mãe, que a orientou em relação ao feminismo e à Lei Maria da Penha. Nesse contexto, essas duas mulheres surdas falam diretamente sobre a incidência da violência sobre seus corpos, ao mesmo tempo em que apresentam ao espectador sua potência de transformação.

A cena 3 *Corpos em confronto: marcas e violências* foi composta a partir das afecções provocadas pelo encontro com duas obras completamente distintas: o longa-metragem *A Gangue* (*The Tribe*, 2014) e o curta *Seremos Ouvidas* (2020). Os afectos destacaram-se, em especial, pela intensidade com que fazem emergir as violências dirigidas às corporalidades surdas femininas.

O título *Seremos Ouvidas* (2020) já tensiona a questão da invisibilidade social, da ausência de políticas públicas efetivas e do acolhimento institucional destinado às mulheres surdas, especialmente em situações de violência doméstica e sexual. Assim como vimos em diversas produções acadêmicas apresentadas na *Esquete 4*, evidencia-se a dificuldade de acesso à informação e a direitos fundamentais, como o atendimento em delegacias em Língua Brasileira de Sinais (Libras), entre outros. Problematisa-se, desse modo, a necessidade do poder público voltar o olhar para essa parcela da população. Assim, o documentário se inscreve como um dispositivo que visibiliza corpos surdos femininos em luta, reafirmando a potência da linguagem cinematográfica como campo de agenciamento político e ético.

Do ponto de vista estético, o documentário combina entrevistas em Libras, imagens de marchas feministas, cartazes, trechos musicais como *Maria, Maria*, de Milton Nascimento e Fernando Brant, e telas pretas com enunciados escritos que apresentam dados sobre a violência contra a mulher, como se observa a seguir:

Figura 25 – Dois enunciados do documentário *Seremos Ouvidas* (2020)



Fonte: Print da autora a partir de *Seremos Ouvidas* (2020)

Além disso, há a modelagem de uma peça em argila, que recebe golpes ao longo da narrativa e, pouco a pouco, vai adquirindo o contorno de um corpo feminino. Essa montagem cria uma materialidade híbrida, na qual o audível e o visual se entrelaçam como recursos estéticos e políticos, produzindo efeitos de denúncia e resistência. O jogo entre a construção das marchas públicas e os golpes na peça de argila intensifica o gesto político do filme que

consiste em expor o silenciamento imposto às mulheres surdas e, ao mesmo tempo, afirmar sua potência de reconstrução.

Já em *A Gangue (The Tribe, 2014)*, a escola-internato para jovens surdos se configura como um microcosmo em que se condensam mecanismos brutais de violências, envolvendo práticas de exploração e disciplinamento. A instituição, oficialmente destinada à educação, se constitui como um terreno no qual estudantes surdos articulam uma rede de extorsões, furtos, prostituição e agressões físicas constantes.

Nesse cenário, as jovens mulheres surdas ocupam o ponto mais vulnerável dessa dinâmica ao serem recrutadas, aliciadas e conduzidas à prostituição em postos de estrada de caminhoneiros, sob vigilância constante de colegas. Esses trechos fílmicos engendram uma leitura sobre como forças disciplinares ou, em termos deleuze-guattarianos, linhas molares atravessam esses corpos e produzem marcas que convocam o olhar da cartógrafa.

A gangue, ou a tribo, opera um mecanismo que rentabiliza os corpos surdos femininos por meio da prostituição, produzindo subjetividades tensionadas por regimes de vulnerabilização e controle.

É importante destacar que, embora todos os sujeitos surdos presentes na narrativa sejam atravessados por diferentes formas de violações, a incidência dessas forças sobre as meninas assume contornos específicos. Enquanto os rapazes se engajam em disputas internas ao grupo, marcadas por embates físicos e negociações de poder, as mulheres são inseridas em circuitos de exploração sexual e a situações que revelam as implicações normativas do gênero feminino. Entre elas, está Anna, que, ao perceber uma gestação indesejada, recorre a um aborto clandestino em condições precárias, expondo-se a riscos severos. Nesse contexto, a realização do procedimento em condições tão inadequadas opera como mais uma forma de violência contra a corporeidade feminina. Ainda que o aborto seja legalizado na Ucrânia desde 1921, há uma série de fatores, entre eles, a infraestrutura e a burocracia, que levam mulheres a recorrer à informalidade. Ao ampliar a discussão para países nos quais o aborto não é permitido, esse cenário assume outros contornos, uma vez que o Estado passa a decidir sobre os corpos femininos⁴⁴.

Esse arranjo narrativo encontra ressonância na produção acadêmica, como apontam os estudos de Borba (2021) e Rodrigues et al. (2022), que evidenciam que as mulheres surdas, tal como as ouvintes, continuam sendo responsabilizadas pelas dimensões reprodutivas, uma vez

⁴⁴ Para aprofundamento da temática do aborto nesta perspectiva, sugere-se a leitura de Nielsson e Carrion (2022), que discutem a criminalização do aborto à luz da noção de biopoder.

que os efeitos de uma gravidez não planejada e os cuidados com os filhos recaem prioritariamente sobre seus corpos, enquanto os homens permanecem, muitas vezes, alheios a essas responsabilizações.

Ademais, Anna sofre um estupro. A presença do abuso sexual não é um elemento isolado: ele aparece de forma recorrente tanto nas investigações sobre corpos surdos femininos⁴⁵ quanto em diferentes narrativas cinematográficas. Em *Seremos Ouvidas* (2020), Klícia denuncia o assédio sexual que sofreu, conforme a imagem a seguir:

Figura 26 – Klícia



Fonte: Print da autora a partir de *Seremos Ouvidas* (2020).

Em *Filhos do Silêncio* (1986), Sarah relata ter sofrido essa violação ainda na adolescência, o que indica uma incidência sobre corpos jovens e infantis. A personagem revela a Leeds os abusos sofridos por parte dos amigos da irmã, na maioria das vezes com a anuência desta, como demonstra o diálogo a seguir, que apresenta a tradução de Leeds da sinalização de Sarah acerca de sua relação com os jovens que integravam a rede relacional da irmã:

[...]Nunca se preocuparam em te entender. Devia aprender a falar e não fala. Sexo podia fazer tão bem quanto as outras. Melhor. No princípio se entregava, por que eles queriam. De repente, formavam uma fila de espera levados por sua irmã. Nem apresentação, nem conversa. Só ia a um lugar escuro e [...] Nem uma coca-cola te ofereciam.⁴⁶ (*Filhos do Silêncio*, 1986, n.p.)

⁴⁵ Ver Brito et al. 2021.

⁴⁶ Transcrição realizada pela autora, a partir das legendas da obra.

Assim, essas camadas de violência produzem a visibilidade da captura da corporalidade surda feminina por linhas molares que operam na interseção entre gênero, surdez e sexualidade, trazendo à tona, também, os abusos que ocorrem em contextos familiares. Essa dimensão aparece igualmente na produção acadêmica, em especial no relato de Nayara Rodrigues (Brito et al., 2021), que, por meio da arte e da poesia, denuncia os abusos sofridos entre os 3 e os 14 anos de idade.

Além disso, ainda em *Filhos do Silêncio* (1986), há um momento emblemático que antecede o grito de Sarah, no qual Leeds a acua contra a parede, exigindo que ela fale, como ilustra a imagem a seguir:

Figura 27 – Filhos do Silêncio (1986)



Fonte: Print da autora a partir de *Filhos do Silêncio* (1986)

O trecho supracitado carrega tensão e agressividade, especialmente da parte de Leeds, que não reconhece a afirmação de Sarah em razão de sua diferença. Sarah, por sua vez, anseia por autonomia e poder decisório sobre a própria vida, algo que Leeds considera impossível, uma vez que ela não fala. Nesse contexto, evidenciam-se a presença do álcool, dos gritos e dos insultos dirigidos à personagem surda. Para além da surdez, Sarah vivencia a violência de gênero, sendo acuada e menosprezada também por ser mulher.

Ao enfatizar “Você quer se virar sozinha. Não quer pena de ninguém. Então aprenda a ler os meus lábios e use essa boquinha para algo além de mostrar que é melhor que as outras na

cama.⁴⁷” (Filhos do Silêncio, 1986, n.p.). Leeds produz um exemplo claro de violência linguística associada à violência de gênero, uma vez que a objetificação sexual do corpo e do comportamento de Sarah é ressaltada.

Outras produções acadêmicas brasileiras, como as de Baalbaki e Silveira (2024), também evidenciaram que a violência de gênero está associada à violência linguística quando se trata de mulheres surdas. Assim como Klícia e Gabriela Grigolom revelam em *Seremos Ouvidas* (2020), grande parte das mulheres surdas desconhece a Lei Maria da Penha e, mesmo quando reconhece que está sendo vítima de violência, enfrenta dificuldades para denunciar, em razão da ausência de intérpretes de Libras qualificados em delegacias especializadas. Portanto, a não garantia dos direitos linguísticos incide diretamente no silenciamento e no apagamento dessa corporalidade, o que torna o corpo feminino surdo mais vulnerável a situações de agressões e violações de diferentes ordens, sejam elas físicas, psicológicas, sexuais ou patrimoniais.

Segundo Martins e Lopes (2024), a política de acessibilidade vigente na atualidade não tem sido suficiente para garantir o direito à existência surda na diferença, uma vez que o direito linguístico ultrapassa a lógica da acessibilidade técnica. Trata-se, antes, da produção de novas formas de reconhecimento, respeito e condutas ético-políticas frente ao corpo expressivo do outro, em sua língua, cultura e modos próprios de existência.

Ainda no documentário, Gabriela Grigolom destaca o machismo presente nas próprias comunidades surdas, a partir de seu relato sobre a relação com o marido, também surdo. Nas palavras da ativista:

Eu não era livre para sair e passear. Eu estava sempre longe da minha família, não podia vê-los. O mesmo com amigos, me mantinha muito afastada. Eu fiquei muito sozinha, sempre só com ele, que era muito ciumento. Ele me mandava cozinhar, limpar, mesmo quando estava grávida. Ele não fazia nada, só mandava (Seremos Ouvidas, 2020, n.p.)

As palavras de Gabriela convocam a pensar as relações de poder que atravessam diferentes territórios, evidenciando violências e hierarquias que se refletem também em grupos historicamente compreendidos como minoritários. Nesse contexto, operam modos de regulação das corporeidades orientados por expectativas sociais que atravessam múltiplas dimensões, como surdez, gênero, juventude e institucionalização.

⁴⁷ Cf.: FILHOS do silêncio (Título original: Children of a Lesser God). Direção: Randa Haines. EUA: Paramount Pictures, 1986. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Jnjlp4XYSeY> . Acesso em: 24 ago. 2023.

Considerando que o curta-metragem documental *Seremos Ouvidas* (2020) é brasileiro, é fundamental ressaltar que, no período de escrita desta tese, a temática da violência contra a mulher no Brasil tem assumido grandes proporções, devido ao aumento significativo dos casos de violência e de feminicídio no país. Esse cenário culminou, inclusive, na realização de atos nacionais em 7 de dezembro de 2025, os quais adotaram como lema “Mulheres Vivas”. A mobilização constituiu uma resposta da sociedade em protesto contra os feminicídios e reivindicou a construção de políticas públicas mais eficazes de proteção às mulheres.

De acordo com dados do Instituto de Pesquisa DataSenado, na Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, 3,7 milhões de brasileiras foram vítimas de algum tipo de violência doméstica ou familiar em 2025. Nessa mesma linha, os indicadores revelam que o Brasil “ocupa o 5º lugar no ranking de países que mais matam mulheres em razão de gênero no mundo” (Brasil, Câmara dos Deputados, 2025, n.p.), segundo o Mapa da Violência 2025, divulgado pelo Ministério da Justiça.

Neste contexto, as violências que atravessam os corpos surdos femininos têm contornos específicos e, ainda que não sejam homogêneas, muitas delas se manifestam de modo recorrente. Esse caráter recorrente se relaciona ao fato de que abusos sexuais, violência de gênero e violência linguística atravessam diferentes realidades e temporalidades, como ocorre em *Filhos do Silêncio* (1986), nos Estados Unidos, passando por *A Gangue* (2014), na Ucrânia, e, finalmente, *Seremos Ouvidas* (2020), no Brasil. Tais produções materializam situações de violência às quais esses corpos são submetidos, corroborando a ideia de que as mulheres surdas compartilham uma mesma matriz ou foco de experiência (Foucault, 2010)

A partir das narrativas cinematográficas – que incluem tanto obras ficcionais quanto documentários com depoimentos de mulheres surdas – traça-se um mapa que evidencia que as mulheres surdas são atravessadas por diferentes saberes historicamente constituídos no interior de uma cultura. Essas corporalidades são produzidas e capturadas por normas que as caracterizam como desviantes, não apenas por serem surdas, mas também por serem mulheres. Por fim, isso incide nos modos dessas existências e nas suas formas de se relacionar em um mundo ainda predominantemente regido por normas machistas e audistas.

Nesse sentido, como propõe Lozano (2016), ao destacar a escrita de “*mulheresnegras*” de forma conjunta para salientar que é impossível separar a experiência de ser mulher da experiência de ser negra, as experiências comuns de violência aqui destacadas, somadas às questões de patologização associadas ao gênero indicam que, de modo análogo, é impossível separar a experiência de ser mulher da experiência de ser surda. Essas características

entrelaçadas que produzem saberes, relações de poder, comportamentos, agenciamentos e acontecimentos.

Isso não implica a essencialização desses corpos, uma vez que, em uma perspectiva rizomática, como já destacado, há outras linhas que os atravessam, como raça, classe social, território geográfico e questões culturais. No entanto, o que a discursividade cinematográfica faz operar a compreensão de que ser mulher constitui uma diferença significativa no interior das comunidades surdas.

Portanto, este eixo cartografou cenas em que o corpo surdo feminino se desloca para zonas-limite, configuradas como territórios de violência física e sexual, exploração e abandono. Nesses contextos, a surdez e o gênero deixam de figurar apenas como diferenças a serem normalizadas e passam a constituir marcas de vulnerabilidade política e social, produzidas por práticas de controle, silenciamento e desumanização.

As narrativas cinematográficas articulam, assim, tecnologias de gênero e de deficiência que produzem as mulheres surdas como existências precarizadas, passíveis de exploração, correção ou eliminação, ao mesmo tempo em que fazem emergir gestos, ainda que algumas vezes mínimos de resistência e de invenção de si.

Ao cartografar essas engrenagens, o eixo evidencia como a violência não se apresenta como um evento excepcional, mas como um modo de governo dos corpos surdos femininos. A prostituição, os abusos sexuais, a violência doméstica e a negligência institucional compõem um campo de forças no qual o feminino surdo se vê sistematicamente posicionado como corpo disponível para o sexo, para a punição, entre outros usos. Contudo, mesmo nesse cenário de captura extrema, emergem afectos e movimentos que não se deixam reduzir a uma posição de submissão, materializando-se em alianças entre mulheres, pequenos gestos de cuidado entre colegas, recusas silenciosas, organizações coletivas e fugas. Todos esses movimentos integram outras linhas, especificamente as linhas moleculares e de fuga que insinuam direções possíveis e abrem pequenas brechas na ordem dominante. A língua de sinais e a resistência feminina, mesmo sob vigilância institucional, mantêm-se como potência, estratégia de sobrevivência e afirmação de subjetividades outras que não se deixam apagar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quem nos deu permissão para praticar o ato de escrever? Por que escrever parece tão artificial para mim? Eu faço qualquer coisa para adiar este ato – esvazio o lixo, atendo o telefone. Uma voz é recorrente em mim: Quem sou eu, uma pobre chicanita do fim do mundo, para pensar que poderia escrever? (Anzaldúa, 2000, p.230).

Este trabalho teve como ponto de partida o desejo de compreender de que modos o cinema contemporâneo produz e faz circular as corporeidades de mulheres surdas, bem como as forças de captura e de invenção que atravessam essas narrativas. Ao longo do percurso, suscitaram-se inquietações e anseios, compondo um corpo de mulher ouvinte, professora e implicada, que se interrogava sobre a possibilidade de escrever e pesquisar um tema tão complexo e relevante, que mobilizava campos distintos de minha formação inicial, como a filosofia e o cinema, os quais, em sua aproximação, mostraram-se relevantes para o campo da Educação Especial.

Nesse contexto, a cartografia constituiu-se como método, permitindo refletir sobre os meus próprios afectos, traduzindo-os em investigação. Assim, o ato de escrever e pesquisar, compreendido como um processo em constante movimento e construção, apresentou-se simultaneamente como desafio e como oportunidade para pensar outros modos de fazer pesquisa. Nesse sentido, as considerações aqui apresentadas, resultantes de um mapeamento atravessado pelas reflexões da cartógrafa, assumiram um caráter situado e aberto, em consonância com uma metodologia que pressupõe o movimento contínuo.

A partir desse problema inicial delineou-se o objetivo geral da pesquisa, que consistiu em cartografar, por meio de imagens e narrativas do cinema contemporâneo, os territórios onde emergem as aparições de mulheres surdas. Para tanto, mapearam-se – pela composição de cenas e pelos afectos que as atravessam – as formas pelas quais suas corporeidades são construídas e tensionadas entre normas e invenções, evidenciando discursos e dispositivos que operam nesses processos.

Sob essa perspectiva, a partir dos afectos que tensionaram o corpo da cartógrafa no processo de busca e seleção dos territórios discursivos que compuseram a cartografia, a investigação conduziu a encontros com autores da Filosofia da Diferença, dos Estudos Surdos e dos Estudos Feministas, bem como ao mapeamento de textos acadêmicos que constituem e dão visibilidade às discursividades que atravessam as corporalidades de mulheres surdas e, por fim, à seleção de filmes. Desses encontros, forjou-se a noção de cena como ferramenta analítica, inspirada em Luz (2013), a qual, além de condensar os afectos filmicos, é compreendida como

um espaço no qual tais discursividades circulam, são produzidas e se atualizam, fazendo emergir modos de existência das mulheres surdas na contemporaneidade.

Entre esses múltiplos encontros e deslocamentos, incluindo a experiência da estrangeiridade no contexto de intercâmbio com o país vizinho, a Argentina, que trouxe novos aportes teóricos e reflexões à temática, formulou-se a tese de que o cinema produz e faz ver como as corporeidades surdas femininas se formam entre normas e forças de criação, operando simultaneamente como tecnologia de gênero e como território rizomático.

A análise produz a compreensão de que as noções de patologização e de discursividade normativa sobre o gênero feminino, constituídas historicamente e de forma situada, atuam de maneira conjunta na experiência surda feminina. Isso ocorre na medida em que a mulher surda é atravessada por linhas de força, saberes e poderes que articulam, simultaneamente, discursos biomédicos, que remetem à noção de deficiência ou déficit e à normalização dos corpos surdos, e questões que incidem sobre os corpos femininos, tais como a violência de gênero, a docilidade, a feminilidade normativa, os padrões estéticos que operam na composição de um corpo feminino aceitável e alinhado às normas de beleza hegemônicas, bem como a erotização e a maternidade idealizada no modelo audista.

Nesse processo, é relevante assinalar que, especialmente nos filmes ficcionais, a surdez da mulher é frequentemente absorvida pela feminilidade normativa, seja pela erotização, seja pela adesão a ideais de beleza orientados pelo olhar masculino. Trata-se da produção de um corpo desejável, que aparece menos como uma diferença e mais como um fator a ser acomodado a modelos já legitimados, o que evidencia a força de linhas molares de captura que atravessam essas narrativas e produzem efeitos na maneira como esses corpos se tornam visíveis, inteligíveis e desejáveis.

Outra proposição que atravessa a investigação refere-se à inferência de uma pedagogia do cuidado que, em diferentes narrativas, reinscreve a mulher surda, sobretudo na maternidade, sob regimes de tutela, ao mesmo tempo em que desloca para filhas ouvintes a mediação linguística com o mundo sonoro e a responsabilidade do cuidar, reiterando uma divisão generificada do cuidado. Tais asserções corroboram a tese de que o cinema atua como uma tecnologia de gênero (De Lauretis, 1994; Luque et al., 2024) e, simultaneamente, como um território rizomático, produzindo agenciamentos sociais e constituindo um campo de forças discursivas.

Ao mesmo tempo, o percurso analítico evidencia que a discursividade cinematográfica, em consonância com as produções acadêmicas, indica que ser mulher constitui uma diferença

altamente significativa no interior das comunidades surdas, especialmente no modo como esses corpos são narrados e normatizados. Ainda que o cinema, enquanto território rizomático, não comporte essencializações, as corporeidades são atravessadas por linhas de força como classe social, raça e localização geográfica. Nesse sentido, as mulheres surdas compartilham uma matriz de experiência (Foucault, 2010) que incide diretamente sobre seus modos de ser e estar no mundo. Não há, portanto, como dissociar a experiência de ser mulher da experiência de ser surda nas formas históricas e sociais em que tais corpos se constituem.

Além disso, a existência das mulheres surdas é atravessada pela violência, compreendida aqui como uma forma de governo desses corpos. A maior vulnerabilidade dessa corporeidade envolve discriminações que articulam a violência associada ao gênero feminino à violência linguística – esta última vivenciada por pessoas surdas sinalizadoras – o que configura a especificidade dos modos pelos quais a violência incide sobre mulheres surdas. Essa articulação constitui uma diferença fundamental no modo como a violência se exerce na sociedade: no caso das mulheres surdas, ela opera pela articulação entre gênero e ausência de acesso à informação, à comunicação, à educação e ao atendimento em língua de sinais, distinguindo-se tanto das formas de violência que incidem sobre mulheres ouvintes quanto daquelas dirigidas aos homens surdos.

Nessa direção, na esteira de Martins e Lopes (2024), as políticas de inclusão atualmente vigentes no Brasil mostram-se aquém do necessário para a garantia do direito à existência das pessoas surdas a partir da diferença. A análise, portanto, reafirma as considerações das autoras ao indicar que a compreensão do direito linguístico das pessoas surdas – e, aqui em especial, das mulheres surdas – não deve se restringir a uma lógica de acessibilidade puramente técnica. Tal perspectiva demanda a construção de outras formas de reconhecimento, respeito e de condutas ético-políticas que considerem as implicações de gênero e as diferentes corporalidades em sua cultura, língua e modos de ser e estar no mundo.

No entanto, a discursividade do cinema contemporâneo também produz, em determinados momentos, escapes significativos que revelam as mulheres surdas em sua potência criadora. Entre esses escapes, destaca-se a importância das referências entre mulheres surdas como linhas de fuga no interior das narrativas. Isto é, é a partir da identificação com outras mulheres surdas, em oposição à figura masculina salvadora, que emergem desejos de desenvolvimento acadêmico e profissional, processos de pertencimento coletivo e movimentos de invenção de si. Personagens e personalidades como Marian, em *Filhos do Silêncio* (1986), assim como Emmanuelle Laborit e Sandrine, em *Sou Surda e Não Sabia* (2009), podem ser

compreendidas como referências relevantes que rompem com a leitura deficitária do corpo feminino surdo, afirmando-o como lugar de desejo, pertencimento coletivo e invenção de si.

Como desdobramento dessa reflexão, verificou-se que, tanto nas narrativas ficcionais quanto nas documentais, as corporeidades surdas femininas resistem, recriam e defendem a língua de sinais, inspiram-se em outras mulheres surdas e expressam, por meio de palavras, gestos, movimentos e ações, uma busca por inteligibilidade social para além da captura normativa que deseja limitá-las, inclusive sob vigilância institucional. Essas práticas não se restringem ao âmbito individual, mas se constroem também de forma social e política, frequentemente coletiva, afirmando modos de resistência que extrapolam experiências isoladas. Nesse sentido, a resistência feminina e a língua de sinais mantêm-se como estratégias de sobrevivência, forças criativas e modos de afirmação da diferença. A partir dessas fissuras no instituído, compõem-se outros modos de ser e estar no mundo, nos quais esses corpos se afirmam como campo de invenção, fazendo emergir subjetividades outras.

Nessa perspectiva, forja a compreensão de que ele não se encontra completamente à margem da norma. Ao contrário, o desejo é também regulado, produzido e distribuído a partir de atravessamentos de classe, raça, território geográfico, gênero e surdez, entre outros marcadores sociais. É nesses contextos situados que os corpos desejantes produzem brechas, deslocam regimes de visibilidade e possibilitam a emergência de outras formas de existência.

Dito isso, abrem-se possibilidades para pesquisas futuras que explorem outros atravessamentos interseccionais das corporeidades surdas femininas, como a experiência de mulheres surdas em contextos indígenas e latino-americanos, entre outros, que suscitem elementos fundamentais para a ampliação da reflexão. No campo do cinema, compreendido como dispositivo e intercessor do pensamento (Deleuze, 2002), destaca-se a relevância de aprofundar a análise de seus agenciamentos e de sua potência na produção de modos de existir na contemporaneidade. Para além dele, outras mídias, como as redes sociais, também participam ativamente da composição discursiva acerca das mulheres surdas. Esses diferentes espaços midiáticos configuram, assim, campos férteis para investigações futuras que sigam interrogando os modos de existência, resistência e criação de corporeidades.

REFERÊNCIAS

- ADOROCINEMA. Babel. 2007. Disponível em: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-20151/> . Acesso em: 17 fev. 2025.
- ADOROCINEMA. **Filhos do silêncio**. Sinopse. Disponível em: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-1662/> . Acesso em: 18 jul. 2024.
- ADOROCINEMA. **A gangue**. 2015. Disponível em: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-228462/>. Acesso em: 17 fev. 2025.
- ADOROCINEMA. **Mulheres surdas me contaram**. Sinopse. Disponível em: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-296678/> . Acesso em: 02 set. 2024.
- A FAMÍLIA Bélier (Título original: La Famille Bélier). Direção: Eric Lartigau. França: Mars Distribution / Brasil: Paris Filmes, 2014. Disponível em: <https://tv.apple.com/ar/movie/lafamillebelier/umc.cmc.3o35geqiokn4y8nzm49x67ghj?action=play> . Acesso em: 24 ago. 2023.
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).
- ALBRES, Neiva de Aquino. Performances literárias-poéticas de mulheres surdas: um estudo documental sobre temáticas e representações de violência contra a mulher surda. **Foro Linguístico**, Florianópolis, v. 21, n. 2, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2024.e96132>. Acesso em: 4 ago. 2025.
- ALEIXO, Felipe; ANDRADE, Jorgiane Viriato de. Análise da tradução da Lei Maria da Penha para Libras: percepção de mulheres surdas roraimenses. **Foro Linguístico**, Florianópolis, v. 21, n. 2, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2024.e96136>. Acesso em: 4 ago. 2025.
- AMADO, Jorge. **Gabriela, cravo e canela**: crônica de uma cidade do interior. Rio de Janeiro: Livraria Martins Editora, 1958.
- A MÚSICA e o silêncio (Título original: Jenseits der Stille). Direção: Caroline Link. Alemanha: [s. n.], 1996. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GPs-weIveEQ> . Acesso em: 24 ago. 2023.
- ANDRADE, Bianca Salles Conceição de. **Regimes de verdade em territórios surdos**: mídias sociais como dispositivos biopolíticos nos processos de subjetivação de vidas surdas. 2022. 255 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229–236, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em: 21 jan. 2026.

ARAGÃO, Valdeny Costa de et al. “Vítima surda-muda e analfabeta”: uma análise crítica do direito linguístico e da representação de mulheres surdas em acórdãos judiciais. **Diálogo das Letras**, [S. l.], v. 12, p.e02320, 2023. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/DDL/article/view/5186>. Acesso em: 4 ago. 2025.

ARULOGUN, O. S.; TITILOYE, M. A.; OYEWOLE, E. O.; NWAORGU, O. G.; AFOLABI. Experience of violence among deaf girls in Ibadan metropolis, Nigeria. **International Journal of Collaborative Research on Internal Medicine & Public Health**, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 0-0, 2012.

BAALBAKI, Angela Corrêa Ferreira; SILVEIRA, Luciane Cruz. Sobre violência contra mulheres surdas: diferença de gênero e vulnerabilidade linguística. **Foro Linguístico**, Florianópolis, v. 21, n. 2, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2024.e95144>. Acesso em: 4 ago. 2025.

BARRETO, Raquel de Oliveira; CARRIERI, Alexandre de Pádua; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. O rizoma deleuze-guattariano nas pesquisas em Estudos Organizacionais. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, RJ, v. 18, n. 1, p.47-60, 2020. DOI: 10.1590/1679-395174655. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/74655>. Acesso em: 15 mar. 2024.

BORBA, Letícia. **Cartografias existenciais de mulheres com deficiência auditiva e surdas trabalhadoras na cidade de Goiânia (GO)**. 2021. 89 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Goiás, Campus Cora Coralina, Goiás, 2021. Disponível em: <https://www.bdt.d.ueg.br/handle/tede/815>. Acesso em: 4 ago. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Participação Popular: a sociedade e o feminicídio**. TV Câmara, 4 jul. 2025. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/participacao-popular/1176106-participacao-popular-a-sociedade-e-o-femicidio/>. Acesso em: 29 dez. 2025.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, ano 142, n. 246-A, p.28-30, 23 dez. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 79, p.23, 25 abr. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 6 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm . Acesso em: 23 mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 4 ago. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm. Acesso em: 22 fev. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2008. 15p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf> . Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **DataSenado**: violência de gênero atinge 3,7 milhões de brasileiras. Agência Senado, 24 nov. 2025. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/11/24/datasenado-violencia-de-genero-atinge-3-7-milhoes-de-brasileiras>. Acesso em: 29 dez. 2025.

BRITO, F. B. O movimento surdo no Brasil: a busca por direitos. **Journal of Research in Special Educational Needs**, v. 16, p.766-769, 2016.

BRITO, Iara dos Anjos; MEDEIROS, José Roberto; BENTO, Natália Alves; RODRIGUES, Nayara. Que corpo é esse? Literatura negra surda, interseccionalidades e violências. **ODEERE**, São Paulo, v. 6, n. 1, p.209-232, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/odeere.v6i01.8533>. Acesso em: 4 ago. 2025.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: sobre os limites discursivos do sexo. São Paulo: n-1 edições, 2019.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. E-book. ISBN 978-85-200-1371-7.

BUTLER, Judith. Changing the subject: Judith Butler's politics of radical resignification. Gary Olson and Lynn Worsham, **JAC**, v.20 n.4, p. 727-765, 2000. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20866363> Acesso em: 05 jan. 2021.

CAVALACANTE, Diego Marques. O procedimento da criação: imanência e produção de diferença em Gilles Deleuze e Félix Guattari. **Revista Trágica: Estudos de Filosofia da Imanência**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p.81-107, 2020.

CINEMATOLOGIA. Crítica: a variedade de povos em Babel. **Cinematologia**, 22 ago. 2018. Disponível em: <https://cinematologia.com.br/cine/critica-a-variedade-de-povos-em-babel/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONEGATTI, D. Performatividade butleriana: a crítica (neo)materialista e as respostas em sua teoria. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 11, n. 2, p.388-406, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/cgd.v11i2.58260> . Acesso em: 4 ago. 2025.

COSTA, Aline Corrêa de Barros da; OLIVEIRA, Waldma Máira Menezes de; KLEIN, Madalena. Representações sociais de mulheres surdas mirienses sobre si: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista de Educação PUC-Campinas**, [S. l.], v. 26, p.1-16, 2021. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/5356>. Acesso em: 3 ago. 2025.

COSTA, Aline de Araújo; VOGT, Simone Edi; RUAS, Edna de Fátima Gomes; HOLZMANN, Ana Paula Faria; SILVA, Paula Laís Nogueira da. Welcome and listen to the silence: nursing care from the perspective of deaf woman during pregnancy, childbirth and postpartum. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p.123-129, 2018. Disponível em: <https://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/5997>. Acesso em: 4 ago. 2025.

COSTA, Amanda de Andrade; VOGT, Sibylle Emilie; RUAS, Edna de Freitas Gomes; HOLZMANN, Ana Paula Ferreira; SILVA, Patrick Leonardo Nogueira da. Acolher e escutar o silêncio: o cuidado de enfermagem sob a ótica da mulher surda durante a gestação, parto e puerpério. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 123-129, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://www.index-f.com/pesquisa/2018/101123.php>. Acesso em: 25 jul. 2025.

COUTINHO, Gislene Rodrigues da Silva. **A literatura surda pode ser escrita: o que nos diz a vida da poeta surda Laura Searing, já no século XIX?** 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2024. Disponível em: <https://dspace4.ufes.br/items/e13bd72b-5f07-4c01-a3b6-576ad31ee39b/full>. Acesso em: 4 ago. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **The University of Chicago Legal Forum**, n. 140, 1989, p.139-167. CULTURA SURDA. Filmes. Disponível em: <https://culturasurda.net/category/filmes/> . Acesso em: 15 nov. 2023.

CRUZ, Tatiane Monteiro da. **Filme A Tribo: mudança de paradigma na representação do surdo no cinema**. 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Audiovisual) – Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2017.

CUNHA, Claudia Madruga. Princípios da cartografia e o pensamento da diferença em Deleuze – o que quer a pesquisa cartográfica? **Atos de Pesquisa em Educação**, [S. l.], v. 14, n. 3, p.934-959, 2019. DOI: 10.7867/1809-0354. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/8051> . Acesso em: 19 set. 2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE LAURETIS, Teresa. Através do espelho: mulher, cinema e linguagem. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 1, n. 1, p. 96-122, 1. sem. 1993. Tradução autorizada de capítulo da obra Alice Doesn't: Feminism, Semiotics, Cinema.

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

DELEUZE, Gilles. **Cinema: a imagem-movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DELEUZE, Gilles. **Cinema: a imagem-tempo**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

DELEUZE, Gilles. **Conversações (1972-1990)**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução de Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles. O que é dispositivo? In: DELEUZE, G. **O mistério de Ariana**. 2. ed. Trad. Edmundo Cordeiro. Lisboa: Vega, 1996.

DELEUZE, Gilles. **Sobre o teatro: um manifesto de menos – o esgotado**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Coleção TRANS. 1a ed. São Paulo: Editora 34 Letras, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka: por uma literatura menor**. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. Coleção TRANS. v. 1. Rio de Janeiro: Editora 34 Letras, 1995a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 1. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Coleção TRANS. v. 2. Rio de Janeiro: Editora 34 Letras, 1995b.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Coleção TRANS. v. 3. Rio de Janeiro: Editora 34 Letras, 1996.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Coleção TRANS. v. 4. Rio de Janeiro: Editora 34 Letras, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Coleção TRANS. v. 5. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora 34 Letras, 2012.

DELEUZE, Gilles. Prefácio. In: NEGRI, Antonio. **A anomalia selvagem: poder e potência em Spinoza**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. p. 7-9.

DENARI, F. E.; COLOMBO, I. M. Revisão de literatura: surdez e identidades interseccionais. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, v. 26, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v26e2021a5287> . Acesso em: 4 fev. 2024.

DE PAULA, Thayane Fraga; GEDIEL, Ana Luisa Borba; DIAS, Mylene Mayara Santos. Mulheres surdas e o acesso às informações acerca da saúde. **JMPHC | Journal of Management & Primary Health Care**, [S. l.], v. 7, n. 1, p.147-147, 2017. Disponível em: <https://www.jmphc.com.br/jmphc/article/view/489>. Acesso em: 4 ago. 2025.

E-CONSULTA. **Rizoma Deleuze e Guattari**. Disponível em: <https://blogs.e-consulta.com/blogs/nuevoconsultario/nota/ubu/rizoma-deleuze-y-guattari> . Publicado em: 17 jun. 2022. Acesso em: 15 mar. 2024.

FERNANDES, E. A. P. **Políticas públicas da educação de surdos no século XXI: análise de documentos federais, estaduais e municipais**. 2019. 145 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1637021> . Acesso em: 16 mar. 2023.

FERREIRA, Charliane Oliveira; SILVA, Samara Louise da Cunha; OLIVEIRA, Carlos Alberto Mathias de; STELLA, Paulo Rogério. Resistir para existir: uma análise de narrativas de mulheres surdas e negras sobre suas (re)existências. **Revista Gatilho**, Juiz de Fora, v. 23, p. 126-147, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/gatilho/article/view/38325>. Acesso em: 03 maio 2025.

FERREIRA, Renata dos Santos et al. Assistência de enfermagem e as principais barreiras enfrentadas por mulheres surdas no período gravídico-puerperal. **Revista Brasileira de Saúde Funcional**, v. 11, n. 2, 2023. Disponível em: <https://adventista.emnuvens.com.br/RBSF/article/view/1650>. Acesso em: 4 ago. 2025.

FILHOS do silêncio (Título original: *Children of a Lesser God*). Direção: Randa Haines. EUA: Paramount Pictures, 1986. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JnjIp4XYSeY> . Acesso em: 24 ago. 2023.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **O governo dos vivos**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, penalidade e prisão**. Organização de Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2012. 307 p. (Ditos & escritos, 8).

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Ditos e escritos IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Tradução de Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. p.118-140.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes; supervisão final do texto de Léa Porto de Abreu Novaes et al. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005. 160 p.

FRANCISCO, Gildete da Silva Amorim Mendes; BOLDT, Marilha. Política de prevenção à violência contra a mulher surda no âmbito da violência doméstica e familiar. **Foro Linguístico**, Florianópolis, v. 21, n. 2, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2024.e95383>. Acesso em: 4 ago. 2025.

FREITAS, Flávio Luiz de Castro; PERRI, Cecília Eduarda dos Santos; FERREIRA, Kevin de Abreu. A possibilidade do cinema como agenciamentos crítico-político na contemporaneidade – uma discussão audiovisual. **International Journal of Development Research**, v. 12, n. 10, p. 59440-59443, 2022. Disponível em: <https://www.journalijdr.com/sites/default/files/issue-pdf/25504.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

FREITAS, Gisele Kelly da Silva et al. A compreensão do vivido da mulher surda sobre o atendimento na consulta ginecológica. **Saúde Coletiva (Barueri)**, Barueri, v. 15, n. 92, p. 13702-13713, 2025. Disponível em: <https://revistasau decoletiva.com.br/index.php/sau decoletiva/article/view/3199>. Acesso em: 4 ago. 2025.

GALLO, Sílvio. Em Torno de uma Educação Menor. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 27, n. 2, 2002. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25926> . Acesso em: 4 set. 2024.

GALLO, Sílvio. **Deleuze & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GEDIEL, Ana Luisa Borba; DIAS, Mylene Mayara Santos; PAULA, Thayane Fraga de. A internet como ferramenta de aprendizagem e difusão cultural e linguística das mulheres surdas. **Revista Observatório**, v. 3, n. 4, p.407-426, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n4p407>. Acesso em: 4 ago. 2025.

GEDIEL, A. L. B. As mulheres surdas e o sistema público de saúde: caminhos para o acesso aos direitos sexuais reprodutivos. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 48, p.75-87, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/2238-6009.2016v1n48ID11502>. Acesso em: 5 fev. 2024.

GOMES, Júlia Diana Pereira; CARVALHO, Aline Tomaz de; BRANDÃO, Maria Gírlane Sousa Albuquerque; GALINDO NETO, Nelson Miguel; FIGUEIREDO, Maria do Livramento Fortes; GRIMALDI, Monaliza Ribeiro Mariano. Construção e validação de vídeo sobre o câncer de mama para surdas. **Revista Cuidarte, Bucaramanga**, v. 14, n. 3, e3076, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15649/cuidarte.3076>. Acesso em: 4 ago. 2025.

GOMES, Maria Fernanda Pereira et al. Percepções e sentimentos de mulheres surdas sobre o atendimento dos serviços de saúde na gestação, parto e puerpério. **Revista Saúde.com**, [S. l.], v. 20, n. 2, 2024. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/rsc/article/view/16798>. Acesso em: 4 ago. 2025.

GUEDES, Sandra Maria Rodrigues; SILVA, Karina Aparecida da; NOGUEIRA DIAS, Tatiana Rodrigues. Letramento, bilinguismo e empoderamento feminino surdo: uma análise crítica. **The ESpecialist**, v. 40, n. 3, 2019.

GUEDES, Sônia Margarida Ribeiro; SILVA, Kleber Aparecido da; DIAS, Tatiana Rosa. Letramento, bilinguismo e empoderamento feminino surdo: uma análise crítica. **The ESpecialist**, [S. l.], v. 40, n. 3, p.1-19, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/42955>. Acesso em: 4 ago. 2025.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. Organização: Márcia Lima. São Paulo: UCPA; Coalizão Negra por Direitos, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p.159-170. (Texto original de 1983).

GUERRETTA, Clarissa Luna Borges Fonseca. **A (in)visibilidade das mulheres surdas: protagonismo na sociedade contemporânea**. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciência da Literatura – Literatura Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

HAYALI, Gizem. **Senses in the movie of Babel**. Medium, 6 out. 2020. Disponível em: <https://medium.com/@hayali.gizem/senses-in-the-movie-of-babel-b3680201a93a>. Acesso em: 17 dez. 2025.

HOOKS, B. **Teoria feminista: da margem ao centro**. Trad. de Patriota, Rainer. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HUR, Domenico Uhng. O dispositivo de grupo na esquizoanálise: tetravalência e esquizodrama. **Vínculo**, [S. l.], v. 9, n. 1, p.18-26, 2012. ISSN 1806-2490. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/20474> . Acesso em: 9 mar. 2024.

KASTRUP, Virginia. **A invenção de si e do mundo**: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Autêntica: Belo Horizonte, 2007.

KLEIN, Madalena; FORMOZO, Daniele de Paula. Gênero e surdez. **Reflexão e Ação**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 100-112, 2008. DOI: 10.17058/rea.v15i1.225. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/reflex/article/view/225>. Acesso em: 13 abr. 2025.

LALIER, Geovanna dos Santos et al. Desafios da assistência de enfermagem ao período gravídico-puerperal de mulheres com surdez: revisão integrativa. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, Recife, v. 18, n. 1, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/259180>. Acesso em: 4 ago. 2025.

LEITE, Tobias Rabello. Instituto dos Surdos-Mudos: relatório do director. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873 *apud* SOFIATO, Cássia Geciauskas; MENEZES, Roni Cleber Dias de. Dupla invisibilidade: a educação de meninas surdas do século XIX no Brasil. **Revista de Educação PUC-Campinas**, [S. l.], v. 26, p.1-14, 2021. DOI: 10.24220/2318-0870v26e2021a5431. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/5431> . Acesso em: 18 jun. 2024.

LETRAS DE OFICINA. **Sou surdo e não sabia**. Em 27 jul. 2016. Disponível em: <https://letrasdeoficina.wordpress.com/2016/07/27/filme-sou-surdo-e-nao-sabia/> . Acesso em: 13 ago. 2024.

LIBRAS Gerais. Filmes com personagens surdos. **Libras Gerais**. Disponível em: <http://www.librasgerais.com.br/entretenimento/filmes.php> . Acesso em: 19 nov. 2023

LIBRASOL. Conheça os 18 filmes sobre surdos e língua de sinais para assistir em casa. **Librasol**. Disponível em: <https://www.librasol.com.br/conheca-os-18-filmes-sobre-surdos-e-lingua-de-sinais-para-assistir-em-casa/> . Acesso em: 9 dez. 2023.

LIMA, C. R. de O. Ser mulher e surda em um curso de nível superior: audismo e gênero em debate. **Plurais - Revista Multidisciplinar**, Salvador, v. 8, n. 00, p. e023022, 2023. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/plurais/article/view/18680>. Acesso em: 5 ago. 2025.

LOPES, L. B. **Emergência dos Estudos Surdos em Educação no Brasil**. 2017. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6.ed. São Paulo: Vozes, 2003.

LOZANO, Betty Ruth. Feminismo negro-afrocolombiano: ancestral, insurgente y cimarrón: un feminismo en-lugar. **Intersticios de la política y la cultura: intervenciones latinoamericanas**, v. 5, n. 9, p.23-48, 2016. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/intersticios/article/view/14612> . Acesso em: 4 ago. 2025.

LUQUE, Cecilia Inés; DER-OHANNESIAN, Nadia; VIJARRA, René Aldo; MOLINA BARRIOS, María Elisa; PALACIOS, Rocio Belen; ROATTINO, María Laura. **Afectos y discursos como arenas de lucha del género**: glosario ilustrado. Contribuições de Carolina Valeria González; edição de María Emilia García Papellin; prólogo de Dora Barrancos. 1. ed. Córdoba: Editorial de la UNC, 2024. Livro digital, PDF. ISBN 978-987-707-330-0.

LUZ, Renato Dente. **Cenas surdas**: os surdos terão lugar no coração do mundo? São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

MAFFEI, Alexsandra Machado; MENESES, Rute Flávia. Revisão (a)sistemática sobre a atenção da psicologia às gestantes surdas. **Psicologia Argumento**, [S. l.], v. 38, n. 102, p. 755-771, 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/26762>. Acesso em: 4 ago. 2025.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira; LOPES, Maura Corcini. Direito linguístico-educacional para alunos surdos e o “além-acessibilidade”. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 54, e10710, 2024. DOI: 10.1590/1980531410710. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/10710>; <https://doi.org/10.1590/1980531410710>. Acesso em: 12 jan. 2026.

MELO, Estefani Alves et al. Violência contra a mulher surda: análise da conduta do enfermeiro frente aos desafios de comunicação. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 97, n. 4, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.31011/reaid-2023-v.97-n.4-art.1962>. Acesso em: 4 ago. 2025.

MENDES, Ana Paula Saffe. **A objetivação da mulher surda na ordem do digital**: discursos e sentidos sobre o sujeito-corpo (de) Natália. 170 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4312> . Acesso em: 3 mar. 2024.

METZ, Christian. **A significação no cinema**. Trad. Sean- Claude Bernardet. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MIRANDA, V. M. Surdez e racialidade: identidades em diálogo no espaço escolar?. **Revista da Fundarte**, v. 17, n. 33, p.39-69, 2017. Disponível em: <http://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte/index>. Acesso em: 4 ago. 2025.

MONTI, Luísa Leôncio. **Surdez em linhas de fuga**: políticas de subjetividades outras na educação inclusiva. 2023. 249 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2023.

MOREIRA, Sandra Zanetti. A mulher surda e suas relações de gênero e sexualidade. In: SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2010.

MULHERES surdas me contaram (Título original: *Femmes sourdes, dites-moi*). Direção: Marie-Andrée Boivin. Produção: Marie-Andrée Boivin. Canadá: IMDbPro, 2015. Disponível em: <https://www.imdb.com/title/tt7974190/> . Acesso em: 24 ago. 2023.

NEGABI (Gabriela Grigolom Silva). A minha luta é pela mulher negra, surda e militante. [Vídeo]. e Minas. YouTube, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7FuNSTiJl_k. Acesso em: 1 nov. 2025.

NIELSSON, Joice; CARRION, Letícia Gheller Zanatta. Direitos sexuais e reprodutivos e a criminalização do aborto como estratégia do biopoder. Revista Direito em Debate, [S. l.], v. 31, n. 58, p. e13495, 2022. DOI: 10.21527/2176-6622.2022.58.13495. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/13495>. Acesso em: 20 dez. 2026.

NO RITMO do coração (Título original: *CODA*). Direção: Siân Heder. 2021. Drama. Duração: 1h 51min. Roteiro: Siân Heder. País: Estados Unidos da América. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q4VJTxiL9b0&t=1181s> . Acesso em: 24 jun. 2023.

NOVIKOVA, Yana. **A Gangue**: fotografia. 22 abr. 2014. Disponível em: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-228462/fotos/detalhe/?cmediafile=21095464>. Acesso em: 4 dez. 2025.

OLIVEIRA, Giovana Maria de. **“Ensinando a transgredir”**: um estudo do feminismo surdo e suas contribuições para a educação de pessoas surdas. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/94484>. Acesso em: 4 ago. 2025.

OLIVEIRA, Luiza Cátie da Rosa. **Trajetória de professoras surdas no universo docente do ensino superior**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/28188?show=full>. Acesso em: 4 ago. 2025.

OLIVEIRA, Thiago Rannery Moreira de; PARAÍSO, Marlucy Alves. Mapas, dança, desenhos: a cartografia como método de pesquisa em educação. **Pro-Posições**, v. 23, p.159-178, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/6YjGVFn6qZpqdGcPVtWFbWn/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 13/03/2024.

OLIVEIRA, Vanilson. Caso de doméstica escravizada por desembargador mobiliza autoridades. **Correio Braziliense**, Brasília, 27 jan. 2025. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2025/01/7044613-caso-de-domestica-escravizada-por-desembargador-mobiliza-autoridades.html>. Acesso em: 29 jan. 2025.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisa pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. p. 25-47.

PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani do. “Eu sou surda, tenho a minha voz”: leituras sobre autoria feminina surda. **Revista Criação & Crítica**, São Paulo, n. 28, p.254-274, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/171829>. Acesso em: 4 ago. 2025.

PEDROSA, Cleide Emilia Faye. Construção da identidade interseccional: uma análise crítica do discurso sobre mudanças sociais e discursivas de/para mulheres surdas. **Revista do GELNE**, [S. l.], v. 21, n. 2, p.165-177, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/17030>. Acesso em: 3 ago. 2025.

PERLIN, Gládis T. **Identidades surdas**. 283 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

PERLIN, Gládis T. **Identidades surdas**. Florianópolis: UFSC/Núcleo de Publicações, 2005.

PERLIN, G.; VILHALVA, S. Mulher surda: elementos ao empoderamento na política afirmativa. **Revista Fórum - INES**, v. 33, 2016. Disponível em: <https://www.ines.gov.br/seer/index.php/forum-bilingue/article/view/89>. Acesso em: 10 fev. 2024.

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbaroi**, Santa Cruz do Sul, n. 38, p.45-49, jun. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782013000100004&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 12 mar. 2024.

QUADROS, Ronice Müller de; STUMPF, Marianne Rossi. O primeiro curso de graduação em letras língua brasileira de sinais: educação a distância. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p.169-185, 2009. DOI: 10.20396/etd.v10i2.984. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/984> . Acesso em: 24 jun. 2024.

RAMALHO, Hosana Gouveia; PEIXOTO, Janaína Aguiar. A estética literária na poesia de mulheres surdas nordestinas. **Ensaios Pedagógicos**, São Carlos, v. 8, n. 3, p.79-98, 2024. Disponível em: <https://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/380>. Acesso em: 4 ago. 2025.

RANGEL, G. M. M. **Heróis/heroínas surdos/as brasileiros/as**: busca de significados na comunidade surda gaúcha. 2016, 189 f. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Pelotas, Rio Grande do Sul, 2016.

RANGEL, G. M. M. História Cultural dos surdos: 15 anos depois... In: PERLIN, G.;

REFRACTIONS. *Babel* (2006) | *One Shot* [imagem extraída do post]. 2012. Disponível em: <https://refractionsfilm.wordpress.com/2012/12/05/babel-2006/>. Acesso em: 24 set. 2025.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** 6.ed. São Paulo: Jandaíra, 2020.

REIS, A. P. dos; GÓES, E. F. PILECCO, F. B.; ALMEIDA, M. da C. C. de; DIELE-VIEGAS, L. M.; MENEZES, G. M. de S.; AQUINO, E. M. L. Desigualdades de gênero e raça na pandemia de Covid-19: implicações para o controle no Brasil. **Saúde em Debate**, v. 44, n. spe4, p.324-340, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E423> . Acesso em: 2 set. 2021.

REIS, Denise Elen Costa et al. Comunicação do enfermeiro no cuidado ao parto: ótica de mulheres surdas. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 3, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i3.13575>. Acesso em: 3 ago. 2025.

ROCHA, Ruth. Quando a escola é de vidro? In: ROCHA, Ruth. **Este admirável mundo louco**. 13. ed. Rio de Janeiro, RJ: Salamandra, 1986.

RODRIGUES, I. A.; DE FREITAS, A. S. F.; MORORÓ, I. T.; FERREIRA JÚNIOR, A. R.; MOREIRA, D. P.; FRANCO, R. G. de F. M. Percepções da mulher surda acerca do cuidado no sistema de saúde da gestação ao puerpério. **Revista Contexto & Saúde**, v. 22, n. 46, p. e12532, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2176-7114.2022.46.12532> . Acesso em: 8 fev. 2024.

RODRIGUES, José Raimundo; BARBOSA, Katiuscia Gomes; VIEIRA-MACHADO, Olmo Lucyenne Matos da Costa (org.). **Os surdos e a sétima arte**: representações, perspectivas, problematizações desde outras flutuações. Itapiranga: Schreiben, 2022. 215 p.

RODRIGUES, Matheus Barbosa. Filosofia da diferença e a questão política da identidade racial. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, [S. l.], v. 1, n. 34, p.73-87, 2019. DOI: 10.11606/issn.1517-0128.v1i34p73-87. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/154310> . Acesso em: 21 jun. 2024.

RODRIGUES, Rosecleide Ferreira Borges. **Literatura surda**: a construção poética sinalizada de Yanna Porcino. 2023. Dissertação (Mestrado em Literatura e Cultura) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/38856>. Acesso em: 4 ago. 2025.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2007.

ROSA, Cristiane Alves. **O discurso sobre o abuso sexual na comunidade surda de Manaus**: uma análise discursiva francesa. 2024. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2024. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/26/simple-search?query=&sort_by=score&order=desc&rpp=10&filter_field_1=referees&filter_type_1=

[equals&filter_value_1=Monteiro%2C+Marta+de+Faria+e+Cunha&etal=0&filtername=subject&filterquery=Crime+sexual&filtertype>equals](#). Acesso em: 4 ago. 2025.

ROSSI, Helena Alves. **O pensamento higienista e eugênico na educação das surdas-mudas nas décadas de 20 e 30 do século XX**. 2021. 116 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/22357>. Acesso em: 4 ago. 2025.

SANTOS, Marina Evaristo dos. **Escrevivência sinalizada: trajetórias escolares e não escolares de mulheres negras surdas e as contribuições da Lei 10.639/2003**. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/8b9d5e62-0d55-47beb9e4-2a700246e057>. Acesso em: 4 ago. 2025.

SANTOS, Raquel Fabiane Nogueira de Jesus dos. **Desafios e experiências de mães surdas de filhos ouvintes desde a gestação no cuidado em saúde: estudo qualitativo**. 2024. Tese (Doutorado em Odontologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/d501ca81-809a-4ba0-ad76-c456f3d7fc1b>. Acesso em: 4 ago. 2025.

SAINZ PEZONAGA, Aurelio. Cine e ideología de género: De Lauretis con y contra Althusser. **Demarcaciones**, n. 5, p. 1-17, 2017. Disponível em: https://revistademarcaciones.cl/wp-content/uploads/2023/N5_2017/4.SAINZ-PEZONAGA-2.pdf. Acesso em: 10 maio 2025.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, 1995.

SEREMOS ouvidas. Direção: Larissa Nepomuceno. Produção: Larissa Nepomuceno; Lucía Alonso; Lucas Veiga. YouTube. Data de publicação do vídeo: 3 mar. 2022. Duração: 12'55". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nG7bE59CVwI&t=8s>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SHUBERT, Carla Oliveira. **Vulnerabilidades de mulheres surdas no âmbito de sua saúde sexual e reprodutiva**. 2022. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/bitstream/1/20989/2/Tese%20-%20Carla%20Oliveira%20Shubert%20-%202022%20-%20Completa.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2025.

SILVA, Hector Lourinho da et al. A educação sexual da comunidade surda: perspectiva da enfermagem. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 4, n. 1, p.2245-2251, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34119/bjhrv4n1-181>. Acesso em: 5 ago. 2025.

SILVA, J. S. S. da. A sombra da discriminação e as barreiras de gênero no cotidiano de mulheres com deficiência na universidade. **Revista Educação Especial**, v. 33, p.e46/1-24, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X38311> . Acesso em: 4 fev. 2024.

SILVA, João Paulo de Lorena; PARAÍSO, Marlucy Alves. Cartografia para pesquisar currículos e infâncias em dissidências: um exercício experimental de invenção. **Acta Scientiarum. Education**, v. 45, 2023, p.1-12. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/actaeduc/v45/2178-5201-aseduc-45-e65889.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2024.

SILVA, Mirian Lourdes Ferreira dos Santos. **Produção acadêmica (online) de pesquisadoras pós-doutoras surdas no Brasil: temas em debate**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. 156 p.

SIMONINI, Eduardo. Linhas, tramas, cartografias e dobras: uma outra geografia nos cotidianos das pesquisas. In: GUEDES, Adriane Ogêda; RIBEIRO, Tiago (org.). **Pesquisa, alteridade e experiência: metodologias minúsculas**. Rio de Janeiro: Ayvu, 2019, p.73-92.

SKLIAR, Carlos; QUADROS, Ronice Muller de. Invertendo epistemologicamente o problema da inclusão: os ouvintes no mundo dos surdos. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v.5, n. 9, p.32-51, 2000.

SKLIAR, C. Os estudos surdos em educação: Problematizando a normalidade. In: SKLIAR, C. (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 4. ed. p.7-32. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

SOM e fúria (Título original: *Sound and Fury*). Direção: Josh Aronson. 2000. Documentário. Duração: 1h 20min. País: Estados Unidos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ivq_JWegFgM . Acesso em: 02 maio 2024.

SOU SURDA e não sabia (Título original: *Sourds et Malentendus*). Direção: Igor Ochonowicz. Ano de produção: 2009. Estreia no Brasil: 2009. Duração: 70 minutos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PymXMyz3nSk> . Acesso em: 02 maio 2024.

SOUZA, Mauricio Damasceno. **Arte feminina surda como política de surdez e movimento de resistência**. 2024. Dissertação (Mestrado em Literatura e Cultura) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/41455>. Acesso em: 4 ago. 2025.

SOFIATO, Cássia Geciauskas; MENEZES, Roni Cleber Dias de. Dupla invisibilidade: a educação de meninas surdas do século XIX no Brasil. **Revista de Educação PUC-Campinas**, [S. l.], v. 26, p.1-14, 2021. DOI: 10.24220/2318-0870v26e2021a5431. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/5431> . Acesso em: 18 jun. 2024.

TIBOLA, Talita; ALVARENGA, Gabriel de C. A. Guattari: agenciamento, território e transversalização. Como olhar a crise. **Lugar Comum - Estudos de Mídia, Cultura e Democracia**, n. 53, 2018, p.1-16. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/view/45584/24567> . Acesso em: 15 mar. 2024.

THOMA, Adriana da Silva. **O cinema e a flutuação das representações surdas**: “Que drama se desenrola neste filme? Depende da perspectiva... 2002. 258 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2002.

VASCONCELLOS, Jorge. A pedagogia da imagem: Deleuze, Godard – ou como produzir um pensamento do cinema. **Educação e Realidade**, 33(1):155-168, jan/jun 2008.

VEDOATO, Sandra Cristina Malzinoti. **Relações entre surdez, raça e gênero no processo de escolarização de alunos surdos do Paraná**. 66 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015. Disponível em: <https://repositorio.uel.br/handle/123456789/15878> . Acesso em: 8 mar. 2024.

VEIGA-NETO, A. É preciso ir aos porões. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 50, p. 267-282, maio 2012.

VILHALVA, Shirley. O despertar das mulheres surdas no Brasil. **Revista Feneis**, ano V, n. 24, p.17-18. janeiro/março 2005. Disponível em: https://issuu.com/feneisbr/docs/revista_feneis_24 Acesso em: 01/05/2024.

WIEVIORKA, Michel. **A diferença**. Lisboa: Fenda, 2002.

WIKIPEDIA. **A Família Bélier**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/A_Fam%C3%ADlia_B%C3%A9lier . Acesso em: 15 ago. 2024.

WIKIPEDIA, The Free Encyclopedia. **Sound and fury** (filme). Sem data. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Sound_and_Fury_\(film\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Sound_and_Fury_(film)) . Acesso em: 05 ago. 2024.

WITCHES, P. H.; LOPES, M. C. Surdez como matriz de experiência. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 43, p.31-47, jan./jun. 2015.

ANEXO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Mulheres surdas em dissidências: uma cartografia das produções audiovisuais às políticas públicas

Pesquisador: ELAINE ANDRADE PERES FERNANDES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 79080724.7.0000.5504

Instituição Proponente: CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas

Patrocinador Principal: Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.969.168

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram extraídas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2321199.pdf, de 04/07/2024) e/ou do Projeto Detalhado (DOUTORADONOVASUBMISSAOPBPOSPARECER.pdf, de 04/07/2024):

RESUMO: O objetivo geral desta pesquisa consiste em investigar como as mulheres surdas são narradas em filmes e séries (produções audiovisuais) que abordam de certo modo, a presença de seus corpos. Qual lugar social e histórico tem a corporeidade de mulheres surdas? Aliado a isso, pretendese apontar uma corporeidade silenciada historicamente ao analisar a participação de mulheres, líderes surdas, nos movimentos surdos brasileiros a partir de uma seleção de documentos (escritos e/ou disponíveis em vídeos) das organizações de comunidades surdas, propondo um debate sobre as representações culturais na produção audiovisual e no protagonismo dessas mulheres na busca de direitos essenciais. Considerando sobretudo, como condição sine qua non para o empoderamento dos grupos minoritários, a sua politização e a educação do entorno para e na diferença. Neste contexto, a pesquisa pretende agregar conceitos para os Estudos Surdos e Estudos Feministas em diálogo com o campo das Filosofias da Diferença, contribuindo para enriquecer a discussão acerca de feminismos plurais. A pesquisa, de caráter qualitativo e perspectiva pós-estruturalista visa construir um diálogo pelo viés da diferença e da singularidade das mulheres

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Município: SÃO CARLOS

CEP: 13.565-905

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



surdas, refletindo sobre a emergência dos dados à luz de autores dos territórios de conhecimento supracitados.

HIPÓTESE: É notória a existência de um olhar colonizador sobre nossos corpos, nossas produções e nossos saberes. Porém, para além de contrapor essa visão, faz-se necessário a busca de outras perspectivas, de outras narrativas que refutem a ótica dominante.

As mulheres e as pessoas surdas têm sido silenciadas ao longo da história. Portanto, verifica-se que há semelhanças no processo de opressão, silenciamento e invisibilidade dos corpos minoritários, dentre eles indígenas, negros, mulheres, surdos e loucos. Diversas produções audiovisuais de longo alcance são produzidas por grandes corporações, regidas por regimes de verdades de uma sociedade excludente e, portanto, tendem a reproduzir esse olhar colonizador. Apesar desse apagamento, todo regime de verdade envolve poder, e onde há poder, há resistência (FOUCAULT, 2017), desse modo, as mulheres surdas brasileiras, ao longo da história, vem se destacando no âmbito do ativismo em pró dos direitos das pessoas surda, atuando como protagonistas na conquista de direitos fundamentais para as comunidades surdas, sobretudo nas mudanças legislativas no que tange à educação de surdos. Pode-se dizer que a tradução de leis em práticas não é um processo linear, mas depende sobretudo de um vigoroso e contínuo movimento das comunidades organizadas (CÂMARA; SOUZA; 2016; FERNANDES, 2019), e as mulheres surdas lideram esse movimento. Uma possível justificativa para esse protagonismo, é a via da educação, já que a primeira doutora surda do Brasil, é uma mulher, Gládis Perlin e, esse pioneirismo parece ter reverberado nas comunidades surdas. Dessarte, somada as ações de politização e a legislação favorável aos grupos minoritários, é imprescindível uma educação do seu entorno para o respeito à diferença. Portanto, é condição sine qua non para o empoderamento das mulheres surdas, uma educação que proporcione uma convivência adequada entre os diferentes sujeitos, sem hierarquizá-los a partir de normas patriarcais que se entrelaçam com as normas impostas por uma pseudo normalidade, colocando o homem, branco, cisgênero, heterossexual, pessoa sem deficiência e de classe social mais favorecida no topo da pirâmide social.

METODOLOGIA: A pesquisa é de abordagem qualitativa e documental - configurada pela coleta de dados exclusiva à documentos, sejam escritos ou não. Utiliza-se de princípios da cartografia em Deleuze, sendo que a cartografia pressupõe a realização de um levantamento/desenvolvimento das linhas de força dos discursos e das produções que vão construindo uma perspectiva sobre o corpo da mulher surda. Dessarte, a cartografia [...] tem sido utilizada como importante ferramenta metodológica em pesquisas no campo social, que se

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



alinham ao movimento institucionalista que investiga os processos de produção de subjetividade com o ponto vista diverso da produção hegemônica de conhecimento, em sintonia com a perspectiva do pensamento complexo de que o homem está em constante transformação, em constante organização paradigmática, em constante autoprodução. Tanto sujeito como objeto do conhecimento são construções e criações do discurso científico de que fazem parte (CINTRA et al., 2017, p. 46). Dadas as especificidades da pesquisa, elejo como fontes primárias de análise as produções áudio visuais, dentre eles: O Milagre de Anne Sullivan (1962); Filhos do Silêncio (1986); A Música e o Silêncio (1996); Mulheres Surdas me Contaram (2015). Vale ressaltar que o levantamento das produções audiovisuais compõe a primeira etapa da pesquisa e, portanto, outros filmes serão selecionados

de acordo com o objetivo da investigação. Em todos os casos, tratam-se de documentos públicos acessíveis em repositórios e plataformas de streaming de séries e filmes.

Na segunda etapa da coleta de dados, será realizada uma levantamento da participação de mulheres, líderes surdas, nos movimentos surdos brasileiros a partir de documentos (escritos e audiovisuais) das organizações das comunidades surdas, e trabalhos acadêmicos. Para tal, elege-se como fontes para busca desses documentos primários o sítio eletrônico oficial da maior entidade brasileira de surdos, a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), assim como as redes sociais oficiais das comunidades surdas organizadas em ciberespaços como YouTube, Instagram e Facebook. Isto posto, a pesquisa não prevê a participação direta de seres humanos via entrevista. Entretanto, serão utilizados documentos como gravações de sujeitos em redes sociais abertas como YouTube, Instagram e Facebook, o que envolve no máximo 10 participantes. É sabido que vídeos e postagens de usuários nas plataformas mencionadas como Youtube, Instagram e Facebook não são, necessariamente, de domínio público e podem estar protegidos por direitos autorais. Neste íterim, está prevista a verificação por parte do proponente da pesquisa do material, identificando se está em domínio público, licenciado por uma licença Creative Commons ou similar que autorize o uso pretendido. Além disso, em todos os casos, ao usar a fala pública destes sujeitos, não usarei a sua imagem e/ou os mesmos serão identificados uma vez que na perspectiva foucaultiana/deleuziana não se faz necessário identificar nenhum participante, já que o que nos interessa é o debruçar sobre a discursividade em si

e os dados que está apresenta. Ainda assim, só farei uso destes discursos, mesmo com sujeitos não identificáveis, a partir do preenchimento e assinatura do termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), especificando o objetivo da pesquisa, o teor de análise e assegurando a

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



confidencialidade de suas identidades na escrita da tese

No tange que tange as fontes secundárias, inclui-se mapear artigos científicos, teses e dissertações que versam sobre a temática. Destarte, foram elegidas como fonte de busca as bases de dados: 1) Portal Periódicos Capes- Acesso CAFE (Comunidade Acadêmica Federada), a partir de login realizado pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e 2) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); por se tratarem de plataformas com grande concentração de produções científicas em âmbito nacional.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

O objetivo geral desta pesquisa consiste em investigar como as mulheres surdas são narradas em filmes e séries (produções audiovisuais) que abordam de certo modo, a presença de seus corpos. Qual lugar social e histórico tem a corporeidade de mulheres surdas? Aliado a isso, pretendese apontar uma corporeidade silenciada historicamente ao analisar a participação de mulheres, líderes surdas, nos movimentos surdos brasileiros a partir de uma seleção de documentos (escritos e/ou disponíveis em vídeos) das organizações de comunidades surdas, propondo um debate sobre as marcas discursivas na produção audiovisual e no protagonismo dessas mulheres na busca de direitos essenciais.

Objetivo Secundário:

Como objetivos específicos, pretendo: a) Realizar um levantamento das produções audiovisuais (séries e filmes) que vão construindo uma perspectiva sobre o corpo da mulher surda; b) Analisar o desenvolvimento das linhas de força nas narrativas e discursos dessas produções; c) Realizar um levantamento da participação de mulheres, líderes surdas, nos movimentos surdos brasileiros a partir de documentos (escritos e audiovisuais) das organizações das comunidades surdas e trabalhos acadêmicos; d) Com base na emergência dos dados engendrar um debate que permita evidenciar as marcas de sujeição do corpo surdo e as implicações para a invisibilidade de corporeidades surdas que aparecem pela luta de coletivos, pela resistência, à luz do campo das Filosofias da Diferenças, na interface com os Estudos Feministas e Estudos Surdos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Conforme destacado anteriormente neste projeto, reitero o teor documental da pesquisa. Em função disso, as interações com os autores de postagens coletadas se resumem ao pedido de

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 6.969.168

autorização, via TCLE, para o uso de postagens públicas realizadas em páginas de redes sociais. As autorizações serão solicitadas única e exclusivamente por e-mail, sem contato direto com o participante. Para registro da coleta, reforço que não será feita indicação do endereço eletrônico onde se deu as postagens sendo apenas identificados pela fonte

da rede social em questão. Todavia, as autorizações na coleta de dados serão realizadas em todos os casos, visando evitar qualquer tipo de exposição não consentida.

É IMPORTANTE ESCLARECER QUE, AO ANALISAR AS POSTAGENS DAS PARTICIPANTES, HÁ O RISCO DE CAUSAR CONSTRANGIMENTO, VERGONHA OU AFETAR A AUTOESTIMA. PARA MITIGAR ESSES RISCOS, TODOS OS MATERIAIS QUE SERÃO ANALISADOS SERÃO APRESENTADOS ÀS AUTORAS PREVIAMENTE, GARANTINDO QUE ESTEJAM PLENAMENTE CIENTES E CONCORDEM COM A ESCOLHA. ESTE PROCEDIMENTO SERÁ FORMALIZADO ATRAVÉS DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE). COM A AUTORIZAÇÃO PARA O USO DA POSTAGEM, CONFIRMADA PELA ASSINATURA DO TCLE, O AUTOR TEM O DIREITO DE MANTER A PUBLICAÇÃO OU OPTAR POR EXCLUÍ-LA DA VISUALIZAÇÃO PÚBLICA, RESPEITANDO ASPECTOS ÉTICOS E PROCEDIMENTAIS DAS PESQUISAS EM AMBIENTES VIRTUAIS.

COM RELAÇÃO À TRANSFERÊNCIA E ARMAZENAMENTO DE DADOS, EM CONSONÂNCIA COM AS ORIENTAÇÕES PARA PROCEDIMENTOS EM PESQUISAS COM QUALQUER ETAPA EM AMBIENTE VIRTUAL (2021), ENTENDE-SE QUE É RESPONSABILIDADE DA PESQUISADORA GARANTIR "O ARMAZENAMENTO ADEQUADO DOS DADOS COLETADOS, BEM COMO OS PROCEDIMENTOS PARA ASSEGURAR O SIGILO E A CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES DO PARTICIPANTE DA PESQUISA". NESTE CONTEXTO, UMA VEZ CONCLUÍDA A COLETA DE DADOS E FINALIZADAS AS ASSINATURAS DO TCLE, A PESQUISADORA SE COMPROMETE A FAZER O DOWNLOAD DESSES DOCUMENTOS PARA UM DISPOSITIVO ELETRÔNICO LOCAL (HD EXTERNO PESSOAL), APAGANDO TODO E QUALQUER REGISTRO DE PLATAFORMAS VIRTUAIS, AMBIENTES COMPARTILHADOS OU "NUVEM".

Benefícios:

Em relação aos benefícios, pode se mencionar as reflexões que podem emergir após a publicação do trabalho final, possibilitando a diferentes grupos, a partir da leitura, (re)pensar suas práticas discursivas. Além das contribuições no sentido de revisita histórica a dados frequentemente debatidos nas redes sociais.

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Município: SÃO CARLOS

CEP: 13.565-905

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa que deve seguir os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução CNS nº 510 de 2016 e suas complementares. Diante do exposto, o Comitê de ética em pesquisa - CEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se por aguardar o atendimento às questões acima para emissão de seu parecer final.

De acordo com a Resolução CNS nº 466 de 2012 e a Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, as pendências devem ser respondidas exclusivamente pelo pesquisador responsável no prazo de 30 dias, a partir da data de envio do parecer pelo CEP. A partir de 30 dias, encaminhar justificativa do atraso na submissão do projeto com as respostas às pendências. Após o prazo de 90 dias o protocolo não será aceito.

As respostas às pendências devem ser apresentadas em documento à parte (Em arquivo que deverá ser nomeado:

Carta_Resposta_versaoX). Anexar o arquivo na Plataforma Brasil como tipo de documento "Outros". Ressalta-se que deve haver resposta para cada uma das pendências apontadas no parecer, obedecendo à ordenação deste. Recomenda-se a leitura de todo o parecer para identificação das alterações necessárias.

Nos novos documentos anexados (Projeto completo, TCLE, etc.), devem estar destacados (grifados) nos documentos e em CAIXA ALTA na plataforma Brasil, todos os trechos que foram modificados. Todos os documentos, incluindo a Carta Resposta, devem permitir o uso dos recursos Copiar e Colar.

Todas as alterações/adequações devem ser realizadas em todos os documentos e devem ser destacadas/realçadas.

Anexar todos os documentos em formato PDF com recurso permitir copiar e colar.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

Recomendações:

O texto básico para divulgação da pesquisa deve constar o título da pesquisa, objetivo geral, critérios básicos de inclusão do participante, nome do pesquisador(a) e seu contato, dados de aprovação da pesquisa pelo CEP (CAAE e data de aprovação). Atentar para as regras

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Município: SAO CARLOS

CEP: 13.565-905

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 6.969.168

específicas de pesquisa em ambiente virtual, conforme Circular n. 1/2021, em que deve constar o link para acesso ao endereço eletrônico ou texto com as devidas instruções de envio.

Não pode haver informações sobre gratificações/bônus/compensação em formato de dinheiro ou objetos/brindes/doces para o participante da pesquisa (não inclui nestes ressarcimento de despesas como transportes, alimentação ou custos diretos e indiretos da pesquisa em ambiente virtual com utilização de ferramentas eletrônicas).

Atender as orientações da Conep sobre PROCEDIMENTOS EM PESQUISAS COM QUALQUER ETAPA EM AMBIENTE VIRTUAL. Este documento pode ser acessado na página do CEP UFSCar: <http://www.propq.ufscar.br/etica/cep>

A fim de evitar retrabalho tanto da parte dos pesquisadores quanto da parte da Secretaria e do Colegiado do CEP, bem como com intuito de AGILIZAR a tramitação dos protocolos de pesquisa, a Coordenação do CEP solicita encarecidamente aos pesquisadores que leiam integralmente e com muita atenção, cuidado e zelo TODAS AS INFORMAÇÕES presentes na página do CEP antes de encaminharem suas dúvidas à Secretaria e antes de submeterem a versão original e versões revisadas de seu protocolo de pesquisa à Plataforma Brasil. A página do CEP é atualizada rotineiramente, portanto, solicita-se que este procedimento seja repetido a cada nova submissão. Lembramos que na página do CEP constam várias informações a respeito de "dúvidas frequentes", "documentos obrigatórios para submissão", "instruções para submissão" e para evitar "pendências documentais", "tutoriais Plataforma Brasil" (acesso a manuais e a vídeos explicativos), "resoluções e normativas", "etapas e prazos do processo de apreciação ética", orientações para submissão de "emendas", "relatórios de pesquisa - orientações para elaboração e envio ao CEP", etc.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Agradecemos as providências e os cuidados tomados pelos pesquisadores ao apresentarem a 2ª versão do protocolo de pesquisa ao CEP da UFSCar. Trata-se de análise de resposta ao parecer pendente n. 6.882.952 emitido pelo CEP em 12/06/2024.

Seguem abaixo as pendências listadas no parecer anterior do CEP e seu status (atendida, não atendida, parcialmente atendida).

Pendência 1: Atendida. Explicou de forma mais detalhada como será realizado o recrutamento

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Município: SÃO CARLOS

CEP: 13.565-905

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 6.969.168

das participantes, sendo que as possíveis participantes indicam os contatos de e-mail de forma pública, seja nas redes sociais, páginas das universidades ou associações de surdos nas quais atuam.

Pendência 2: Atendida. Detalhou os riscos no projeto, na Plataforma Brasil e no TCLE.

Pendência 3: Atendida. Escreveu no TCLE acerca dos direitos das participantes em relação à Indenização e Assistência.

Pendência 4: Atendida. Especificou que as participantes terão acesso aos resultados da pesquisa por meio de relatórios elaborados em linguagem acessível, os quais serão enviados via e-mail.

Pendência 5: Atendida. Escreveu sobre o fornecimento da via do TCLE com assinaturas e rubrica às participantes.

Pendência 6: Atendida. Cronograma foi atualizado.

Assim, todas as pendências foram atendidas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de ética em pesquisa - CEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, manifesta-se por considerar "Aprovado" o projeto. Conforme dispõe o Capítulo VI, Artigo 28, da Resolução Nº 510 de 07 de abril de 2016, a responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe, após aprovação deste Comitê de Ética em Pesquisa: II - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido; III - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento; IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa; V - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção. Este relatório final deverá ser protocolado via notificação na Plataforma Brasil. OBSERVAÇÃO: Nos documentos encaminhados por Notificação NÃO DEVE constar alteração no conteúdo do projeto. Caso o projeto tenha sofrido alterações, o pesquisador deverá submeter uma "EMENDA".

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Município: SÃO CARLOS

CEP: 13.565-905

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 6.969.168

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2321199.pdf	04/07/2024 16:38:19		Aceito
Outros	Carta_Resposta_versao1.pdf	04/07/2024 16:36:20	ELAINE ANDRADE PERES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	DOUTORADONOVASUBMISSAOPBPO SPARECER.pdf	04/07/2024 16:35:57	ELAINE ANDRADE PERES FERNANDES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEJULHO2024.pdf	04/07/2024 16:35:14	ELAINE ANDRADE PERES FERNANDES	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto_elaine_assinado.pdf	16/04/2024 10:54:00	ELAINE ANDRADE PERES	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRostonovasubmissao_assinado.pdf	12/04/2024 11:23:52	ELAINE ANDRADE PERES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO CARLOS, 26 de Julho de 2024

Assinado por:
Sonia Regina Zerbetto
(Coordenador(a))

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Município: SAO CARLOS

CEP: 13.565-905

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br